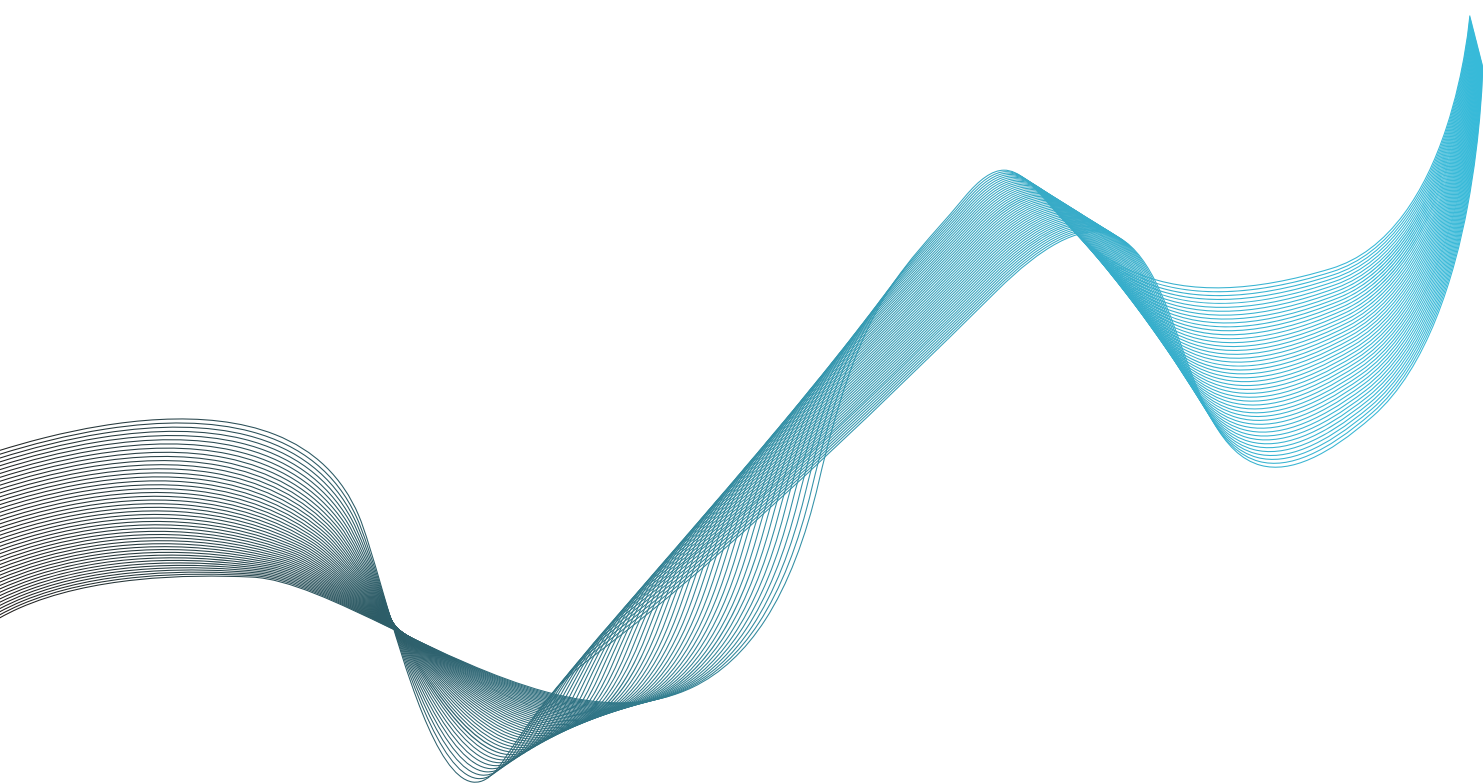


2015 RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana



Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo Recoletos, 8
28001-Madrid

Copyright SEGIB

Julho de 2015

Autoras do Relatório

Cristina Xalma
Investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Silvia López
Investigadora do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

Direção

Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação Ibero-Americana (SEGIB)

Martín Rivero
Coordenador da Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul da SEGIB

Claudia Aguilar
Secretária Executiva do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

Colaborações

Jaime Garrón
Gerente da Unidade Técnica do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

Maria Dutto
responsável da base de dados e indicadores da Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)

As fotos da capa fazem referência às seguintes iniciativas (da esquerda para a direita): Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (ADAI), Programa Ibercultura Viva, Projeto da Palmeira-Dendém entre as Honduras e o Panamá e Programa Iberorquestras Juvenis.

O uso do género masculino nesta publicação não tem um propósito discriminatório e justifica-se unicamente como meio para tornar o texto mais fluente.

Design e produção

Red Monster Studio S.L.
www.redmonster.es

Depósito Legal: M-23363-2015

2015 RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana



Apresentação

2015 será crucial quanto à Cooperação para o Desenvolvimento. Ao longo deste ano, encontros, tais como a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que terá lugar durante o mês de julho em Adis Abeba; a Assembleia Geral das Nações Unidas, prevista para setembro em Nova Iorque, onde serão discutidos os objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21) em Paris, reunirão a comunidade internacional com o objetivo de concluir os trabalhos que se têm vindo a realizar ao longo dos últimos anos para definir tanto a Agenda Pós-2015 como a nova arquitetura do Sistema Internacional da Cooperação para o Desenvolvimento.

A Ibero-América não só participa nestas mudanças, como também e simultaneamente, vive o seu próprio processo de transformação. Neste sentido, a aprovação das *Diretrizes para a Renovação da Cooperação Ibero-Americana* durante a XXIII Cúpula de Chefes e Chefas de Estado e de Governo que teve lugar no Panamá, em outubro de 2013, definiu o caminho a trilhar para que, na XXIV Cúpula de Veracruz (México) de dezembro de 2014, se estabelecessem as decisões e os acordos sobre os quais se implementaria esta renovação. Num processo de mudança que também conduziu à substituição das cúpulas anuais por cúpulas de caráter bienal, 2015 destaca-se como o ano em que a comunidade ibero-americana deve trabalhar para completar este processo de renovação e apresentar os seus resultados naquela que será a XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo de 2016, na Colômbia.

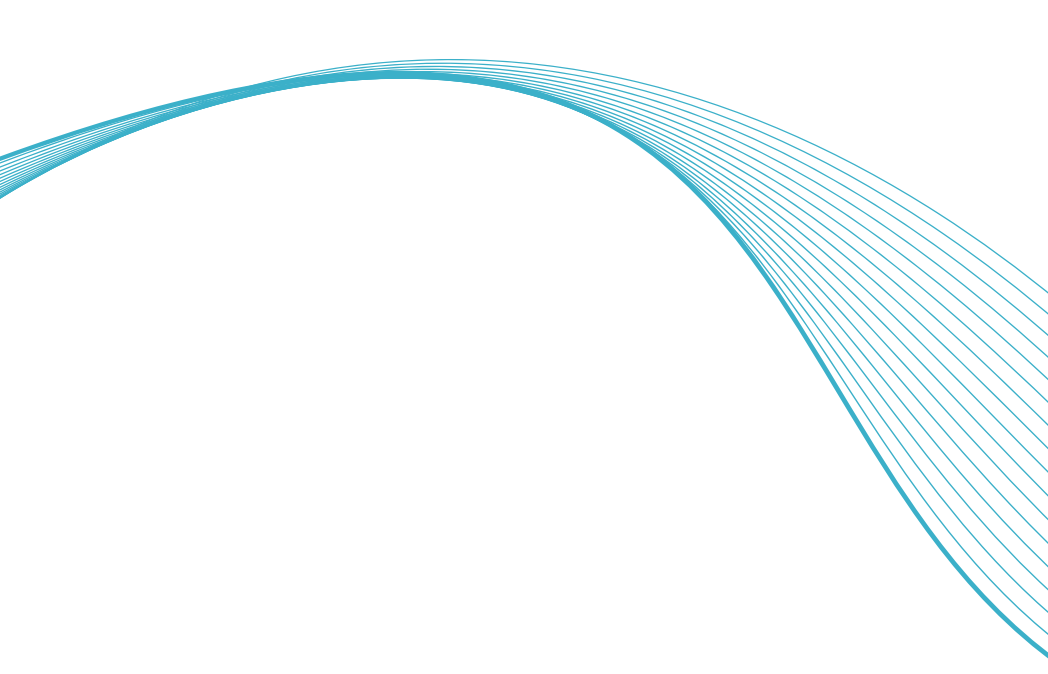
Neste estimulante contexto, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), acompanhada pelos nossos países e pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento

da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), continuaram a envidar esforços para tornar possível este *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015*. Um Relatório que, naquela que já é a sua oitava edição, se continua a construir sobre um processo horizontal, coletivo e de rigor metodológico mas que, assumindo também este processo de mudança e de renovação, apresenta grandes novidades.

Assim, a reflexão dos nossos responsáveis políticos sobre a Cooperação Sul-Sul e, como não, o exercício de sistematização das diferentes modalidades de Cooperação Sul-Sul reconhecidas pelos nossos países, são questões cuja interpretação está altamente condicionada por este contexto de mudança. Mas o próprio Relatório também se altera: na sua edição e na sua elaboração.

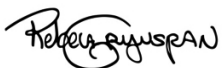
Em primeiro lugar, neste ano de 2015, o *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* altera o formato habitual para potenciar ao máximo o seu aspeto mais visual. Não se trata apenas de uma mudança no formato da edição do Relatório mas, sobretudo e no seguimento do anterior, de um tratamento diferente da análise realizada, com o objetivo final de favorecer a aplicação de novos recursos gráficos mais ilustrativos relativamente ao que se quer relatar e que além disso o façam da forma mais visual e simples possível.

Em segundo lugar, 2015 significará também uma mudança de ciclo na forma como se recolhem e processam os dados de que o Relatório se alimenta; um ano de transição, de uma etapa baseada no uso de questionários para outra que utilizará um recurso mais avançado: uma plataforma virtual de dados sobre a Cooperação Sul-Sul, a primeira com estas características na região. Neste sentido, o que denominaremos Sistema

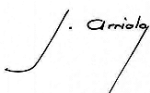


Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS), construído com o esforço coletivo do PIFCSS, dos seus países membros e da SEGIB, irá representar uma renovação na forma como se passará a elaborar o Relatório e também na forma como os próprios países passarão a trabalhar. O SIDICSS será um instrumento inovador, de todos e para todos, através do qual cada um poderá gerir e visualizar a sua própria informação quanto à Cooperação Sul-Sul.

Encerraremos este ano de mudança com um Relatório e uma Plataforma Virtual consolidados como ferramentas inovadoras e imprescindíveis para acompanhar a gestão e a tomada de decisões sobre a cooperação nos nossos países, assim como para dar maior visibilidade à Cooperação Sul-Sul. Fazeremos como desde a primeira vez que editamos o Relatório, mantendo invariável a única questão que não está sujeita a alterações: o nosso compromisso e vocação de serviço para com a comunidade ibero-americana. Esperamos que o novo cenário pós-2015 nos permita continuar a trabalhar e a consolidar o esforço realizado para que a Ibero-América e a sua Cooperação Sul-Sul tenham um papel de destaque na nova arquitetura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.



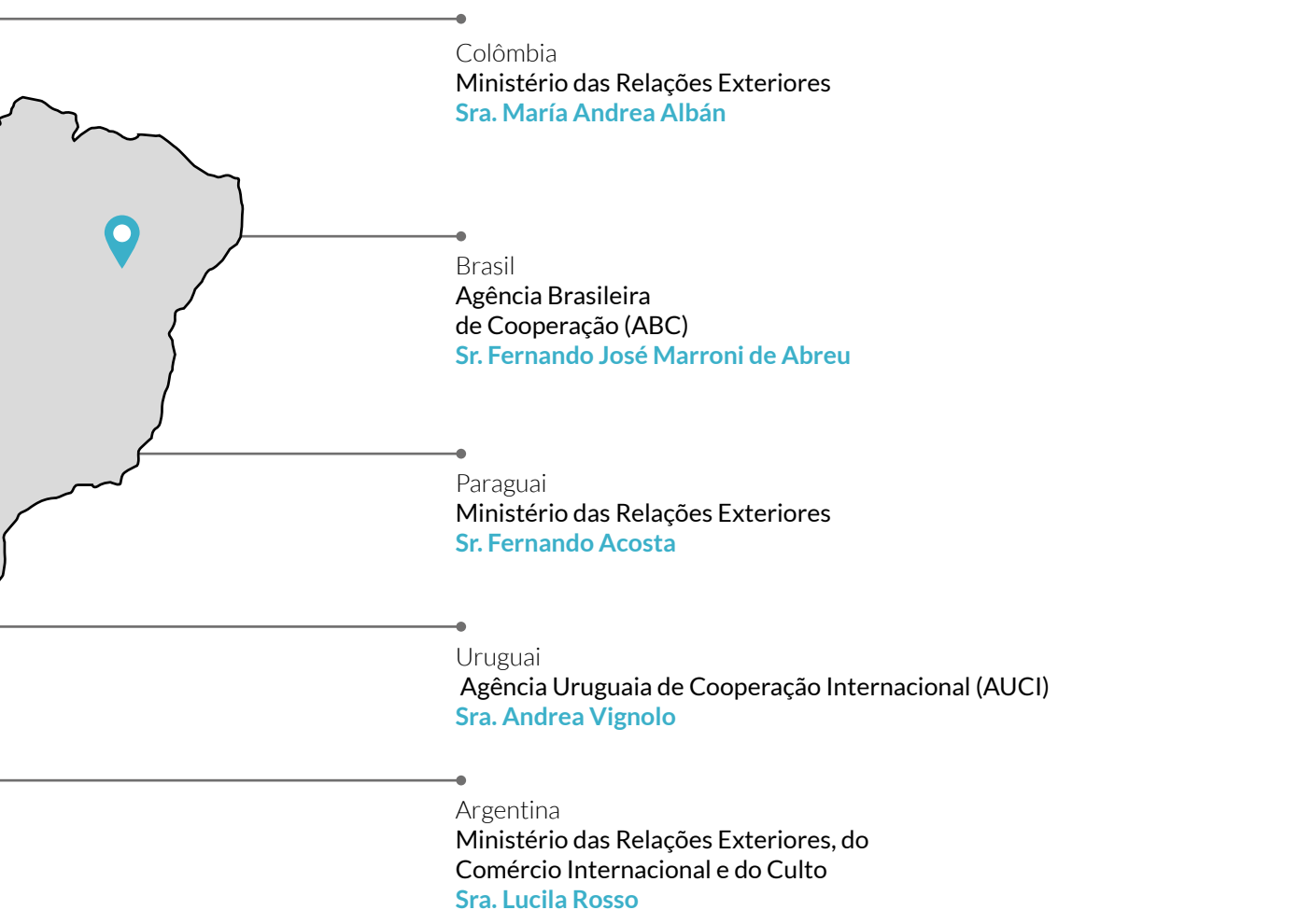
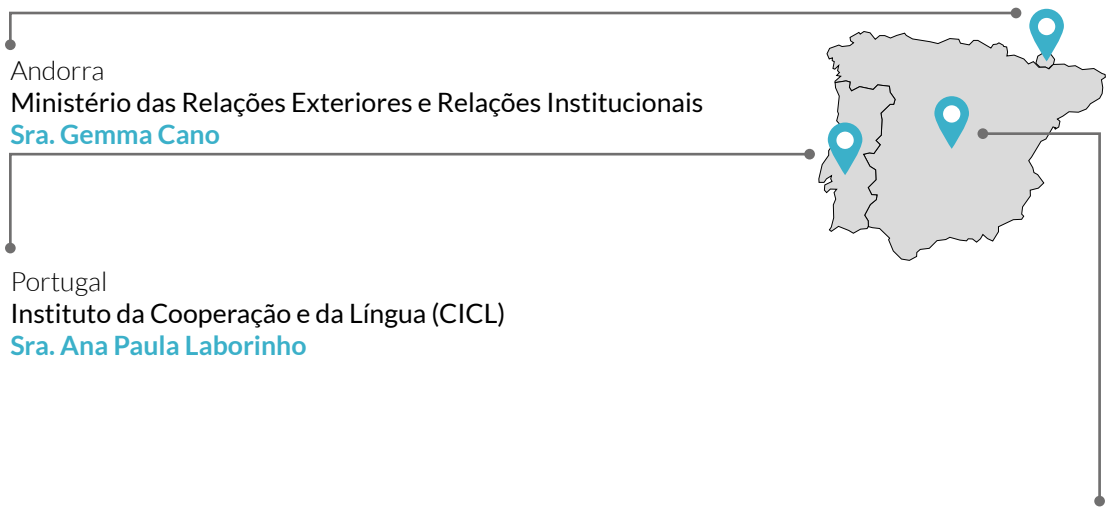
Rebeca Grynspan
Secretária-Geral Ibero-Americana



Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação Ibero-Americana

Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, em 1 junho de 2015





Índice de conteúdos

Apresentação

Resumo executivo 18

Acrónimos 24

Capítulo I. A cooperação triangular como ponto de encontro entre dois paradigmas

I.1. Introdução	28
I.2. O que é a cooperação triangular?	28
I.3. O papel das Nações Unidas e de outros fóruns internacionais na formação da nova arquitetura da cooperação	29
I.4. A agenda do desenvolvimento. O pós-2015	30
I.4.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Meios de Implementação (Mdl)	30
I.4.2. No sentido de uma aliança global para o desenvolvimento	32
I.5. O papel dos mecanismos regionais	33
I.6. Desafios para a cooperação triangular	34

Capítulo II. A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.1. O desafio de continuar a fazer avançar os conhecimentos sobre a Cooperação Sul-Sul	40
II.2. Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013	41
II.3. A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013: uma perspetiva geográfica	45
II.4. Os fluxos da troca de cooperação entre países: uma caracterização	54
II.4.1. Acerca do papel e do padrão de concentração	54
II.4.2. Acerca das relações entre os países	58
II.5. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013	62
II.5.1. Perfil dos projetos e ações de cooperação	62
II.5.2. Perfil das capacidades e necessidades dos países	75
II.6. Outras características da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral	79
II.6.1. Usando indicadores construídos em torno das Datas	83
II.6.1.1. Períodos de aprovação, início e finalização	85
II.6.1.2. Tempo decorrido entre a aprovação e o início dos projetos	85
II.6.1.3. Tempo médio de duração	87
II.6.2. Usando indicadores construídos em torno dos Custos	87
II.6.2.1. Dimensão económica	91
II.6.2.2. Eficiência e responsabilidade partilhada	94
Anexo Capítulo II	98
Anexo II.1. Outras formas de medir a participação: índices compostos e análise de clusters	98
Anexo II.2. Tabelas e gráficos	102

Capítulo III. A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América	
III.1 Os progressos na Ibero-América em matéria de Cooperação Sul-Sul Triangular	138
III.2. A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América em 2013	141
III.3. Evolução da Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América. 2007-2013	141
III.4. Participação dos países na Cooperação Sul-Sul Triangular da Ibero-América em 2013	142
III.4.1. Participação no exercício de Primeiro Ofertante, Segundo Ofertante e Recetor	143
III.4.2. Principais alianças	146
III.4.3. Comparando graus de participação relativa: a Cooperação Sul-Sul Triangular face à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral	146
III.4.4. A participação de outras regiões: o caso do Caribe não ibero-americano	153
III.5. O perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular em 2013	153
III.5.1. O perfil setorial dos projetos e das ações	153
III.5.2. O perfil setorial dos países conforme o seu papel	155
III.6. Outras características da Cooperação Sul-Sul Triangular	158
III.6.1. Usando indicadores construídos à volta de Datas	164
III.6.2. Usando indicadores construídos à volta de Custos	165
III.7. A operacionalidade da Cooperação Sul-Sul Triangular	168
III.7.1. Os quadros jurídicos	170
III.7.2. O financiamento	172
III.7.3. Acerca da origem dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular	172
III.7.4. Acerca da participação dos parceiros nas fases do ciclo de projeto	175
Anexo Capítulo III. Tabelas e Gráficos	180
Capítulo IV. A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	
IV.1. Recordando a definição de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	192
IV.2. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2013	194
IV.3. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2013	195
IV.4. Participação e papel dos Organismos Regionais: uma aproximação	201
IV.4.1. Os Organismos Regionais na CHSSR em 2013	201
IV.4.2. Os Organismos Regionais como quadro institucional e regulamentar	203
IV.4.2.1. Aliança do Pacífico	203
IV.4.2.2. UNASUL	203
Anexo Capítulo VI. Tabelas	212
Bibliografia	222

Índice de quadros

Quadro II.1.

A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com o Caribe não Ibero-Americano. 2013

Quadro II.2.

O setor do Governo: explorando uma possível desagregação

Quadro II.3.

Fortalecendo as capacidades dos países na gestão de desastres

Quadro II.4.

A cooperação sobre género: unindo esforços na luta contra a violência de que são alvo as mulheres

Quadro II.5.

O direito e as disposições laborais na cooperação entre a Argentina e El Salvador

Quadro II.6.

O Uruguai e o Equador: fortalecendo capacidades mútuas no âmbito social

Quadro III.1.

Para um Guia Orientador da Gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular

Quadro III.2.

Aplicando o Índice de Concentração de Herfindahl à Cooperação Sul-Sul Triangular

Quadro III.3.

A Cooperação Triangular com o Caribe não Ibero-Americano: Uma experiência entre a República Dominicana, o Japão e o Haiti

Quadro III.4.

Examinando a Cooperação Sul-Sul Triangular orientada para o fortalecimento institucional

Quadro III.5.

A proteção e a conservação do ambiente através da Cooperação Sul-Sul Triangular

Quadro III.6.

A Cooperação Triangular na gestão de desastres: o exemplo de Cuba, El Salvador e Noruega

Quadro III.7.

A fórmula dos fundos mistos na Cooperação Sul-Sul Triangular: um exercício comparativo

Quadro IV.1.

Justiça e fortalecimento institucional a partir de uma experiência regional: a COMJIB

Índice de diagramas

Diagrama II.1.

Distribuição dos fluxos de oferta e recepção de projetos de CHSS Bilateral, conforme os países e o papel. 2013

Diagrama II.2.

Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais ofertantes, conforme o recetor. 2013

Diagrama II.3.

Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais recetores, conforme o ofertante. 2013

Diagrama II.4.

Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral, por dimensão e por setor de atividade. 2013

Diagrama III.1.

Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular do Chile com os restantes parceiros, ao exercer o papel de primeiro ofertante, 2013

Diagrama III.2.

Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular do Brasil com os restantes parceiros, ao exercer o papel de primeiro ofertante, 2013

Diagrama III.3.

Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular das Honduras com os restantes parceiros, ao exercer o papel de recetor, 2013

Diagrama III.4.

Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de El Salvador com os restantes parceiros, ao exercer o papel de recetor, 2013

Diagrama III.5.

Distribuição dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular conforme a dimensão e o setor. 2013

Diagrama IV.1.

Distribuição dos fluxos de CHSS Regional, conforme a região, dimensão e setor de atividade. 2013

Índice de esquemas

Esquema II.1.

Grau de concentração da CHSS Bilateral, conforme o valor do Índice de *Herfindahl*

Esquema II.2.

Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme as datas e o uso potencial

Esquema II.3.

Informação disponível sobre datas para projetos e ações registados em 2013

Esquema II.4.

Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme os custos e o uso potencial

Esquema II.5.

Projetos com dados disponíveis para o cálculo de indicadores a partir de custos

Esquema III.1.

Linhas nas quais a Ibero-América registou progressos para uma melhor gestão e conhecimento da CSS Triangular

Esquema III.2.

Informação disponível sobre as datas de início e de conclusão das iniciativas de CSS Triangular. 2013

Esquema III.3.

Elementos referentes à operacionalidade da Cooperação Sul-Sul Triangular

Esquema III.4.

O financiamento da Cooperação Sul-Sul Triangular através de fundos

Esquema III.5.

Origem dos projetos de CSS Triangular, conforme o parceiro solicitante, 2013

Esquema IV.1.

Contraste de experiências com elementos regionais, conforme a modalidade

Esquema IV.2.

Processo de criação e caracterização do mecanismo institucional que rege a cooperação no quadro da Aliança do Pacífico

Esquema IV.3.

Participação dos diferentes intervenientes na cooperação da Aliança do Pacífico

Esquema IV.4.

Estrutura e órgãos diretivos da UNASUL

Esquema IV.5.

Mecanismo de financiamento da cooperação no quadro da UNASUL

Índice de gráficos

Gráfico II.1.

Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral. 2010-2013

Gráfico II.2.

Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral “bidirecionais”. 2010-2013

Gráfico II.3.

Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral, quando os “bidirecionais” se distinguem e se eliminam as duplicidades. 2010-2013

Gráfico II.4.

Relação entre o Índice de Herfindahl e o grau correspondente de participação relativa do primeiro ofertante (ou recetor) sobre o total de projetos e ações. 2011, 2012, 2013

Gráfico II.5.

Relação que os principais ofertantes e recetores mantêm entre o número de projetos, o peso dos principais parceiros e o grau de concentração conforme Herfindahl. 2013

Gráfico II.6.

Ações de CHSS Bilateral, por dimensões e setores de atividade. 2013

Gráfico II.7.

Histograma da distribuição dos projetos de CHSS Bilateral em execução em 2013, conforme as datas de aprovação, início e finalização

Gráfico II.8.

Distribuição dos projetos, conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e de início

Gráfico II.9.

Distribuição dos projetos e ações, conforme o tempo de duração

Gráfico II.10.

Projetos que dispõem de informação relativa aos custos, conforme a tipologia do custo (orçamentado/executado), o período de referência (2013 ou total) e o papel do país (ofertante/recetor)

Gráfico II.11.

Histograma da Distribuição dos projetos, conforme o custo orçamentado assumido pelo ofertante

Gráfico II.12.

Distribuição dos projetos, conforme o grau de execução do custo orçamentado pelo ofertante para o ano de 2013

Gráfico A.II.1.

Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2013

Gráfico A.II.2.
Perfil de capacidades dos principais recetores, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2013

Gráfico A.II.3.
Distribuição do Custo Orçamentado Total dos projetos, entre ofertante e recetor

Gráfico III.1.
Projetos e Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular em execução cada ano (período 2006-2013)

Gráfico III.2.
Distribuição percentual dos projetos conforme o país e/ou organismo e papel. 2013

Gráfico III.3.
Principais ofertantes e recetores conforme o seu IVCR de CHSS Bilateral e Triangular

Gráfico III.4.
Distribuição das ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme a dimensão e o setor. 2013

Gráfico III.5.
Dimensão setorial dos Projetos de CSS Triangular, conforme o seu papel. 2013

Gráfico III.6.
Distribuição dos Projetos de CSS Triangular conforme a data de início e de conclusão

Gráfico III.7.
Duração dos Projetos e Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. 2013

Gráfico III.8.
Custos assumidos em 2013 pelo Primeiro Ofertante, para projetos em execução

Gráfico III.9.
Tipos de acordos reguladores dos projetos de CSS Triangular. 2013

Gráfico III.10.
Participação dos diferentes intervenientes em cada uma das fases dos projetos de CSS Triangular. 2013

Gráfico IV.1.
Projetos de CHSS Regional, por dimensões e setores de atividade. 2013

Índice de mapas

Mapa II.1.

Participação dos países nos projetos de cooperação, conforme o papel. 2013

Mapa II.2.

Participação das sub-regiões nos projetos de CHSS Bilateral, conforme o papel. 2013

Mapa A.II.1.

Participação dos países nas ações de cooperação, conforme o papel. 2013

Índice de matrizes

Matriz II.1.

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2013

Matriz II.2.

Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2013

Matriz A.II.1.

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2013

Matriz A.II.2.

Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2013

Índice de tabelas

Tabela II.1.

Perfil setorial dos principais ofertantes, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2013

Tabela II.2.

Perfil setorial dos principais recetores, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2013

Tabela A.II.1.

Comparação dos graus de concentração/dispersão da CHSS Bilateral de 2011, 2012 e 2013, conforme o indicador

Tabela A.II.2.

Indicadores de concentração das relações bilaterais estabelecidas pelos principais ofertantes e recetores na cooperação com os seus parceiros da América Latina. 2013

Tabela A.II.3.

Classificação dos setores de atividade, a partir de uma variante da utilizada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (novembro de 2004)

Tabela A.II.4.

Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral em execução em 2013, conforme as datas de aprovação, início e finalização

Tabela A.II.5.

Distribuição dos projetos, conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e início

Tabela A.II.6.

Distribuição dos projetos em execução em 2013, conforme o seu tempo de duração

Tabela A.II.7.

Distribuição dos projetos, conforme o custo orçamentado assumido pelo ofertante

Tabela III.1.

Índice de Bela Balassa para os principais ofertantes e recetores de CHSS Bilateral e CSS Triangular

Tabela III.2

Informação disponível sobre custos de CSS Triangular, conforme o tipo de custo, o papel assumido e o tipo de iniciativa. 2013

Tabela A.III.1

Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013

Tabela A.III.2.

Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013

Tabela A.III.3.

CSS Triangular com o Caribe não Ibero-Americano, conforme o primeiro ofertante. 2013

Tabela A.IV.1.
Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2013

Tabela A.IV.2.
Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2013

Tabela A.IV.3.
Países participantes nos diversos Programas e Projetos Ibero-Americanos

Tabela A.IV.4.
Projetos de CHSS Regional com o Caribe não Ibero-Americano. 2013

Tabela A.IV.5.
Participação dos Organismos Regionais nos Programas e Projetos de CHSSR. 2013

Resumo Executivo

O presente *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015* centra-se em identificar e caracterizar a Cooperação Sul-Sul em que a nossa região participou ao longo do ano de 2013. Para esse efeito, dedica três capítulos à análise de cada uma das modalidades reconhecidas no espaço ibero-americano: a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (Capítulo II), a Cooperação Sul-Sul Triangular (Capítulo III) e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional (Capítulo IV). De forma complementar, a edição atual do Relatório também inclui, no seu capítulo de introdução, uma reflexão sobre o papel que a nossa região deve desempenhar no sistema de Cooperação Internacional que será definido no quadro da Agenda Pós-2015.

Assim, **num ano de 2015 que redefinirá a arquitetura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento** das próximas décadas, os países ibero-americanos, através dos seus responsáveis governamentais, dedicam o **primeiro capítulo** deste Relatório a **refletir sobre o papel que a Cooperação Sul-Sul Triangular pode desempenhar no novo cenário. Neste sentido, os países entendem que no novo cenário** pós-2015, a Cooperação Sul-Sul Triangular, como ponto de encontro entre duas experiências de cooperação diferentes (a Sul-Sul e a tradicional), pode tornar-se num **recurso inovador para que os países desenvolvidos, em condições de paridade, se possam acrescentar à Cooperação Sul-Sul**. Referem também que a incorporação de outros intervenientes à prática da Cooperação Sul-Sul coloca o **desafio de estabelecer pontes sem pôr em risco os valores e os princípios que distinguem e definem esta modalidade**.

Por sua vez, a análise da Cooperação Sul-Sul participada pela nossa região, inicia no **segundo capítulo**, segundo o qual, **durante 2013, os dezanove países da América Latina executaram um total de**

576 projetos e 399 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. A respeito destas quase 1.000 iniciativas, devemos acrescentar que:

a) No exercício do papel de ofertantes, 5 países justificaram praticamente 85% do total dos projetos de 2013: O Brasil e a Argentina (166 e 140 projetos, equivalentes a mais de 50% do total); **juntamente com o México, o Chile e o Uruguai**, três países cujas participações individuais de cerca de 10%, somaram outros 30,9% dos 576 projetos registados. Os restantes 16% da cooperação oferecida foi executada por um total de nove países, entre os quais também devemos distinguir: por um lado, Cuba e a Colômbia (34 e 30 projetos, respetivamente); e por outro lado, a Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Peru e Venezuela (de 1 a 12 projetos, conforme o caso). Igualmente, em 2013 e nesse papel, o Paraguai e a República Dominicana, assim como as Honduras, a Nicarágua e o Panamá, não registaram qualquer atividade.

b) No que se refere à receção de projetos, ao longo de 2013, **todos os países da região, sem exceção, participaram no exercício deste papel**. Destacaram-se **El Salvador** (80 projetos) **juntamente com Bolívia, Equador e Uruguai** (entre 45 e 50 projetos cada um); **quatro países que de forma conjunta chegaram a explicar quase 4 de cada 10 projetos. Outros 25% do total da cooperação recebida em 2013 explicou-se pela participação da Colômbia, Cuba, México e Peru** (entre 30 e 40 projetos cada um). Entre os restantes projetos, um em cada três contou com a participação de algum destes nove países: por um lado, a Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica juntamente com a República Dominicana; por outro lado, a Venezuela, Chile, Argentina e Paraguai. O Panamá e o Brasil (por sua vez principal ofertante) explicaram de forma conjunta os últimos 3,3% dos projetos.

c) Durante o mesmo ano de 2013, **mais de um terço dos projetos intercambiados (35%) tiveram por objetivo fortalecer capacidades de carácter Social**, especialmente na área da **Saúde**. **Três em cada 10 (29%) mantiveram uma orientação económica e foram promovidos para apoiar determinados Setores produtivos**, entre os quais se destacou o **Agropecuário (53% desses mesmos projetos)**. **Seguiram-se**, por ordem de importância relativa, **os projetos (13,6%) que tiveram como prioridade o Fortalecimento das instituições governamentais**. Neste âmbito tão heterogéneo, destacaram-se entre outras, as iniciativas orientadas para o reforço das Políticas e da Administração Pública, o Desenvolvimento Legal e Judicial, a Segurança Pública e Nacional e os Direitos Humanos. **Também foi significativa (11,4%)**, a cooperação cuja finalidade residiu em criar e melhorar as condições de funcionamento das economias nacionais através do **impulso das Infraestruturas e serviços económicos**. Por fim, mantiveram uma **participação relativamente menor** (de 6,7% e 4,3% respetivamente), aquelas **atividades** cujo foco de intervenção foram as denominadas **Outras dimensões** (Cultura, Género e Desenvolvimento), assim como o **Ambiente**.

d) Finalmente e dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos no espaço ibero-americano tanto em termos de criação de **indicadores para a Cooperação Sul-Sul** como de **aplicação de técnicas estatísticas**, o segundo capítulo encerra com uma secção dedicada a **conhecer outros aspetos da CHSS Bilateral**, como podem ser a “dimensão”, temporal e económica da Cooperação Sul-Sul, ou a “eficiência” com a qual os países a executaram. Tendo em conta a limitação de dados e a modo de ilustração:

- A estimativa do tempo decorrido entre as fases de aprovação e de início de uma atividade dá **uma ideia da “eficiência”** ou celeridade com a qual os parceiros atuaram na altura de implementar os projetos. Neste sentido e **no que se refere aos projetos que estiveram em execução em 2013, mais de metade iniciaram a sua atividade num espaço de tempo que em nenhum caso ultrapassou os seis meses**; três em cada 4 projetos fê-lo num período inferior a um ano; e 9 em cada 10 iniciaram antes de ter passado 1 ano e 8 meses.
- Por sua vez, relacionando as datas de início e de conclusão da atividade podemos **saber um pouco mais sobre a “dimensão” temporal dos projetos**. Assim, e usando como medida a duração média, sabemos que **uma quarta parte dos projetos intercambiados**

pelos países ibero-americanos ao longo de 2013, estiveram em execução durante menos de um ano e meio; 55,4%, por seu lado, fizeram-no durante um período de tempo inferior a dois anos e três meses; e 75,1% pôde chegar a estender a sua duração até aos 3 anos (1.080 dias). Os restantes 24,9% registaram períodos de duração sempre superiores a esses 36 meses.

Entretanto, o **terceiro capítulo** centrou-se na **análise dos 68 projetos e das 98 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular registadas na região durante o ano de 2013**. Relativamente a estas iniciativas (**36% mais do que as correspondentes a 2012**), devemos destacar o seguinte:

a) **No exercício do papel de primeiro ofertante, o país mais destacado foi o Chile**, o qual participou num quarto dos 68 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular registados em 2013. **Destacaram-se também o Brasil, México e Argentina** que, juntamente com o Chile, chegaram a ser responsáveis por **8 em cada 10 projetos**.

b) Por sua vez e **no papel de segundos ofertantes**, destacaram-se **quatro países que participaram em 72,1% dos projetos**: a **Alemanha e os Estados Unidos** (cujos pesos relativos rondaram os 20%) e o **Japão e Espanha** (entre 10 e 20%).

c) Outros quatro países (**El Salvador e Honduras**, com percentagens de participação de 16,2% cada um; e **Bolívia e Guatemala**, com pesos respetivos de 11,2% e 10,3%) **participaram como recetores em quase mais de metade dos projetos**.

d) Devemos acrescentar que nas participações anteriores tiveram influência as alianças que os diferentes parceiros estabeleceram de forma preferencial para promover a CSS Triangular. A modo de ilustração **destacaram-se as associações do Chile com os Estados Unidos e a Alemanha** (dois parceiros com os quais o país andino executou 45% dos seus projetos); assim como a do **Brasil com os Estados Unidos e as Honduras** (uma associação que justificou um terço dos projetos triangulares do país sul-americano). A cooperação com o Brasil e com o Chile também explicou 81,8% dos projetos recebidos pelas Honduras; e a estabelecida com o Chile, 63,6% dos projetos que reforçaram El Salvador.

e) Por seu lado, **praticamente quatro em cada dez projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular foram orientados para reforçar capacidades no âmbito Económico**. Nessa área predominou o apoio à **vertente mais produtiva da economia** (20,6% do total dos projetos), de novo graças à primazia do setor **Agropecuário** (sete em cada dez). Entretanto, o **Fortalecimento institucional explicou quase uma quarta parte dos projetos (23,5%)** e o âmbito **Social, uma quinta (20,5%)**. Em ambas as dimensões de atividade destacaram-se, respetivamente, o Apoio às Políticas e à Administração Pública, o Desenvolvimento Legal e Judicial, a Segurança Pública e os Direitos Humanos (8 em cada 10 projetos foram orientados para fortalecer as instituições de Governo); assim como a Saúde (metade dos projetos de orientação social). Por fim, os projetos dedicados ao Ambiente representaram pouco menos de um quinto do total (17,6%).

“Durante 2013, os dezanove países da América Latina executaram um total de 576 projetos e 399 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral”

f) Por outro lado e de forma análoga ao já antes realizado no segundo capítulo, **a aplicação de indicadores e de recursos estatísticos permitiu que pudéssemos conhecer um pouco melhor o comportamento da Cooperação Sul-Sul Triangular**. Assim, por exemplo, aprofundou-se de novo a dimensão temporal desta modalidade através da estimativa das médias de duração dos projetos e ações. Mais especificamente, conclui-se que **7 em cada 10 projetos de CSS Triangular foram executados em menos de 2 anos e meio**; 27% necessitou para a sua execução de períodos entre 3 e 4 anos; e apenas 3% alargou o seu ciclo de execução durante mais de 4 anos. De forma coerente, **as ações exigiram períodos de execução muito inferiores: 6 em cada 10 concluíram em menos de 10 dias**; 37,4% em intervalos entre 11 e 40 dias; e apenas 3,3% das ações necessitou de um período superior a 40 dias.

g) Também, e aplicando uma variante inovadora do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (ICVR) (ou de Bela Balassa) **se calculou, para um grupo de países selecionados, em que modalidade de**

cooperação (Horizontal Sul-Sul Bilateral ou Sul-Sul Triangular) se apresentaram relativamente mais fortes. Com este cálculo concluiu-se que, em termos relativos comparativamente com o resto das nações ibero-americanas, países como as **Honduras e o Chile** (no papel de recetor e de ofertante, respetivamente) apresentaram uma vantagem comparativa na modalidade de Cooperação Sul-Sul Triangular, enquanto que outros como o **Brasil, a Argentina** (nos papéis de ofertantes) e o **Equador** (como recetor) mostraram maior força na **CHSS Bilateral**.

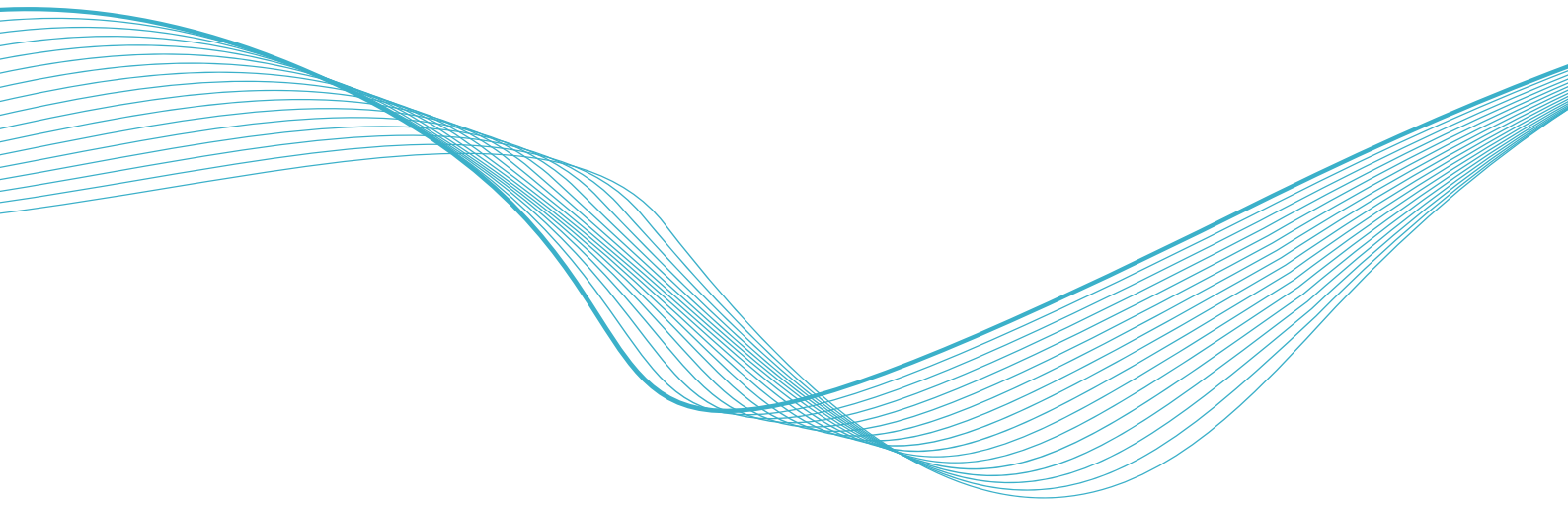
h) Finalmente, **aprofundaram-se algumas questões de caráter operacional**. A modo de síntese, concluiu-se que **91,1% dos projetos de CSS Triangular participados pelos nossos países foram executados sob algum tipo de quadro regulamentar. Praticamente metade destes acordos foram de caráter tripartido**. Igualmente, **86,9% dos projetos teve a sua origem a pedido do recetor**. Na maior parte das ocasiões, o recetor dirigiu um pedido a quem exerceu como primeiro ofertante. A incorporação dos segundos ofertantes tendeu a produzir-se através do estabelecido nos acordos para apoiar projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular que, desde há alguns anos, tem vindo a ser promovida pelo primeiro e segundo ofertantes.

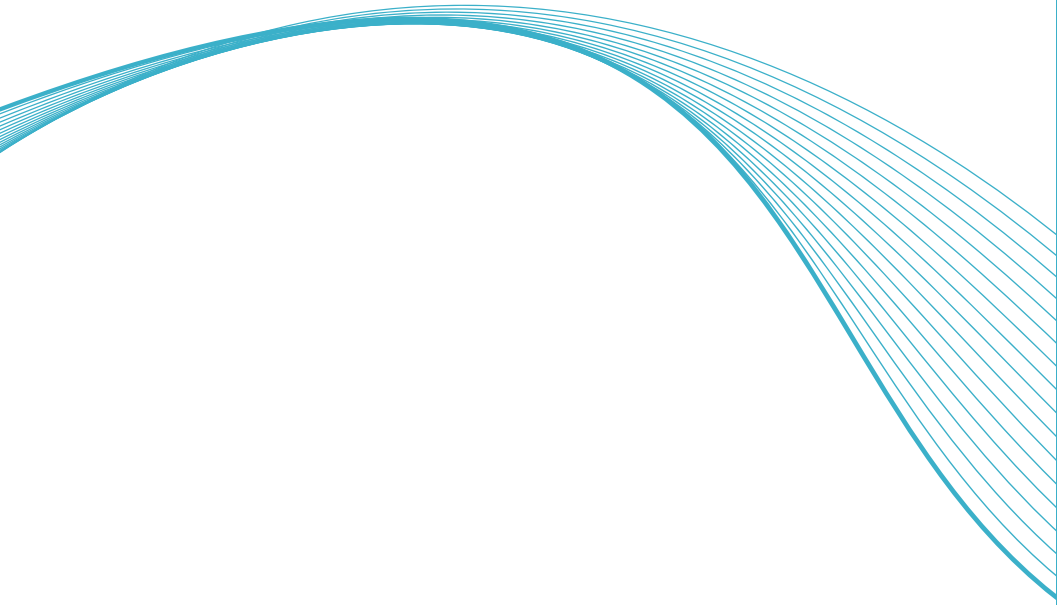
Para encerrar a parte que se refere à Cooperação Sul-Sul participada pela nossa região, o **quarto capítulo** dedica-se aos **50 programas e 28 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional nos quais os países ibero-americanos declararam participar ao longo do ano de 2013**. A esse respeito convém referir que:

a) Através de uma ação concertada e coletiva, **pouco mais de um terço dos 50 programas registados em 2013 sob essa modalidade foram orientados para o fortalecimento de capacidades socioeconómicas**: 20,8% para as Sociais e 14,6% para a melhoria de Infraestruturas e serviços económicos. Nestes dois âmbitos foi determinante a cooperação dedicada à **Educação**, às **Políticas Sociais**, ao apoio à **inovação científico-tecnológica** e às **Comunicações**. Outros 25% (um em cada 4 programas) tiveram por objetivo reforçar as denominadas Outras dimensões de atividade, fundamentalmente através do apoio à **Cultura** (três em cada quatro desses programas). De forma complementar, 18,8% orientou-se para o **Fortalecimento institucional** dos governos e, um mínimo de 6,3%, para atividades no âmbito do **Ambiente**.

b) No que se refere aos **28 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional** participados pelos países ibero-americanos durante 2013, **prevaleceram os de perfil Económico: principalmente no âmbito dos Setores produtivos** (quase 4 em cada 10 projetos) e em menor medida no da criação de **Infraestruturas e serviços** (14,3% do total). **Outros 42,9% dos projetos dedicaram-se ao Fortalecimento institucional e ao apoio das capacidades de âmbito Social** e apenas 3,6% ao Ambiente. Mais uma vez e com este perfil voltaram a ser determinantes os projetos (28,6% do total) dedicados aos setores **Agropecuário** e do **Governo**.

c) Por seu lado, embora não seja condição necessária para definir a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, **em 2013, a participação de mecanismos e organismos de carácter regional nos 50 programas e 28 projetos identificados sob esta modalidade foi mais do que significativa**: de facto, esses organismos desempenharam algum tipo de papel em pelo menos **92,0% e 96,4% das iniciativas declaradas**. Mais especificamente, **em nove de cada 10 programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, os países reforçaram as suas capacidades a partir de intercâmbios regulamentados por** alguns dos esquemas de concertação política e comercial mais relevantes da região: conforme declararam os países, o **SICA**, a **CAN**, a **UNASUL** e os **pertencentes à Conferência Ibero-Americana**. Estes esquemas ou mecanismos **regulamentaram, por sua vez, cerca de metade dos projetos de CHSS Regional executados em 2013; noutra metade destacaram-se o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico**. Neste sentido, devemos acrescentar que, dadas estas circunstâncias e a partir de um estudo de caso, o capítulo faz uma reflexão sobre o papel desempenhado por estes organismos na altura de reger as relações que se estabelecem entre os intervenientes que participam nos programas e projetos executados nessa modalidade de cooperação.





Acrónimos

Acrónimos

A

AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

AGCI – Agência de Cooperação Internacional do Chile

AIF – Associação Internacional de Fomento

AIMP – Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos

AL – América Latina

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

AMEXCID – Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

APCI – Agência Peruana para a Cooperação Internacional

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

B

BDC – Banco de Desenvolvimento do Caribe

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

C

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CAN – Comunidade Andina

CARICOM – Comunidade do Caribe

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Económica para a América Latina e o Caribe

CHSSB – Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

CHSSR – Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias

COMJIB – Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos

CRC-OSA – Centro Regional do Clima para o Oeste da América do Sul

CSS – Cooperação Sul-Sul

E

ECOSOC – Conselho Económico e Social

F

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FOAL – Fundação ONCE para a Solidariedade com Pessoas Cegas da América Latina

G

GAFISUD – Grupo de Ação Financeira da América do Sul

GAN – Grupo de Alto Nível da Aliança do Pacífico

GEF – Global Environment Fund

GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional)

GTZ – Grupo Técnico de Cooperação da Aliança do Pacífico

I

IDIE – Institutos para o Desenvolvimento e a Inovação Educativa

M

MARN – Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais de El Salvador

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIPYME – Micro, Pequena e Média Empresa

N

NU – Nações Unidas

O

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OEA – Organização dos Estados Americanos

OECS – Organização dos Estados do Caribe Oriental

OEA – Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

OI – Organismo Internacional

OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude

OIEA – Organismo Internacional de Energia Atómica

OISS – Organização Ibero-Americana de Segurança Social

OMM – Organização Meteorológica Mundial

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPS – Organização Pan-Americana da Saúde

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazónica

P

PAPC – Plataforma de Acordos Públicos Comunitários

PBI – Produto Interno Bruto

PIFCS – Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

PRM – País de Rendimento Médio

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRM – Países de Rendimento Médio

S

SEGIB – Secretaria-Geral Ibero-Americana

SICOFAA – Sistema de Cooperação entre as Forças Armadas Americanas

SICA – Sistema para a Integração Centro-Americana

SNET – Serviço Nacional de Estudos Territoriais de El Salvador

SNU – Sistema das Nações Unidas

U

UE – União Europeia

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

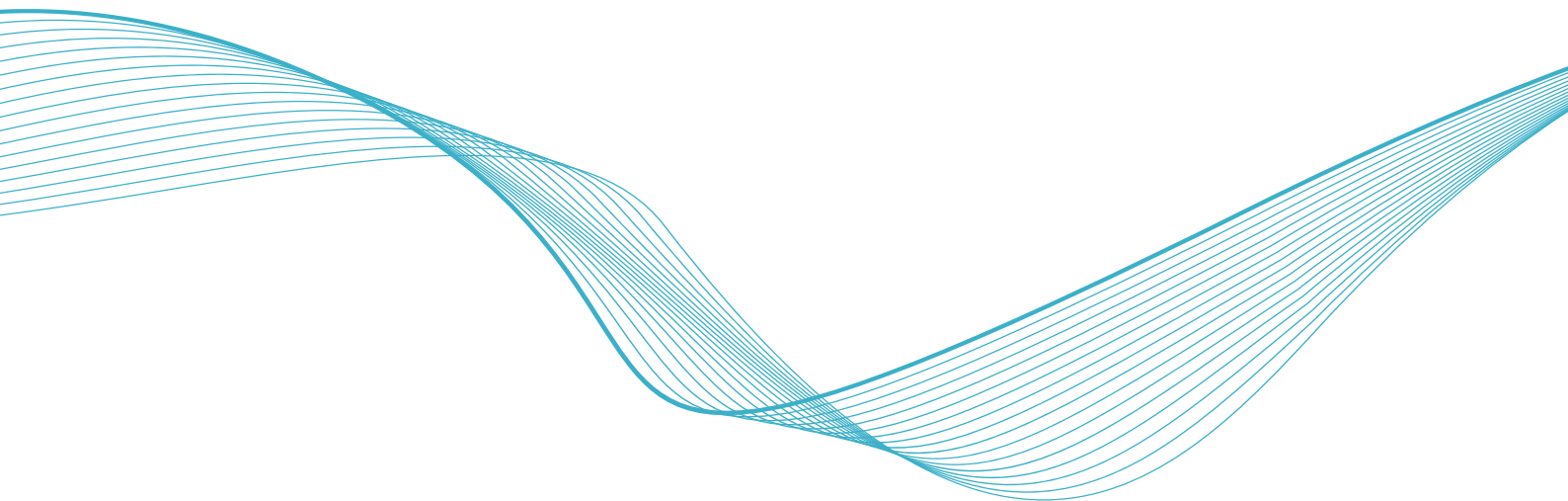
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

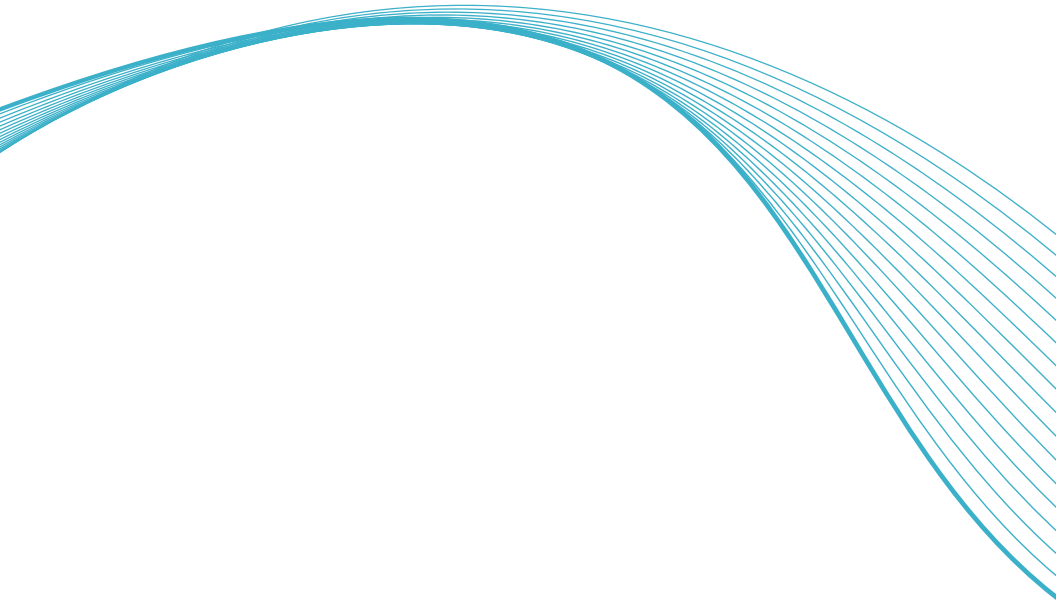
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População

UNISDR – Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

UNOSSC – Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul



Workshop "Progressos e Desafios do PIFCSS", Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), San Salvador, 27 de maio de 2015



Capítulo I

A cooperação triangular como ponto de encontro entre dois paradigmas

A cooperação triangular como ponto de encontro entre dois paradigmas¹

I.1. Introdução

O grau de maturidade atualmente alcançado pela Cooperação Sul-Sul (CSS), coloca os países latino-americanos face a um desafio de crescimento inevitável: o de construir pontes com a cooperação tradicional, sem por isso perder os seus traços característicos e definidores.

Nas décadas passadas, desde os primeiros passos da Cooperação Sul-Sul como assistências técnicas isoladas e solidárias entre países em desenvolvimento, até à atualidade, em que o sistema multilateral das Nações Unidas intensifica os seus esforços para a quantificar, sistematizar e incluir nos relatórios anuais dos seus órgãos de maior hierarquia, que os países do sul geraram uma série de experiências, cuja dimensão e impacto lhes oferece a possibilidade de estabelecerem uma relação de paridade com os agentes tradicionais do sistema internacional de cooperação.

O cenário complexo do desenvolvimento dá ao mesmo tempo origem a riscos e oportunidades para aprofundar e organizar essa relação. Os países latino-americanos encontram-se num limiar que para ocupar um terreno próprio na arquitetura da cooperação internacional das próximas décadas deve ser ultrapassado e que se definirá, em grande medida, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2015. Por sua vez, como países ibero-americanos associados ao Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, dispõem de um espaço único para progredir neste exercício.

Por outro lado, a Cooperação Triangular (CT), permite a inter-relação entre duas experiências de cooperação, marcando o encontro com outros agentes de desenvolvimento, o que coloca os países ibero-

americanos perante o desafio de observar a prática da Cooperação Sul-Sul e de a levar em conta para envolver outros agentes sem se fundir nem perder de vista valores que constituem as características distintivas desta modalidade de cooperação: solidariedade, benefício mútuo, flexibilidade, horizontalidade, respeito pela soberania e não ingerência nos assuntos internos dos países, consenso, equidade; acrescentando a contribuição da experiência e da sistematização, assim como os recursos humanos e financeiros próprios da cooperação tradicional.

Atendendo ao atrás mencionado, o presente capítulo procura abordar diferentes ângulos da Cooperação Triangular como recurso dos países ibero-americanos para maximizar o seu potencial nos próximos anos, fazendo também uma reflexão significativa sobre o papel da nossa região e o futuro da Cooperação Internacional no quadro da agenda pós-2015.

I.2. O que é a Cooperação Triangular?

Com base na casuística da nossa região, o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América² definiu a Cooperação Triangular efetuada pelos países até ao ano de 2012, como *“uma modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual participam um conjunto de agentes que, podendo todos eles realizar diferentes tipos de contributos, dividem entre si o exercício de três papéis; o dos assim denominados primeiro ofertante, recetor e segundo ofertante. A característica distintiva é determinada pelo papel do primeiro ofertante, o qual atua como principal responsável pelo fortalecimento das capacidades.”*³

Por seu lado, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

¹ Capítulo acordado e elaborado pelos países ibero-americanos membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), através das figuras dos seus Responsáveis de Cooperação e a partir de um projeto inicial preparado pela Argentina, Espanha e Chile.

² Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014, SEGIB, Madrid, abril 2014.

³ Op. cit, pag 109.

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (CAD OCDE), a partir de um workshop no qual participaram países de várias regiões do mundo (Policy Dialogue on Triangular Cooperation, 16 e 17 de maio de 2013 – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Portugal), reconheceu que a Cooperação Triangular envolve três papéis: o de facilitador, o de pivot e o de beneficiário. De acordo com esta aproximação, e sem tentar chegar a uma definição precisa, a Cooperação Triangular centra-se nas “capacidades e no conhecimento partilhado” e “constrói sobre as vantagens comparativas e as complementaridades” dos “parceiros”, que podem assumir, cada um deles, qualquer das três funções.

Por outro lado, e no âmbito dos recentes “Workshops para a Construção do Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América” (Bogotá, julho de 2014 e San Salvador, agosto de 2014), organizados pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, analisaram-se as definições de Cooperação Triangular de cada um dos Estados membros e verificou-se que, em maior ou menor grau, os países faziam referência a estes conceitos, alguns mencionavam como agentes organismos multilaterais e outros chegavam a incluir o setor privado.

Como se pode observar, estas ideias-força, cuja força reside em estarem baseadas na prática, representam o enorme potencial desta modalidade de cooperação, que deve ser abordada como um processo no qual o diálogo e as complementaridades desempenham um papel central, bem como a confiança mútua e a solidez da relação com os parceiros.

Tanto a definição do nosso Programa, que certamente continuará a evoluir com a prática, como a do CAD, revelam a natureza polissémica deste conceito, que deve absorver na sua prática múltiplos agentes do sistema internacional. Nesta versatilidade radica o seu maior desafio, e simultaneamente a sua grande vantagem, já que deixa uma janela aberta a múltiplas possibilidades: associação entre vários países em desenvolvimento ou entre dois em desenvolvimento e um desenvolvido ou entre vários em desenvolvimento e organismos regionais ou multilaterais, inclusivamente organismos da sociedade civil ou do setor privado.

I.3. O papel das Nações Unidas e de outros fóruns internacionais na formação da nova arquitetura da cooperação

A característica mencionada no ponto de intersecção das duas modalidades, que em sucessivos relatórios e declarações⁴ foram definidas como “complementares”, faz com que o sistema multilateral das Nações Unidas seja o âmbito de maior legitimidade e abrangência para tratar este tipo de esquemas, uma vez que naquele sistema o conjunto dos Estados participa em igualdade de condições.

Os anos vindouros anunciam cenários apropriados para capitalizar a capacidade instalada e a disposição das Nações Unidas para apoiar esta confluência de esforços na agenda do desenvolvimento. Da mesma forma, outros processos regionais ou globais podem sem dúvida contribuir para esses esforços, tal como o caso do Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul que está a alcançar consideráveis progressos conceptuais e procedimentais em matéria de Cooperação Triangular.

O Sistema das Nações Unidas oferece múltiplos canais tanto para dar visibilidade como para promover articulações de Cooperação Triangular. Embora a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular sejam mencionadas e descritas de forma geral nos sucessivos relatórios do Secretário-Geral do ECOSOC;⁵ assim como em várias Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU),⁶ ainda se coloca o desafio de incluir um mandato específico para promover a cooperação triangular nalgum dos mecanismos existentes para fomentar a Cooperação Sul-Sul. Isso também colaboraria para valorizar o conhecimento adquirido pelos organismos especializados do Sistema das Nações Unidas, tanto sobre as capacidades que melhor podem vir a ser construídas pelos países nos quais operam, como sobre as necessidades específicas que podem vir a ser abordadas, efetuando-se um trabalho de cruzamento de informação que se enquadraria com os seus mandatos específicos de Cooperação Sul-Sul.

Nesta ordem de ideias, o Sistema das Nações Unidas também poderia contribuir com a sua experiência

⁴ “14. We stress that South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, North-South cooperation.”; A/RES/64/222, “Nairobi outcome document of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation”, pág. 3.

⁵ O último relatório foi o A/RES/69/153, “Estado da Cooperação Sul-Sul – Relatório do Secretário-Geral”, 17 de julho de 2014.

⁶ A/RES/64/222 - A/RES/64/504 - A/RES/67/226, entre outras.

acumulada para colaborar com alguns dos desafios pendentes, tais como a organização e a visibilidade de capacidades locais e a sistematização de informação acerca das práticas de Cooperação Triangular. Ambas as questões serão cada vez mais necessárias, à medida que se forem aprofundando as relações entre os países no sentido de implementarem essas associações.

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), cujo estatuto foi recentemente discutido numa sessão especial para determinar se deveria sair da órbita do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para passar a ser integrado na Secretaria-Geral,⁷ representa também um espaço propício para aprofundar o debate sobre a matéria e dar a conhecer a cooperação que se realiza no quadro do espaço ibero-americano; consolidar a presença da nossa região no âmbito multilateral; lançar pontes concretas para outras regiões; criar ligações com os organismos especializados do Sistema através das suas Comissões Executivas e incidir nas programações bianuais de modo a que a Cooperação Triangular seja uma área de trabalho e/ou um instrumento cada vez mais relevante e operacional em todas as Agências do Sistema.

Neste sentido, o último relatório do Secretário-geral informa “Precisamente no âmbito do UNOSSC, os Estados membros intensificaram o seu apelo a prestar um apoio mais sistemático e coordenado à Cooperação Sul-Sul em todo o sistema das Nações Unidas e, em particular, a fortalecer os acordos institucionais a fim de mobilizar novos agentes e aproveitar melhor as oportunidades que se apresentam para o desenvolvimento por meio de associações Sul-Sul e associações triangulares.”⁵

A Cooperação Triangular como ponto de encontro deverá ocupar um lugar central na área da diplomacia especializada no desenvolvimento, assim como em fóruns e espaços bilaterais, regionais e globais versados no tema, a fim de alcançar compromissos que contemplem os interesses de todos os países em qualquer estágio de desenvolvimento.

Em suma, estamos chamados a continuar a trabalhar

tecnicamente com o Sistema das Nações Unidas, espaço onde a discussão sobre os diferentes modelos e estádios de desenvolvimento se recolhe por parte da comunidade internacional, a qual se traduz em consensos entre países e agrupamentos de países, assim como em mandatos para os organismos multilaterais.

I.4. A agenda do desenvolvimento – O pós-2015

Depois dos esforços que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio representaram, cujo alcance termina em setembro de 2015, mas não os seus propósitos, a comunidade internacional está a formular novos objetivos com base na experiência destes quinze anos, incorporando novos agentes, com metas mais concretas, via indicadores e respeitando os atuais diferentes modelos de desenvolvimento.

Este processo, que se iniciou com a adoção do documento emanado da Cúpula Rio +20 “O futuro que queremos”, enfatizou a necessidade de iniciar um processo de debate intergovernamental, de caráter aberto, transparente e inclusivo para todos os Estados, sem prejuízo das contribuições que outros agentes pudessem realizar, a fim de avançar para a definição de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, que integre de forma equilibrada a dimensão social, Económica e ambiental do desenvolvimento, e que também se destine a fazer face aos desafios emergentes com os quais a humanidade se confronta, em especial a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades.

I.4.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Meios de Implementação (Mdl)

No ano de 2012, as alianças entre países em desenvolvimento tornaram possível que se integrasse no documento final da Rio + 20 “O futuro que queremos” (RES/A/66/228), um princípio fundamental do desenvolvimento sustentável, conhecido pelo princípio das “responsabilidades comuns mas diferenciadas”. O mesmo foi recolhido da “Declaração do Rio 92”,⁸ com a particularidade de dar um alcance mais abrangente à

⁷ S/SC/19/3; “Medidas para continuar a reforçar o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Relatório do Secretário-Geral”; 23 de abril de 2014; pág. 11.

sua aplicação, já que se incorporaram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, Económica e ambiental.

“Reforçar os laços entre as nossas diplomacias e as nossas instituições de cooperação, para que todos os parceiros concretizem o compromisso da Cooperação Triangular”

Igualmente, este documento fundamental refere-se de forma explícita à Cooperação Sul-Sul e Triangular no contexto da “transferência de conhecimentos e assistência técnica para a criação de capacidades”,⁹ estabelecendo um compromisso com os “meios de implementação” que deveriam ser proporcionados para a consecução do que se denominou como “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS). Esses ODS deviam contar com “financiamento e recursos disponíveis” para se conseguir um “impacto positivo real no desenvolvimento dos povos”. Assim, a Rio + 20 reitera a necessidade dos países desenvolvidos de destinarem 0,7% do seu PIB à APD¹⁰ para cumprirem os seus compromissos históricos. A Rio + 20 incorpora outro conceito importante na agenda do desenvolvimento: os “Meios de Implementação” (Mdi), os quais devem ser entendidos como os meios “indispensáveis para se conseguir que os compromissos de desenvolvimento sustentável se traduzam de forma plena e efetiva em resultados tangíveis de desenvolvimento sustentável”.¹¹ Os meios de implementação mencionados no documento emanado da Rio + 20 englobam “Financiamento”; “Tecnologia”; “Criação de capacidades” e “Comércio”.

Por seu lado, os países da região reiteraram tanto o compromisso histórico dos países desenvolvidos de 0,7% do PIB, como a necessidade de contar com Mdi para os ODS em todos os eventos internacionais de desenvolvimento produzidos desde então: Declaração Final da Cúpula de Chefes e Chefes de Estado e de Governo do Grupo dos 77 “Por uma Nova Ordem Mundial para Viver Bem”, 2014, Santa Cruz de la Sierra (Bolívia); “Declaração Especial da CELAC sobre a Agenda Pós-2015”, Doc.3.6, “Declaração de Havana no

quadro da II Cúpula da CELAC”, 2014 Havana (Cuba); e “Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da CELAC”, 2014, Nova Iorque (Estados Unidos), para citar alguns exemplos.

Em conformidade com os compromissos da Rio + 20, estabeleceu-se no seio das Nações Unidas o Grupo de Trabalho Aberto sobre ODS (GT-ODS), com o mandato de propor um conjunto de objetivos que constituam a futura agenda de desenvolvimento sustentável, e, por sua vez, estabeleceu-se um Comité Intergovernamental de peritos sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, com a missão de propor opções e estratégias de financiamento efetivas para facilitar a mobilização de recursos que permitam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A partir desses mandatos, ambos os grupos se reuniram ao longo de 2014, durante o qual se efetuaram várias discussões que evidenciaram a diferença de agendas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Finalmente, no GT-ODS alcançou-se uma solução adotada pela Assembleia Geral (RES/A/68/309). O grande sucesso para os países em desenvolvimento foi o de que o referido documento traduzisse os Mdi para cada ODS. No entanto, a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular ainda não ocupam um lugar de destaque no documento.

A experiência destes Grupos de Trabalho é relevante para se tomar consciência de que os nossos acordos podem e devem ser valorizados em todos os fóruns. Portanto, nos encontros periódicos dos GT-ODS, os países organizaram-se em troicas e duplas regionais. Esta organização coloca o desafio de conseguir que os nossos acordos - preexistentes em âmbitos delimitados de cooperação - se reflitam cabalmente no cenário multilateral. Tal como se mencionou no parágrafo anterior, também neste caso devemos estreitar os vínculos das nossas diplomacias com os das nossas instituições de cooperação, concentrando esforços para conseguir que o compromisso sobre a Cooperação Triangular seja concretizado tanto pelos países em desenvolvimento, como pelos desenvolvidos, de tal forma que esta passe a ser considerada mais do que uma atividade esporádica e se incorpore aos compromissos que irão regular a cena do desenvolvimento nas próximas décadas.

⁹ O mesmo significa que se deve evitar a imposição de restrições e/ou cargas adicionais às capacidades nacionais dos países em desenvolvimento. Por sua vez, exige aos países desenvolvidos que cumpram as suas obrigações históricas de avançar com uma transferência tecnológica real e disponibilidade de recursos financeiros, tudo isso acompanhado pela construção de capacidades. O princípio baseia-se no entendimento de que os países do norte tiveram maior responsabilidade pela situação geral do desenvolvimento.

¹⁰ Parágrafo 277 do documento “O futuro que queremos”

¹¹ Parágrafo 258. “O futuro que queremos” (...) é crucial que se respeitem todos os compromissos relacionados com a APD, como aqueles realizados por numerosos países desenvolvidos para alcançar, em 2015, o objetivo de dedicar 0,7% do produto nacional bruto (PNB) à APD dos países em desenvolvimento, assim como o objetivo de dedicar entre 0,15% e 0,20% do PNB aos países menos desenvolvidos (...)

¹² Parágrafo 252. “O futuro que queremos”

Tendo em conta tudo o antes mencionado, na próxima Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento, que segundo a A/RES/68/279, terá lugar na Etiópia, em 2015, devemos trabalhar de forma conjunta para alcançar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realistas, incluindo uma fórmula comum que estabeleça a Cooperação Triangular como um meio de implementação aceitável tanto para o Norte, como para o Sul. O resultado obtido nas reuniões do GT-ODS não deve ser desaproveitado.

É interessante lembrar que durante as últimas reuniões do GT-ODS circulou a seguinte proposta para ser incorporada no parágrafo “Meios de Implementação”: “Incrementar/aumentar em X% a APD destinada a financiar iniciativas e/ou projetos de Cooperação Triangular, a fim de garantir um apoio adicional para a troca de conhecimentos, boas práticas, experiências e políticas públicas relevantes. As iniciativas e/ou projetos, guiados pelos princípios da Cooperação Sul-Sul, tais como a solidariedade, reciprocidade, respeito pela soberania nacional, apropriação e independência, não condicionalidades, não ingerência nos assuntos internos dos Estados, governação partilhada e benefício mútuo, serão definidos entre os parceiros em pé de igualdade e sem imposições.”

I.4.2. No sentido de uma aliança global para o desenvolvimento

Desde a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que a nossa região advoga por construir um sistema multilateral mais justo, equilibrado, inclusivo e representativo para todos na tomada de decisões, com regras claras e imparciais que permitam oferecer soluções efetivas aos múltiplos e crescentes desafios globais do desenvolvimento. Esta aspiração viu-se refletida no ODM 8 “Fomentar uma Associação Mundial para o Desenvolvimento”. O mesmo apresentou certas dificuldades para o seu cumprimento dentro dos prazos estabelecidos, pela ausência – ao contrário de outros ODM - de critérios e meios adequados para a sua consecução. Alguns dos países da nossa região utilizaram este ODM para apresentar as suas atividades de Cooperação Sul-Sul nos Relatórios Nacionais que

se produzem periodicamente para tornar públicos os progressos alcançados no cumprimento dos objetivos, enquadrando o seu exercício nesta atividade de alianças.

A propósito, no documento de trabalho ODS, produzido pelo Grupo de Trabalho mencionado no parágrafo anterior e aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o ODM 8 foi substituído pelo seguinte: “Fortalecer os Meios de Implementação e Revitalizar a Aliança Global para o Desenvolvimento Sustentável”.

Por conseguinte, a nossa região conta neste ODS com um campo fértil para enquadrar as atividades de Cooperação Triangular, já que o mesmo foi considerado ao mesmo tempo como um meio de implementação para tornar efetivos os compromissos do desenvolvimento e um fim em si mesmo desta agenda, o que nos incita a criar alianças cada vez mais amplas e permanentes no tempo. Portanto, será através do trabalho em conjunto, colocando no centro da agenda ibero-americana o trabalho das alianças, que poderemos evitar os erros que se evidenciaram no desenho do ODM8, que não chegou a dar conta cabal do seu cumprimento e exercício. De facto, com países pertencentes a duas regiões tão diversas como a Latino-Americana e a Europeia, e com um trabalho avançado que nos avaliza, a região ibero-americana pode dar um exemplo à comunidade internacional.

Ora, a Cooperação Triangular coloca-se então como um espaço propício para encarar esta nova aliança, como um recurso inovador para que os países desenvolvidos se possam somar à Cooperação Sul-Sul, dotando-a de maior envergadura quanto a constituir uma aliança multi-agente e multi-nível numa perspetiva de longo prazo, cumprindo ao mesmo tempo os seus compromissos históricos.

Assim, esta alternativa poderia ser uma contribuição para o debate sobre a diminuição da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para os países que o sistema internacional insiste em classificar como de “Rendimento Médio” evitando categorias como a de “doadores emergentes” e criando um enquadramento de parceiros da cooperação triangular. Não é por isso necessário reiterar neste capítulo a tradicional posição dos países da região relativa à categoria de Países de Rendimento Médio, já que a mesma foi suficientemente analisada noutros âmbitos académicos e multilaterais e existe linguagem acordada nas Declarações Finais das Conferências convocadas pelas Nações Unidas

a esse respeito¹². Portanto, insistimos em que a linguagem economicista e reducionista dos organismos multilaterais de crédito é inapropriada para formular a complexa dinâmica do desenvolvimento que enfrentamos.

É importante sublinhar que o Documento final emanado da Rio + 20 reconheceu “(...) os progressos realizados pelos países de rendimento médio para a melhoria do bem-estar das suas populações, bem como os problemas de desenvolvimento específicos que enfrentam no seu trabalho orientado para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e alcançar os seus objetivos de desenvolvimento, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e para alcançar o desenvolvimento sustentável de uma forma abrangente que integre as dimensões Económica, social e ambiental. Reiteramos que a comunidade internacional deve dar um apoio suficiente a esses esforços de diversas formas, tendo em conta as necessidades desses países e a capacidade de mobilização dos seus recursos internos”¹³

Por último, é interessante recordar que contamos com as Comissões Regionais das Nações Unidas no que se refere ao trabalho coordenado com os Estados a favor do desenvolvimento sustentável, cujo mandato é o de apoiar tecnicamente o que respeita à elaboração e conceção de políticas públicas para o desenvolvimento. Nesse contexto, a CEPAL conta com um Comité de Cooperação Sul-Sul cujo potencial ainda não foi esgotado e que, no futuro, poderia colaborar com a análise e sistematização de experiências de Cooperação Triangular.

1.5. O papel dos mecanismos regionais

Os mecanismos regionais constituem âmbitos privilegiados para criar esquemas de Cooperação Triangular. Todos os países do Programa pertencem a

diversos espaços: alguns são mecanismos de integração, como o MERCOSUL ou a ALBA; outros pertencem a espaços de carácter mais político, como a UNASUL; comercial, como a Aliança do Pacífico; ou a organismos intergovernamentais de carácter mais integral e inclusivamente histórico, político, social, cultural e económico, como a CELAC, que reúne os trinta e três países da América Latina e do Caribe.

Esta relevância, adquirida pelo regionalismo nos últimos dez anos, demonstra um deslocamento das relações exteriores bilaterais e multilaterais para o Sul, e um olhar diferente dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, acompanhando as tendências do comércio, os investimentos e os intercâmbios Sul-Sul.

É particularmente interessante observar como vários dos fóruns de integração começaram a criar espaços próprios de cooperação: no âmbito do MERCOSUL, no ano de 2012, foi criado o Grupo de Cooperação Internacional do MERCOSUL, cujo antecessor era o Comité de Cooperação Técnica (que datava de 1992). Este é o único órgão que, hierarquizado nas suas funções, centraliza as ações em matéria de cooperação técnica internacional em conformidade com a política de cooperação do MERCOSUL.

No caso particular da CELAC, que representa um espaço único de relacionamento entre a América Latina e o Caribe, esta possui, desde o ano de 2013, um Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional (criado por proposta do Chile e da Argentina). O Grupo define-se como a instância especializada da CELAC para a reflexão, criação, articulação e implementação das diretrizes de política de cooperação da região, dando especial ênfase ao fortalecimento dos laços de cooperação entre os seus membros.

Por seu lado, a Aliança do Pacífico, constituiu a partir de 2011 um “Grupo Técnico de Cooperação”, através do qual promove a cooperação alargada entre os seus países membros e que está centrado nas áreas do Ambiente e Alterações Climáticas; Inovação, Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Social; Intercâmbio Estudantil e Académico e Turismo.

Devemos também destacar a conjugação de esforços que se verifica em matéria de integração e cooperação regional na América Central, através do seu Sistema

¹² Declaração final da Conferência de Alto Nível de Países de Rendimento Médio, 2013, San José - Costa Rica; Relatório da II Comissão – ONU – “Globalização e interdependência: cooperação para o desenvolvimento com os países de rendimento médio” - A/66/442/Add.3; III Conferência Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento com Países de Rendimento Médio, 2008, Namíbia; Conferência Ministerial sobre Países de Rendimento Médio, 2007, Madrid - Espanha; II Conferência Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento com Países de Rendimento Médio, 2007, El Salvador; Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, 2002.

¹³ Parágrafo 37, “O futuro que queremos”

para a Integração Centro-Americana (SICA), criado em 1991 com o objetivo fundamental de integrar a América Central e de a tornar numa Região de Paz, Liberdade, Democracia e Desenvolvimento, firmemente sustentada no respeito, tutela e promoção dos direitos humanos.¹⁴

Por sua vez, o espaço ibero-americano, com este Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) no qual trabalhamos de forma conjunta durante tantos anos, é um âmbito privilegiado para refletir e produzir este tipo de relações, reforçando a institucionalidade da cooperação nacional na gestão de projetos e ações, apoiando a participação em diálogos tanto regionais como globais, assim como sistematizando boas práticas e informações estatísticas.

Os cenários regionais, onde os Estados se encontram unidos por vínculos culturais e históricos, são propícios à produção de ideias mais viáveis de concretizar na prática, como por exemplo aconteceu na CELAC, onde se acordou trabalhar sobre as experiências bilaterais em curso, alargando-as em envergadura com a soma de outros parceiros, transformando-as em triangulares e otimizando esforços.

Estas iniciativas têm um suporte natural nos laços de confiança produzidos pela trajetória técnica e pela história comum, permitindo assim que os seus membros estejam positivamente dispostos a partilhar informações para sistematizar experiências, tal como no caso do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS).

Igualmente, a partir desses espaços privilegiou-se o diálogo entre as diferentes plataformas regionais com o fim de não duplicar mandatos e de fomentar o trabalho em alianças sinérgicas.

Assim, estes âmbitos, tal como aqueles que criam vínculos com outras regiões como CELAC-UE, à qual pertencem todos os países ibero-americanos, são as plataformas para cristalizar este associativismo global, que representa um cunho do século XXI.

1.6. Desafios para a cooperação triangular

Atualmente, a linguagem e a prática da Cooperação Sul-Sul encontram-se instaladas e debatidas no cenário

internacional, fazendo parte do acervo das declarações das Cúpulas multilaterais e regionais, das afirmações dos Presidentes e dos Ministros das Relações Exteriores e dos relatórios e resoluções do Sistema das Nações Unidas e dos seus organismos especializados.

No entanto, a Cooperação Triangular como fenómeno com características próprias e distintivas, que inclui características de dois paradigmas diferentes para fazer cooperação, ainda não foi suficientemente abordada. Como região, cita-se a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular, mas os esforços centraram-se na prática e conceptualização da modalidade Sul-Sul.

Neste sentido, devemos reconhecer que, atualmente, a Cooperação Sul-Sul se encontra mais preparada para trabalhar com o parceiro triangular, quer este seja outro país em desenvolvimento, um país desenvolvido ou um organismo multilateral, e sem por isso perder os princípios, critérios e valores que a fizeram percorrer um caminho próprio. Por outro lado, há vários antecedentes da diversidade que a Cooperação Triangular adota na região, uma trajetória que a torna numa das regiões com maior potencial para direcionar novos esforços conducentes a alargar e aprofundar estas práticas adaptativas e inovadoras em torno de esquemas combinados e de uma maior complexidade para abordar os desafios do desenvolvimento.

Este incremento das associações deve verificar-se, não só para se implementarem projetos de maior envergadura, mas também para se constituir na expressão plena da “Aliança Global para o Desenvolvimento Sustentável”, à qual ambiciona o ODS 17 (ex ODM 8) abordado no documento de trabalho mencionado nas páginas anteriores.

Assim como as declarações e afirmações da nossa região sobre a Cooperação Sul-Sul estão apoiadas pela prática consistente das suas instituições, deve-se propor que as vinculações de Cooperação Triangular entre os países da região reflitam o tecido rico de redes de confiança entre todos os parceiros. Como se pôde observar, os países ibero-americanos dispõem de múltiplos instrumentos e espaços para acompanhar o trabalho que se reflete e estuda todos os anos no Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

Em consequência, existe uma consciência tanto das dificuldades que isso envolve, como do caminho

¹⁴ Artigo 3. Protocolo de Tegucigalpa à Carta da Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA), 1991..

percorrido. O maior risco é o de dissipar a identidade ibero-americana, criando-se novas assimetrias ou relações verticais que desvirtuem a própria essência da Cooperação Sul-Sul. Este risco fez com que se atuasse com certas reticências no cenário internacional do desenvolvimento. Torneou-se a abordagem sistemática, entendendo que as inevitáveis assimetrias das relações internacionais produziram uma diluição das características de maior solidariedade e diálogo, inclinando a prática da Cooperação Sul-Sul para condutas de uma certa verticalidade.

Para evitar esse risco devem manter-se os esforços no sentido de uma clara estratégia de Cooperação Triangular, que aborde todos os ângulos da mesma, de tal forma que esta prática se torne algo mais do que um financiamento para atribuir uma maior envergadura aos projetos em curso.

“A cooperação triangular deve implicar um valor acrescentado tanto para os países desenvolvidos como para os que estão em desenvolvimento”

A Cooperação Triangular deve envolver um valor acrescentado tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento. Ambos devem evoluir para estratégias que permitam concertar as suas contribuições em igualdade de condições, entendendo que a gestão não harmonizada, mesmo a dos doadores tradicionais, envolve para o segundo doador um esforço não menor em termos de complexidade na gestão de cada iniciativa para harmonizar os diversos procedimentos bilaterais que se adaptam “sem maior ajuste” a esta lógica de três ou mais parceiros.

Para isso, no caso de vínculos com um parceiro desenvolvido, este deve perceber que conta com um maior incentivo ao recorrer a um país em desenvolvimento por razões de “eficácia” que coincidem com as declaradas intenções desta agenda cujo último marco teve lugar na cidade do México. Estas razões serão de natureza variada: redução dos inevitáveis custos de institucionalização e burocráticos próprios dos projetos com financiamento da APD, já que os cooperantes tradicionais poderão recorrer a recursos humanos, ao conhecimento da realidade local e às idiossincrasias partilhadas dos países associados; redução dos riscos da “ajuda atada”; conhecimento

do terreno dos técnicos do Sul e vínculos culturais existentes, prática comprovada de soluções desenvolvidas localmente.

Portanto, o envolvimento do parceiro desenvolvido deve transcender o mero facto do financiamento e aprofundar a participação no próprio processo de gestão e conceção do projeto. Há algumas experiências neste sentido, como por exemplo com as cooperações da AECID, GIZ ou JICA, que se baseiam em laços de confiança e conhecimento mútuo, produto de um caminho conjunto e de longo prazo, que se iniciou com relações bilaterais, políticas, culturais e Económicas.

Assim, aprofundando o trabalho em âmbitos multilaterais e regionais, nos quais a legitimidade é dada pela pertença e não pela acumulação de atributos de poder (PIB, recursos militares, económicos, comerciais, *comodities*, etc), evitaremos as assimetrias que se verificam noutros espaços, cujas características mais economicistas inevitavelmente reproduzirão desigualdades.

Por outro lado, as associações triangulares estudadas em todas as edições do relatório apresentam um potencial de alargamento: sabemos que a Alemanha, Espanha, Canadá e Japão são os parceiros tradicionais, aos quais recentemente se incorporaram a Coreia do Sul e os Estados Unidos da América.

Como já se referiu, em grande parte dos casos, as relações bilaterais políticas resultam numa relação de cooperação. Já se observou que em grande parte dos casos a Cooperação Triangular se produz a partir de projetos bilaterais de sucesso, aos quais se acrescenta o parceiro triangular. Atualmente e de acordo com regras próprias, temos o interesse e o potencial de sistematizar e avaliar a informação para que esta esteja disponível e seja reproduzível com novos parceiros, evitando-se assim a abordagem “caso a caso” que aumenta os custos de transação e privilegia os vínculos exclusivamente políticos. Para isso, o diálogo entre todas as partes envolvidas deve ser autêntico.

Entre os resultados identificados no processo de construção do “*Guia de Orientação para a Gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América*”, verificou-se que ainda não há programações de longo alcance para a cooperação triangular, sendo que este é um elemento crucial caso queiramos desenvolver uma prática sólida e consistente que envolva todos os participantes.

Isso não significa adotar agendas externas e aplicá-las sem mais à Cooperação Sul-Sul, já que se concluiu em todos os fóruns políticos tratar-se de um paradigma diferente. Para poder manter um diálogo frutífero devem possuir-se instrumentos que permitam uma aproximação de valores e ultrapassar a enunciação quantitativa na qual se centraram nos últimos anos, obtendo indicadores que possam demonstrar resultados qualitativos de autêntica mudança e aprendizagens que não se encaixem em percentagens de “ações” ou classificações Económicas.

A nossa região está então confrontada com a tarefa de desenvolver quadros ajustados a esta modalidade de cooperação, sem recorrer a padrões exógenos que a desvirtuem ou a expressões que tenham sido aplicadas a uma realidade diferente. Neste sentido, tal como refere o mais recente relatório do Secretário-Geral relativamente à Cooperação Sul-Sul.¹⁵ “Os atuais enquadramentos regulamentares, que se servem dos que se utilizaram para a cooperação tradicional para o desenvolvimento, dadas as suas diferentes modalidades, consideram-se desadequados para a Cooperação Sul-Sul. É então necessário desenvolver um léxico apropriado para a Cooperação Sul-Sul.”

Portanto, a realização dos “Workshops para a Construção do Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América”, com a participação de todos os países ibero-americanos e de alguns parceiros tradicionais, demonstra a necessidade de avaliar e sistematizar instrumentos, experiências e metodologias acordadas e ajustadas à realidade.

Neste contexto, é também necessário promover esquemas de intercâmbio e coordenação entre os diferentes agentes da Cooperação Internacional que não apenas demonstrem, mas também promovam quadros de ação que maximizem o impacto de todas as formas de cooperação. Tudo isto, tendo como premissa fundamental que a responsabilidade primeira do desenvolvimento e das políticas de cooperação é dos Estados.

Este caminho de renovação de paradigmas, sempre que se queiram abordar esses fenómenos sem recorrer a padrões exógenos, confronta a região ibero-americana com outro desafio: o da elaboração de um glossário que nos permita abordar a prática da região sem a forçar a ajustar-se a conceitos cuja história, tradição e valores

são diferentes dos ibero-americanos. Neste sentido, a região deve responder a partir da sua própria realidade à forma de aplicar conceitos, tais como o do acesso à informação e o da promoção da eficácia e eficiência dos recursos públicos utilizados no âmbito do paradigma da Cooperação Sul-Sul, reconhecendo também a necessidade de aplicar o mesmo rigor que para qualquer outra política pública.

No último Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, listam-se os seguintes “Desafios da Cooperação Sul-Sul”¹⁶ - Reforçar a sustentabilidade da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, dado que se observou que algumas ambiciosas iniciativas Sul-Sul neste âmbito estão limitadas pelo financiamento e, em consequência, carecem de acompanhamento.

- Reforçar a qualidade e a disponibilidade da informação sobre a escala e as repercussões da Cooperação Sul-Sul; e a avaliação das realizações e dos efeitos para o desenvolvimento dos projetos de Cooperação Sul-Sul.
- Os atuais enquadramentos regulamentares, que se servem dos que se utilizaram para a cooperação tradicional para o desenvolvimento, dadas as suas diferentes modalidades, consideram-se desadequados para a Cooperação Sul-Sul. Desenvolvimento de um léxico apropriado para a Cooperação Sul-Sul.
- Promover a aprendizagem Sul-Sul à escala mundial; partilhar experiências.

No documento final da Conferência de Nairobi, que teve lugar em 2009, trinta anos após o Plano de Ação de Buenos Aires, refere-se: “No apoio do sistema das Nações Unidas à Cooperação Sul-Sul e à Cooperação Triangular manifestaram-se três tendências:

a) a diversificação e solidez cada vez maiores dos programas;

¹⁵ A/RES/69/153; “Estado da Cooperação Sul-Sul – Relatório do Secretário-Geral”, 17 de julho de 2014.

¹⁶ E/2014/77; “Tendências e progressos da cooperação internacional para o desenvolvimento. Relatório do Secretário-Geral”; 15 de maio de 2014; pág. 15..

b) uma tendência geral para a aplicação de uma perspectiva mais estratégica dos enquadramentos regulamentares e programáticos, com o apoio de esforços encaminhados para melhorar a recolha de dados, a supervisão, a avaliação e a apresentação de relatórios; e

c) a crescente cooperação dentro do sistema relativamente aos resultados da Cooperação Sul-Sul.¹⁷

Perante a falta de crescimento ou a diminuição dos orçamentos para a ajuda, impostos aos países do Norte que proporcionam a assistência ao desenvolvimento, afetados pela recessão, deu-se uma maior atenção à eficácia da execução. A perceção de que a cooperação triangular contribui para a eficácia da ajuda Norte-Sul tornou habituais esses acordos.¹⁸

Atualmente, os países desenvolvidos também não produziram uma estratégia particular para abordar a Cooperação Triangular, privilegiando inclusivamente a cooperação bilateral. Verifica-se uma prática casuística e experimental, na qual se acompanham as relações bilaterais e se alargam a outros parceiros, ou se fazem propostas de acordo com as suas agendas e interesses relativamente aos países da região.

É então importante que nos interroguemos sobre os motivos desta situação, que origina uma preferência nos países desenvolvidos pelo pagamento de consultores externos que, na maior parte das vezes, desconhecem as realidades que os técnicos locais poderiam abordar com maior conhecimento de causa e, por conseguinte, com melhores resultados. É sobre este ponto que se deve valorizar o sistema das Nações Unidas, que na sua vertente analítica e regulamentar já detetou a existência de ambos os fenómenos e cuja capacidade instalada e representação local, no quadro das suas atividades operacionais, poderia coadjuvar para avançar e difundir a prática da Cooperação Triangular, ao mesmo tempo que se promovem as vantagens comparativas da Cooperação Sul-Sul e a especificidade dos valores.

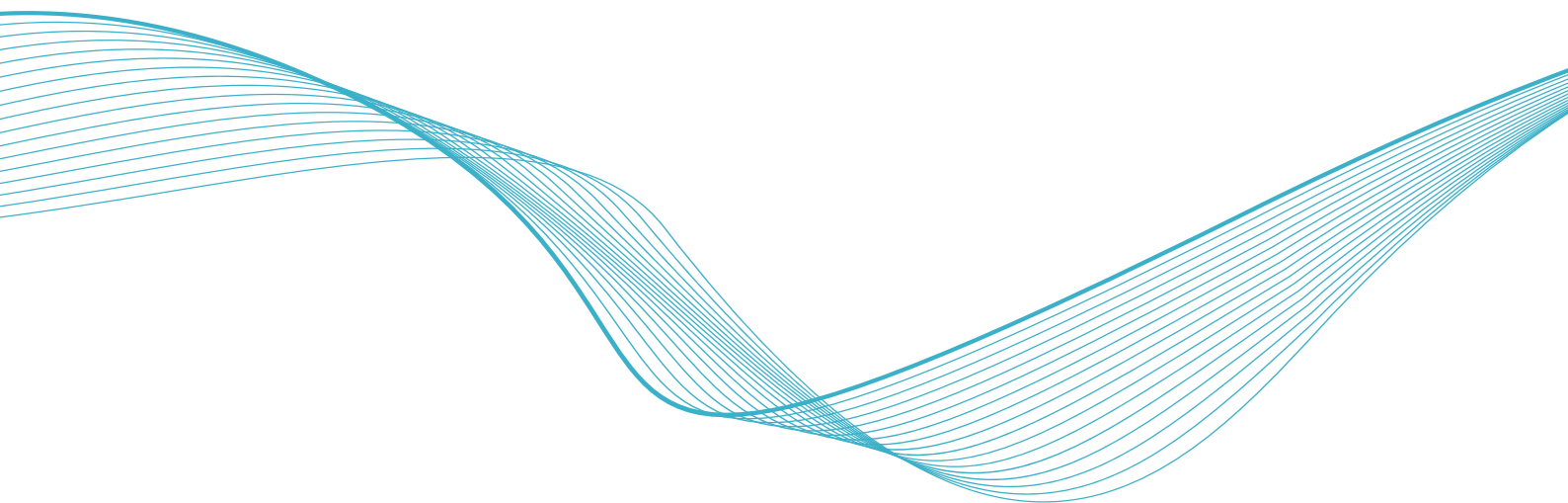
No que respeita à Agenda do Desenvolvimento, que se concretizará na próxima AGNU, a tensão em torno do problema dos “meios de implementação” ainda não está resolvida. Recordando que a agenda do Financiamento para o Desenvolvimento é mais alargada, a reunião da Conferência de Financiamento na Etiópia, que terá lugar em julho de 2015, será, sem dúvida, muito significativa. Pelo que se avançou até agora, a Cooperação Triangular ainda não é considerada um MdI. Portanto, deve refletir-se sobre se isso faz avançar os interesses estratégicos da região. E interrogar, se, face ao histórico incumprimento das percentagens de APD acordadas, uma valorização da Cooperação Triangular que não criasse uma categoria de “doadores emergentes” como pretexto para contornar os compromissos históricos, mas sim um verdadeiro associativismo global, para o qual os países em desenvolvimento pudessem contribuir com as suas capacidades técnicas e os seus peritos, não seria um mecanismo razoável e possível.

Tal como a Cooperação Sul-Sul por si só conseguiu maturidade suficiente para ser um fenómeno valorizado em diversos âmbitos, a sua continuação lógica, que é a Cooperação Triangular, deve alcançar um grau de desenvolvimento que lhe permita sair da etapa experimental, tratando de igual para igual o parceiro ao qual, numa clara reminiscência da cooperação norte-sul ainda chamamos “recetor”, com o país em desenvolvimento, o desenvolvido ou organismo multilateral. Isto deve ocorrer como um processo no qual o debate e a abertura a ideias novas desempenhem um papel fundamental, e no qual “projetos-semente” possam criar esquemas mais ambiciosos, até ir constituindo gradualmente um conjunto de práticas.

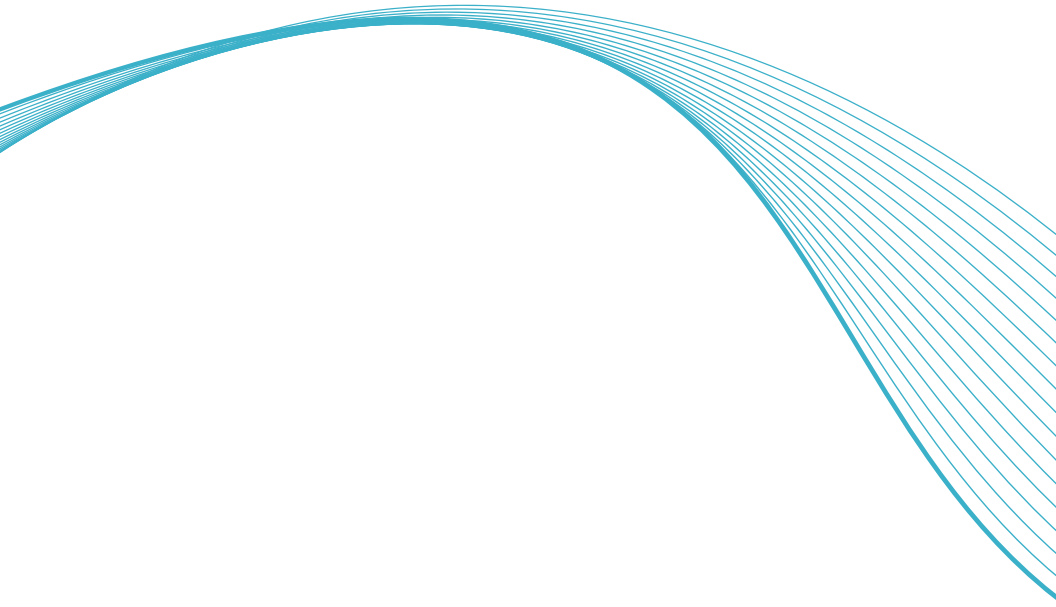
Em suma, tal como se refere anteriormente, a versatilidade do conceito oferece uma plataforma de crescimento que a região ibero-americana é chamada a utilizar em todos os âmbitos nos quais atua, a favor da valorização da cooperação de todos os seus Estados membros.

¹⁷ SSC/18/1. “Exame dos progressos realizados na aplicação do Plano de Ação de Buenos Aires, a estratégia de novas orientações para a cooperação Sul-Sul e o documento final de Nairobi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, tendo em conta a função complementar da cooperação Sul-Sul na aplicação dos resultados das principais conferências pertinentes das Nações Unidas nas esferas social, Económica e esferas conexas”, pág. 16.

¹⁸ SSC/18/1. “Exame dos progressos realizados na aplicação do Plano de Ação de Buenos Aires, a estratégia de novas orientações para a cooperação Sul-Sul e o documento final de Nairobi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, tendo em conta a função complementar da cooperação Sul-Sul na aplicação dos resultados das principais conferências pertinentes das Nações Unidas nas esferas social, Económica e esferas conexas”: 31 de março de 2014; pág. 14.



Projeto "Caracterização e conservação do Bovino Crioulo Yacumeño". Universidade Nacional de La Plata (Argentina) e Universidade Autónoma Gabriel René Moreno de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia)



Capítulo II

A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.1. O desafio de continuar a fazer avançar os conhecimentos sobre a Cooperação Sul-Sul

Ao longo dos últimos anos, as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos, acompanhadas pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), trabalharam em conjunto motivados pela consecução de um mesmo objetivo comum: o de tentar conhecer cada vez mais e melhor a Cooperação Sul-Sul na região.

Para dar resposta a este desafio, o trabalho foi orientado em duas direções: melhorar a quantidade e a qualidade da informação que faz referência à Cooperação Sul-Sul; e tentar, por sua vez, progredir na aplicação de técnicas para um melhor e mais completo tratamento dos dados. Parte dos progressos alcançados com esse esforço, foram sendo apresentados nas sucessivas edições deste *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*. Assim, e alimentando-se sempre este Relatório com os dados fornecidos pelos próprios países ibero-americanos, foram-se notando melhorias no tratamento da informação, especialmente a partir da edição de 2012, com a aplicação dos primeiros Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, assim como na edição 2013-2014, com o posterior recurso a técnicas estatísticas.

Insistindo na consecução destes objetivos, mas reconhecendo o caminho que ainda falta percorrer, o presente *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015* dá um passo mais para melhorar o tratamento da informação: neste caso, aplicando novos recursos gráficos que se adaptam melhor ao que se quer descrever e que, além disso, o fazem da forma mais visual e clara possível para os leitores. Assim, tal como iremos observar com mais pormenor, neste Relatório

o leitor aproximar-se-á à Cooperação Sul-Sul através, por exemplo, dos denominados *Diagramas de Sankey* (muito adequados para explicar fluxos de cooperação); dos *Histogramas* (um recurso melhor para as análises de variáveis contínuas, tais como podem ser os custos associados aos projetos); e inclusivamente, das análises de clusters, numa primeira tentativa de medir a participação dos países na Cooperação Sul-Sul a partir de uma perspetiva que não se limita apenas ao número de projetos que cada um deles oferece ou recebe.

Contudo, gostaríamos ainda mencionar que estas novidades não alteram a estrutura do presente capítulo, dedicado especificamente à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, que mantém um padrão semelhante ao das edições anteriores. Neste sentido:

1. O presente capítulo inclui, em primeiro lugar, as *matrizes de oferta e receção* de projetos e ações de CHSS Bilateral correspondentes ao ano de 2013. Trata-se de um instrumento básico, pois os dados que estas contêm permitem toda a análise posterior.
2. A seguir, adota-se uma perspetiva geográfica para um melhor conhecimento do papel que tanto os países como as diferentes sub-regiões (incluindo aqui o Caribe não Ibero-Americano) desempenharam na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013: que países e sub-regiões foram mais ativos e no exercício de que papel. Esta análise completa-se com uma caracterização dos fluxos de cooperação trocados entre parceiros.
3. Posteriormente, as mesmas matrizes de projetos e ações de cooperação voltam a reproduzir-se, mas desta vez com um critério setorial, no qual se agrupam projetos e ações de acordo com a dimensão da atividade com a qual se relacionam (social, Económica, de fortalecimento institucional, ambiental ou outra). A partir da análise dos dados nelas incluídos, passamos a conhecer melhor o perfil das capacidades e necessidades tanto do conjunto

da região como de cada um dos principais ofertantes e recetores.

4. O capítulo termina com a análise de outras características importantes do comportamento da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, desta vez a partir de indicadores associados a datas e custos. Trata-se, por exemplo, de entender um pouco melhor a *dimensão* dos projetos (em termos de duração e de custo), assim como a eficiência com que se gerem ou a *responsabilidade* que cada ofertante e recetor partilha na sua execução.

II.2. Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013

Tal como as **Matrizes II.1** e **II.2**,¹ de 2013 sugerem, os dezanove países da América Latina mantiveram em execução um total de 576 projetos e 399 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Se compararmos estes valores com os registados desde 2010, podemos afirmar que há uma tendência para o aumento dos projetos e das ações que a região mantém em execução ano após ano. Nesse sentido, e para efeitos de corroborar esta afirmação, elaborou-se o **Gráfico II.1**, que inclui a evolução do número de projetos e ações registados anualmente entre 2010 e 2013.²

Com efeito, o **Gráfico II.1** mostra como, entre 2010 e 2013, os projetos e as ações passaram por um processo de crescimento que, embora tenha sido irregular, se traduziu num resultado positivo. Mais especificamente, a combinação de taxas anuais de crescimento de sinais contrários³ não impediu um aumento dos projetos e das ações a um ritmo médio anual, respetivamente de 3,7% (dos 529 projetos do primeiro ano até aos 576

do último) e de 19,5% (das 313 ações de 2010 até às quase 400 registadas em 2013).

No entanto, aqui devemos sublinhar que esta tendência ascendente dos valores globais dos projetos e ações registados anualmente está influenciada pelo modo como se comportaram uma parte concreta desses projetos e ações: os denominados “bidirecionais”, entendendo por bidirecionais aqueles projetos e ações nos quais os dois parceiros exercem simultaneamente o papel de ofertante e recetor e que são facilmente distinguíveis nas matrizes por se encontrarem entre parêntesis. Nesse sentido, o aumento do conjunto dos projetos e das ações tem uma certa componente “artificial” devido ao modo como os bidirecionais são tratados metodológica ou contabilisticamente: isto é, de forma duplicada, já que cada intervenção “bidirecional” se inclui na correspondente matriz “desagregada” em dois projetos ou ações “normais”, uma por cada possível combinação dos papéis adotados pelo par de parceiros cooperantes (ofertante-recetor e recetor-ofertante, respetivamente).⁴

Para entender os matizes que a adoção deste critério incorpora à análise, elaboraram-se os Gráficos II.2 (que inclui a evolução do número de projetos e ações bidirecionais registados entre os anos 2010 e 2013) e II.3 (que inclui a evolução de projetos e ações entre 2010 e 2013, mas depois de se distinguirem os bidirecionais dos restantes, de eliminar a sua dupla contabilidade e de “recalcular” os novos agregados).

Da sua observação depreende-se que:

a) De acordo com o **Gráfico II.2**, entre os anos 2010 e 2013, os projetos bidirecionais triplicaram (dos 13 da primeira data para os 41 da última) e as ações duplicaram (de 6 para 13). Tendo em conta o tratamento contabilístico que lhes é dado, este aumento não só foi absoluto mas também relativo,

¹ Devemos lembrar que cada célula da Matriz informa sobre:

a) O número de projetos/ações trocados por cada par de parceiros: na componente horizontal identifica-se o nome do país que exerce o papel de ofertante; na vertical, o do que atua como recetor. As células da última linha e coluna informam sobre o total de projetos/ações em que cada país participou; de novo como ofertante ou recetor, respetivamente.

b) A soma final da última coluna e da última linha coincide e refere-se ao número total de projetos/ações em execução ao longo do ano de referência.

² Na realidade, há dados disponíveis para o período 2007-2013. No entanto, razões metodológicas sugerem limitar a série ao período 2010-2013. Mais especificamente:

a) Os dados dos anos 2007 e 2008 descartam-se porque, para esse período, todas as intervenções em cooperação, independentemente da sua dimensão, registavam-se com o genérico: “ações”. Para corrigir esta generalização, os registos efetuados a partir de 2009 passaram a responder a outro critério sob o qual se distinguiram dois tipos de intervenções: os “projetos” (de maior dimensão) e as “ações” (de menor). A impossibilidade de desagregar (e comparar) os registos iniciais, torna recomendável a sua exclusão da série.

b) Por seu lado, os dados de 2009 excluem-se porque são os últimos que incluem o reportado pela Venezuela, que desde esse ano não participa no Relatório. O problema não só reside em tentar manter uma série (desde 2010) com um fornecimento de dados estável, mas também na distorção que pode criar o facto de que nos dados de 2009 (um total de 881 projetos), a Venezuela explicasse, por si só, mais de 20% (179) dos projetos finalmente computados.

³ Entre 2010 e 2013, os projetos encadearam taxas de crescimento anual de 10,8% (biénio 2010-2011), -13,7% (2011-2012) e 13,8% (2012-2013). Entretanto, o mesmo aconteceu com as ações, com taxas respetivas inclusivamente mais intensas, de -26,8%, -11,4% e 96,6%.

⁴ O tratamento metodológico (ou contabilístico) ao qual se faz referência aplica-se desde a edição correspondente a 2012 e afeta, portanto, os dados sobre projetos e ações referentes ao ano de 2011 e posteriores. Neste sentido, o *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012* (página 26) incluía a seguinte explicação: “A mudança do critério aplicado (a partir deste ano) ao contabilizar os denominados projetos “bidirecionais”, (...) conduz o valor final para um aumento. (...) Nas edições anteriores, os projetos “bidirecionais” (aqueles nos quais os dois parceiros são ao mesmo tempo ofertantes e recetores de cooperação) tratavam-se separadamente e não se incluíam na matriz de oferta e receção de cooperação. A partir do (...) Relatório (2012), o critério que se aplica reverte a situação anterior, pois decidiu-se começar a contabilizá-los nas mesmas matrizes de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Assim, “cada projeto bidirecional” (identificado na matriz por se encontrar entre parêntesis) se atribui aos dois parceiros nos dois papéis, o que provoca, primeiro, um “duplo registo” e, depois, um “aumento contabilístico” do número de projetos finalmente registados” (SEGIB, 2012; p.26).

pois o seu peso sobre o total das intervenções registadas também cresceu: de 10,2% e 10,7% que os bidirecionais representavam sobre o “total” de projetos de 2011 e 2012 para 14,2% de 2013; e de 3,5% e 3,9% que representaram relativamente às ações “totais” de 2011 e 2012 para 6,5% das de 2013.⁵

b) Igualmente, distinguindo os bidirecionais dos restantes e eliminando a sua dupla contabilidade (**Gráfico II.3**), modificam-se os totais registados para o conjunto dos projetos e ações. A modo de exemplo, em 2013, registaram-se 494 projetos “normais” e 41 de caráter “bidirecional”, o que deu lugar a um novo “total” de 535 projetos, um valor inferior aos 576

Gráfico II.1. Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral. 2010-2013

Em unidades

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da SEGIB (2014, 2012, 2011)

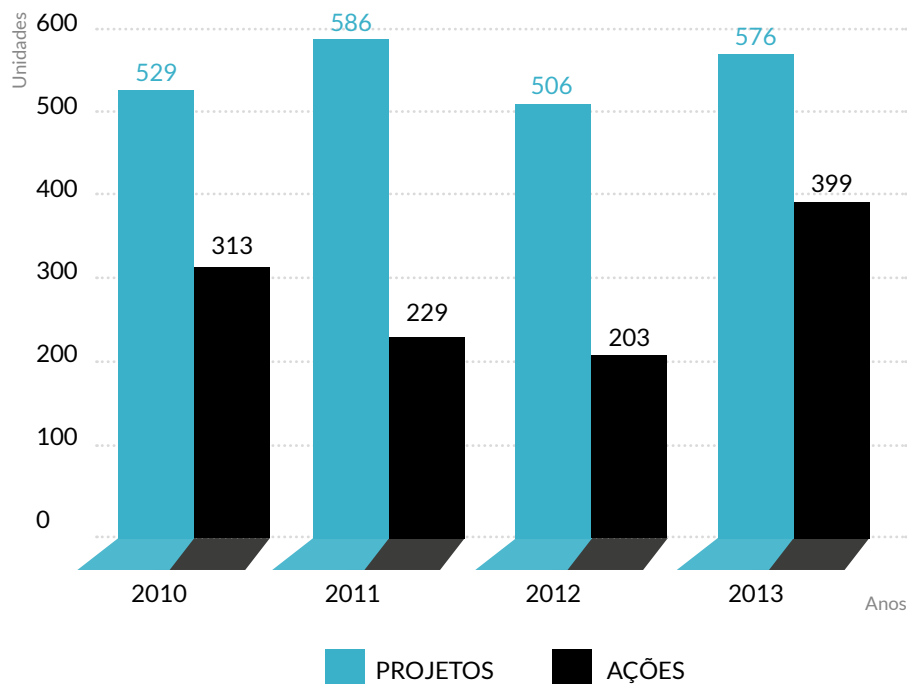
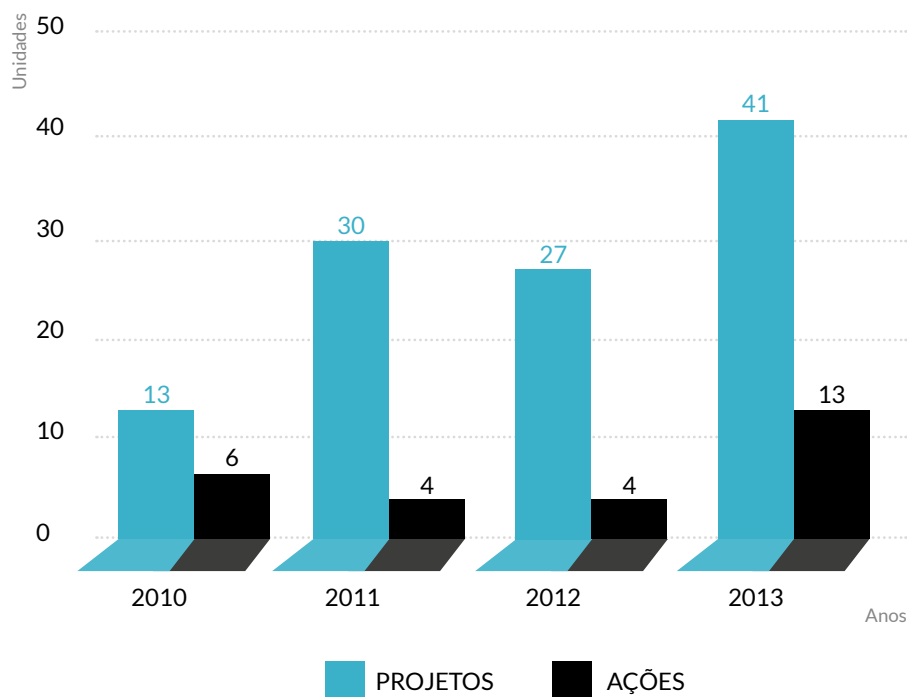


Gráfico II.2. Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral “bidirecionais”. 2010-2013

Em unidades

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da SEGIB (2014, 2012, 2011)

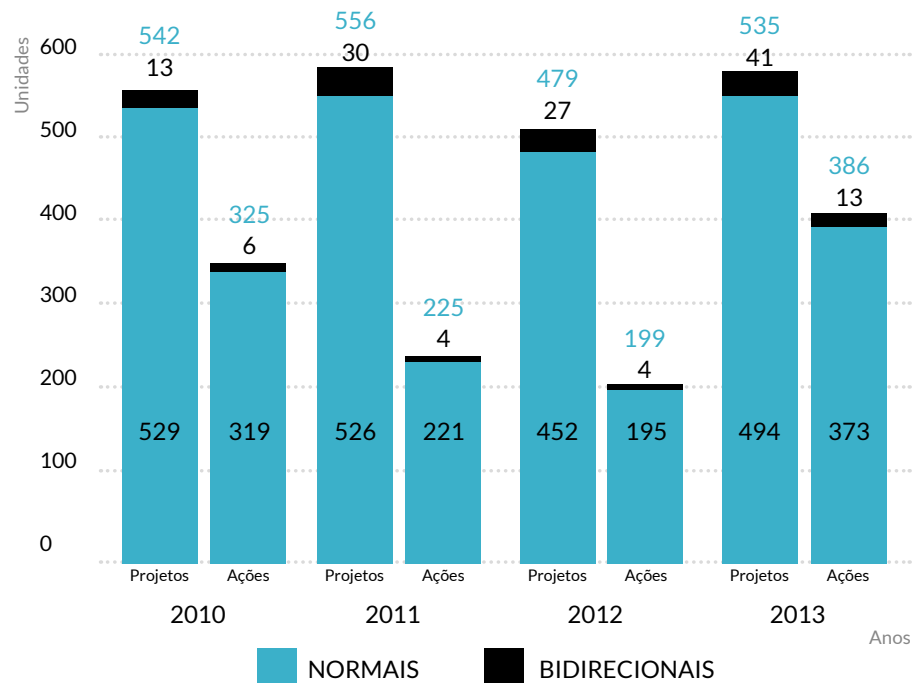


⁵ Excluem-se os cálculos para o ano de 2010 porque, tal como se referiu na nota anterior, nesse ano o tratamento metodológico foi diferente.

Gráfico II.3. Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral, quando os “bidirecionais” se distinguem e se eliminam as duplicidades. 2010-2013

Em unidades

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da SEGIB (2014, 2012, 2011)



originalmente registados.⁶ Fruto desta modificação metodológica, ao comparar as taxas médias de crescimento anual dos projetos e das ações depois de desagregar os bidirecionais (0,1% e 17,6%, respetivamente) com as registadas originalmente (3,7% e 19,5%) constata-se que, efetivamente, e tal e como se referiu anteriormente, a dupla contabilização dos bidirecionais leva inevitavelmente a um aumento “artificial” do conjunto dos projetos e ações finalmente registados.

Por fim, devemos sublinhar que estas alterações não são muito relevantes sobre o cômputo dos totais e da sua conseqüente tendência, pois, ao fim e ao cabo, conceptualmente assume-se que um projeto ou uma ação bidirecional podem ser entendidos através da execução de dois projetos ou ações (um ou uma por cada papel exercido). O importante é o que isso implica metodologicamente ao analisar o comportamento de outras variáveis da CHSS Bilateral. Assim, tal como iremos vendo noutras secções, o uso deste tratamento metodológico e a conseqüente exclusão dos bidirecionais devem ser levados em conta, por exemplo, na altura de se realizarem alguns cálculos nos

quais o uso de uns totais ou de outros poderia provocar distorções na interpretação dos resultados.⁷ Para o resto dos cálculos, far-se-á sempre referência aos 576 projetos e às 399 ações originalmente registados.

II.3. A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013: uma perspetiva geográfica

Ao longo de 2013, os países Ibero-Americanos mantiveram participações de diferente intensidade sobre o total dos 576 projetos e das 399 ações mantidas em execução. Neste sentido, e com o objeto de visualizar as diferentes dinâmicas que coexistiram na região, elaboraram-se os **Mapas II.1 e II.2**. Nestes, e conforme a legenda que os acompanha, atribui-se a cada país uma cor de menor ou maior intensidade segundo o seu nível de participação relativa sobre o total dos projetos e das ações oferecidas e recebidas.

⁶ Todas as colunas dos anos 2011, 2012 e 2013 respondem a esta lógica. A exceção refere-se ao ano de 2010, quando o tratamento metodológico era diferente. Neste caso, aos 529 projetos e 319 ações registadas como totais nas matrizes de oferta-receção correspondentes, são agregados os 13 projetos e 6 ações bidirecionais que tinham sido registadas de forma separada (SEGIB, 2012; p.26 e 27).

⁷ A modo de ilustração, a “dupla contabilidade” dos projetos e ações bidirecionais deverá ser evitada, por exemplo, nos cálculos referentes aos pesos relativos de alguns componentes dos projetos ou das ações (como o caso dos custos orçamentados para cada projeto ou ação), onde os referidos componentes só se podem contabilizar como um único item independentemente de que esse projeto ou ação seja ou não bidirecional.

Mapa II.1. Participação dos países nos projetos de cooperação, conforme o papel. 2013





Assim, em primeiro lugar e relativamente ao papel desempenhado pelos países na execução dos diferentes projetos, a observação dos **Mapas II.1.A e B** sugere que:

a) No exercício do papel de ofertantes destacaram-se 5 países que, no seu conjunto, justificaram praticamente 85% do total dos projetos oferecidos em 2013: trata-se do Brasil e da Argentina, juntamente com o México, Chile e Uruguai. No entanto, e ainda integrando esse mesmo grupo, as intensidades de participação destes foram muito díspares entre si: só o Brasil (166 projetos com um peso relativo de 28,8%) e a Argentina (140 equivalentes a 24,3%) explicaram conjuntamente mais de metade dos projetos de 2013; enquanto que o México, o Chile e o Uruguai, com participações individuais que oscilaram em torno dos 10%, somaram entre os três 178 projetos equivalentes a 30,9% dos 576 registados. Ressalta a irrupção neste grupo especialmente ativo do Uruguai, cujos dados de 2013 (48 projetos que representaram 8,3% do total oferecido nesse ano) contrastam com os correspondentes ao exercício de 2012 (16 projetos com um peso relativo de 3,2%).

“O Brasil, Argentina, México, Chile e Uruguai explicaram 85% do total dos projetos oferecidos em 2013”

b) Por seu lado, tal como se observa no **Mapa II.1.A**, os restantes 16% dos projetos oferecidos foram executados por um total de nove países, entre os quais também se devem distinguir dois grupos: por um lado, o grupo formado por Cuba e Colômbia (cada um deles com 34 e 30 projetos, equivalentes de forma conjunta a 11,1% dos finalmente registados); e por outro, os andinos Equador, Peru, Venezuela e Bolívia (com 12, 8, 1 e 1 projetos, respetivamente) juntamente com os centro-americanos Costa Rica, Guatemala e El Salvador (cada um deles com intervenções pontuais de 1 a 3 projetos).

c) Também, para completar a análise a partir da perspetiva do papel dos ofertantes de projetos, ao longo de 2013 o Paraguai e a República Dominicana, juntamente com os restantes países centro-americanos (Honduras, Nicarágua e Panamá), não registaram qualquer atividade.

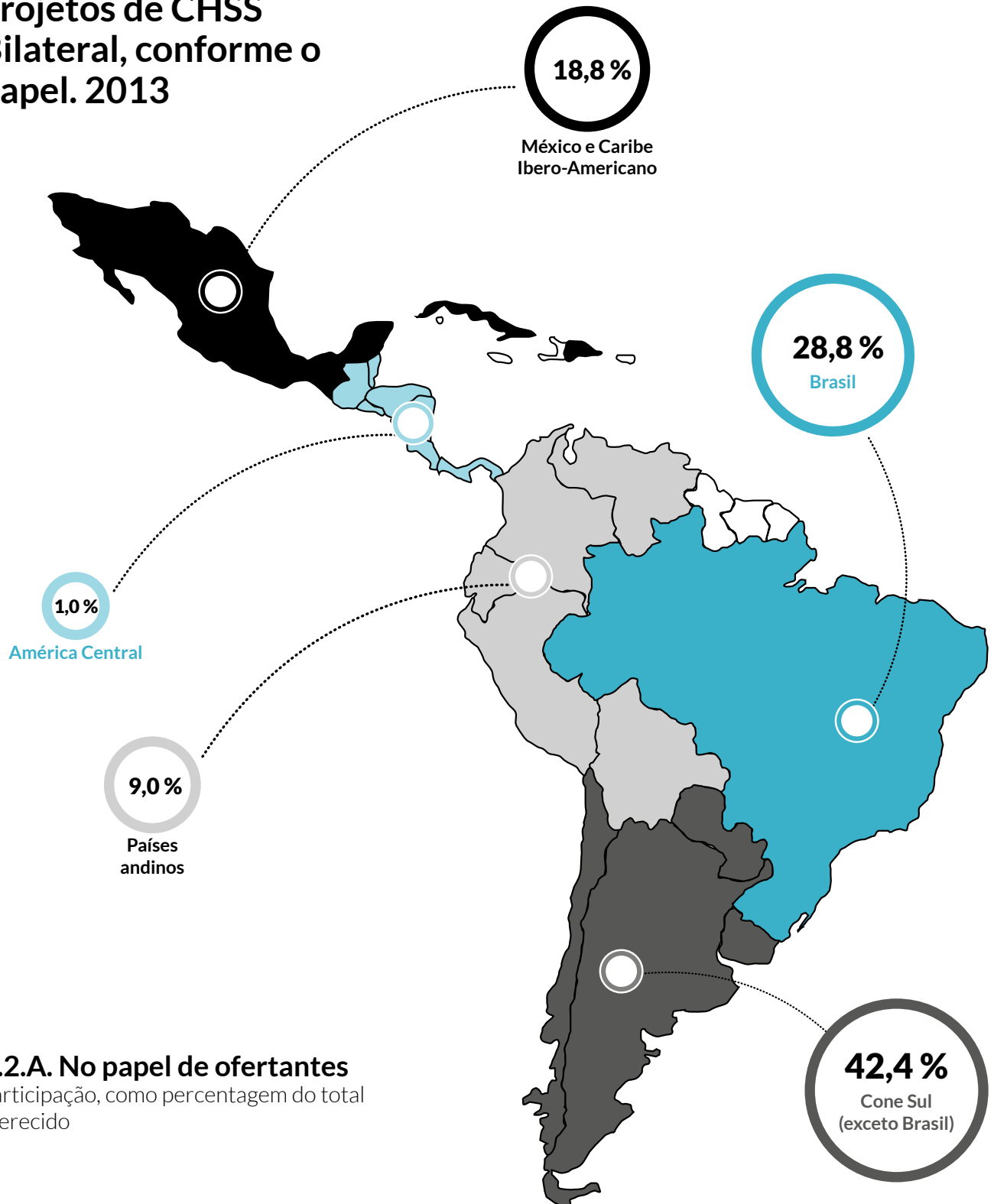
d) Finalmente, no que se refere à receção de projetos, devemos mencionar que, ao longo de 2013, todos os países da região, sem exceção, participaram no exercício deste papel. No entanto e por intensidade, da maior para a menor importância relativa, destacaram-se, em primeiro lugar, os quatro países que desempenharam o papel de principais recetores: El Salvador (com 80 projetos equivalentes a 13,9% do total), juntamente com a Bolívia, Equador e Uruguai (cada um deles com 45 a 50 projetos), os quais somaram uma participação conjunta de 38,5% sobre o total dos projetos em execução. Destacaram-se a seguir, a Colômbia e o Peru na sub-região andina, juntamente com Cuba e o México, todos eles com um número de projetos recebidos que oscilou entre 30 e 40, dados que permitiram a estes quatro países justificar outros 25% do total da cooperação recebida em 2013. Outro terço dos 576 projetos finalmente registados explica-se pelo que foi recebido por parte de nove países da região: de Norte para Sul, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica juntamente com a República Dominicana; Venezuela e o bloco constituído pelo Chile, Argentina e Paraguai. Cada um destes países registou uma receção de um mínimo de 17 e um máximo de 25 projetos. Os 3,3% restantes justificam-se entre o Panamá (13 projetos) e o Brasil (6 projetos), país que combinou esta dinâmica de receção com a de primeiro ofertante.

Mas a análise a partir desta ótica dos projetos pode ser complementada agrupando os países em cinco sub-regiões:⁸ O México juntamente com o Caribe Ibero-Americano (Cuba e República Dominicana); a Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá na América Central; a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia na sub-região andina; o Brasil seria tratado de forma individual; e o Paraguai, Chile, Argentina e Uruguai constituiriam o restante Cone Sul. Tal como podemos observar nos **Mapas II.2.A e II.2.B**, os quais apresentam a participação relativa de cada uma destas sub-regiões no total dos projetos oferecidos e recebidos, enquanto que umas sub-regiões prevalecem no papel de ofertantes (Cone Sul, Brasil e México juntamente com o Caribe Ibero-Americano) outras prevalecem como recetoras (países andinos e América Central).

Com efeito, o Cone Sul, Brasil e México juntamente com o Caribe Ibero-Americano explicaram 90% dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral oferecidos ao longo de 2013. No entanto, estas três sub-regiões combinaram esse dinamismo como ofertantes com intensidades de participação na receção muito díspares: de uns notáveis 19,3% e 15,6% nos casos do Cone Sul

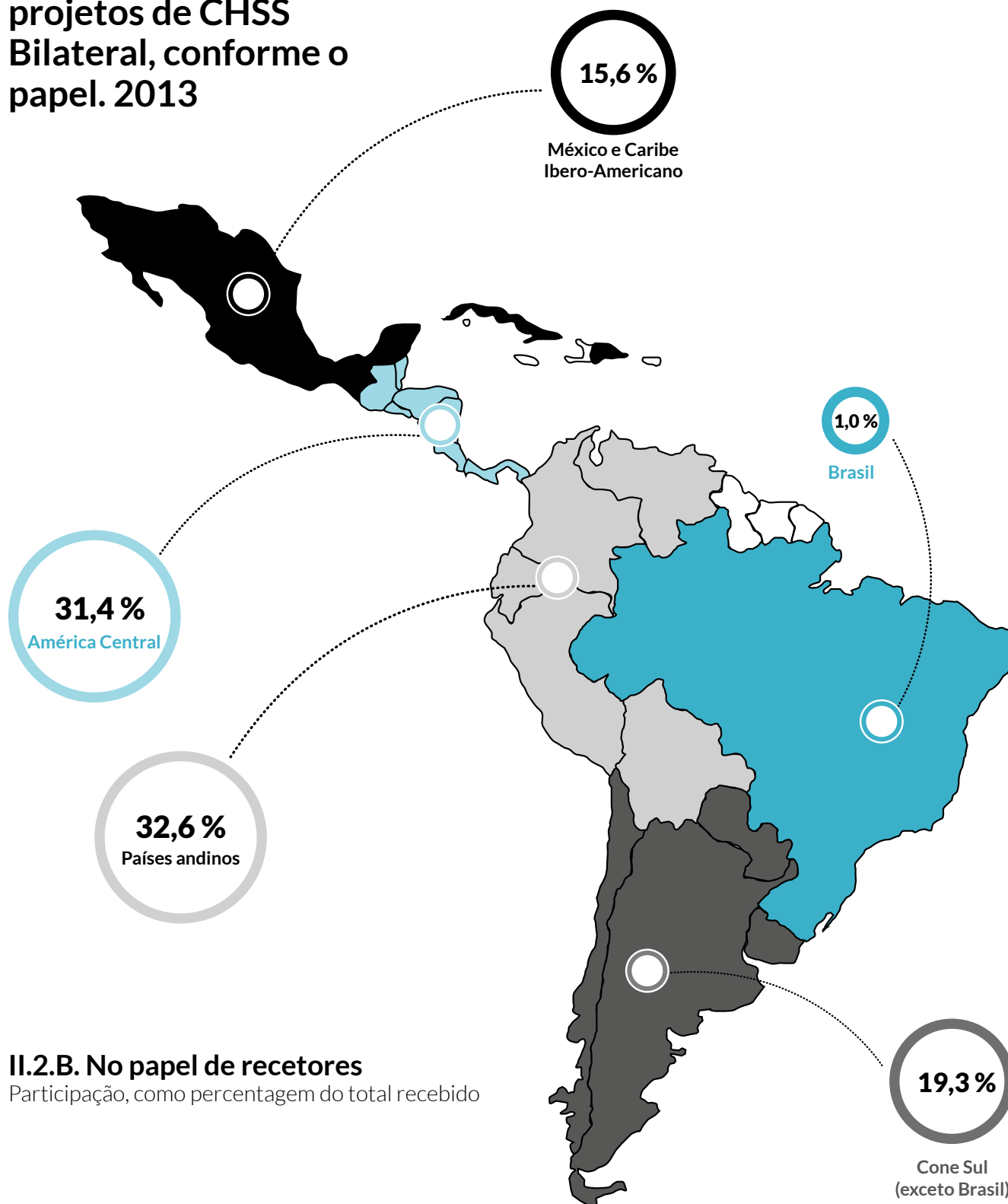
⁸ Estas cinco sub-regiões obtêm-se usando os mesmos critérios que nas edições anteriores deste Relatório. Para mais pormenores sobre os motivos destes e não de outros critérios, consulte SEGIB (2012; página 41).

Mapa II.2. Participação das sub-regiões nos projetos de CHSS Bilateral, conforme o papel. 2013



II.2.A. No papel de ofertantes
Participação, como porcentagem do total oferecido

Mapa II.2. Participação das sub-regiões nos projetos de CHSS Bilateral, conforme o papel. 2013



II.2.B. No papel de recetores
Participação, como percentagem do total recebido

e do México com o Caribe Ibero-Americano face a um exíguo 1% do Brasil. Entretanto, as sub-regiões andina e centro-americana explicaram, conjuntamente, cerca de duas terças partes do total dos projetos recebidos (64,0%) e estas altas taxas de participação coexistiram com outras mais baixas (ao mesmo tempo que dispares) no papel de ofertantes: tal como se observa no **Mapa II.2.A**, de 9,0% no caso andino e de 1,0% no caso centro-americano.

Por seu lado, a intensidade com que os países ibero-americanos participaram na oferta e receção das 399 ações executadas na região ao longo de 2013, pode ser observada nos **Mapas A.II.1**. Assim, e quanto ao papel desempenhado pelos países, podemos afirmar o seguinte:

a) No exercício do papel de ofertante de ações destacaram-se principalmente dois países: Colômbia (93) e México (56). Entre ambos justificaram algo mais de 40% das ações finais. Atrás destes, mas com uma intensidade de participação notável, situaram-se o Equador e o Chile (umas 40 ações cada um, que agregadas representam mais de 20% do total); juntamente com a Argentina e Cuba (também muito ativos em projetos e que agora registaram, em cada um dos casos, 24 ações – outros 13,2%). Oscilando entre as 10 e as 18 ações por país e representando, de forma agregada, outros 18,2% das 399 ações finais, seguiram-se-lhes, por ordem de importância relativa, o Peru, Brasil, Uruguai, El Salvador e Costa Rica. O resto dos países da região (com a única exceção das Honduras, que não registou qualquer atividade como ofertante) justificariam os últimos 6,6% das ações.

b) Entretanto apresentando um padrão semelhante ao identificado na receção de projetos, os países centro-americanos e andinos abarcaram praticamente 90% das ações recebidas. Com efeito, o Panamá e a Guatemala (80 e 60 ações, respetivamente), foram responsáveis

praticamente por 40% das 399 ações. Seguiram-lhes El Salvador, Equador e Costa Rica, os quais com as suas 42, 33 e 22 ações, mantiveram, de forma conjunta, uma participação relativa superior a 25%. Também o México, juntamente com o Peru, a Colômbia e a Bolívia por um lado, e as Honduras, Nicarágua e República Dominicana por outro, receberam, em cada caso, entre 10 e 18 ações (equivalentes a outros 26,5%). As últimas 32 ações (8,7%) justificam-se através de Cuba e dos restantes países sul-americanos (Uruguai, Brasil, Venezuela, Argentina, Paraguai e Chile).

Finalmente, e adotada uma perspetiva geográfica, não podemos terminar a presente secção sem abordar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que os países da região mantiveram em 2013 com o Caribe não Ibero-Americano. Para esse efeito, foi elaborado o **Quadro II.1**, cuja análise mostra que a nossa região quer continuar a manifestar a sua prioridade para com essa comunidade irmã, assim como dar continuidade a um exercício de sistematização que se tem vindo a realizar desde a primeira edição deste Relatório (2007) e que se tornou, se possível, ainda mais relevante a partir de 2010, coincidindo com a necessária corrente de solidariedade e de cooperação que os nossos países implementaram para responder ao devastador terremoto do Haiti.

Assim, mas desta vez de forma inovadora, queremos terminar a presente secção com um exercício alternativo: o conteúdo do **Anexo II.1** referente à possibilidade de desenvolver “fórmulas de medição” da atividade dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que ultrapassem o facto de oferecer ou receber um maior ou menor número de projetos e ações. Como podemos observar e como se anunciou na primeira parte deste capítulo, trata-se de começar a explorar as análises de *clusters* e a produção de índices compostos.

Quadro II.1. A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com o Caribe não Ibero-Americano. 2013

Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com o Haiti e o Caribe não Ibero-Americano. 2013. (Em unidades)

Projetos		Haiti	Resto do Caribe não Ibero-Americano											Total	
			Antígua e Barbuda	Barbados	Belize	Dominica	Granada	Guiana	Jamaica	São Cristóvão e Nevis	São Vicente e Granadinas	Santa Lúcia	Suriname		Trindade e Tobago
Países Ibero-Americanos	Argentina	2	1			3	2			1	6	5		1	21
	Brasil	6			5		1	6	1			1	9		29
	Chile	3													3
	Colômbia		1	1		1			2			1	2		8
	Cuba	1					1								2
	Equador	3													3
	México	1		1	2			1	1					1	7
	Total	16	2	2	7	4	4	7	4	1	6	7	11	2	73

Ações		Haiti	Resto do Caribe não Ibero-Americano												Total	
			Antígua e Barbuda	Baamas	Barbados	Belize	Dominica	Granada	Guiana	Jamaica	São Cristóvão e Nevis	São Vicente e Granadinas	Santa Lúcia	Suriname		Trindade e Tobago
Países Ibero-Americanos	Chile	2				1										3
	Colômbia		1			11			1	1						14
	Cuba	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
	Equador	2														2
	El Salvador					1										1
	México	2	2	1	2	3		1	2	2			1	1	2	19
	Total	7	4	2	3	17	1	2	3	4	2	1	2	2	3	53

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tal como se observa na tabela, ao longo de 2013 e na região do Caribe não Ibero-Americano, os países da América Latina mantiveram em execução um total de 73 projetos e 53 ações. Estes valores são notavelmente superiores aos registados no ano anterior (51 projetos e 42 ações) e representam, em cada caso, um crescimento notável, de 43,0% e de 26,2%.

O aumento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com o Caribe não Ibero-Americano resultou da intensa atividade mantida por alguns países e nações de ambas as regiões. A esse respeito, devemos referir que:

a) No que diz respeito aos países do Caribe não Ibero-Americano que atuaram como recetores de projetos, se deve destacar o papel do Haiti e do Suriname (primeiro e segundo recetores, com 16 e 11 projetos, respetivamente). Com esses registos, ambas as nações justificaram 37,0% do total dos projetos destinados à região em 2013. Outros 37,0% ficaram distribuídos, de forma praticamente paritária (6-7 projetos por nação) entre Belize, Guiana, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Com 4 projetos cada um, Dominica, Granada e Jamaica justificaram, conjuntamente, outros 16,4% dos projetos finalmente registados. O resto (9,6%) distribuiu-se, com participações muito menores (equivalentes a um ou dois projetos por país), entre Antígua e Barbuda, Barbados, Trindade e Tobago e São Cristóvão e Nevis.

b) Ainda a partir do exercício do papel de recetor, mas fazendo referência ao caso das ações, destacaram-se de novo dois países: Belize (o principal recetor, com 17 ações) e o Haiti (o segundo, com 7), os quais conseguiram justificar um pouco mais de 45,3% do total registado em 2013. As doze restantes nações que constituem o Caribe não Ibero-Americano explicaram, de forma conjunta, 54,7% das ações finais, mas as suas participações individuais foram relativamente baixas, pois tal como se observa na tabela, nenhuma ultrapassou 4 registos.

c) Por seu lado, e sob a perspetiva dos ofertantes, em 2013 o Brasil e a Argentina foram responsáveis por mais de dois terços dos 73 projetos finalmente registados: de 29 e 21 projetos, respetivamente, equivalentes a 39,7% e 28,8% do total em execução no Caribe não Ibero-Americano. Outra quinta parte dos projetos dependeram da Colômbia e do México (8 e 7 projetos, em cada caso). Os 11,0% restantes foram justificados pelo Equador, Chile e Cuba, os

quais mantiveram atuações mais pontuais que não ultrapassaram os 2-3 projetos.

d) De novo no âmbito das ações, os protagonistas mudaram, e no exercício do papel de ofertantes, destacaram-se agora o México (19 ações), a Colômbia (14) e Cuba (outras 14). O resultado foi que, estes três países, conseguiram justificar entre eles cerca de 90% do total das ações finalmente registadas. De facto, o protagonismo destes três países é indissociável dos programas de cooperação que cada um deles mantém nesta região: trata-se pois de ações de carácter bilateral mas enquadradas no **Programa de Cooperação Técnica com o CARICOM** do México, na **Estratégia Regional com o Caribe** da Colômbia e nos **Programas de Bolsas** de Cuba. Neste sentido, as intervenções do resto dos países (Chile, Equador e El Salvador) foram mais bem pontuais, com registos relativos de 3, 2 e 1 ações, respetivamente.

É também interessante identificar algumas relações bilaterais que se destacaram pela sua especial intensidade. É o caso, no que se refere a projetos, da relação que se estabeleceu entre o Brasil (primeiro ofertante) e o Suriname (segundo recetor), os quais registaram entre eles o máximo intercâmbio bilateral, de 9 projetos. Outras relações interessantes foram as protagonizadas pelo Brasil com o Haiti (6 projetos), Guiana (6) e Belize (5), assim como as que se referem à Argentina com São Vicente e Granadinas (6 projetos) e Santa Lúcia (5). Por seu lado, e sob o ponto de vista das ações, foi especialmente relevante a relação entre a Colômbia e o Belize (11 ações). A intensidade desta relação foi de novo justificada pela execução de ações bilaterais enquadradas num programa regional (neste caso, o **Programa Mesoamericano de Cooperação – eixo Colômbia**). De qualquer forma, devemos assinalar que Cuba foi o único país que registou cooperação com todas as nações do Caribe não Ibero-Americano, um facto estreitamente relacionado com a política de bolsas que Cuba, na sua condição de país caribenho, mantém com o resto da região.

Finalmente, devemos mencionar que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral promovida no Caribe não Ibero-Americano se centrou muito em atender necessidades nos âmbitos da agricultura e do fortalecimento institucional, assim como em áreas sociais relacionadas com a educação, a saúde e as políticas públicas. Em concreto, registaram-se projetos e ações pensados para fortalecer a segurança

alimentar, por exemplo através do apoio à sementeira de culturas, tais como o arroz, o feijão, o milho e a soja; assim como de capacitação em questões fitossanitárias, quer na luta contra as pragas quer na gestão da saúde animal e vegetal. Por seu lado, a cooperação destinada ao fortalecimento institucional teve uma tendência muito marcada para a melhoria dos processos de gestão da informação: entre outros, produção de indicadores, desenvolvimento estatístico,

cartografia, registos cadastrais e sistemas geográficos. Por último, a cooperação em matéria de educação reforçou a luta contra o analfabetismo, enquanto que as restantes colaborações sociais nos âmbitos da saúde e das políticas públicas tiveram como protagonistas inquestionáveis as crianças, pois houve vários projetos em torno dos recém-nascidos, do aleitamento e da primeira infância.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e SEGIB (2014)

II.4. Os fluxos da troca de cooperação entre países: uma caracterização

O **Diagrama II.1** constitui uma primeira abordagem do potencial dos denominados *Diagramas de Sankey* para dar visibilidade ao comportamento de qualquer tipo de fluxo.⁹ Neste caso específico, o diagrama foi elaborado para dar visibilidade ao comportamento dos fluxos da troca de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que ocorreram em 2013. Em concreto, a figura em questão situa:

- a) No centro, como ponto de referência, os 576 projetos trocados em 2013.
- b) À sua esquerda “os fluxos de origem” (quer dizer, o total dos projetos diferenciados em função do “ponto do qual partiram” ou do país que os executou no seu papel de ofertante).
- c) À sua direita, “os fluxos de destino” (uma nova distribuição do total dos projetos mas conforme o “seu ponto de chegada” ou qual foi o país que funcionou como recetor).

Partindo da informação que o **Diagrama II.1** fornece, a presente secção não pretende mais do que caracterizar esses fluxos de intercâmbio. Para isso, adota uma perspetiva dupla e dedica a cada um deles uma subalínea:

- a) Em primeiro lugar, é analisado o comportamento do fluxo total de cooperação tendo em conta as diferenças que subjazem ao facto de terem sido “oferecidos” ou “recebidos”.
- b) Em segundo lugar, é estudada a forma como os fluxos de intercâmbio bilateral entre os países se comportam (dito de outra forma, identifica-se se houve trocas especialmente intensas entre parceiros e se, por sua vez, isso influenciou os resultados globais finais).

II.4.1. Acerca do papel e do padrão de concentração

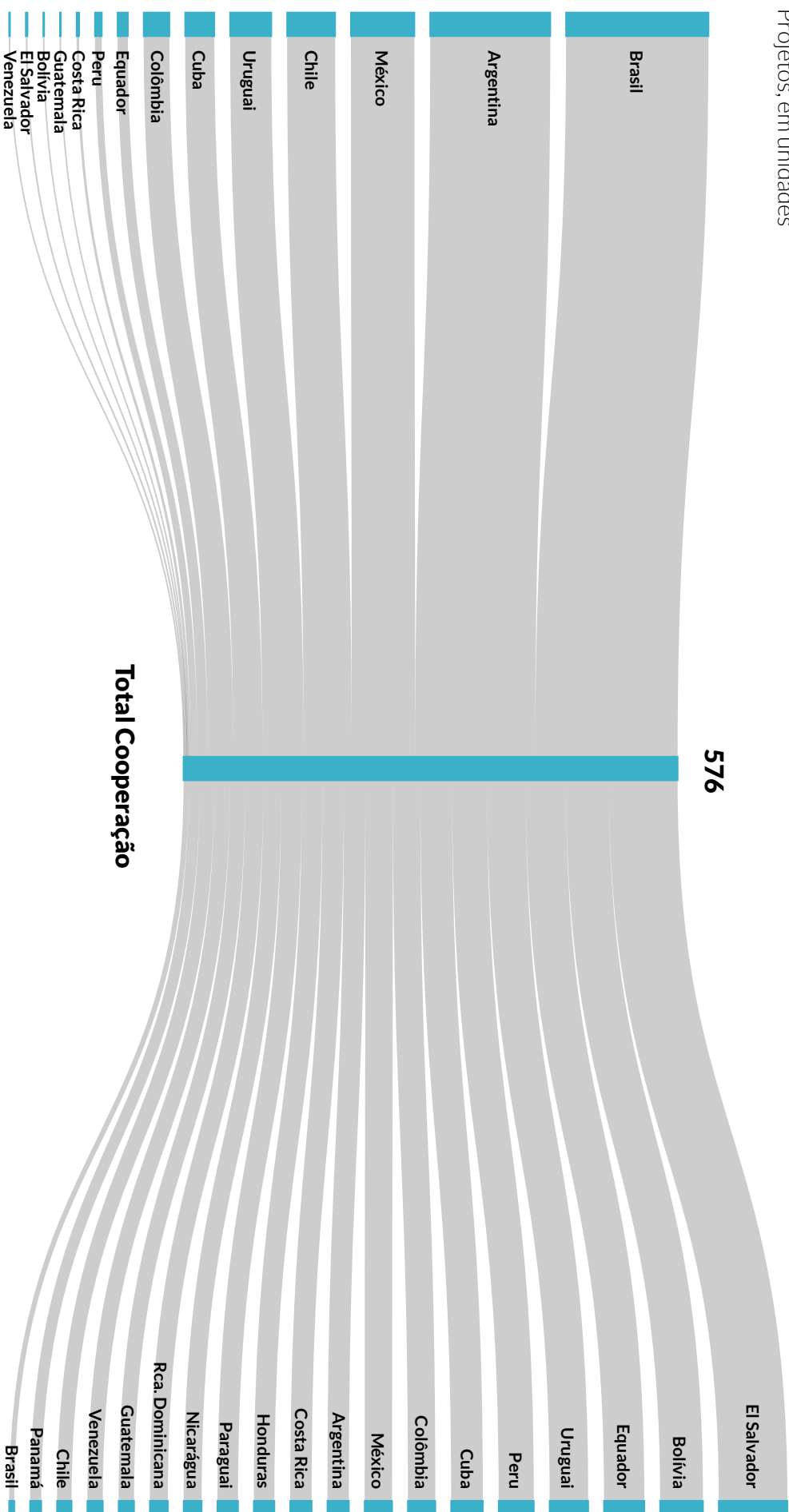
A visualização do **Diagrama II.1** não faz mais do que reforçar uma ideia que já emergia nos **Mapas II.1** e **A.II.1**: que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, quando é analisada diferenciando o papel-país e aplicando uma dupla perspetiva de “oferta” ou de “recepção”, tende a mostrar dois padrões de concentração diferentes. Para corroborar esta ideia, foi elaborado o **Esquema II.1**, o qual compara os padrões associados às ações e projetos trocados pelos países ibero-americanos em 2012 e em 2013, conforme estes tenham sido “oferecidos” ou “recebidos”. O indicador a que se recorre é obtido através de uma adaptação do Índice de Herfindahl, aplicado à CHSSB e usado normalmente para medir a possível concentração do comércio internacional.¹⁰

⁹Os Diagramas de Sankey referem-se a um tipo específico de diagrama de fluxo, no qual a largura das setas a ele associadas são proporcionais à dimensão do caudal mostrado. Muito úteis para visualizar fluxos de materiais, energia ou custos, recebem o seu nome do capitão irlandês Matthew Henry Phineas Riall Sankey, o qual em 1898 usou este tipo de diagrama numa publicação sobre a eficiência energética da máquina a vapor (Schmidt, M., 2006).

¹⁰O Índice de Herfindahl mede o grau de concentração do comércio mundial ou de um país. Através do comportamento das suas exportações e/ou importações, identifica se esse comércio depende de muitos ou poucos produtos, de muitos ou poucos parceiros ou mesmo de uma combinação de ambos. Obtém-se somando os quadrados das participações relativas que cada produto e parceiro têm sobre o comércio que um país mantém com o resto do mundo. A fórmula matemática aplicada permite obter um índice que oscila entre 0 e 1, e cujo intervalo de valores sugere: diversificação quando os valores estão abaixo de 0,10; concentração moderada quando se movimentam entre 0,10 e 0,18; e elevada concentração com valores acima de 0,18. Aqui modificado para medir o grau de concentração ou diversificação da oferta e da recepção de CHSSB, atende à fórmula $n \sum_{i=1}^n (P_{of-i} / P_{of-T})^2$, obtida na soma dos quadrados dos pesos relativos que cada país tem sobre a oferta ou recepção final de projetos ou ações (PIFCSS, 2013).

Diagrama II.1. Distribuição dos fluxos de oferta e recepção de projetos de CHSS Bilateral, conforme os países e o papel. 2013

Projetos, em unidades

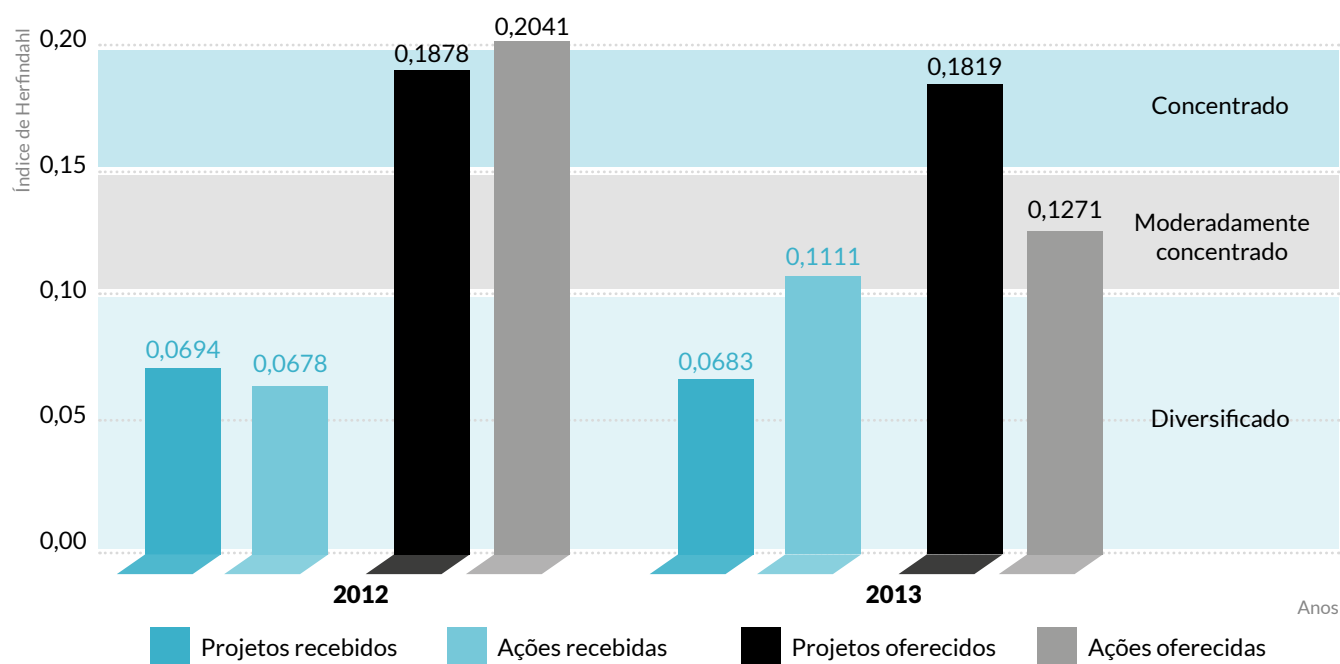


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Esquema II.1.

Grau de concentração da CHSS Bilateral, conforme o valor do Índice de Herfindahl

Índice de Herfindahl, com quatro casas decimais



Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Com efeito, o **Esquema II.1** compara os valores obtidos ao calcular os Índices de Herfindahl com as ações e projetos oferecidos e recebidos em 2013 e 2012. Por sua vez, associa a cada variável o seu valor, tendo em conta os correspondentes intervalos de interpretação: por baixo de 0,1000 (padrão de concentração e dispersão diversificado); entre 0,1000 e 0,1800 (moderadamente concentrado); e acima de 0,1800 (padrão de maior concentração).¹¹ A sua observação permite corroborar que, efetivamente, tanto no ano de 2012 como no de 2013, “o oferecido” mostrou sempre um padrão de concentração e dispersão maior do que o “recebido”. De forma mais detalhada:

a) Em 2013, os projetos “oferecidos” registaram um Índice de Herfindahl (0,1819) que sugere um elevado grau de concentração e que contrastou

com o correspondente aos projetos “recebidos” (0,0683, na faixa de valores de maior diversificação possível). Entretanto, as ações “oferecidas” e “recebidas” situaram-se na mesma faixa de valores (a correspondente à moderada concentração) mas com registos diferentes e superiores para o caso do “oferecido” (0,1271 face a 0,1111 referente ao “recebido”).

b) No ano de 2012, os dois padrões de comportamento distinguiram-se, se possível ainda com maior nitidez, já que os valores do “recebido” se situaram sempre no trecho de maior diversificação (0,0678 para as ações e 0,0694 para os projetos) e os do “oferecido” no de maior concentração (0,2041 e 0,1878, para cada um dos casos).¹²

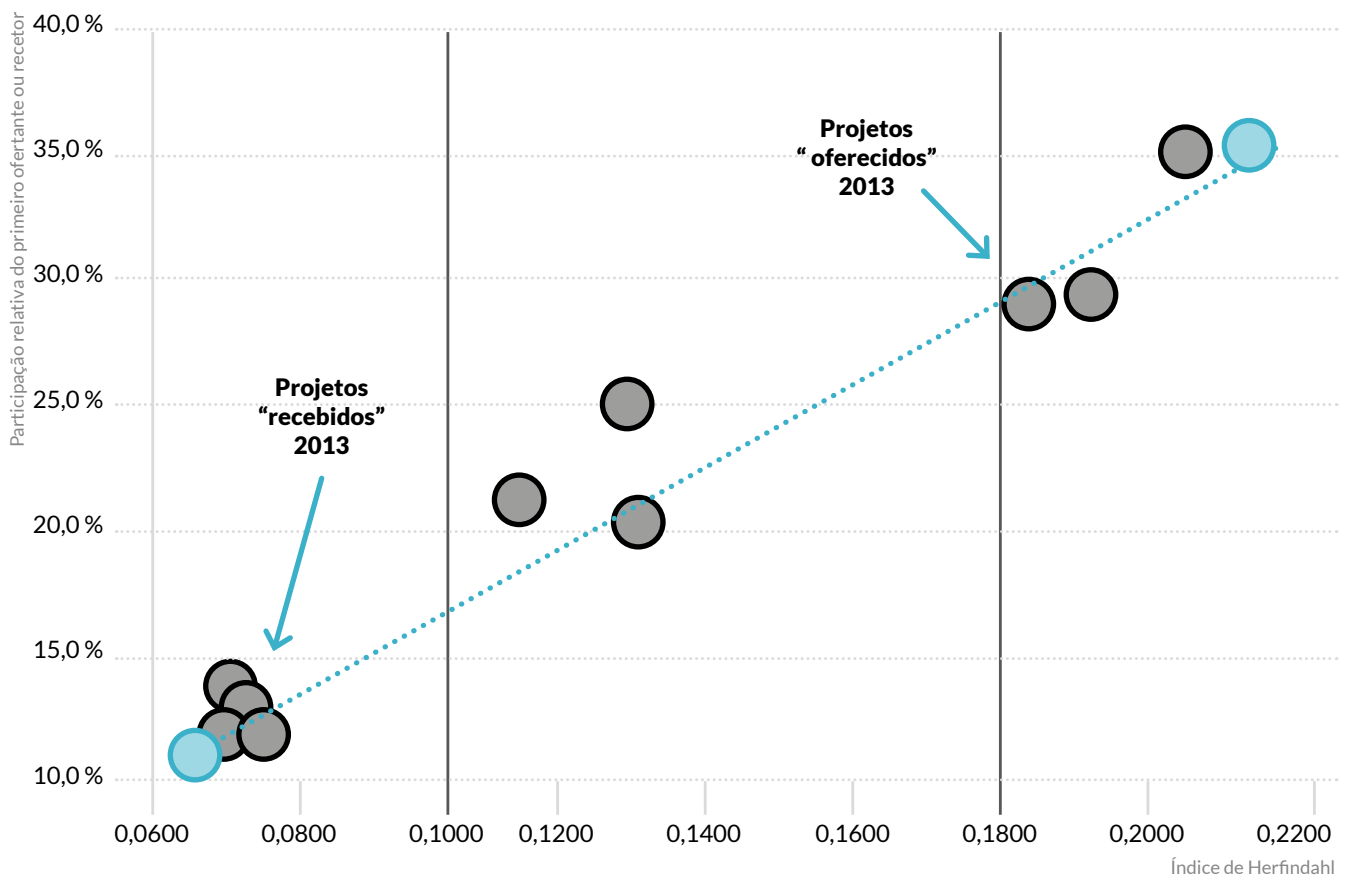
¹¹ Qualquer “padrão de concentração e dispersão” associa a concentração, referida neste caso à possível acumulação de projetos e ações em poucos ofertantes (ou recetores), com o nível de dispersão dos valores correspondentes ao número de projetos e ações oferecidos (ou recebidos) por país; deste modo, em padrões mais diversificados, há maior distribuição entre os participantes e menor distância de valores; e o contrário, nos de mais concentração.

¹² No que se refere ao caso das ações e ao facto de que os valores do “recebido” e do “oferecido” sejam menos distantes em 2013 do que em 2012, também está influenciado (embora não exclusivamente) por uma questão metodológica. Neste sentido, nos registos de ações do ano de 2013, incluiu-se a opção (ver Matriz II.2) de que a receção pudesse recair em “vários” países ao mesmo tempo. Isto foi feito para se poderem contabilizar uma única vez aquelas ações (como workshops, seminários, formações...) que dependem de um só ofertante, têm um único orçamento, executam-se numa única altura e, no entanto, representam uma transferência de capacidades para vários países. Mas, na hora de realizar determinados cálculos, como é o caso do Índice de Herfindahl, os valores correspondentes a este “vários” excluem-se. Isto faz com que o valor associado às ações “recebidas” aumente (de um hipotético 0,1003 para 0,1111) e o das ações “oferecidas” se reduza (de 0,1392 obtido sem depurar os “vários” para 0,1271 que se obtém quando estes foram excluídos). Consequentemente, as ações recebidas “aumentam” o seu grau de concentração e as oferecidas “reduzem-no”.

Gráfico II.4.

Relação entre o Índice de Herfindahl e o grau correspondente de participação relativa do primeiro ofertante (ou recetor) sobre o total de projetos e ações. 2011, 2012, 2013

Participação relativa conforme o papel, em percentagem; Índice de Herfindahl, com quatro casas decimais



Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Devemos nesta altura mencionar, que os valores que resultam do Índice de Herfindahl mantêm sempre uma correlação positiva relativamente aos associados a outros indicadores de concentração, como é o caso, por exemplo, dos que se referem às percentagens da CHSS Bilateral participados pelo primeiro, os dois primeiros e os três principais ofertantes (recetores) de cada ano. Neste sentido, a **Tabela A.II.1 (Anexo II.2)** inclui os valores do Índice para ações e projetos oferecidos e recebidos em 2011, 2012 e 2013, assim como os pesos relativos que os primeiros, os dois principais e os três

primeiros parceiros mantiveram, em cada um desses anos, sobre o total da CHSS Bilateral. As variações observadas, comparando apenas dois indicadores entre os exercícios 2012 e 2013, mostram como esses indicadores se modificam partilhando o mesmo sinal de mudança e inclusivamente a mesma intensidade, um facto que corrobora a citada correlação. Neste sentido:

a) Entre 2012 e 2013, os Índices de Herfindahl dos projetos (tanto oferecidos como recebidos) reduziram-se (de 0,1878 para 0,1819, no primeiro caso e de

0,0694 para 0,0683, no segundo). Outros indicadores de concentração também seguiram a mesma evolução: mais especificamente, o peso que o principal ofertante registou sobre o total da CHSS Bilateral passou de 29,4% em 2012 para uma percentagem menor de 28,8% em 2013; e o mesmo aconteceu com a participação relativa dos três principais recetores, a qual se reduziu ligeiramente de 31,4% no primeiro exercício para 30,7% no segundo.

b) No que se refere às ações, os Índices de Herfindahl correspondentes ao “oferecido” reduziram-se de 0,2041 em 2012 para 0,1271 em 2013, uma queda que também se sentiu no peso relativo registado pelo principal ofertante (em 10 pontos percentuais, de 35,5% para 25,4%). Entretanto, as ações “recebidas” registaram um aumento duplo: do Índice de Herfindahl (de 0,0678 para 0,1111) e, em correspondência, da participação do primeiro recetor (de 11,8% para 21,9%).

“O nível de concentração das relações bilaterais é mais elevado quando exercem como recetores do que como ofertantes”

A mesma correlação positiva pode ser observada no **Gráfico II.4**. Nele, os Índices de Herfindahl das ações oferecidas e recebidas para os anos de 2011, 2012 e 2013, associam-se com os pesos relativos que os primeiros ofertantes e recetores (conforme o caso) mantiveram sobre o total da CHSSB intercambiada em cada um desses exercícios. O resultado é um gráfico de dispersão com 12 pontos que, tal como sugere a curva de tendência, mantém uma trajetória ascendente, própria desse tipo de correlação. Aos valores extremos (diferenciados pela sua cor azul) correspondem os relativos aos projetos de 2011 (**Tabela A.II.1**): assim, no ponto mais próximo dos eixos, situa-se a combinação de valores mais baixa, correspondente aos projetos recebidos em 2011 (Índice de Herfindahl de 0,0660 e peso relativo do primeiro recetor de 11,1%); e no mais afastado situa-se a combinação mais elevada, que agora se refere aos projetos oferecidos nesse mesmo ano (Índice de 0,2095 e peso de 35,9%). Sobre o mesmo Gráfico, referem-se também as combinações de valores correspondentes aos projetos de CHSSB oferecidos e recebidos no último exercício.

II.4.2. Acerca das relações entre os países

A **Tabela A.II.2** foi elaborada para agrupar a informação relativa a vários dos indicadores que se podem usar para medir o nível de concentração das relações de intercâmbio entre ofertantes e recetores: assim no caso dos ofertantes, a **Tabela A.II.2.A** associa a cada país as percentagens de participação relativa do seu principal recetor, dos dois primeiros e dos três primeiros, assim como o Índice de Herfindahl (neste caso, como indicador de quão concentrada foi a sua relação com o conjunto de todos os parceiros); por sua vez, a **Tabela A.II.2.B** inclui informação análoga mas aplicada ao caso dos países quando exerceram como recetores. Em ambos os casos, e com o objetivo de que os resultados sejam suficientemente significativos, os indicadores foram calculados para países que em 2013 tivessem desempenhado no papel de ofertante um mínimo de 30 projetos, e um mínimo de 20, no caso dos países que exerceram como recetor.

Para ilustrar e analisar a informação contida nas referidas tabelas, foram por sua vez elaborados os **Gráficos II.5**, os quais adquirem a forma definitiva dos denominados “gráficos de bolhas”. A particularidade destes gráficos reside em que, à informação associada ao eixo horizontal e ao vertical, acrescenta-se a que é dada pelo tamanho da bolha. Isto permite mostrar simultaneamente e para cada país (no papel de ofertante, **Gráfico II.5.A** e no de recetor, **Gráfico II.5.B**), informação relativa a três variáveis:

- a)** O Índice de Herfindahl, cujo valor aparece associado ao eixo das abcissas (horizontal).
- b)** O grau de participação relativa dos três principais recetores ou ofertantes, conforme o caso, no eixo das ordenadas (vertical).
- c)** O número de projetos oferecidos (**Gráfico II.5.A**) ou recebidos (**Gráfico II.5.B**), ilustrado a partir do tamanho adotado pela bolha (relacionada por sua vez e em cada caso, a um país).

Da observação conjunta dos **Gráficos II.5** e da **Tabela A.II.2**, depreende-se o seguinte:

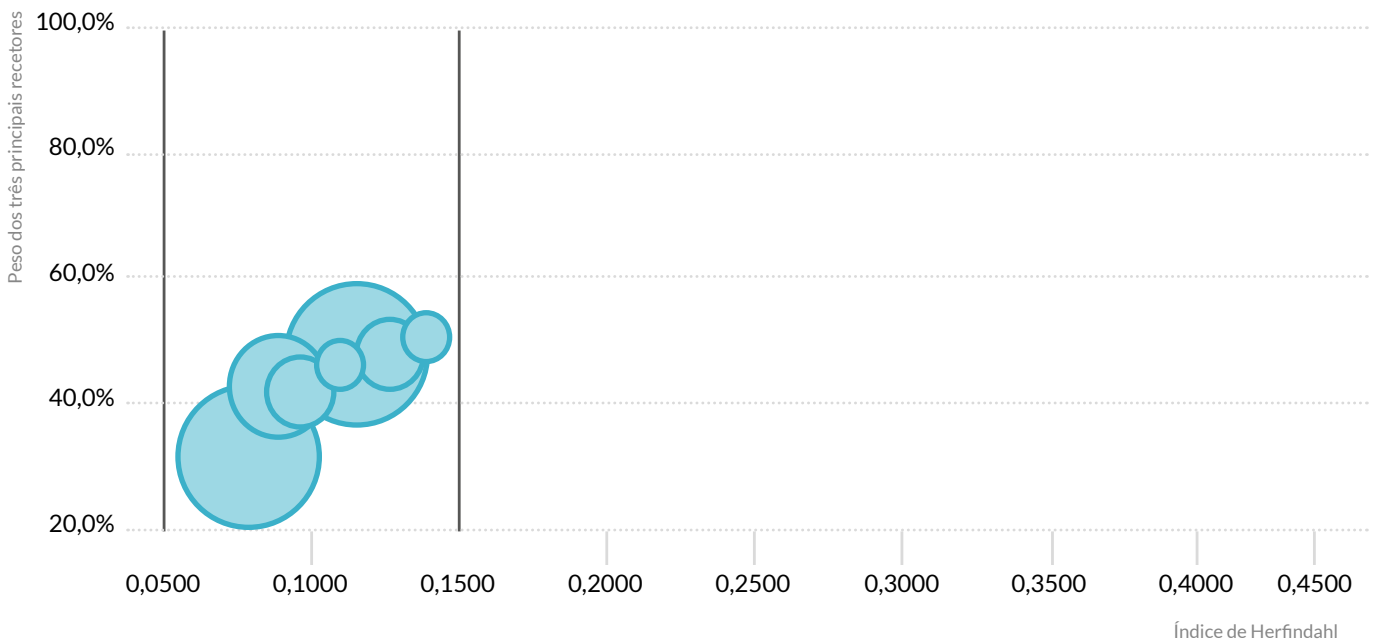
- a)** Tanto nos casos em que os países exerceram o papel de ofertante como de recetor, houve uma correlação positiva entre o Índice de Herfindahl e a participação dos três principais parceiros. Igualmente, e também em ambas as circunstâncias, os maiores graus de concentração derivados dessa combinação de valores

Gráfico II.5.

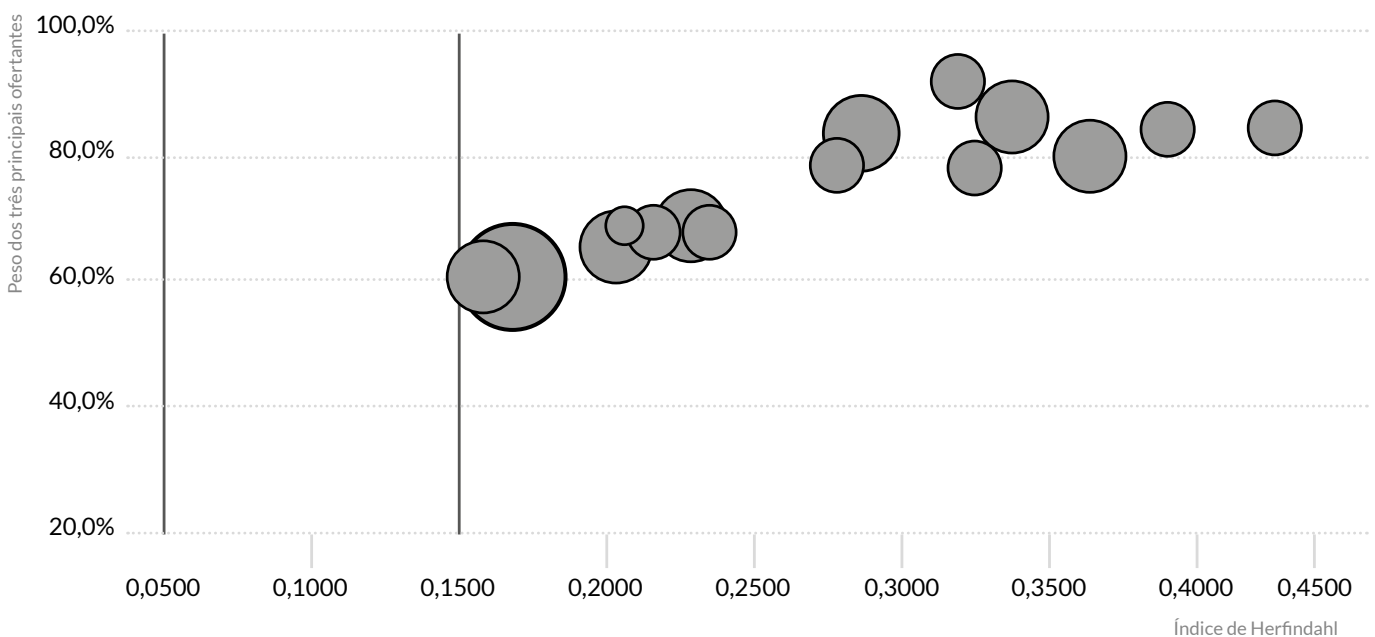
Relação que os principais ofertantes e recetores mantêm entre o número de projetos, o peso dos principais parceiros e o grau de concentração conforme Herfindahl. 2013

Projetos, em unidades; participação, em percentagem; Índice de Herfindahl, com quatro casas decimais

II.5.A. Principais ofertantes



II.5.B. Principais recetores



Nota: Cada esfera é um país e o tamanho está associado ao número de projetos oferecidos ou recebidos, conforme o caso.
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

se associaram a volumes de oferta e receção de projetos mais baixos. Houve, no entanto, duas exceções notáveis:

- Sob o ponto de vista dos ofertantes, em 2013, a Argentina manteve em execução 140 projetos, um número elevado, apenas ultrapassado pelo Brasil (166) e a considerável distância do México, o terceiro país em importância relativa, com 74 projetos. No entanto, o nível de concentração das suas relações bilaterais foi muito superior: assim, a Argentina registou um Índice de Herfindahl de 0,1103 (face a 0,0732 do Brasil e a 0,0880 do México) que sugere uma moderada concentração das suas relações bilaterais; ao mesmo tempo, concentrou 20% desses 140 projetos no seu principal recetor (Bolívia), uma percentagem superior a 12,0% e a 17,6% do Brasil e do México.
- Por sua vez, a Bolívia (segundo recetor mais importante, com 50 projetos) também registou níveis de concentração das suas relações bilaterais superiores aos dos países mais próximos em importância relativa (El Salvador, primeiro recetor com 80 projetos e Equador, terceiro com 47). De facto, enquanto que os Índices de Herfindahl de El Salvador e do Equador se mantiveram num intervalo de moderada concentração (abaixo de 0,1800), a Bolívia registou um valor muito elevado, de 0,3576. Este dado está em concordância com os pesos relativos que para cada um destes países o seu primeiro ofertante manteve: 27,5% e 23,4% nos casos de El Salvador e do Equador, face a uma percentagem duas vezes superior, de 56,0%, para a Bolívia.

b) Assim, tanto os dados anteriores como a distribuição das bolhas por quadrantes nos **Gráficos II.5**, sugerem que o nível de concentração das relações bilaterais dos países é mais elevado quando exercem como recetores do que como ofertantes. Com efeito, tanto no **Gráfico II.5.A** (no qual se situam os países no papel de ofertantes) como no **Gráfico II.5.B** (no que se situam como recetores) se manteve a mesma escala e se realizou a mesma divisão por quadrantes. Ao fazê-lo, observa-se rapidamente que, enquanto os ofertantes (no quadrante mais a sudoeste) combinam graus de concentração que nunca ultrapassam 0,1500 (para o Índice de Herfindahl) nem 50,0% (no que se refere ao peso dos três principais recetores), os recetores (no quadrante mais a nordeste) registam Índices de Herfindahl mais elevados (sempre superiores a esses 0,1500) e níveis de concentração relativamente aos três principais ofertantes elevados e acima de 60%.

Para ilustrar o modo como se estabeleceram algumas dessas relações bilaterais, elaboraram-se os **Diagramas II.2 e II.3**: o primeiro, para se observar como se distribuíram os projetos executados pelos dois principais ofertantes de 2013 (Brasil e Argentina); o segundo, para se observar a distribuição da origem dos projetos recebidos pelos dois países de maior peso no exercício desse papel (El Salvador e Bolívia). Em concreto:

a) Entre os países que exerceram como ofertantes, o Brasil (**Diagrama II.2.A**) destacou-se em 2013 não apenas por ser o que executou mais projetos (166) mas também por ter sido o que o fez com um maior nível de diversificação. De facto, o Brasil cooperou com todos os possíveis parceiros (18); o peso relativo de cada um destes oscilou entre valores relativamente baixos (de 0,6% para o Chile e o Paraguai até 12,0% para o Peru); os três principais recetores (o próprio Peru, El Salvador e Uruguai) justificaram menos de um terço (31,9%) do total em execução; e o seu Índice de Herfindahl (de 0,0732) foi o mais baixo entre todos os registados.

b) Em contraste e de forma excepcional, a Argentina (**Diagrama II.2.B**), apesar de ser o segundo ofertante mais importante (140 projetos) apresentou um grau de concentração das suas relações bilaterais relativamente mais concentrado. Assim, cooperou com 15 dos possíveis parceiros; manteve com eles um intercâmbio que oscilou entre 0,7% das Honduras e República Dominicana e 20,0% da Bolívia; e concentrou praticamente metade (45,7%) dos projetos em apenas três recetores (a própria Bolívia juntamente com El Salvador e o Paraguai); tudo isto de forma coerente com um Índice de Herfindahl próprio de um padrão de moderada concentração (0,1103).

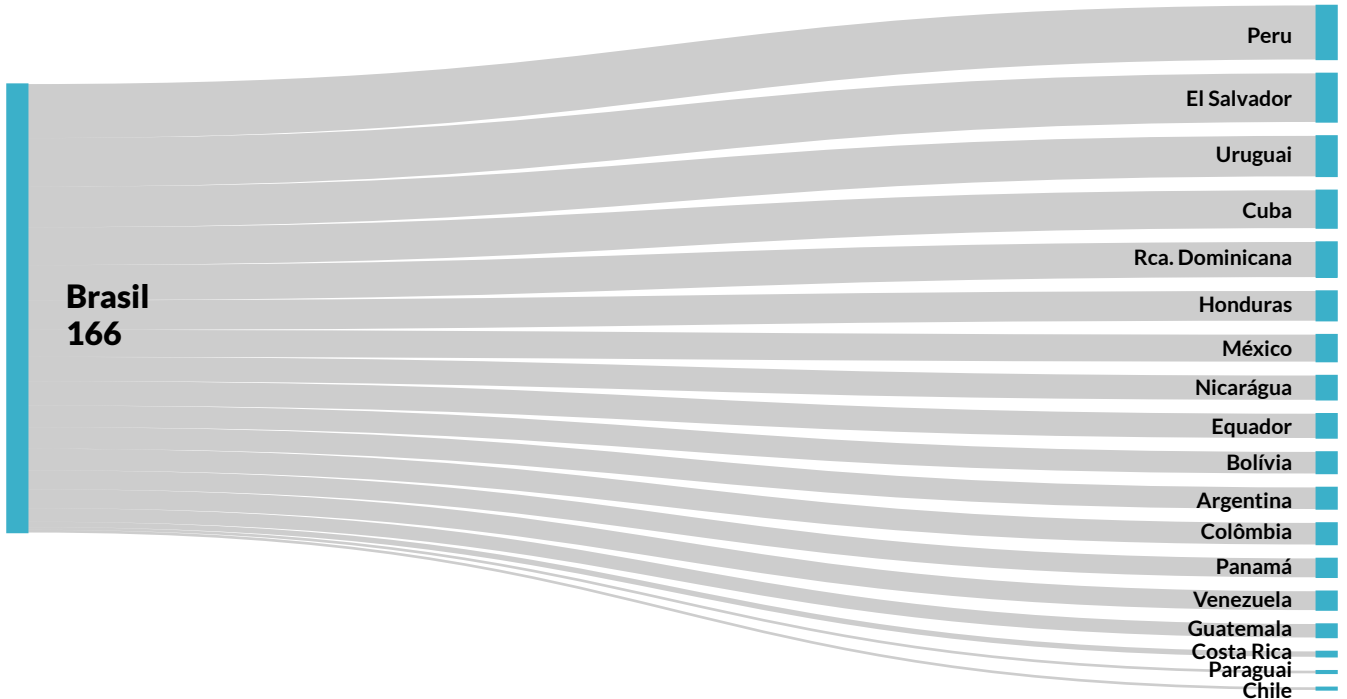
c) Entretanto, e no exercício do papel de recetor, os 80 projetos que se executaram em El Salvador apresentaram uma distribuição de carácter moderadamente concentrado (**Diagrama II.3.A**). Neste sentido, os projetos tiveram a sua origem em 10 dos 18 possíveis países; esses 10 parceiros mantiveram pesos relativos que oscilaram entre 1,3% da Costa Rica e 27,5% da Argentina; e os três primeiros ofertantes (a própria Argentina, o Brasil e o Uruguai) representaram, de forma conjunta, menos de dois terços (61,3%) dos projetos. Devemos, no entanto, assinalar que, mesmo assim, esta distribuição foi, depois da do Equador, a de maior nível de diversificação entre os recetores, um facto que corrobora o seu Índice de Herfindahl (de 0,1669 face ao menor 0,1598 registado pelo país andino).

Diagrama II.2.

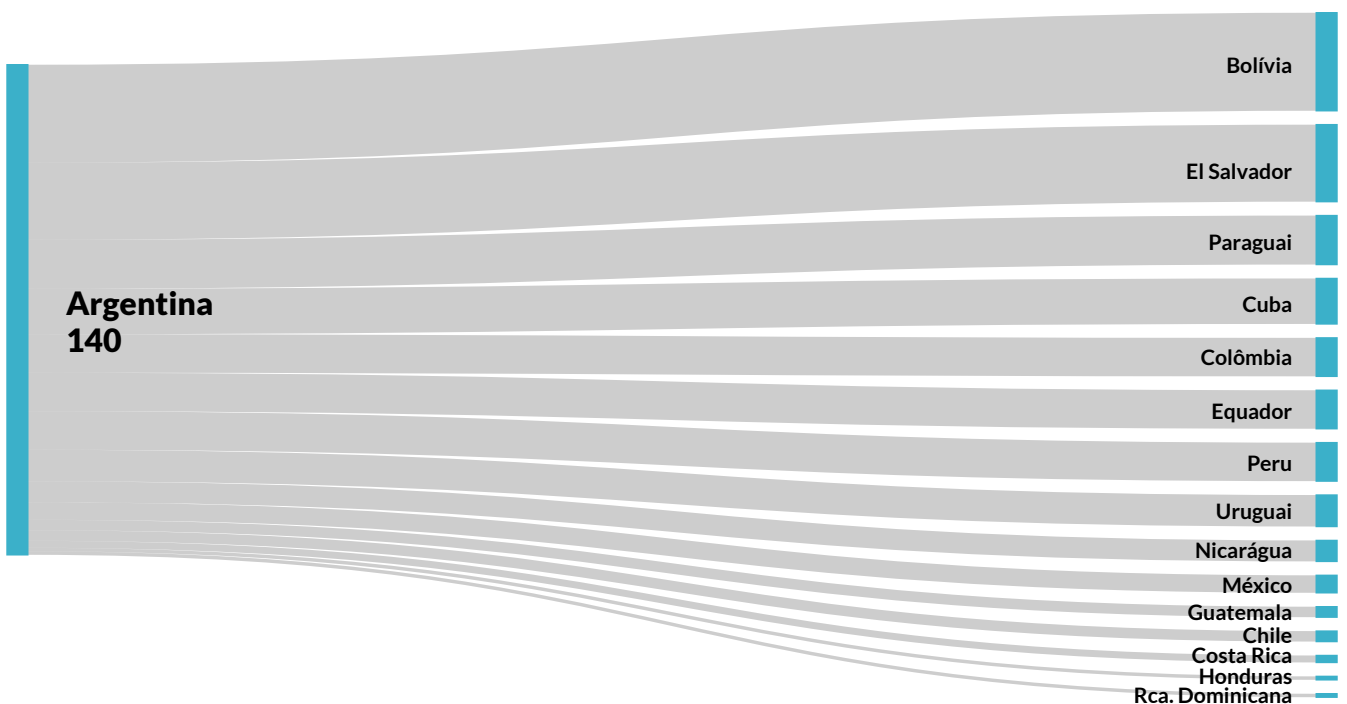
Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais ofertantes, conforme o recetor. 2013

Projetos em unidades

II.2.A. Brasil



II.2.B. Argentina



d) Finalmente, e tal como já se avançou, a Bolívia (**Diagrama II.3.B** e segundo recetor mais importante com 50 projetos), apresentou uma distribuição muito concentrada, dependente de apenas 7 dos 18 possíveis parceiros, três dos quais (de novo a Argentina, o Brasil e o Uruguai) justificaram mais de 80% dos projetos recebidos. Igualmente, o seu Índice de Herfindahl foi o segundo mais alto de todos os estimados (de 0,3576), apenas abaixo da República Dominicana (com um perfil bem diferente, pois só recebeu 21 projetos).

II.5. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013

A presente secção é dedicada à análise da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que os países Ibero-Americanos trocaram em 2013, a partir de uma perspetiva setorial. O objetivo desta análise é duplo: por um lado, saber quais foram as capacidades que a região teve tendência a fortalecer através da troca de cooperação e, por outro lado, identificar que papel nela desempenhou o perfil de capacidades ou de necessidades de ofertantes e recetores.

Mas para realizar esse exercício, devemos atender à classificação dos setores de atividade adotada no espaço ibero-americano. Essa classificação (uma variante da usada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento - CAD - mas adaptada à prática da região), encontra-se detalhada na **Tabela A.II.3** do **Anexo II.2**. No entanto, a modo de síntese, podemos assinalar que distingue 27 setores, agrupados por sua vez, nas seguintes dimensões:

a) Social, a qual inclui Educação, Saúde, Saúde Reprodutiva, Saneamento e abastecimento de água, assim como Outros serviços e políticas sociais.

b) Económica, a qual por sua vez distingue dois subgrupos: *Infraestruturas* e *Serviços Económicos* (atividades orientadas para a criação de condições de funcionamento da economia, entre estas Energia, Transportes, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Finanças, Emprego e Empresas) e Setores produtivos (dedicados ao fortalecimento de Atividades Extrativas, Agricultura, Silvicultura, Pescas, Construção, Indústria, Turismo e Comércio).

c) Fortalecimento institucional, uma rubrica que engloba todas as atividades cujo objetivo final é o apoio aos Governos e à Sociedade Civil;

d) Ambiente, refere-se a tudo o que está relacionado com as medidas e políticas de Proteção e preservação ambiental, assim como com a Gestão de desastres;¹³

e) Outras dimensões, esta última tem um carácter multissetorial e engloba atividades como a Cultura, o Género e um “Outros” referente a modelos de desenvolvimento alternativos.

Finalmente, e antes de abordar os dois pontos dedicados aos objetivos fixados, devemos assinalar que a informação base a partir da qual se realiza a análise está contida nas **Matrizes A.II.1** e **A.II.2** do **Anexo II.2**. Neste sentido, a primeira das matrizes permite, como sempre, saber para cada país e no exercício de cada papel, com quem e quantos projetos se intercambiaram. A particularidade reside na sua distinção de acordo com a dimensão da atividade para a qual o projeto esteve orientado, o que faz com que a **Matriz A.II.1** se expresse, na realidade, através de seis sub-matrizes (uma por dimensão). No caso da **Matriz A.II.2**, a abordagem é semelhante, mas, neste caso, aplicada às ações intercambiadas na região em 2013.

II.5.1. Perfil dos projetos e ações de cooperação

O **Diagrama II.4** foi elaborado para se observar a distribuição dos 576 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral trocados pelos países ibero-americanos em 2013, a partir de uma perspetiva setorial dupla: por dimensão (primeiro grupo de caudais) e por setor de atividade (segundo grupo). Da sua observação depreendem-se as seguintes prioridades regionais:

a) Ao longo de 2013, mais de um terço dos projetos trocados (35%) tiveram como objetivo reforçar capacidades no âmbito Social. Seguiram-lhe, por ordem de importância relativa, aqueles projetos (29%) promovidos para apoiar determinados Setores produtivos, assim como aqueles (13,6%) cuja prioridade foi o *Fortalecimento institucional*. Também foram significativos (11,4%), os projetos cuja finalidade residiu em criar e melhorar as condições de funcionamento das economias nacionais através do impulso das

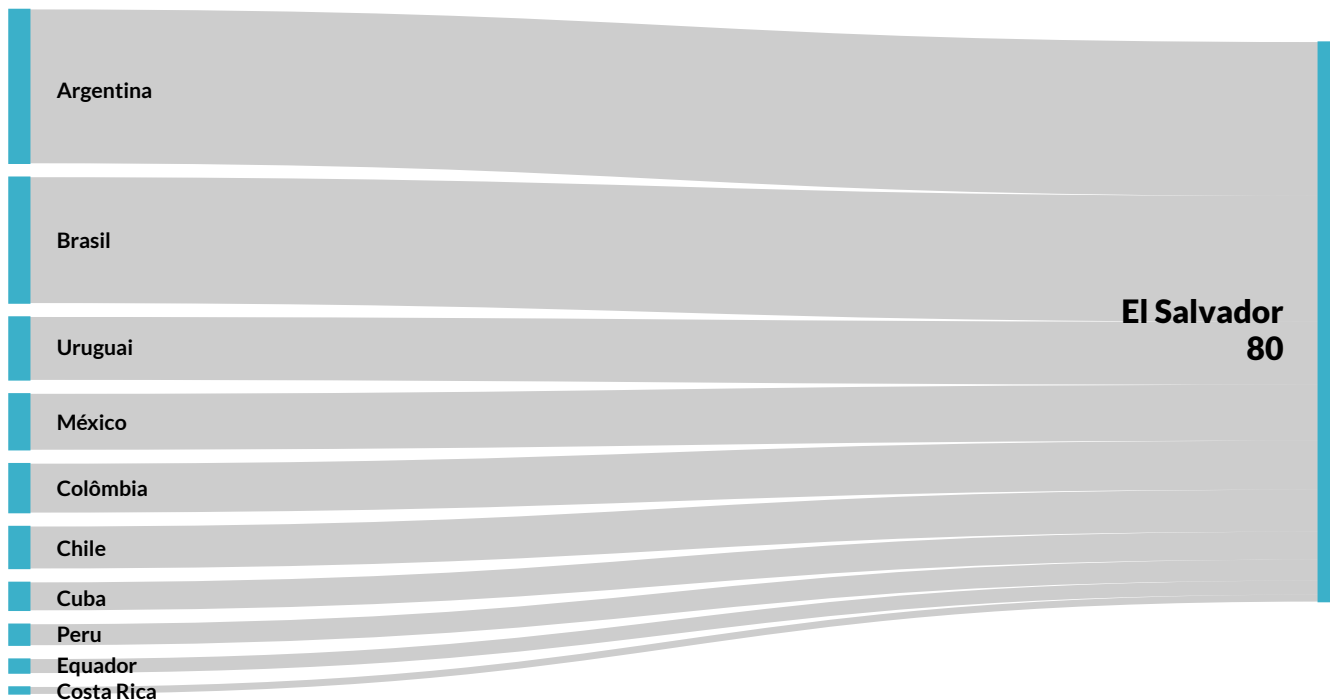
¹³ Até à edição 2013-2014 deste Relatório, na dimensão ambiental incluía-se a Prevenção de Desastres. A partir desta edição e tal como se explicará no Quadro II.3, far-se-á referência a um conceito mais vasto e adequado à casuística ibero-americana, tal como é o da Gestão de Desastres.

¹⁴ Devemos lembrar que, para evitar a dupla contabilização dos considerados bidirecionais, na realidade, o número de projetos que se desagregou por setores foi de 535. Por outro lado, esses mesmos 535 foram o total que se usou em todos os cálculos de participação percentual que se realizaram nesta secção. A mesma lógica foi aplicada às ações.

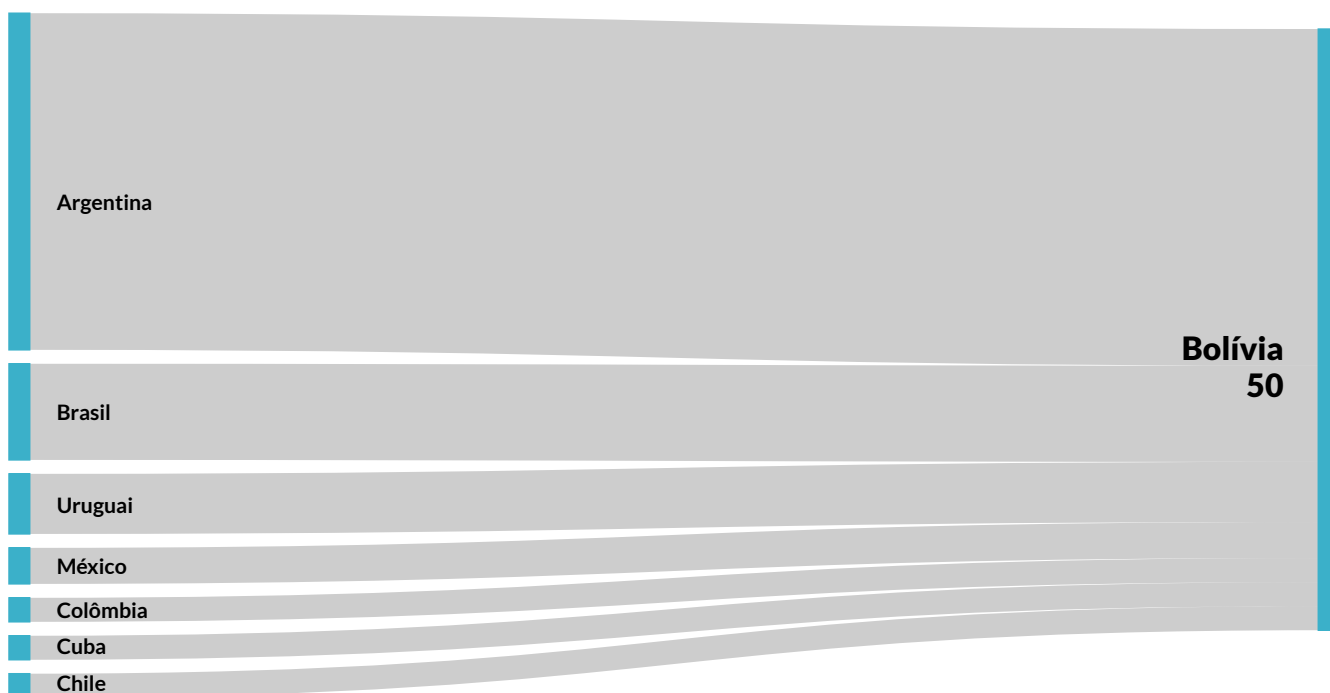
Diagrama II.3. Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais recetores, conforme o ofertante. 2013

Projetos em unidades

II.3.A. El Salvador



II.3.B. Bolívia



Infraestruturas e (dos) serviços económicos. Finalmente, mantiveram uma participação relativamente menor (de 6,7% e 4,3%, respetivamente), aquelas atividades cujo foco de intervenção foram as denominadas *Outras dimensões* (Cultura, Género e Desenvolvimento alternativo), assim como o Ambiente.

“Mais de um terço dos projetos intercambiados em 2013, tiveram por objetivo reforçar capacidades no âmbito social... No entanto, numa análise setorial, a maioria dos esforços concentraram-se num perfil económico: o Agropecuário”

b) No entanto, por setores, a ordem alterou-se e aquele que concentrou mais esforços não foi um setor de perfil social mas sim económico: o *Agropecuário*. Com efeito, 90 dos projetos finalmente registados (16,8%) foram orientados para o fortalecimento deste setor. As prioridades foram múltiplas: o apoio a técnicas alternativas de rega e de cultivo; a diversificação agrícola; a assistência técnica às famílias para assim favorecer, por sua vez, a segurança alimentar da população; os processos de abastecimento; o fortalecimento e a apropriação das fases iniciais de processamento de produtos derivados da agropecuária (com especial relevância para as frutas e os lácteos); entre outros. Devemos igualmente mencionar que também houve colaborações que se destacaram pelo seu elevado conteúdo científico-tecnológico ao afetar temas como a gestão sanitária e reprodutiva, a melhoria genética ou a rastreabilidade. Por último, devemos destacar que, embora tenha primado a agricultura, houve também numerosos projetos no âmbito da pecuária, especialmente da bovina.

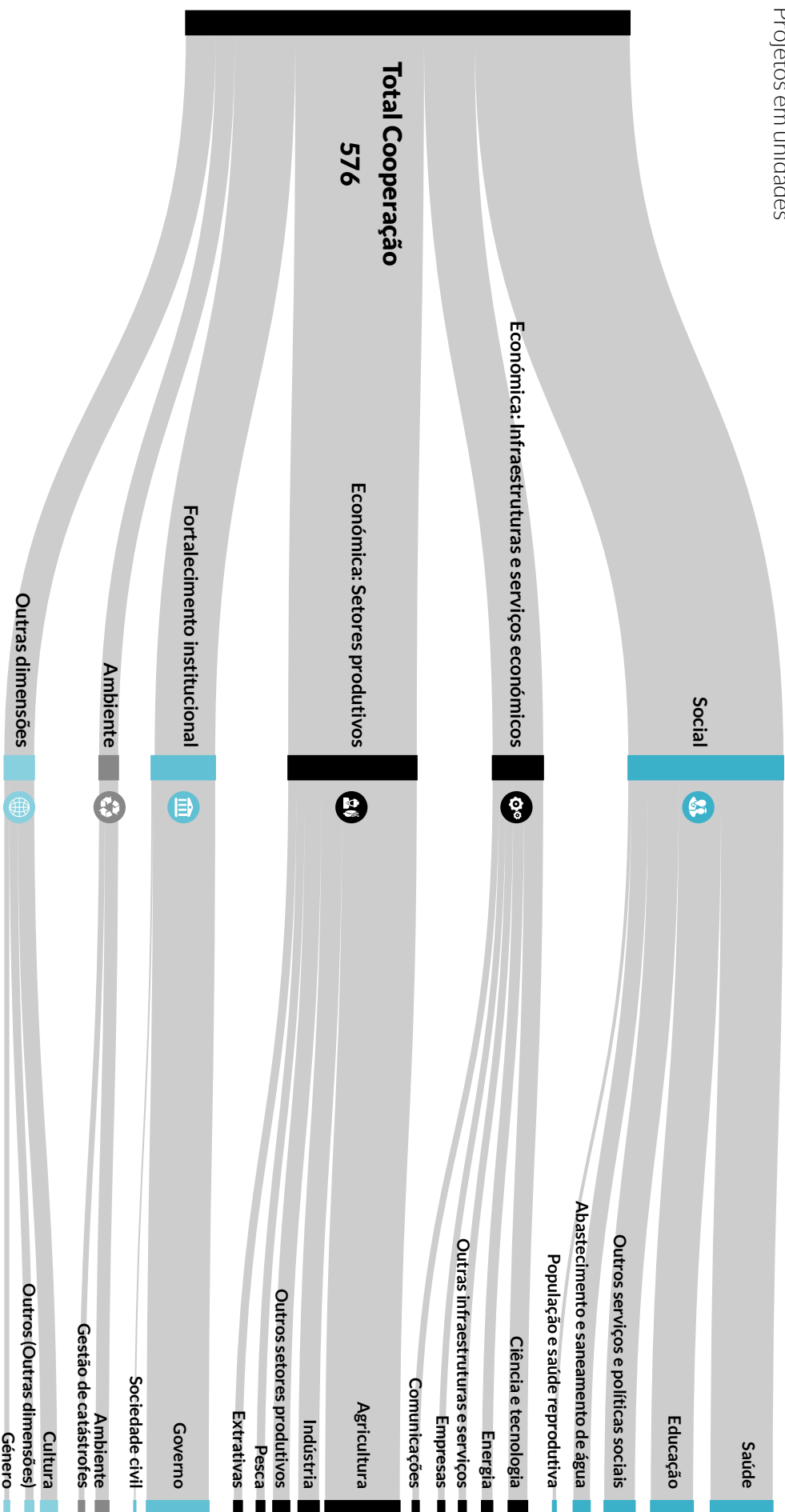
c) Por ordem de importância relativa, o segundo setor mais relevante (75 projetos equivalentes a 14,0% do total) respondeu a um perfil social: o da Saúde. No entanto, entre todos os projetos registados nesse âmbito, devemos destacar aqueles que podem ser agrupados conforme tenham abordado aspetos institucionais do sistema, questões relativas aos

fármacos e medicamentos ou deram prioridade à saúde maternoinfantil. Mais especificamente, uma grande parte dos projetos teve por objetivo reforçar instituições próprias do setor (Institutos Nacionais, Ministérios, Redes de Municípios, Comunidades de Saúde) ou os seus modelos de gestão e cuidados de saúde. Por sua vez, muitas foram as colaborações sobre o controlo de qualidade, acreditação e regulação, uso e consumo, pré e pós autorização de medicamentos. Finalmente, devemos destacar os projetos desenvolvidos para melhorar a saúde dos grupos prioritários (mães e filhos), através do apoio a programas de redução da morbilidade maternoinfantil, ao aleitamento (destacando os Bancos de Leite Humano) e à nutrição.

d) A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral promovida para o fortalecimento institucional dos Governos representou uma proporção muito semelhante (13,3%). O que mais se destaca neste caso é quão heterogéneos foram os objetivos pretendidos. De facto, e para se conseguir uma melhor identificação desses objetivos, elaborou-se o **Quadro II.2**. Através deste, realizou-se uma desagregação do setor Governo em sete novos subsectores. A classificação resultante aplicou-se aos projetos (e também às ações) orientados para o fortalecimento dos governos. Ao realizar este exercício, concluiu-se que os objetivos que coexistiram sob projetos desta natureza foram bem diferentes e abordaram aspetos tão diversos como: o apoio às políticas e às administrações públicas, o desenvolvimento dos enquadramentos legais e judiciais, a defesa dos direitos humanos ou as questões de segurança nacional e de defesa, isto apenas para nomear alguns.

e) Os setores até agora descritos (Agropecuário, Saúde e Governo) justificaram, de forma conjunta, quase 45% dos projetos registados em 2013. Outros 25% provêm de quatro setores de perfil socioeconómico: Educação e Outros serviços e políticas sociais (9,5% e 6,9%, respetivamente), Indústria (4,7%) e Ciência e tecnologia (4,3%). Mais pormenorizadamente, registaram-se atividades de apoio à alfabetização e ao ensino primário, transferiram-se técnicas docentes e alargou-se a formação profissional, assim como diferentes tipos de ensino, através de instrumentos digitais. No âmbito das políticas e dos serviços sociais, um tema recorrente foi o fortalecimento da inclusão social, especialmente dos coletivos considerados mais vulneráveis, como é o caso das crianças, adolescentes e idosos, assim como

Diagrama 11.4. Diagrama 11.4. Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral, por dimensão e por setor de atividade. 2013
 Projetos em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Quadro II.2.

O setor do Governo: explorando uma possível desagregação

Governo: uma desagregação por subsetores

Código	Subsetor	Descrição
A	Políticas e administração pública	Fortalecimento institucional do setor público, da sua gestão e das políticas que emanam deste. Inclui tudo o que se refere à melhoria e modernização da gestão do sistema público e do Estado, quer através da planificação, capacitação e gestão de recursos humanos, quer do desenvolvimento de instrumentos para a monitorização e avaliação do seu desempenho, entre outros. Também o que se refere à gestão da cooperação (enquanto política pública), assim como à produção de estatísticas e indicadores cuja finalidade principal seja a de orientar a tomada de decisões sobre as políticas e a gestão pública.
B	Gestão de finanças públicas	Gestão do orçamento e da despesa pública; das receitas (especialmente do sistema impositivo e tributário), melhoria dos sistemas de gestão financeira, políticas fiscais, auditorias públicas, dívida pública, controlo e gestão das empresas públicas, medição do seu desempenho, entre outros.
C	Descentralização e apoio a níveis de governo diferentes do central	Apoio aos processos de descentralização em todas as suas dimensões (política, administrativa e fiscal); fortalecimento de governos regionais e locais; relações entre entidades e instituições do governo não central e federalismo.
D	Desenvolvimento legal e judicial e segurança pública	Medidas para o fortalecimento dos enquadramentos legais, constitucionais, leis e regulamentações. Apoio a instituições, sistemas e procedimentos da justiça, assim como a outras práticas (tradicionais, indígenas...) que estão fora do sistema legalmente contemplado. Pelo seu vínculo com a justiça, incluem-se questões de segurança pública orientadas para a prevenção, investigação e perseguição de delitos contra as pessoas (códigos penais, agências da lei, polícia, prisões...).
E	Participação política	Tudo o que se relaciona com os exercícios de participação política, processos eleitorais, fortalecimento da democracia, assim como com o controlo dos cidadãos sobre os seus representantes, entre outros.
F	Direitos Humanos	Apoio à defesa e alargamento dos direitos humanos de primeira, segunda e terceira geração (Civis e Políticos; Económicos, Sociais, Culturais; de Solidariedade ou dos Povos – à Paz, ao Desenvolvimento, ao Ambiente e à Coexistência Pacífica); luta contra a impunidade; proteção das minorias de qualquer tipo (étnicas, religiosas, linguísticas, sexuais, emigrantes, crianças, vítimas de tráfico e de tortura...).
G	Segurança nacional e defesa	Fortalecimento das capacidades para fazer face a questões de segurança nacional e de defesa. Entre outros: a luta contra a corrupção e branqueamento de capitais e o tráfico de drogas, o apoio à formação militar, a cooperação em missões de paz, o controlo de armas, a desmobilização e reinserção na vida civil...

Fonte: SEGIB a partir de <http://www.oecd.org/dac/stats/purposecodessectorclassification.htm>

As atividades associadas ao setor “Governo” referem-se, de forma genérica, àquelas que se orientam para o fortalecimento do setor público, entendido, conforme a Real Academia da Língua Espanhola (RAE), como o “conjunto das organizações públicas e organismos,

entidades e empresas delas dependentes”. Tal inclui, portanto, as atividades que melhoram a gestão das instituições governamentais e das chamadas políticas públicas. Não obstante, o leque de atividades que se podem classificar sob esta designação é muito diverso

e, sem dúvida, extremamente vasto. Por esse motivo e para tentar diferenciar com maior nitidez o que é que efetivamente aí se inclui quando nos referimos a este setor, optou-se por fazer uma primeira desagregação. Como ponto de partida para essa desagregação, tomou-se como referência a utilizada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, mas adaptada à prática e casuística da região ibero-americana.

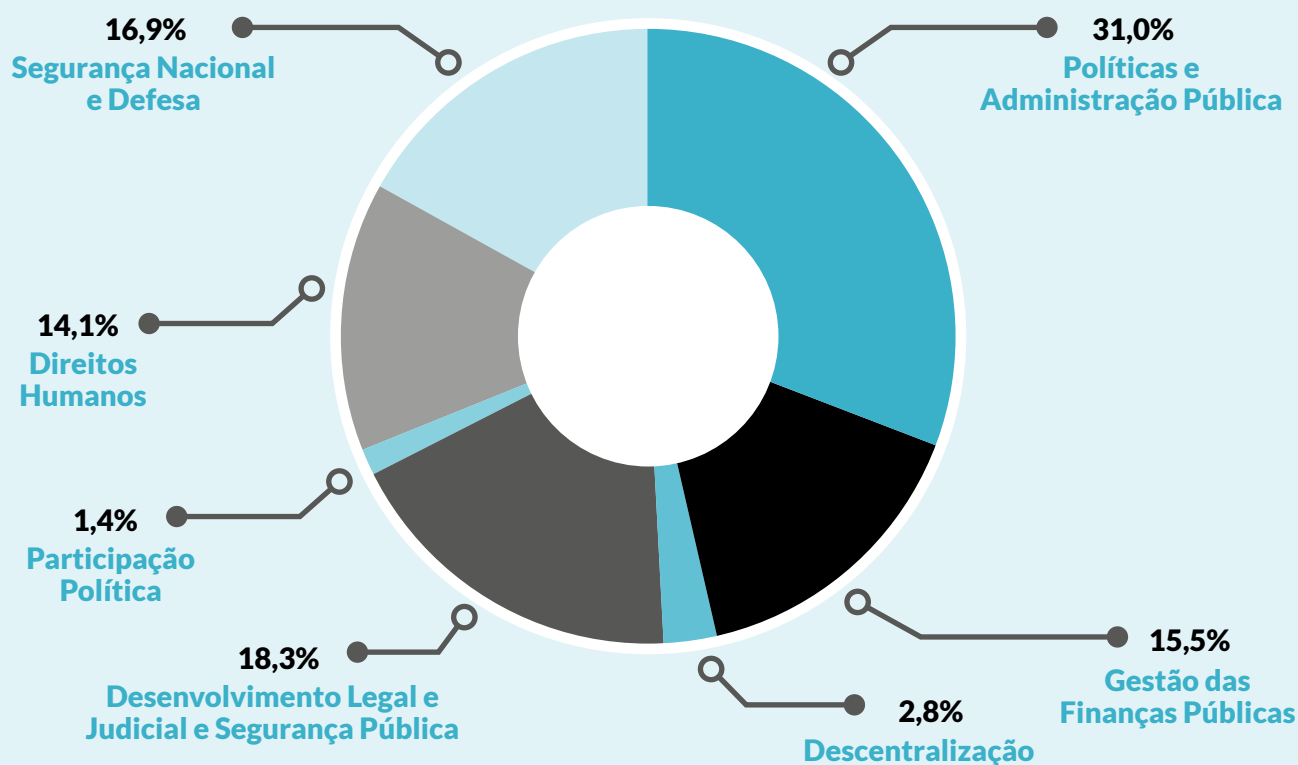
O resultado apresenta-se na tabela anterior. Conforme nela se pode observar, dentro do setor “governo” decidimos distinguir as atividades relacionadas com sete subsetores: o fortalecimento das *Políticas e (da) Administração Pública*; a melhoria do desempenho na *Gestão das Finanças Públicas*; o apoio aos processos de *Descentralização*; o *Desenvolvimento legal e judicial*, incluindo aqui as questões de *Segurança Pública* orientadas para a prevenção, investigação e perseguição dos delitos contra as pessoas que estejam por sua vez relacionados com o desenvolvimento e implementação de enquadramentos penais e jurídicos;

tudo o que se relaciona com o fomento de exercícios de *Participação política*; a defesa e alargamento dos *Direitos Humanos* de primeira, segunda e terceira geração; e, finalmente, o fortalecimento de capacidades para fazer face a questões de *Segurança Nacional e Defesa*.^{1,2,3}

Aceitando esta desagregação, calculou-se uma nova distribuição dos projetos e ações que os países ibero-americanos trocaram em 2013 no âmbito específico do setor “governo”. A nova classificação aplicou-se, consequentemente, aos 71 projetos e 159 ações associados a esse setor e que em 2013 representaram, respetivamente, 12,3% e 39,8% do total da cooperação registada. O resultado pode ser observado no gráfico seguinte. Da sua observação depreende-se que:

a) No âmbito da cooperação executada através de projetos, destacaram-se os destinados a fortalecer as Políticas e a Administração Pública (31,0% dos 71 registados). Muitos deles partilharam como objetivo o fortalecimento dos processos de planificação e desenvolvimento dos governos, a produção e uso de

Projetos de CHSS Bilateral de 2013, conforme o subsetor (em percentagem)



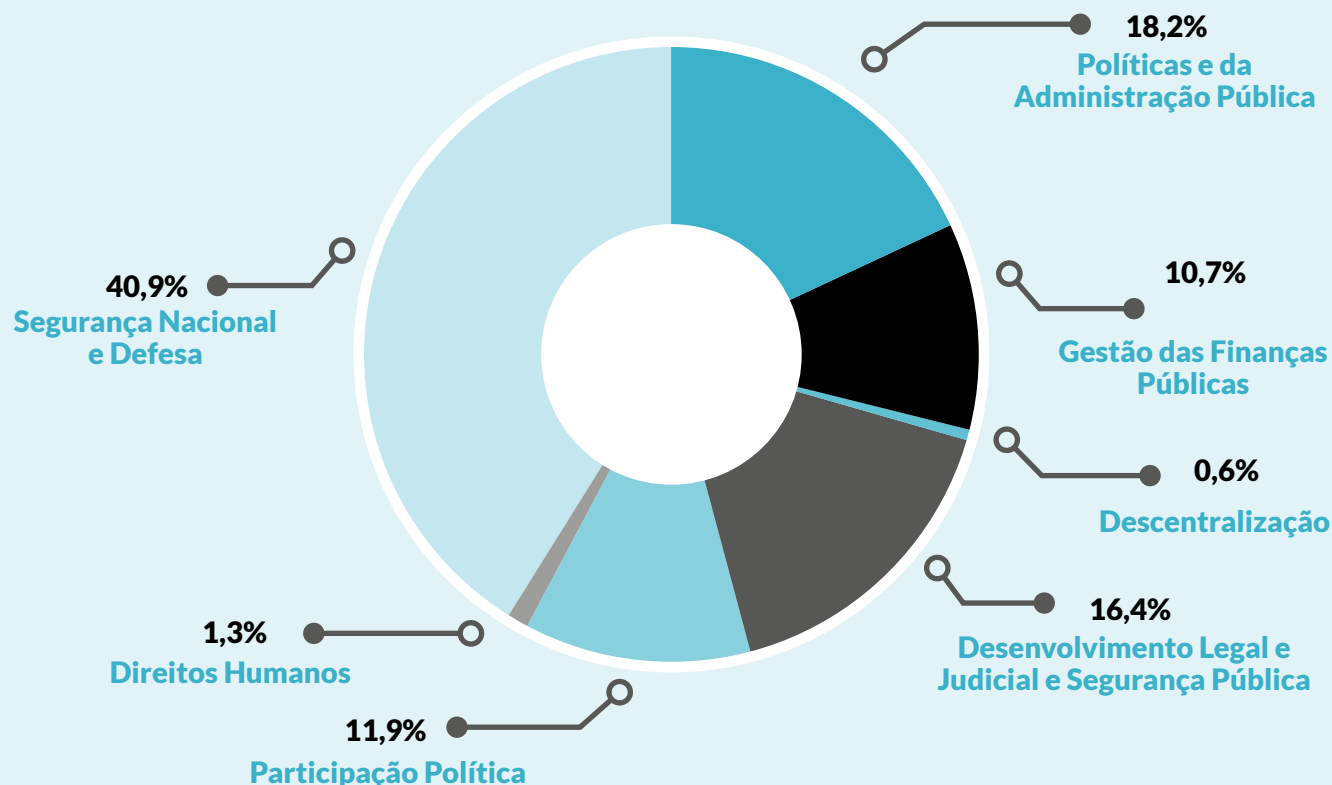
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ <http://www.derechos.org/nizkor/doc/articulos/regino1.html>

² <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Publicaciones/CDs2011/CDCIEN/pdf/CJ3.pdf>

³ <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/derhum/cont/30/pr/pr20.pdf>

Ações de CHSS Bilateral de 2013, conforme o subsetor (em percentagem)



indicadores, a gestão do conhecimento, assim como o apoio para um melhor uso dos recursos institucionais.

b) Por ordem de importância relativa, seguiram-se os projetos orientados para o *Desenvolvimento legal e judicial*, assim como para a *Segurança Pública* (18,3%) e os que tiveram por objetivo reforçar a *Segurança Nacional* (16,9%), a *Gestão das Finanças Públicas* (15,5%) e a promoção dos *Direitos Humanos* (14,1%). Tratou-se, fundamentalmente, de uma cooperação que deu primazia à capacitação e formação policial (especialmente comunitária e local); à prevenção dos delitos; à criação de instituições como a dos Defensores públicos; à capacitação de militares e ao controlo da circulação de armas; ao apoio a tudo o que está relacionado com a melhoria da gestão tributária assim como ao controlo e gestão das empresas públicas; e à expansão de políticas para a prevenção e posterior integração social de vítimas de violência, à exploração ou qualquer forma de tráfico, especialmente de coletivos mais vulneráveis como podem ser as crianças, os adolescentes e as mulheres. Em contraste, foram

minoritários (4,2%) os projetos destinados a fomentar a *Descentralização* e a *Participação política*.

c) Por seu lado, no quadro das ações, 40,9% foram orientadas para o fortalecimento da *Segurança Nacional*. Houve uma grande atividade em formação e cursos de capacitação no âmbito militar, que abarcaram desde a interdição marítima e da segurança nas costas até à pilotagem de aviões e aos trabalhos de inteligência. A maioria das restantes (57,2%) foram ações destinadas ao fortalecimento das *Políticas e da Administração Pública*, ao *Desenvolvimento legal e judicial*, à *Participação Política* e à *Gestão das Finanças Públicas*. Tratou-se, em geral, de ações no âmbito da cooperação internacional e da sul-sul e triangular; do fortalecimento de capacidades estatísticas e diretivas; do fomento da gestão tributária e dos orçamentos por resultados; da implementação de defensores públicos e forças policiais comunitárias; assim como de ações em matéria de cooperação eleitoral. Neste caso, foram minoritárias (1,9%) as ações nos âmbitos dos *Direitos Humanos* e da *Descentralização*.

dos deficientes. Para isso, reforçou-se a estrutura institucional (centros de integração e programas de acolhimento) e promoveram-se atividades como o desporto. Por seu lado, os projetos Industriais tiveram muito a ver com o apoio às diferentes fases de processamento de produtos derivados, sobretudo no âmbito agrícola, pecuário, têxtil e do calçado. Também se enfatizou a transferência de técnicas Industriais que incorporassem uma adequada gestão ambiental. Finalmente, através da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, os países apoiaram a popularização da cultura científica, alargaram o uso de ferramentas biotecnológicas aplicadas à produção e contribuíram para o desenvolvimento de sistemas de medição, metrologia e avaliação.

“42,5% das ações executadas em 2013 foram orientadas para o fortalecimento institucional, enquanto que a criação de capacidades no Âmbito Social representou 27,2% e as Infraestruturas e Serviços Económicos 16,1%”

f) 30% dos restantes projetos (160) dedicaram-se a um grupo de propósitos muito heterogéneos, tal como sugere o facto de que se possam relacionar com 21 setores de atividade diferentes: assim, os de menos participação relativa (Banca e finanças e Sociedade civil) registaram pesos respetivos de 0,2% e 0,4%, enquanto que os de maior participação (Cultura e Abastecimento e saneamento de águas) elevaram as suas percentagens para 3,7% (em cada caso). Neste sentido, e apesar de serem menos representativos do que outros, devemos destacar aqui a promoção de dois tipos de projetos que foram ganhando presença na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e que se tornaram relevantes pela forma crítica como

os seus temas foram abordados: os dedicados à Gestão de desastres (1,3% do total) e os orientados para fortalecer as questões de Género (0,9%), especialmente no que se refere à luta contra a violência de que as mulheres são alvo. A cooperação realizada nestes dois setores durante 2013 consta dos **Quadros II.3 e II.4**.

Finalmente, devemos mencionar quais foram os objetivos a que a região deu prioridade em 2013, através da troca de ações. Para isso, elaborou-se o **Gráfico II.6**, o qual mostra as proporções relativas que tanto as diferentes dimensões como os diferentes setores mantiveram sobre o total dos seus intercâmbios.¹⁵

Da sua observação depreende-se que:

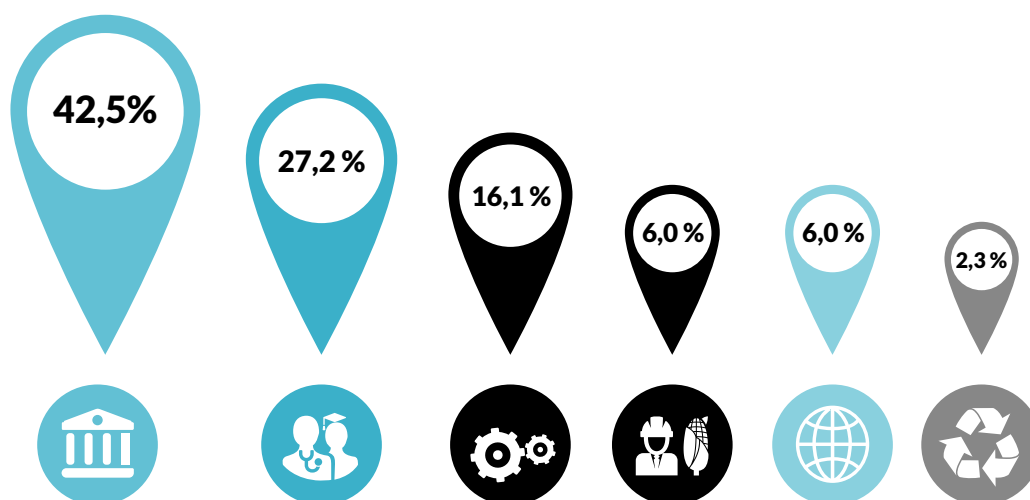
- a)** 42,5% das ações orientaram-se para o Fortalecimento Institucional. Registaram uma proporção semelhante, de forma conjunta, aquelas cujo propósito foi apoiar a criação de capacidades nos âmbitos *Social* (27,2%) e das *Infraestruturas* e dos *Serviços Económicos* (16,1%). Os restantes 14,2% justificaram-se por ações relacionadas com os *Setores produtivos* (6,0%), as *Outras dimensões* de atividade (outros 6,0%) e o *Ambiente* (apenas 2,3%).
- b)** Por setores e em concordância com o anterior, destacaram-se as ações promovidas para fortalecer os Governos (42,5%), especialmente no âmbito da Segurança Nacional, tal como se observou no **Quadro II.2**. A uma grande distância situaram-se as ações relacionadas com a Educação (16,6%) e o apoio às Empresas (7,3%). Os restantes setores (até 20) registaram participações inferiores que oscilaram entre o mínimo das dedicadas a questões de Género e Silvicultura (0,3% e 0,5%, respetivamente) e o máximo das orientadas para a Cultura (4,4%), assim como para os Outros serviços e políticas sociais (4,9%).

¹⁵ Devemos lembrar que os cálculos percentuais não se realizaram sobre as 399 ações computadas mas sobre um novo total de 386, obtido após evitar o duplo cálculo das 13 ações consideradas bidirecionais.

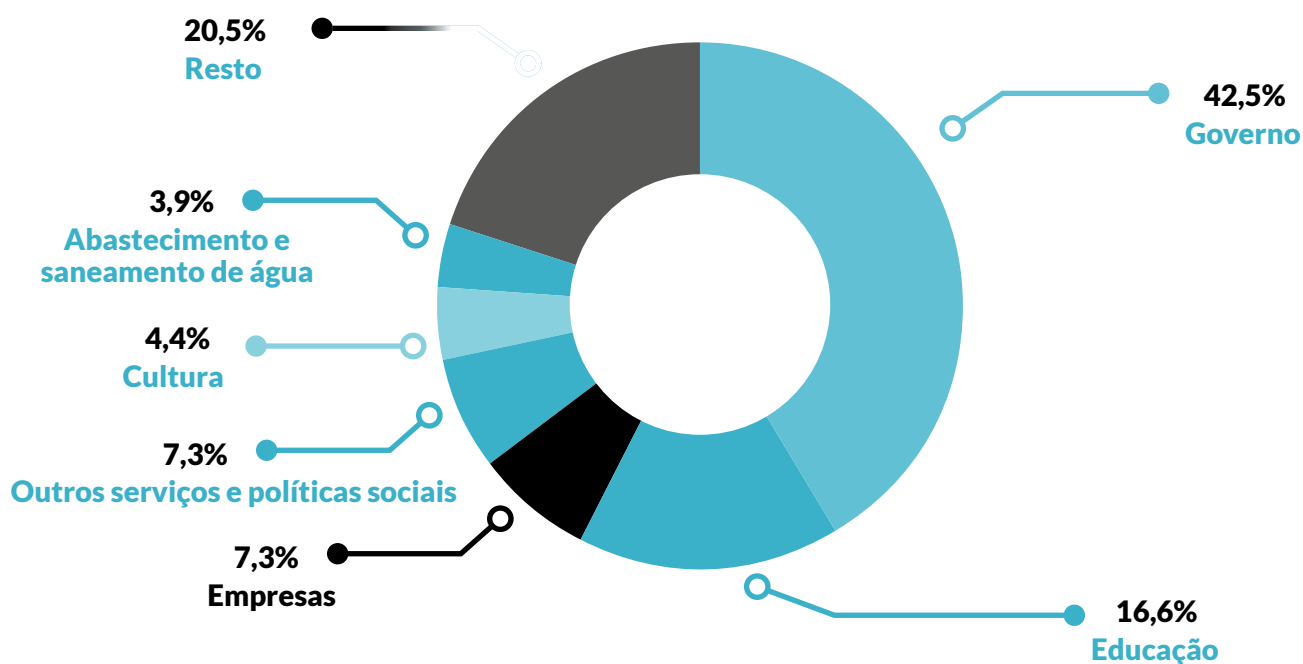
Gráfico II.6. Ações de CHSS Bilateral, por dimensões e setores de atividade. 2013

Em percentagem

II.6.A. Dimensões de atividade



II.6.B. Setores de atividade



Social
 Económica
 Infraestruturas e Serviços Económicos
 Setores produtivos
 Fortalecimento institucional
 Ambiente
 Outras dimensões

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Quadro II.3.

Fortalecendo as capacidades dos países na gestão de desastres

Conforme o dicionário HEGOA de Ajuda Humanitária, reproduzindo uma definição do Departamento de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNDHA, nas suas siglas em inglês), um desastre é uma *“grave perturbação do funcionamento da sociedade, que provoca grandes perdas humanas, materiais ou ambientais, que ultrapassam a capacidade da sociedade afetada para as enfrentar utilizando apenas os seus próprios recursos”*. Neste sentido, um desastre significa a simultaneidade de vários fatores ou circunstâncias:

- a)** Uma perturbação concentrada no tempo e no espaço.
- b)** Uma crise (humana, social, Económica) desencadeada, por sua vez, por uma catástrofe (quer dizer, por um evento natural - seca, inundação, furacão, humano - conflito armado, acidente nuclear) que atua como detonante.
- c)** Mas também, de uma situação de vulnerabilidade anterior na comunidade afetada, da qual decorre uma falta de capacidade para fazer face à crise que foi desencadeada.¹

Conforme o anterior, a Prevenção de desastres é concebida para evitar o aparecimento deste cenário de crise. Pode incluir muitos tipos de medidas mas sempre orientadas para *“proporcionar proteção de caráter permanente perante os desastres, impedindo o aparecimento de uma catástrofe desencadeante e/ou reduzindo a sua intensidade”*.² Essa prevenção permite melhorar a capacidade de resposta dos países face a uma emergência mas, caso esta se produza, há que ir mais além: é preciso geri-la.

Neste sentido, a Gestão de desastres faz referência a um tipo de intervenção que ultrapassa a simples Prevenção. De facto, a Gestão dos desastres abarca o “conjunto de decisões político-administrativas e de intervenções operacionais que se realizam nas diferentes etapas de um desastre para a sua antecipação e para dar resposta ao mesmo”. E embora ainda não haja um consenso pleno, a Gestão intervém nas várias etapas (integradas

no antes, durante e depois) de um desastre. Mais afeta especificamente as etapas de:

- a)** Prevenção (tal como se referiu, as atividades concebidas para proporcionar uma proteção permanente).
- b)** Preparação (os mecanismos que permitam tanto a previsão como uma resposta rápida e eficaz).
- c)** Mitigação (medidas que se executam quando começa a surgir um desastre em concreto).
- d)** Ajuda de emergência (todas as atuações excecionais através das quais se tentam buscar e resgatar os sobreviventes e satisfazer as suas necessidades básicas).
- e)** Reabilitação (ações e decisões tomadas após o desastre, para a recuperação das condições de vida da população e que se costumam alargar ao longo de semanas ou meses).
- f)** Reconstrução (ações de médio/longo prazo tomadas para restabelecer plenamente uma comunidade e que, relativamente à reabilitação, costumam necessitar de uma série de anos).³

Assim, uma revisão das experiências que os países ibero-americanos trocaram entre si através da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2013, sugere que a maioria dos projetos e ações registados não se limitaram à Prevenção de desastres mas tiveram um alcance maior e abarcaram o âmbito da Gestão.

A tabela anterior resume os projetos e ações de cooperação trocados em 2013 relativamente a desastres. Da sua observação depreende-se que:

- a)** Embora tenha havido algumas atuações que no seu título se referiam especificamente à Prevenção de desastres (um projeto de Argentina e de El Salvador e uma ação do Chile juntamente com a América Central), estas nunca se limitaram à referida etapa, tendo adotado uma orientação

¹ <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/72>

² <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/177>

³ <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/119>

Projetos e Ações de CHSS Bilateral no âmbito da Gestão de catástrofes. 2013

Ofertante	Recetor/es	Projeto/Ação	Nome
Argentina	El Salvador	Projeto	Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Civil, Prevenção e Mitigação de Desastres
	Guatemala	Projeto	Voluntariado Sistema CONRED
Brasil	El Salvador	Projeto	Aperfeiçoamento técnico profissional de Bombeiros
	R. Dominicana	Projeto	Capacitação Técnica no Comando de Incidentes, Busca e Resgate, Estruturas Colapsadas e Atenção Pré-hospitalar
Chile	Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá	Ação	Sistemas de prevenção e gestão da emergência em desastres
	Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá y R. Dominicana	Ação	Segurança Marítima e Gestão de emergências (administração da faixa costeira)
Equador	Guatemala	Ação	IX Curso Nacional e I Internacional de Mergulho, Modalidade Busca e Resgate
Equador/Colômbia	Colômbia/Equador	Projeto bidirecional	Realização de um simulacro binacional Equador-Colômbia
Equador/Peru	Peru/Equador	Projeto bidirecional	Implementação de um Sistema de Alerta precoce binacional
El Salvador	Equador	Projeto	Gestão participativa de riscos por ameaças geológicas
México	R. Dominicana	Ação	Curso de Proteção Civil e Gestão de Riscos Associados a casos de Desastres

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

mais integral que afetou todo o ciclo de gestão do desastre (no caso da ação de forma explícita e no do projeto, através do apoio a um Sistema de Proteção Civil).

b) Esta orientação mais integral combinou-se com a execução de ações e projetos mais centrados em fases concretas do ciclo de gestão. Foi o caso dos projetos entre a Argentina e a Guatemala, assim como do bidirecional do Equador e do Peru, promovidos para fortalecer os Sistemas de Alerta Precoce próprios da etapa de Preparação perante o desastre; ou dos projetos (Brasil e República Dominicana) e ações (Equador e Guatemala) que prepararam os países para a Ajuda de Emergência, através, fundamentalmente, do reforço das capacidades de Busca e resgate de sobreviventes.

c) Também se observa que aqueles que tenderam a exercer o papel de ofertantes foram, principalmente, países andinos (Equador, Colômbia, Peru) e sul-americanos (Argentina, Brasil, Chile) juntamente com o México e El Salvador; enquanto que, no papel de recetores, se destacaram os países centro-americanos, a República Dominicana e, de novo, a Colômbia e o Equador.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e do Dicionário de Ajuda Humanitária HEGOA (<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/>)

Entre os casos mencionados na tabela, devemos assinalar aqui a experiência trocada entre o Brasil e a República Dominicana para a “Capacitação Técnica de Comandos de Incidentes, Busca e Resgate, Estruturas Colapsadas e Atenção Pré-hospitalar”. Tal como refere o documento do projeto, o que se pretende é “apoiar o Governo dominicano em matéria de busca e resgate em estruturas colapsadas, sistema de comando de incidentes e atenção pré-hospitalar, com vista ao aperfeiçoamento das ações de resposta a desastres realizadas pela Defesa Civil da República Dominicana”, para assim prevenir e dar resposta a qualquer tipo de desastre e, em última instância, reduzir o possível número de vítimas e minimizar os danos. Conforme esse objetivo, os especialistas brasileiros formam os técnicos da Defesa Civil da República Dominicana. Um dado interessante é que o mesmo projeto prevê que esses técnicos dominicanos repitam a capacitação através de um curso básico na Escola Nacional de Gestão de Riscos da própria República Dominicana, um facto que potencialmente multiplica os seus possíveis benefícios.

Quadro II.4.

A cooperação sobre género: unindo esforços na luta contra a violência de que são alvo as mulheres

Tal como se observa na tabela, ao longo de 2013, os países ibero-americanos trocaram entre si vários projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral cujo objetivo principal foi fortalecer capacidades em questões relativas ao Género. E embora os assuntos especificamente abordados tenham sido diversos (promover a integração profissional das mulheres em igualdade de condições, progredir em termos de igualdade e equidade e inclusivamente melhorar o tratamento estatístico desses dados que permitam uma atuação mais eficaz no âmbito do género), houve um objetivo que prevaleceu sobre o resto: fortalecer a luta contra a violência de que são alvo as mulheres.

Segundo o último relatório do Observatório de Igualdade de Género da América Latina e do Caribe (2014; p.22), as Nações Unidas, na sua Assembleia Geral de 20 de dezembro de 1993, definiram a violência contra as mulheres como *“qualquer ato de violência baseado na pertença ao sexo feminino que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, assim como as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, quer se verifiquem na vida pública quer na privada”*. Uns anos mais tarde (2006), a mesma ONU passou a distinguir a referida violência dependendo de como se produzisse: no âmbito familiar, na comunidade, cometida ou consentida pelo Estado, no quadro de conflitos armados ou se se tratasse de uma violência por discriminação múltipla.

Assim, e dado que *“os factos da violência contra as mulheres constituem uma violação dos direitos humanos e dão origem a obrigações específicas dos Estados”*, nos últimos anos, *“a violência contra as mulheres, (...), tornou-se numa preocupação pública e, nesta medida, criou-se uma obrigação para os Estados, a de garantirem as condições para uma vida sem violência. Os Estados de América Latina e do Caribe assumiram compromissos com a comunidade internacional”* e complementaram-nos tanto *“com uma importante e crescente jurisprudência sobre a violência de género”* no âmbito regional (Comissão e Tribunal Interamericano dos Direitos do Homem) como promovendo políticas públicas de carácter nacional explicitamente destinadas a tentar travar esta grave problemática (Observatório da Igualdade de Género da América Latina e Caribe, 2014; p.22).

De facto, a região sente uma especial preocupação pela violência contra as mulheres que se exerce no âmbito familiar. Segundo os últimos dados incluídos no mencionado relatório e obtidos com base em inquéritos (o mais recente dos quais data do ano de 2008, uma data que confirma as dificuldades na recolha de informação), a percentagem de mulheres que informou alguma vez ter sofrido violência física ou sexual por parte do seu parceiro ou ex-parceiro íntimo, oscilou entre os 17% da República Dominicana e os 53% da Bolívia. Os registos relativos a outros países foram 40% (Colômbia e Peru), 32% (Equador), 29% (Nicarágua), 28% (Guatemala), 26% (El Salvador) e 20% (Paraguai).

De acordo com tudo isto, há experiências e iniciativas na América Latina que ratificam o compromisso dos países com a resolução deste problema. Além disso, algumas delas, tal como sugere o registo dos projetos e ações de CHSS Bilateral de 2013, são já experiências partilhadas entre países. Pelo seu interesse, convém aqui sublinhar algumas das que integram o projeto *“Intercâmbio e aprendizagem de experiências em questões de aplicação, proteção e defesa dos Direitos e a eliminação de todo o tipo de violência contra a mulher”* no qual participam o Peru e El Salvador; dois países nos quais respetivamente 40% e 26% das mulheres sofreram nalguma ocasião algum tipo de violência intrafamiliar e nos quais *“uma vida livre de violência para as mulheres”* constitui um direito reconhecido. Neste sentido, e tendo em conta a vontade de ambos os países de unirem esforços e de darem prioridade à consecução deste direito, destacamos duas das experiências que trocam e partilham no quadro do referido projeto:

- a) O Plano Nacional contra a Violência de que são Alvo as Mulheres 2009-2015 no Peru.
- b) O Programa Masculinidade do Centro Bartolomé de las Casas em El Salvador.

Mais especificamente:

- a) Por um lado, o Peru, face à elevada percentagem de mulheres vítimas de violência intrafamiliar que resultou do seu último inquérito, decidiu promover o Plano Nacional contra a Violência de que a Mulher é Alvo, cuja

Projetos e ações de CHSS Bilateral em questões de Género. 2013

Ofertante	Recetor/es	Projeto/Ação	Nome
Argentina	Cuba	Projeto	Formação de uma cultura crítica de género: para relações de equidade entre mulheres e homens
Brasil	El Salvador	Projeto	Apoio ao estabelecimento da Unidade Móvel Profissional em El Salvador
Brasil	El Salvador	Projeto	Transferência da metodologia brasileira do Programa Talentos do Brasil para El Salvador
Brasil	Peru	Projeto	Fortalecimento da Gestão da Monitorização e da Avaliação no Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social
Colômbia	Peru	Ação	Fortalecimento de ações preventivas e de gestão do conhecimento sobre violência familiar, sexual e de género
Peru	El Salvador	Projeto	Troca e aprendizagem de experiências em questões de aplicação, proteção e defesa dos Direitos e eliminação de todo o tipo de violência contra a mulher
Peru	México	Projeto	Implementação de Novas Tecnologias e Metodologias para a Exploração e Melhoria das Estatísticas de Equidade

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

vigência se alarga para o sexénio 2009-2015. Através do referido Plano, pretendem alcançar-se três grandes objetivos:

- Garantir a adoção e a implementação de políticas públicas orientadas para enfrentar a violência contra as mulheres.
- Garantir o acesso das mulheres afetadas pela violência a serviços públicos de qualidade.
- Identificar e promover a transformação de padrões socioculturais que legitimam, toleram e exacerbam a violência contra as mulheres.

Para alcançar os referidos objetivos, foram planeadas atividades de diferente tipo. Entre elas, destacam-se: as ações a nível dos Planos de Governo Regional para promover essa luta; a criação de bases de dados que facilitem o acesso das vítimas a serviços de saúde; a implementação e alargamento deste tipo de serviços, com atendimento especializado; a inclusão de um curso regular “Género e direitos das mulheres” no currículo de algumas instituições públicas cuja atuação neste estilo de casos pode ser muito relevante (Policia Nacional, Forças Armadas, Academia da Magistratura e Ministério Público), e na elaboração dos Currículos Nacionais das Instituições de Ensino; a implementação de um modelo de Casa Refúgio, assim como de serviços públicos gratuitos de assistência às mulheres; para além da realização e difusão de estudos sobre o tratamento da violência contra as mulheres nos meios de comunicação;

isto apenas para mencionar alguns (MIMDES, 2010).

b) Por sua vez, a destacada experiência do caso de El Salvador tem um carácter mais local e está muito centrada na importância de agir sobre o sistema de valores da população e, muito especialmente, dos homens. Neste sentido, o Plano Masculinidade, promovido a partir do Centro Bartolomé de las Casas procura prevenir a violência contra as mulheres através de ações que atuem nas ligações que se podem estabelecer entre “homens, género e violência”. Para isso, combinam-se diferentes tipos de atividades, todas elas complementares: entre outras, um trabalho contínuo de sensibilização com homens; uma abordagem através de referências culturais próximas, que têm mais aceitação e diminuem a desistência, garantindo assim que o processo de sensibilização não seja meramente pontual; a promoção de um acompanhamento local das instâncias e instituições comprometidas com a prevenção da violência de género, assim como um trabalho entre pares, pois os processos educativos sobre género e masculinidade, com homens, aumentam a sua incidência e impacto sempre que realizados por homens e para homens; um trabalho com comunidades concretas a nível local; assim como a identificação de homens adultos, jovens e inclusivamente personagens públicas (docentes, pessoal dos serviços de saúde, polícias) de maior presença social que possam influenciar através da sua mensagem.¹

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, do Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social (MIMDES) (2010) e do Observatório de Igualdade de Género da América Latina e Caribe (2014)

¹<http://www.escuelaequinoccio.org/>

II.5.2. Perfil das capacidades e necessidades dos países

Para uma primeira aproximação aos perfis de capacidades e necessidades dos países quando desempenharam, respetivamente, os papéis de ofertante e recetor, elaboraram-se as **Tabelas II.1 e II.2**. Nessas tabelas, os perfis aproximaram-se através da estimativa do denominado Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) ou de Bela Balassa. Trata-se de um índice tradicionalmente aplicado ao comércio internacional¹⁶ mas que, desde há duas edições, se adaptou para ser utilizado na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral.¹⁷ Após a sua adaptação, o que se obtém é uma estimativa de quão importante é um setor (ou uma dimensão) no perfil de oferta (ou receção) de um país, tendo em conta, por sua vez, quão importante é esse país no conjunto da cooperação intercambiada pela região. Devemos acrescentar que, pela forma como se estima o resultado final (significativo a partir de valores superiores a 0,9), este deve ser sempre interpretado em termos de “pontos fortes e pontos fracos” setoriais “relativos” pois, no fundo, “depende” de quão “fortes ou fracos” sejam também os restantes.

Por conseguinte, as **Tabelas II.1 e II.2**, produziram as seguintes conclusões:

a) No exercício do papel de ofertantes (**Tabela II.1**), combinaram-se dois tipos de perfis: os de maior diversificação setorial (caso do Brasil, México e Colômbia) com os de uma enorme especialização (destacando-se Cuba e Argentina). Com efeito, a determinação da tipologia do perfil é dada pelo número de dimensões setoriais que registam um valor suficientemente significativo, superior a 0,9. A modo de ilustração, os índices do Brasil, por exemplo, mantiveram-se elevados em quatro das seis possíveis dimensões: assim, e da maior para a menor relevância relativa, a cooperação brasileira mostrou-se forte em setores relacionados com o *Fortalecimento institucional* (1,3), as *Infraestruturas e os serviços económicos* (1,2), os *Setores produtivos* (1,0) e em matéria *Social* (0,9). Em contraste, um país como Cuba apresentou pontos fortes em projetos relacionados com *Outras dimensões de atividade* (0,9) mas, sobretudo, a nível *Social*, no qual o seu Índice triplicou o valor mínimo exigido (2,7).

b) De forma análoga, no caso dos países que exerceram principalmente o papel de recetores (**Tabela II.2**), também coexistiram perfis diversificados com outros de maior especialização. Os casos mais extremos enfrentaram os perfis de países como El Salvador, Equador e Colômbia (cinco em seis dimensões com valores superiores a 0,9), com as Honduras, Nicarágua, Peru e de novo Cuba, onde se destacaram apenas duas das dimensões setoriais contempladas. Por outras palavras e a modo de exemplo, através dos projetos de CHSS Bilateral recebidos, El Salvador fortaleceu capacidades relacionadas com o *Fortalecimento Institucional* (IVCR de 1,7), *Outras dimensões de atividade* (1,5), *áreas Sociais* (1,1), *Infraestruturas e serviços económicos* (1,0) e *Ambiente* (1,0). Em contraste, Cuba recebeu uma cooperação de perfil nitidamente económico, orientada tanto para o fortalecimento das *Infraestruturas e serviços económicos* (1,2) como para os *Setores Produtivos* (2,0).

Uma nova aproximação ao perfil das capacidades e necessidades apresentado pelos países pode realizar-se através do grau de representação que as diferentes dimensões e setores de atividade tiveram sobre o total oferecido (ou recebido) por cada um deles. Para este efeito, elaboraram-se os **Gráficos A.II.1 e A.II.2 (Anexo II.2)**, os quais apresentam esses graus de representação setorial mas apenas para os seis principais ofertantes e recetores de 2013, respetivamente. Da sua observação depreendem-se os seguintes perfis:

a) A partir da perspetiva dos ofertantes, o Brasil (**Gráfico A.II.1.A**) destacou-se, por apresentar um perfil marcadamente socioeconómico, tal como sugere o facto de que praticamente 75% dos seus projetos se orientassem para o fortalecimento de capacidades *Sociais* (31,9%) e *Económicas* (43,4%), neste último caso com primazia para os *Setores produtivos* (30,1%) relativamente às *Infraestruturas e Serviços Económicos* (13,3%). O perfil do Brasil completou-se, fundamentalmente, pelo peso significativo dos projetos promovidos para favorecer o *Fortalecimento institucional* (16,9%) dos países parceiros.

Esta combinação de dimensões setoriais foi determinada pelo elevado peso relativo que alguns dos setores mantiveram. Com efeito, no âmbito *Social*, os

¹⁶ O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) ou de Bela Balassa é um indicador usado no âmbito do comércio internacional para se conhecerem os perfis de especialização de um país. Nas suas diferentes versões, este Índice determina quão competitivo (ou quão forte ou fraco) é um país (por exemplo) na exportação de um determinado tipo de produto. Neste caso, a sua fórmula mais habitualmente usada é $IVCR = (X_{ia} / X_{iw}) / (X_{ta} / X_{tw})$, em que X_{ia} / X_{iw} se refere ao peso que as exportações do país a do produto i têm sobre o total das exportações mundiais desse mesmo produto; e X_{ta} / X_{tw} , ao peso que as exportações totais do mencionado país a têm sobre o total das exportações mundiais. O resultado obtido dá ideia de quão importante (ou não) é um produto na exportação de um país, tendo em conta a sua própria importância como país exportador (SEGIB, 2012).

¹⁷ Na sua aplicação à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, realizaram-se algumas mudanças de variáveis: as exportações substituíram-se pela oferta de projetos, os produtos pelos setores de atividade e o total mundial pelo conjunto do espaço ibero-americano (SEGIB, 2012).

Tabela II.1. Perfil setorial dos principais ofertantes, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2013

Índice de Vantagem Comparativa Revelada ou de Bela Balassa, com uma casa decimal

Ofertantes	Dimensões setoriais					
	Sociais	Económicas		Fortalecimento Institucional	Ambiente	Outras dimensões
		Infraestruturas e serviços ec..	Setores produtivos			
Brasil	0,9	1,2	1,0	1,3	0,6	0,7
Argentina	0,7	0,8	1,5	0,7	0,7	1,5
México	1,0	0,8	1,2	0,9	1,6	0,2
Chile	1,1	0,6	0,8	1,7	1,4	0,3
Uruguai	1,2	1,7	0,6	0,8	0,8	0,9
Cuba	2,7	0,3	0,0	0,0	0,0	0,9
Colômbia	0,7	0,9	0,8	1,0	1,9	3,0
Resto	0,6	1,9	0,2	1,3	3,4	2,1

Nota: Para que seja significativo, só se calcula o perfil daqueles ofertantes que realizaram, no mínimo, 30 projetos.

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação

Tabela II.2. Perfil setorial dos principais recetores, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2013

Índice de Vantagem Comparativa Revelada ou de Bela Balassa, com uma casa decimal

Recetores	Dimensões setoriais					
	Sociais	Económicas		Fortalecimento Institucional	Ambiente	Outras dimensões
		Infraestruturas e serviços ec..	Setores produtivos			
El Salvador	1,1	1,0	0,5	1,7	1,0	1,5
Bolívia	1,0	0,5	1,4	0,6	0,4	1,2
Equador	1,1	1,3	0,4	1,3	1,6	1,6
Uruguai	1,2	0,8	0,6	1,3	0,9	1,6
Peru	1,4	0,9	0,8	0,5	1,4	0,7
Cuba	0,5	1,2	2,0	0,6	0,0	0,4
Colômbia	0,9	1,4	0,9	0,9	2,4	0,5
México	0,6	1,1	1,4	0,7	1,8	0,9
Costa Rica	0,6	2,5	1,0	0,9	0,8	1,2
Argentina	0,8	0,7	1,2	1,2	1,5	0,6
Paraguai	0,4	1,5	1,4	1,6	0,0	1,2
Honduras	1,3	0,0	1,4	0,3	0,8	0,6
Nicarágua	1,3	0,0	1,8	0,4	0,0	0,0
R. Dominicana	0,8	2,1	0,8	1,4	0,9	0,0
Resto	1,3	0,7	0,8	0,8	1,1	1,0

Nota: Para que seja significativo, só se calcula o perfil daqueles países que receberam, no mínimo, 20 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação

projetos cujo objetivo foi o de reforçar o setor da Saúde (basicamente através de atuações nos âmbitos da nutrição, da saúde maternoinfantil, dos medicamentos e da vigilância da saúde) representaram 20,5% do total finalmente registado, enquanto que os destinados ao Saneamento e abastecimento de águas somaram outros 6,0% ao total. Também, na área Económica, a Agricultura (peso relativo de 22,3%), com atuações muito centradas na transferência de capacidades para a melhoria dos cultivos e do processamento de produtos, assim como em matéria fitossanitária, se viu complementada por intervenções no apoio da Energia e da Ciência e Tecnologia (outros 8,4%). Finalmente, o Fortalecimento institucional foi determinado pelo suporte a outros Governos nacionais (16,3%), especialmente nos âmbitos da Segurança pública e da Segurança nacional.

b) Por seu lado, a Argentina e o México (segundo e terceiro ofertantes em importância relativa), apresentaram um padrão muito semelhante em termos de dimensões, mas este diferiu quando se identificaram, efetivamente, os setores mais determinantes. Neste sentido, os **Gráficos A.II.1.B** e **A.II.1.C** sugerem que:

- Em ambos os casos prevaleceu um perfil socioeconómico no qual as dimensões Sociais e Económicas explicaram mais de 75% dos seus projetos. Igualmente, o *Fortalecimento Institucional* registou participações semelhantes (de 9,3% no caso argentino e de 12,2% no mexicano). A maior diferença surge na dimensão para a qual o resto da sua cooperação foi orientada: *Outras dimensões* da cooperação na Argentina (10,0%) e *Ambiente* no México (8,0%).
- No entanto, no âmbito *Social*, a Argentina destacou-se por orientar 12,1% dos seus projetos para a Saúde, promovendo preferencialmente as investigações médicas, os controlos sobre os fármacos e o fortalecimento de instituições de saúde; enquanto que o México se destacou pelo seu apoio à Educação (24,3%), fundamentalmente através do fortalecimento das escolas de nível primário.
- Por sua vez, na área *Económica*, a cooperação argentina deu primazia à transferência de capacidades nos setores Agropecuário e Industrial (um terço do total dos projetos), sobretudo a partir de intervenções relacionadas com a criação de bovinos e o fortalecimento de processos de transformação de produtos derivados (lácteos, têxtil e calçado). Estas prioridades contrastaram com as mexicanas, mais dirigidas à Agricultura e, dentro destas, à promoção de

capacidades mais técnicas, tais como as fitossanitárias e de gestão genética.

c) Ainda, no que se refere aos países que se destacaram como ofertantes, a cooperação do Chile, Uruguai e Cuba (**Gráficos A.II.1.D, E e F**, respetivamente) partilha uma orientação clara para o âmbito Social. As proporções sustentadas por esta dimensão no total dos projetos de cada país foi, no entanto, gradualmente crescente e diferente, pois explicou 37,5% dos projetos chilenos, 41,7% dos uruguaios e 91,2% dos cubanos. Neste sentido, o perfil tão “sobre-especializado” de Cuba não deixou espaço, por exemplo, à cooperação *Económica*, que foi relevante para os outros dois países, pois registou uma participação relativa de 30,4% no caso do Chile e de 37,5% no do Uruguai. O *Fortalecimento institucional* também foi relevante para ambos os países, embora, para esta dimensão específica, as proporções tenham sido mais distantes (23,2% e 10,4%, respetivamente).

Por setores, nos casos do Chile e do Uruguai, o âmbito *Social* foi determinado pelo apoio à Saúde e às Políticas Sociais (fortalecimento institucional do setor, tratamentos de saúde específicos e políticas de infância e juventude, para o Chile; questões de saúde pública, transferência de experiências em transplantes e proteção social, para o Uruguai); enquanto que, na cooperação de Cuba, o que mais se destacou foi o apoio à Educação (61,8% dos seus projetos), especialmente através dos seus reconhecidos programas nos âmbitos da alfabetização e da educação formal. Por sua vez, no âmbito *Económico*, o Chile apresentou um perfil muito diversificado no qual apenas se destacou a Agricultura (8,9% dos projetos), um padrão que contrastou com o do Uruguai com um peso da cooperação na Agricultura (temas fitossanitários e de rastreabilidade) e em Ciência e tecnologia (16,7% e 8,9%, respetivamente). O resto da cooperação de ambos os países foi determinada pelo apoio às Políticas públicas e à sua gestão, de forma mais marcada no caso chileno (23,2% dos projetos orientados para o setor do Governo face aos 10,4% do Uruguai).

d) Por seu lado, e no que se refere ao perfil dos países que principalmente desempenharam o papel de recetores, devemos referir, em primeiro lugar, o caso de El Salvador. Este país dedicou praticamente 4 de cada 10 dos projetos que recebeu (37,5%) a apoiar o fortalecimento de capacidades no âmbito Social. Tal como se pode observar no **Gráfico A.II.2.A**, sobre o

peso do âmbito Social foram determinantes os projetos dedicados aos Outros serviços e políticas sociais (equivalentes a 17,5% do total registado), assim como à Saúde (10,0%), sendo complementares os apoios em termos de Abastecimento e saneamento de água e de Educação (5,0% em cada caso). Em concreto, tratou-se de uma cooperação na qual se destacou o fortalecimento do sistema de proteção social, das políticas de inclusão (especialmente de crianças e jovens) e da promoção da nutrição, assim como do apoio à implementação de instituições públicas próprias do âmbito da saúde.

“Face à elevada especialização de países como a Argentina e Cuba, os países que apresentaram uma maior diversificação setorial foram o Brasil, México e Colômbia”

Juntamente com o âmbito Social, também se destacaram os projetos orientados para o Fortalecimento institucional (22,5% do total) integrados, praticamente na sua totalidade, pelos de apoio às instâncias de Governo. Neste setor tão heterogéneo, conviveram, no entanto, atuações muito diferentes orientadas a fortalecer tanto as Políticas e a Administração pública como a sua Gestão, mas também os Direitos Humanos, área na qual se distinguiram, em consonância com as questões sociais, na medida em que se orientaram para aspetos relacionados com os direitos das crianças e dos jovens. Finalmente, os projetos de perfil Económico representaram uma quarta parte do total (25,1%). Não obstante, a sua composição foi extremamente heterogénea, destacando-se apenas os intercâmbios no âmbito Agropecuário (8,8%), pois os restantes setores (por exemplo a Energia e Indústria) não ultrapassaram, em nenhum caso, participações relativas de 3,8% do total.

e) Entretanto, a Bolívia e o Peru (segundo e quinto principais recetores), partilharam um perfil muito marcado pelas questões socioEconómicas, tal como sugere o facto de que entre 82,0% e 70,7% dos seus projetos, respetivamente, reforçaram estas dimensões (ver **Gráficos A.II.2.B e A.II.2.E**). Uma vez mais, os determinantes setoriais desses perfis diferiram.

Com efeito:

- A proporção do perfil Social e Económico nos projetos Bolívianos foi de 34,0% e 48,0%, mas essa relação inverteu-se no caso do Peru (46,3% e 34,2%).
- No âmbito Social, ambos dedicaram esforço ao reforço da Saúde e da Educação, partilhando de novo projetos com um perfil semelhante, muito orientado para o apoio institucional do setor da saúde e para a alfabetização. O Peru marcou a diferença, com praticamente um de cada 10 projetos para também reforçar os Outros serviços e políticas sociais, especialmente em temas de inclusão.
- As diferenças mais significativas surgiram no âmbito *Económico*. No caso da Bolívia, a Agropecuária (intervencões muito orientadas para a promoção e alargamento da produção agrícola, mas também da pecuária e, dessa forma, avançar em termos de segurança alimentar), justificou praticamente um terço do total dos projetos recebidos. Em contraste, no caso do Peru, os projetos agrícolas (pensados para fortalecer as fases iniciais do processamento de determinados produtos) apenas representaram 7,3% de total. O resto dos projetos com orientação Económica foram muito diversificados no apoio à Energia, às atividades Extrativas, à Indústria e à Silvicultura, todos eles setores com pesos relativos em torno dos 5%.

f) Outros dois países que partilharam o perfil na receção de projetos foram o Equador e o Uruguai (terceiro e quarto principais recetores). Além disso, neste caso, as diferenças nos setores determinantes foram menos significativas. Em concreto:

- Conforme se observa nos **Gráficos A.II.2.C e A.II.2.D**, a composição dos projetos por dimensões de atividade foi muito semelhante, evidenciando-se o âmbito *Social* (36,2% e 40,0%, respetivamente), o *Económico* (27,7% e 26,7%) e o *Fortalecimento Institucional* (em torno dos 17% em cada caso); um perfil complementado pelas *Outras dimensões* (entre 10 e 11%) e no qual o efeito “compensatório” das pequenas diferenças percentuais acumuladas radicou no *Ambiente*, mais significativo para o Equador (8,5% do total dos projetos) do que para o Uruguai (4,4%).
- Em termos de setores, as divergências no âmbito *Social* surgiram a partir da maior importância da Saúde sobre o total dos projetos do país andino (21,3%); uma importância que o país uruguaio partilhou com o apoio a Outros serviços e políticas sociais, especialmente em questões relacionadas com a deficiência e a integração

(13,3% e 11,1%). No entanto, no âmbito *Económico*, e apesar das diferentes proporções, ambos os países receberam uma cooperação que combinou o apoio à Agricultura e à Ciência e Tecnologia (6,4% e 8,5% para o Equador; 15,6% e 6,7% para o Uruguai).

- A diferença mais significativa viu-se acompanhada pelo peso que os projetos orientados para a Gestão de Desastres (6,4% do total) tiveram no caso do Peru, sobretudo no que se refere à sismologia e à implementação de Sistemas de Alerta Precoce (SAP). Face a tudo isto, o Uruguai aproveitou a cooperação para se reforçar no setor da Cultura (6,7%), no qual se destacaram os projetos orientados para a conservação e restauração do património nacional.

g) Ainda, sob o ponto de vista dos recetores, e tal como já se avançou na análise dos Índices de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Cuba apresentou um perfil nitidamente orientado para o Económico (3 de cada 4 projetos recebidos) e, nesse âmbito, marcado por sua vez pelo fortalecimento dos Setores produtivos (quase 60% da cooperação total registada). Assim, não é de estranhar que os três principais setores em importância relativa respondam a este perfil: Agricultura (um de cada três projetos), Atividades Extrativas (16,2%) e Ciência e Tecnologia (10,8%). Nestes, a tônica foi colocada nos projetos orientados para reforçar a mecanização e o uso das tecnologias nos cultivos e no processamento de derivados agrícolas, assim como no que se relaciona com o âmbito mineiro e siderúrgico.

Finalmente, devemos acrescentar que os perfis setoriais não apenas se apreciam para cada país no desempenho de um papel, mas, também, nalgumas das trocas bilaterais. Nesse sentido, algumas atividades mantiveram elevados pesos relativos na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada por alguns pares de parceiros. Foi, por exemplo, o caso dos projetos e ações intercambiados em 2013 pela Argentina e El Salvador, assim como pelo Uruguai e o Equador: no primeiro caso, pela importância relativa que mantiveram todas as atividades destinadas a fortalecer aspetos relativos ao direito e às disposições laborais; no segundo, pela intensa troca de atividades destinadas a reforçar mutuamente capacidades no âmbito Social. Para mais pormenores, elaboraram-se os **Quadros II.5 e II.6**, nos quais se especifica em que consistiram ambas as cooperações.

II.6. Outras características da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos no espaço ibero-americano, o presente capítulo termina com uma secção dedicada a outros aspetos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. O objetivo é o de obter novos dados acerca, por exemplo, da “dimensão Económica” da Cooperação Sul-Sul ou da “eficiência” com a qual se executaram os projetos e ações. Para isso, recorreu-se ao uso de Indicadores para a Cooperação Sul-Sul e à aplicação, sobre eles, de algumas técnicas simples de estatística aplicada.¹⁸

Os indicadores utilizados respondem a uma dupla natureza dependendo da variável em torno da qual se construíram: temos assim, por um lado, indicadores que resultam das datas de aprovação, início e conclusão de projetos e ações; e, por outro lado, dos que resultam dos custos orçamentados e executados no intercâmbio em questão. No entanto, tal como vamos poder observar, a aplicação destes indicadores mas, sobretudo, a interpretação dos seus resultados, deparar-se-ão com uma importante limitação: com dados básicos, ainda parciais e incompletos, que funcionarão como um autêntico “estrangulamento” para a análise.

Tendo em conta o exposto, a presente secção estrutura-se da seguinte forma:

- a)** Divide-se em torno de dois grandes blocos de conteúdos: um dedicado aos indicadores construídos à volta das Datas e outro à volta dos que foram criados através dos Custos.
- b)** Em cada um deles, apresentam-se os possíveis indicadores (definição, fórmula de cálculo e uso potencial), assim como os dados e informações disponíveis para a sua estimativa.
- c)** Finalmente, calculam-se alguns dos indicadores para os que há mais dados disponíveis e que permitam, conseqüentemente, obter resultados mais significativos. Através destes, poderemos, por exemplo, saber algo mais sobre a “dimensão” (pelo tempo de duração ou pelo custo orçamentado) e sobre a “eficiência” (pelo tempo decorrido entre a aprovação e o início do projeto ou pelo grau de execução do custo

¹⁸ Uma descrição detalhada sobre o trabalho realizado conjuntamente entre a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) no quadro dos Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, pode ser encontrada no Documento PIFCSS (2013).

Quadro II.5.

O direito e as disposições laborais na cooperação entre a Argentina e El Salvador

Ações e projetos trocados entre a Argentina e El Salvador em questões de disposições laborais. 2013

Código	Setor	Título	Projeto/Ação
26	Emprego	Capacitação de disposições laborais aplicáveis às relações de trabalho	Ação
26	Emprego	Intercâmbio bilateral de inteligência institucional da inspeção do trabalho	Ação
26	Emprego	Intercâmbio bilateral sobre a inspeção da segurança e da saúde ocupacional	Ação
26	Emprego	Fortalecimento da Gestão do Emprego Público e gestão de relações laborais (reprogramado).	Projeto
26	Emprego	Jornadas de capacitação relativas às associações de trabalhadores	Ação
26	Emprego	A inspeção do trabalho na verificação dos riscos psicossociais	Ação
2B	Agropecuária	Mecanismos de persuasão na Inspeção Agropecuária	Projeto
31	Governo	Mecanismo de justiça laboral a nível internacional	Projeto
31	Governo	Programa de Desenvolvimento de Competências de Gestão	Projeto

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Ao longo do ano de 2013, a Argentina e El Salvador mantiveram uma troca de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral extremamente intensa. Podemos para isso lembrar que El Salvador foi o segundo mais importante receptor da Argentina (15,7% dos seus 140 projetos) e a Argentina o primeiro ofertante a El Salvador (27,5% dos 80 recebidos). Uma parte significativa desse intercâmbio, tal como se pode observar na tabela seguinte, partilhou um objetivo: o de fortalecer direitos, regulamentações e técnicas que permitissem melhorar a regulamentação do trabalho e das relações laborais.

Com efeito, todas as ações e projetos incluídos na tabela se referem a uma cooperação solicitada pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social de El Salvador a várias instituições argentinas através do Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FOAR), com o objetivo de se dotar de conhecimentos e instrumentos técnicos e jurídicos que lhe permitam cumprir melhor as suas obrigações: entre as quais, facilitar a constituição de organizações sindicais; harmonizar as relações entre os empregados e os empregadores; e apoiar as inspeções do trabalho (em geral ou em setores particulares como o agropecuário) para melhorar, entre outros, e preferencialmente a partir de perspectivas preventivas e não sancionadoras, aspetos relativos à segurança e à saúde ocupacional ou à verificação do risco psicossocial. Também se registaram ações e projetos destinados a fortalecer as competências de

gestão do próprio Ministério (tentando assim chegar a uma melhor administração dos recursos humanos e da distribuição de tarefas), assim como daqueles mecanismos que permitam a El Salvador adequar as suas regulamentações nacionais às decorrentes dos compromissos internacionais adquiridos em matéria de justiça laboral.

Na verdade, e tal como menciona Goldin (2007), as disposições laborais dos países latino-americanos foram-se forjando ao longo dos anos a partir de uma influência dupla: a exercida pelo enquadramento internacional e pelos compromissos que os Estados adotaram a esse respeito; e a que se interpreta a nível estritamente interno ou nacional. A partir dessa dupla perspectiva, os pontos fortes da Argentina tornam-se numa referência para países como El Salvador, cujos processos de normalização laboral foram mais tardios. Pelo menos é isso o que sugerem, por um lado, as datas nas quais os direitos dos trabalhadores se incorporaram às suas respectivas Constituições (em 1949 na Argentina e em 1983 em El Salvador) (MTE e SS; s/f); e, por outro lado, as décadas nas quais ambos se somaram às convenções e protocolos laborais fundamentais (décadas de 50 e 60 no caso argentino e meados dos anos 90 e década de 2000, no salvadorenho; conforme o mostra a tabela de ratificações seguinte elaborada a partir da Organização Internacional do Trabalho - OIT).

Ratificações de convenções fundamentais e de protocolos laborais da Argentina e de El Salvador, conforme

Tema	Convenção ou protocolo	Ano de ratificação	
		Argentina	El Salvador
Liberdade sindical	C087 - Convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, 1948 (nº 87)	1960	2006
	C098 - Convenção sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva, 1949 (nº 98)	1956	2006
Trabalho forçado	C029 - Convenção sobre o trabalho forçado, 1930 (nº 29)	1950	1995
	C105 - Convenção sobre a abolição do trabalho forçado, 1957 (nº 105)	1960	1958
Discriminação	C100 - Convenção sobre igualdade de remuneração, 1951 (nº 100)	1950	2000
	C111 - Convenção sobre a discriminação (emprego e ocupação), 1958 (nº 111)	1968	1995
Trabalho infantil	C138 - Convenção sobre a idade mínima, 1973 (nº 138)	1996	1996
	C182 - Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil, 1999 (nº 182)	2001	2000

Fonte: SEGIB a partir do NORMLEX (Information System on International Labour Standards) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO::>)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação; Goldin (2007); Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MTEySS) (s/f); e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (<http://www.ilo.org>)

Quadro II.6. O Uruguai e o Equador: fortalecendo capacidades mútuas no âmbito social

Ao longo de 2013, o Equador e o Uruguai trocaram 8 projetos, mais um de caráter bidirecional e uma ação. A maior parte destes (mais de dois terços do total) incluem-se na tabela seguinte. O ponto comum de todos eles, é que partilham um objetivo: o de fortalecer capacidades no âmbito social. Neste sentido, os projetos e ações selecionados abordaram temas, tais como a nutrição, a saúde reprodutiva, os cuidados a doentes e as migrações, mas também outros dois temas (a regulação do consumo de tabaco e o tratamento da deficiência) cujas experiências foram especialmente interessantes, já que são projetos aprovados em 2012 e com a conclusão prevista para 2014 e 2013 respetivamente e que, no entanto, foram prolongados pelos parceiros.

a) O **projeto para o fortalecimento do controlo do tabaco** surgiu pelo interesse de ambos os países em avançar na implementação da Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS), do qual ambos são signatários e

que envolve, entre outras coisas, o compromisso de implementar uma lei nacional que regule o seu consumo. Através destas e de outras medidas, a referida Convenção (adotada pela Assembleia Mundial da Saúde no dia 21 de maio de 2003 e em vigor desde 27 de fevereiro de 2005) tenta que as alterações nos países signatários contribuam para dar uma resposta global a um problema de saúde qualificado pela própria OMS como "epidemia".¹ De facto, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), lembra na sua página web que o tabaco mata todos os anos 6 milhões de pessoas (um milhão na América); que, por causa de várias doenças, metade dos fumadores acabam por perder em média 10 a 15 anos de esperança de vida; e que o seu tratamento tem um custo para a economia mundial de 200.000 milhões de dólares.²

b) Neste sentido, o Uruguai é considerado um país pioneiro na luta contra o tabaco. No intercâmbio com o Equador, o Uruguai organizou apresentações e workshops que lhe permitiram partilhar alguns dos

¹ <http://www.who.int/fctc/about/es/>

² http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=category&id=1281&layout=blog&Itemid=1187&lang=es

programas e atividades específicas sobre as quais baseou a sua estratégia de regulamentação. Assim, contribuiu para que o Equador implementasse com mais sucesso a sua Lei orgânica para a Regulação e Controlo do Tabaco (RO 497), aprovada pelo Parlamento Nacional algum tempo antes, mais concretamente, no dia 22 de julho de 2011 (Governo do Equador, 2011). O reconhecimento da contribuição do Uruguai sobre esta matéria, não só se manifesta no prolongamento do projeto com o Equador (desde 2014 mais centrado no trabalho com os meios de comunicação), mas também nos pedidos de colaboração de outros países (Colômbia, Bolívia, Costa Rica, apenas para nomear alguns), assim como na inauguração, em 2014 e com o apoio de agentes da sociedade civil, do Ministério das Relações Exteriores e da própria AUCI, do Centro de Cooperação Internacional para o Controlo do Tabaco (CCICT), uma instituição pensada para coordenar esforços e reforçar as instituições nacionais de vários países da América Latina na implementação das suas respetivas estratégias para regular e controlar os efeitos nocivos do tabaco.

c) Por seu lado, o **projeto Abordagem Bio-Psico-Social e Clínico-Genética de Pessoas Deficientes**, teve a sua origem na denominada Missão Manuela Espejo, desenvolvida no Equador e inspirada numa cooperação anterior com Cuba e Venezuela. Essa Missão iniciou-se com o Primeiro Estudo Biopsicossocial clínico e genético das pessoas deficientes no Equador. A

análise dos dados obtidos de uma amostra de 294.000 pessoas, permitiu aprofundar a relação pobreza-deficiência e identificar as necessidades reais de uma população tradicionalmente invisível. As conclusões servem como base para a tomada de decisões e a conceção de políticas públicas que, através de uma participação intersetorial, permitiram dar respostas rápidas e integrais aos problemas detetados.³

A colaboração com o Uruguai começou a ser concebida em 2012. Após várias reuniões e visitas mútuas entre as delegações de ambos os países, decidiu-se dar um primeiro passo para a realização de um projeto-piloto no departamento de Artigas (Uruguai), denominado “Artigas sem barreiras”. Através deste, o Equador transferiu a sua experiência em vários aspetos, entre os quais se destacam o levantamento de informação, o desenvolvimento de dispositivos logísticos, a identificação de acordos interinstitucionais para tornar a sua aplicação viável, ou a adoção de uma estratégia de comunicação. Os bons resultados obtidos, juntamente com os pontos fortes que o Uruguai também tem nesta área (especialmente em georreferenciação e no Ministério do Desenvolvimento Social – MIDES), deram lugar a um alargamento do projeto a partir de 2014, mais centrado em aprofundar os temas, entre outros, de acessibilidade, de elaboração de materiais de sensibilização conjuntos, ou de reconceptualização das políticas de deficiência a partir dos conceitos de autonomia, autodeterminação e dependência.

Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de caráter social, intercambiada entre o Equador e o Uruguai. 2013

Ofertante	Recetor/es	Projeto/Ação	Nome
Equador	Uruguai	Projeto	Abordagem Bio-Psico-Social e Clínico-Genética de Pessoas Deficientes
		Ação	Visita técnica ao Programa Nacional de Deficiências do Ministério do Desenvolvimento Social (PRONADIS)
Equador/ Uruguai	Equador/ Uruguai	Projeto bidirecional	Boas práticas em matéria migratória, experiência e aplicabilidade
Uruguai	Equador	Projeto	Componente do aleitamento materno da Unidade de Nutrição
		Projeto	Cooperação bilateral para o fortalecimento do controlo do tabaco
		Projeto	Cuidados com os prestadores de cuidados
		Projeto	Fortalecimento de serviços e capacidades para a abordagem integral da violência de género, saúde sexual, saúde reprodutiva e saúde mental

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, da Secretaria Técnica de Deficiências (SETEDIS) do Equador (<http://www.setedis.gob.ec/>), do Registo Oficial do Governo do Equador (RO 497, 22 de julho de 2011) e da Convenção Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco (<http://www.who.int/>)

³ <http://www.setedis.gob.ec/?cat=7&scat=6>.

orçamentado) da CHSS Bilateral em execução ao longo de 2013 entre os países ibero-americanos.

II.6.1. Usando indicadores construídos em torno das Datas

Para os diferentes projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, os países têm a possibilidade de informar sobre as suas correspondentes datas de aprovação, de início e de conclusão da atividade.¹⁹ O **Esquema II.2** caracteriza dois dos Indicadores que se podem obter combinando algumas dessas datas, com a sua fórmula e uso potencial. Em concreto:

a) Por um lado, combinando as datas de início e de finalização podemos calcular, por exemplo, a “duração média dos projetos e/ou das ações de cooperação”. O resultado que obtemos permite que tenhamos uma ideia da “dimensão” dos instrumentos através dos quais a cooperação orientada para o fortalecimento de capacidades se executa.

b) Por outro lado, ao combinar as datas de aprovação e de início, podemos estimar “o tempo médio que decorre entre o momento em que os projetos e/ou ações são aprovados o aquele em que a atividade tem início”. Neste caso, o resultado é uma forma de nos aproximarmos à “eficiência” com que se implementaram (PIFCSS, 2013).

No entanto, tal como já se avançou, o cálculo destes indicadores depara-se com uma importante limitação: a falta de dados. Neste sentido, o **Esquema II.3** foi elaborado para mostrar para que percentagem de projetos e ações intercambiados na Ibero-América no ano de 2013 dispomos, efetivamente, de informação relativa às datas de aprovação, início e finalização, assim como das possíveis combinações destas.²⁰ A esse respeito, podemos assinalar o seguinte:

a) No que se refere aos projetos e ao tratamento isolado das datas, a disponibilidade de dados oscilou

entre um mínimo de 65,4% correspondente às datas de finalização e um máximo de 85,0% das de início, passando por 75,7% das de aprovação.

b) Também, e combinando os dados, se conhecem simultaneamente as datas de aprovação e início de praticamente três de cada quatro projetos (73,3%) e as datas de início e finalização de quase dois de cada três projetos (64,5%). Em contraste, a percentagem dos intercâmbios para os quais dispomos das três datas é menor, de 56,4%.

c) Entretanto, os dados disponíveis para as ações registaram percentagens inferiores aos dos projetos, exceto em três casos: as datas finais (75,6% face a 65,4%); a combinação das datas de início e finalização (três quartas partes das ações face a menos de dois terços dos projetos); e as três datas simultâneas (62,2% face a 56,4%).²¹

Atendendo a estas percentagens, constatamos que as “amostras” sobre as quais se irão aplicar os Indicadores para a Cooperação Sul-Sul não são plenamente representativas de todo o “universo” de projetos e ações possíveis. No entanto, estas amostras são muito mais representativas do que nos anos anteriores. Com efeito, e dito por outras palavras, o esforço que os países ibero-americanos têm vindo a fazer para melhorar os sistemas de registo de informação deram os seus frutos, o que permitiu que, relativamente ao ano passado e em todas as suas variantes, a disponibilidade de dados tenha aumentado significativamente.²²

Assim, e tendo em conta tanto as limitações existentes quanto os progressos realizados, passaremos, a seguir, a saber mais sobre a CHSS Bilateral em 2013, através de:

a) O período em que os projetos “tenderam” a ser aprovados, iniciados e finalizados.

b) A média do tempo que, em geral e como medida de “eficiência”, decorreu entre a aprovação desses mesmos

¹⁹ As referidas datas são referenciadas nas seguintes definições: 1. Data de aprovação. Um projeto considera-se aprovado quando há um documento de projeto e quando, para além disso, tenha sido formalizado, à margem da instância concreta. Data considerada: a segunda, pois coincide com o cumprimento de ambos os requisitos. 2. Data de início. Um projeto considera-se iniciado quando a primeira atividade tem início. A data é a do início da primeira atividade, independentemente de que tenha havido atividades de gestão anteriores. 3. Data de finalização. Um projeto considera-se finalizado quando se dá por concluída a última atividade, sem incluir a realização do Relatório final, uma condição que não é um requisito em todos os projetos. A data é a do final da última atividade (PIFCSS, 2013).

²⁰ Tal como se verificava para o caso dos setores, as percentagens de participação calcularam-se evitando o duplo cálculo dos denominados “bidirecionais”. Por esse motivo, e relativamente ao total dos projetos considerados na Matriz II.1 (576), subtraíram-se 41 aos 82 considerados bidirecionais, realizando-se a estimativa percentual sobre um total de 535 projetos. O mesmo aconteceu com as ações, cujas percentagens de participação se calcularam não sobre os 399 da Matriz II.2, mas sobre um registo de 386, obtido depois de lhe serem subtraídas 13 das 26 ações de caráter “bidirecional”.

²¹ Estas percentagens mais elevadas estão em conformidade com a própria natureza das ações, de “menor dimensão” e para as quais se costuma saber a data de finalização, um dado de importância primordial nos três registos anteriores. A disponibilidade destes dados contrasta com a dos projetos, de “maior dimensão” e cuja finalização muitas vezes é estimada e não real, pois o projeto continua em execução na altura em que se recompilam os dados.

²² A modo de ilustração, em apenas um exercício, a disponibilidade de datas de início aumentou em 20 pontos percentuais (de 64,8% para 85,0%) e a das três datas simultâneas noutros 20 pontos (de 36,4% para 56,4%).

Esquema II.2.

Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme as datas e o uso potencial

	Indicador	Fórmula	Uso potencial
Datas de Aprovação, Início e Finalização	Duração média dos Projetos e/ou Ações	$\frac{\sum (\text{datas de finalização} - \text{data de início})}{\text{Total dos projetos para os quais contamos com ambos os dados}}$	DIMENSÃO
	Tempo médio decorrido entre a altura da aprovação e o do início da atividade	$\frac{\sum (\text{datas de início} - \text{data de aprovação})}{\text{Total dos projetos para os quais contamos com ambas as datas}}$	EFICIÊNCIA

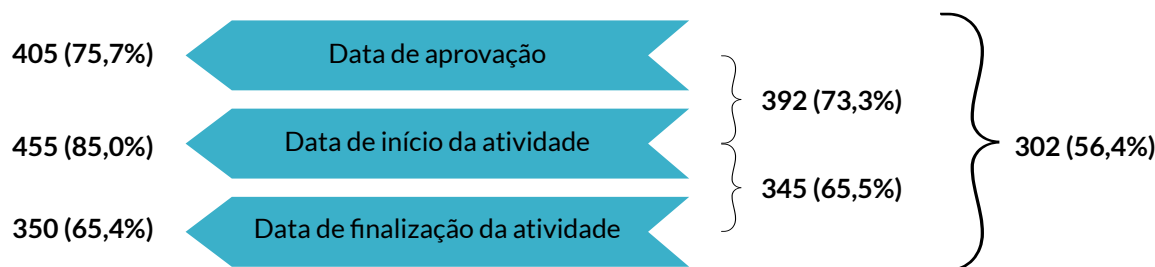
Fonte: Reprodução do PIFCSS (2013)

Esquema II.3.

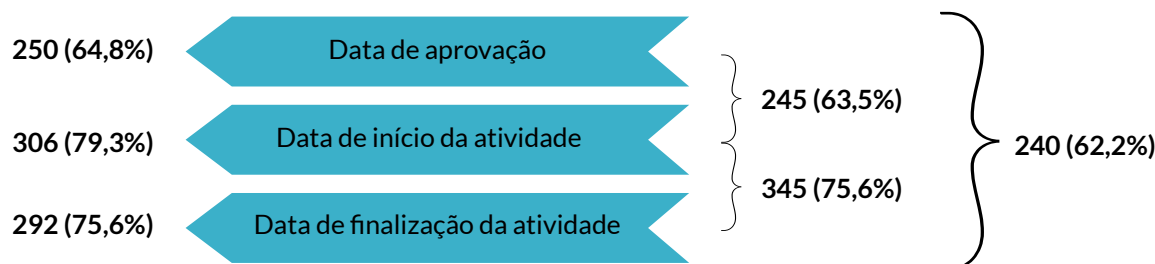
Informação disponível sobre datas para projetos e ações registados em 2013

Número de projetos e ações, em unidades e como percentagem do total

II.3.A. Projetos



II.3.B. Ações



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

projetos e o momento em que a atividade se iniciou.

c) O tempo médio de duração, entendido como medida de “dimensão” e em termos da diferença entre a altura em que se iniciaram e a que corresponde à sua finalização.

II.6.1.1. Períodos de aprovação, início e finalização

Para sabermos melhor quando tenderam a produzir-se as fases de aprovação, início e finalização dos projetos de CHSS Bilateral intercambiados pelos países em 2013, elaborou-se a **Tabela A.II.4**. Através desta, os projetos²³ organizaram-se, agruparam-se e distribuíram-se conforme os anos nos quais situam as correspondentes datas. Tal como na edição passada, essa distribuição organizou-se em torno das frequências absolutas e relativas, simples e acumuladas, dos dados disponíveis. Os resultados representaram-se no **Gráfico II.7**,²⁴ através do qual se podem observar os períodos em que maioritariamente se concentraram as aprovações, inícios e finalizações dos projetos. Da observação conjunta da **Tabela A.II.4** e do **Gráfico II.7**, depreende-se o seguinte:

a) A maior parte dos projetos de CHSS Bilateral em execução em 2013 (88,4%) foram aprovados entre 2010 e 2013. De facto, praticamente três de cada quatro destes projetos foram na verdade aprovados em 2011 e 2012 e outros 25% distribuíram-se entre 2010 e 2013, sendo esta última a data em que se aprovaram 15,3% do total dos projetos analisados. As aprovações anteriores, de 2003 a 2009, representaram 11,6%.²⁵

b) Por outro lado, um terço dos projetos (33,4%) iniciou as suas atividades nalguma altura de 2013. Os restantes (dois de cada três) registaram uma data de início compreendida entre 2002 e 2012. No entanto, até 2010, deram início 15,2% dos projetos, mas a maioria (51,4%) teve como data de início de atividade os anos 2011 (23,1%) e 2012 (28,4%).

c) Entretanto, praticamente 4 de cada 10 projetos (38,3%) terminaram a sua execução ao longo de 2013. E embora haja algumas datas de finalização estimadas para 2016 e 2017, a maior parte dos projetos analisados têm uma data de conclusão prevista para

2014 e 2015 (48,3% e 12,9%, respetivamente).

Devemos aqui acrescentar que em contraste, em termos de informação disponível, a maior parte das ações foram aprovadas (67,6%), iniciadas (95,7%) e finalizadas (90,0%) ao longo do mesmo ano de 2013. Tal como poderemos observar mais adiante e dada a sua natureza, aquelas que foram aprovadas e se iniciaram antes (em 2011 ou 2012) ou que se estima venham a terminar em datas posteriores (até 2016), costumam estar relacionadas com cursos ou bolsas de estudo de longa duração.

II.6.1.2. Tempo decorrido entre a aprovação e o início dos projetos

Tal como já se avançou, ao calcular o tempo decorrido entre as fases de aprovação e de início de atividade de um projeto ou ação, o resultado obtido dá uma ideia da “eficiência” ou celeridade com a qual os parceiros agiram quando implementaram a cooperação. Para efeitos de saber algo mais sobre esta linha de ação, elaborou-se a **Tabela A.II.5**, a qual distribui os projetos conforme os dias decorridos entre as datas de aprovação e de início.

Na referida tabela observam-se os dados relacionados com a frequência relativa acumulada, deduzindo-se que mais de metade (55,1% dos projetos analisados) iniciaram a sua atividade num tempo que em nenhum caso ultrapassou os 180 dias (seis meses). Igualmente, 3 de cada 4 projetos (76,0%) efetuaram-se num período inferior a um ano, enquanto que 9 de cada 10 (89,5%) principiaram decorrido que foi um tempo máximo de 600 dias (equivalente a 1 ano e 8 meses).

Tomando como referência um período de seis meses, podemos realizar uma desagregação mais pormenorizada. Essa desagregação apresenta-se no **Gráfico II.8**, do qual se depreende que:

a) Entre a maioria dos projetos que começaram antes de que decorressem seis meses após a sua aprovação, mais de metade (equivalente a 31,1% do total dos analisados), o fez num período que oscilou entre um e seis meses. Dentro desse mesmo grupo, um de cada quatro (15,6% do total), apenas demorou um mês a iniciar a sua execução. Entretanto, os restantes

²³ Apenas aqueles para os quais dispomos dos dados correspondentes.

²⁴ O tipo de gráfico que será usado a partir de agora sempre que se represente uma tabela de distribuição de frequências, denomina-se Histograma. Trata-se de um gráfico mais adequado ao tratamento de variáveis contínuas (e não discretas), como podem ser o tempo ou os custos. Através deste, a variável (no eixo horizontal) relaciona-se com a sua frequência (no eixo vertical). Por convenção e para ilustrar melhor essa ideia de continuidade, as barras resultantes para cada valor (de tamanho proporcional a este), são mais largas e aparecem contíguas umas às outras.

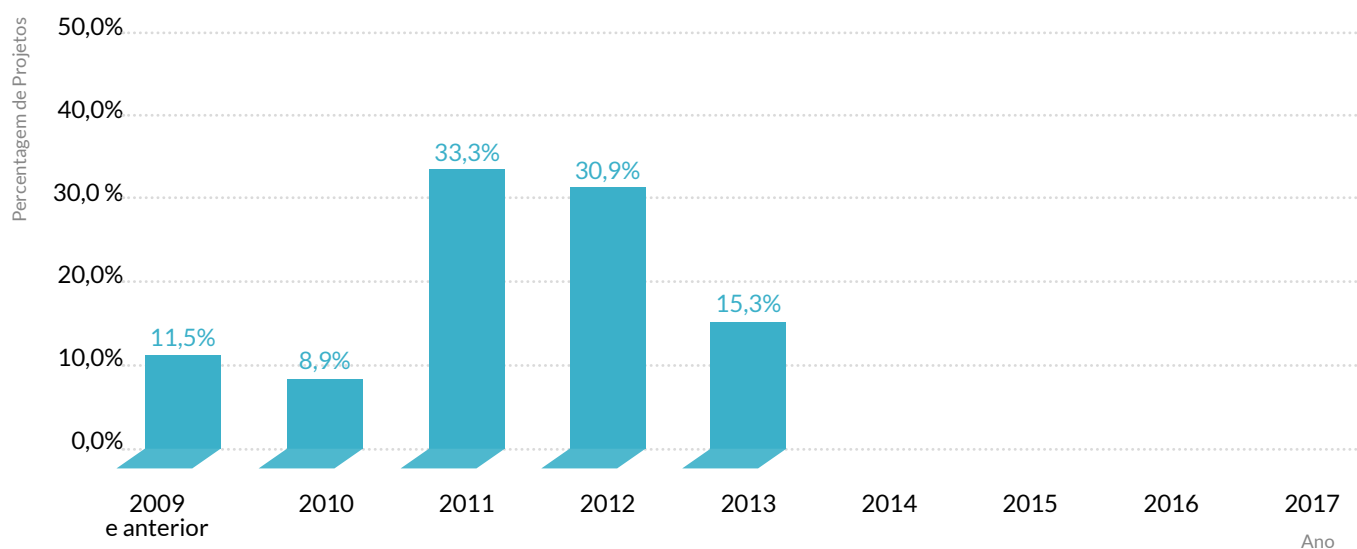
²⁵ Como dado curioso e independentemente do ano, os meses de abril e maio foram os que concentraram um maior número de aprovações (31,6% do total). De facto, 80% das datas de aprovação situam-se de abril em diante.

Gráfico II.7.

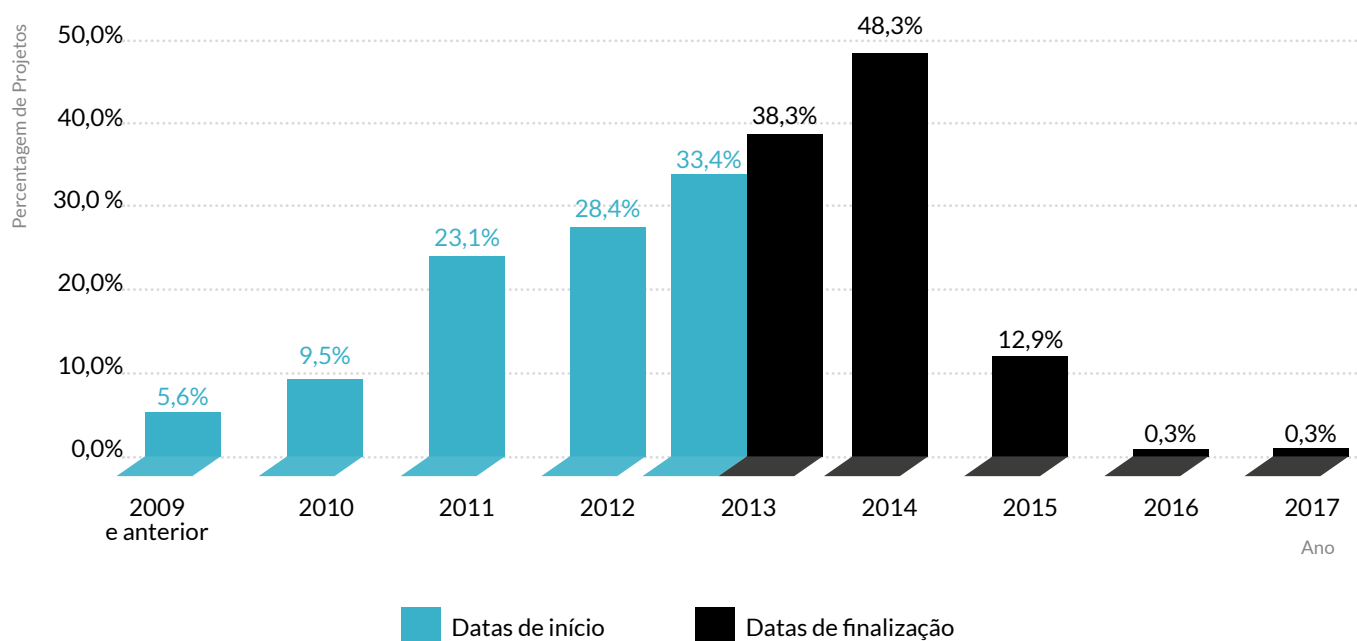
Histograma da distribuição dos projetos de CHSS Bilateral em execução em 2013, conforme as datas de aprovação, início e finalização

Frequências relativas, em percentagem sobre o total de projetos

II.7.A. Datas de aprovação



II.7.B. Datas de início e finalização



referem-se a projetos cuja aprovação formal foi na realidade posterior à altura em que iniciaram a sua atividade.

b) Por outro lado, de entre os projetos cuja atividade se iniciou mais de seis meses após ter sido assinada a sua aprovação, devemos distinguir os que não deixaram passar mais de um ano (21,4% do total analisado) e os que ultrapassaram esse ano (23,7%).

Devemos aqui acrescentar que, no caso das ações, os tempos decorridos entre a aprovação e o início da atividade se reduziram notavelmente, o que também envolve uma mudança do período de referência que deve ser levado em conta: de seis meses a um mês. Neste sentido, a maior parte das ações (55,2%) começaram apenas 30 dias depois de terem sido aprovadas; uma de cada quatro (25,9%) demorou entre um e seis meses; e só 1 de cada 5 (19,0%) iniciou a atividade a partir dos seis meses após ter sido aprovada.

II.6.1.3. Tempo médio de duração

Finalmente, a partir dos dados disponíveis sobre as datas (neste caso, de início e de finalização da atividade) podemos saber algo mais sobre a “dimensão” dos projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral trocados entre os países ibero-americanos ao longo de 2013, pelo menos em termos de tempo médio de duração.

Assim, em primeiro lugar e conforme se pode observar na **Tabela A.II.6** a partir das frequências relativas acumuladas, uma quarta parte dos projetos analisados (24,9%) manteve-se em execução menos de um ano e meio (540 dias); por outro lado, 55,4%, conservaram-se em execução durante um período de tempo inferior a dois anos e três meses (810 dias); e 75,1% (três de cada 4 projetos) alargaram a sua duração até 3 anos (1.080 dias). Os restantes 24,9%, registaram, conseqüentemente, períodos de duração sempre superiores a esses 36 meses.

Reinterpretando os dados a partir de períodos de referência equivalentes a anos completos (**Gráfico II.9.A**), podemos observar como a grande maioria dos projetos em execução em 2013 (58,4%) manteve durações médias que oscilaram entre um e dois anos (27,5% do total analisado), assim como entre dois e três anos (30,9% desse mesmo total). Entretanto, praticamente um de cada três projetos (30,3%) manteve-se em execução durante pelo menos 3

anos. A percentagem de projetos cuja execução não ultrapassou um ano (11,3%) ou menos de 6 meses (praticamente metade dos anteriores) foi minoritária.

Por seu lado (**Gráfico II.9.B**), as ações registaram tempos de duração muito inferiores aos dos projetos. De facto, praticamente duas de cada três ações (66,8%) foram executadas em apenas uns dias (até ao máximo de 10) e três de cada quatro (76,5%) num período inferior a 30 dias. Igualmente, 14,4% das ações registaram períodos de execução entre um e três meses (5,7%) e entre 3 meses e um ano (8,7%) e apenas uma minoria do total (uma de cada 10 ações), ultrapassou um ano de duração. Estes casos tiveram tendência para coincidir, de novo, com bolsas de estudos e cursos prolongados, contabilizados como ações.

Os resultados obtidos corroboram a ideia de que projetos e ações respondem a uma dimensão diferente. No entanto, uma forma alternativa de o constatar, é a de calcular o valor médio dos tempos decorridos entre o início e o fim da atividade em cada caso. Assim, eliminando aqueles valores extremos que podem distorcer o resultado final e tendo em conta os dados disponíveis, podemos afirmar que os projetos de 2013 tenderam a ser executados num tempo médio de 875 dias, equivalentes a dois anos e 5 meses. Em contraste, as ações tenderam a ser executadas num tempo médio de 92 dias (pouco mais de 3 meses).

II.6.2. Usando indicadores construídos em torno dos Custos

De forma semelhante à das datas, os países ibero-americanos têm a possibilidade de registar dados relativos aos custos orçamentados e executados²⁶ dos projetos e ações de cooperação que intercambiaram ao longo do ano de 2013. Dispondo desses dados, podemos obter uma nova série de Indicadores para a Cooperação Sul-Sul. O **Esquema II.4** descreve três desses possíveis indicadores associando-os às correspondentes definições, fórmulas de cálculo e uso potencial. Mais especificamente:

a) O custo orçamentado (ou executado) total ao qual ascendem o conjunto dos projetos (e/ou ações) promovidos na região durante um período ou exercício em concreto. O seu cálculo permite conhecer a dimensão, neste caso Económica, da Cooperação Sul-Sul.

²⁶ O custo direto orçamentado refere-se à “soma das despesas previstas no documento de elaboração do projeto”. Por seu lado, o custo direto executado refere-se à “soma total das despesas associadas ao ciclo do projeto que envolva o desembolso dos recursos financeiros” (PIFCCS, 2013).

Gráfico II.8. Distribuição dos projetos, conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e de início

Em percentagem sobre o total

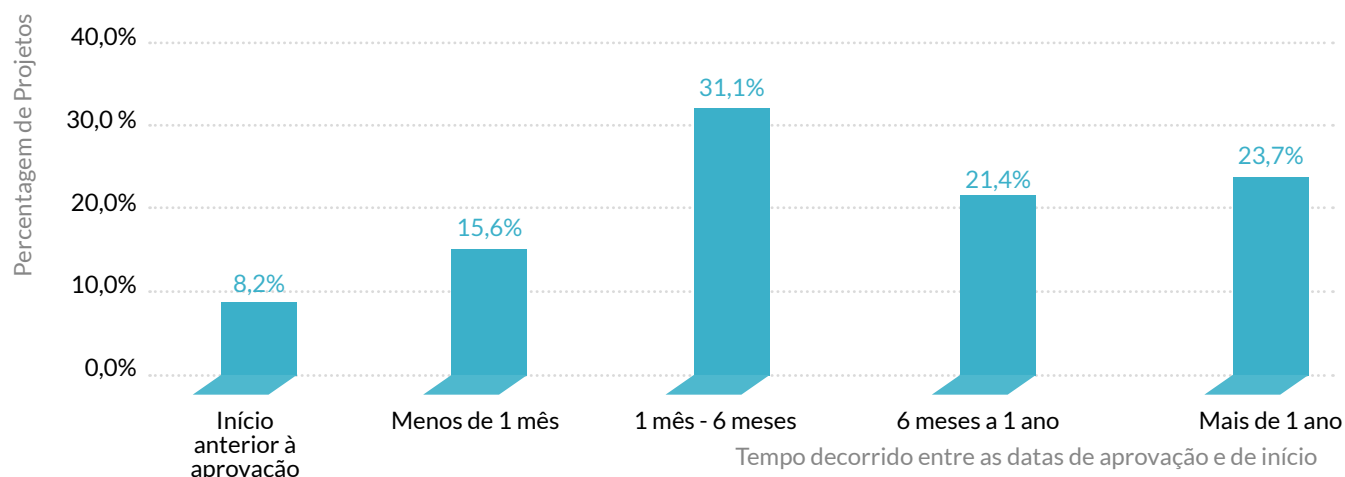
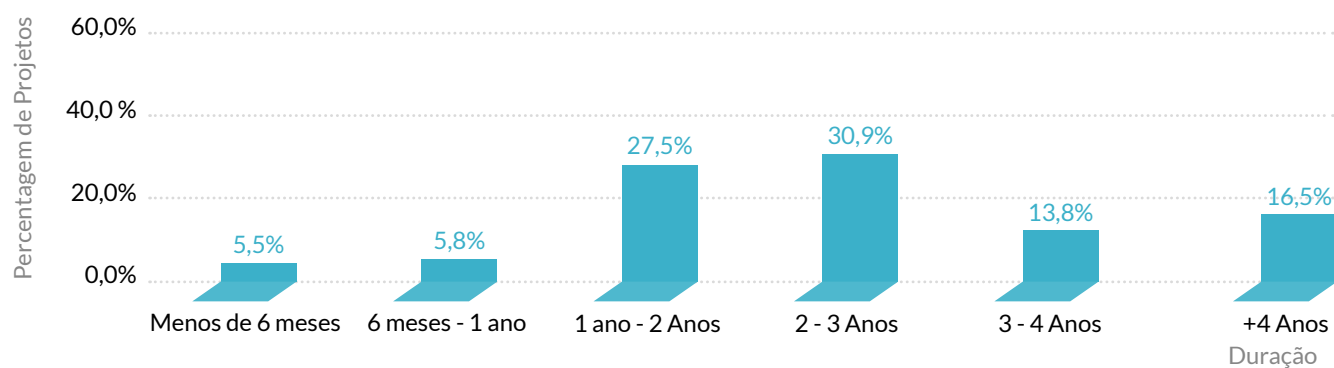


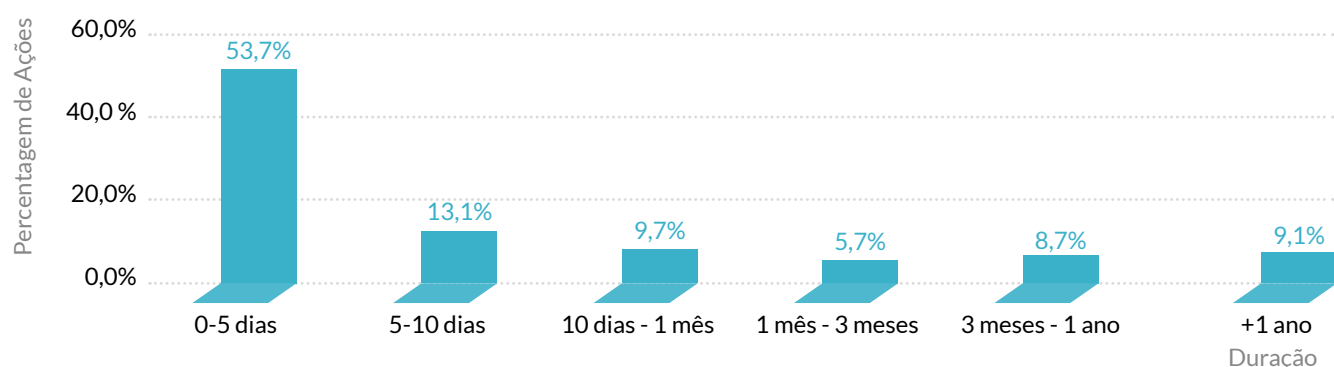
Gráfico II.9. Distribuição dos projetos e ações, conforme o tempo de duração

Projetos e ações, em percentagem sobre o total

II.9.A. Projetos



II.9.B. Ações



b) A relação que existe entre o custo orçamentado por projeto (ou ação) e aquele que foi efetivamente executado. Calculada desta forma e obtendo como resultado valores inferiores, iguais ou superiores à unidade, a sua interpretação, em termos de eficiência, sugere, respetivamente, uma sub-execução dos recursos orçamentados, uma despesa plenamente equivalente ao orçamento ou uma execução acima do planificado.

c) A proporção que representa o custo executado (ou orçamentado) pelo país que exerceu o papel de ofertante relativamente ao que assumiu o papel de recetor. Neste caso obtemos um resultado indicativo sobre a forma como os parceiros dividiram as suas

responsabilidades, pelo menos em termos financeiros.²⁷ Assim, e para o caso específico da fórmula proposta, os valores superiores a 0,5 sugerem que o ofertante assumiu uma responsabilidade Económica superior à do recetor e vice-versa (PIFCSS, 2013).

Mas as possibilidades de cálculo destes indicadores, assim como a representatividade dos resultados obtidos, são muito reduzidas devido à falta de dados. Com efeito, o esforço que os países têm vindo a realizar para melhorar os seus sistemas de informação ainda não se refletem completamente no registo dos custos. O **Gráfico II.10** apresenta as percentagens dos projetos para os quais temos dados associados a cada um dos itens de custo levados em consideração,

Esquema II.4. Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme os custos e o uso potencial

	Indicador	Fórmula	Uso potencial
Custos Orçamentados e Executados, por exercício e totais	Total do custo orçamentado/executado	$\sum_{i=1}^{n} \text{CDPi} \text{ ó } \sum_{i=1}^{n} \text{CDEi}$ $i=1, \dots, N$ Em que: N: número de projetos terminados CDPi: custo direto orçamentado para o projeto i CDEi: custo direto executado para o projeto i	DIMENSÃO
	Média da relação custo direto executado e custo direto orçamentado em projetos terminados	$\sum_{i=1}^{n} (\text{CDEi} / \text{CDPi}) / N$ $i=1, \dots, N$ Em que: N: número de projetos terminados CDEi: custo direto executado para o projeto i CDPi: custo direto orçamentado para o projeto i	EFICIÊNCIA
	Média da relação entre o custo direto executado pelo(s) ofertante(s) e o custo direto executado pelo recetor	$\sum_{i=1}^{n} (\text{CDEOi} / \text{CDERi}) / N$ $i=1, \dots, N$ Em que: N: número de projetos aprovados CDEO i: custo direto executado pelo(s) ofertante(s) para o projeto i CDER i: custo direto executado pelo(s) recetor(es) para o projeto i	AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PARTILHADA

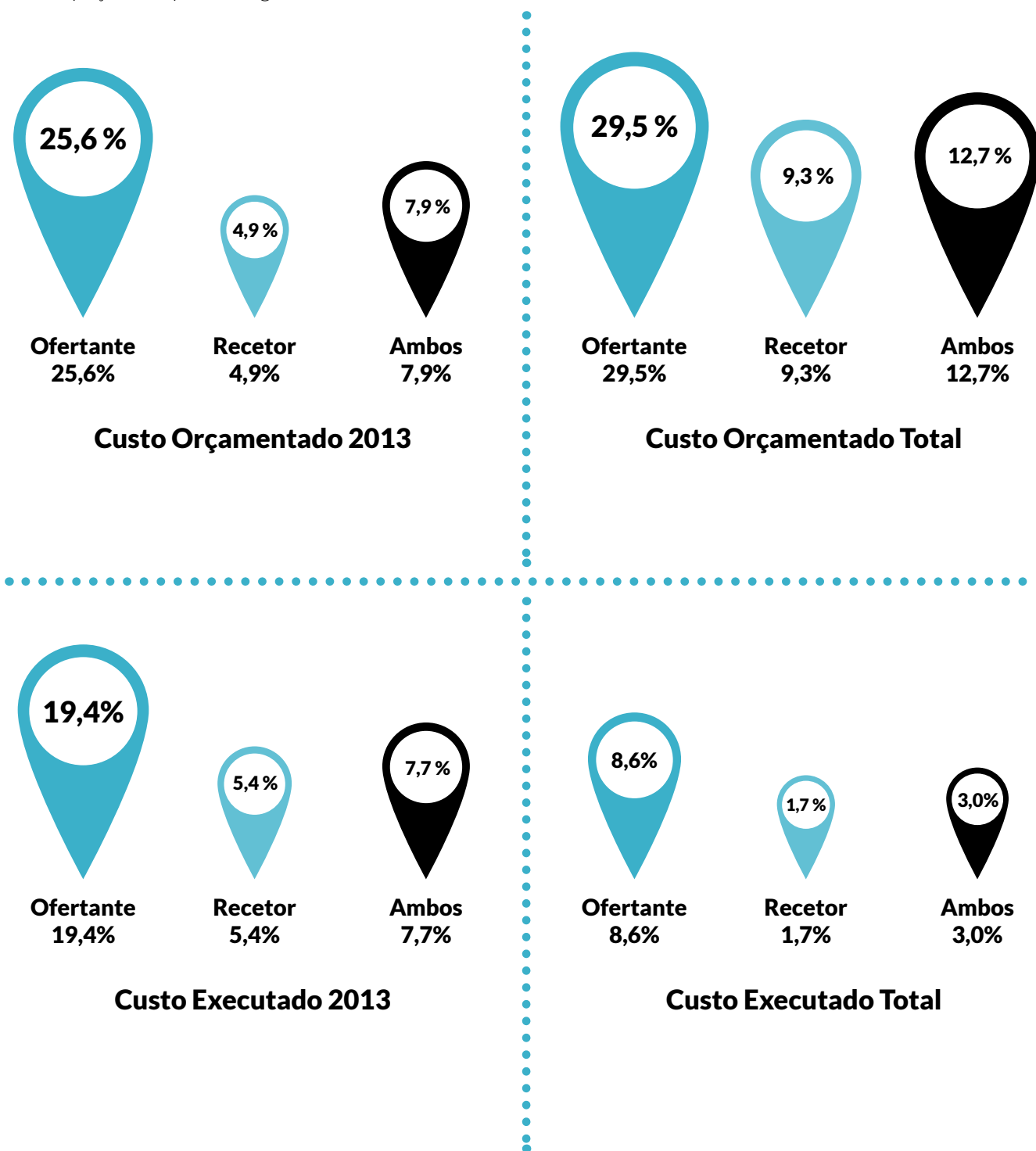
Fonte: Reprodução do PIFCSS (2013)

²⁷ Devemos assinalar que, na altura de medir a responsabilidade partilhada, se poderiam também assumir outros indicadores complementares mais qualitativos, tais como, a identificação da partilha de responsabilidades na elaboração dos projetos ou a previsão das avaliações realizadas conjuntamente por todas as partes (PIFCSS, 2013).

Gráfico II.10.

Projetos que dispõem de informação relativa aos custos, conforme a tipologia do custo (orçamentado/executado), o período de referência (2013 ou total) e o papel do país (ofertante/recetor)

Participação, em percentagem



ilustrando-se assim esse “estrangulamento”. Da sua observação depreende-se que:

a) Combinando a sua tipologia (orçamentado ou executado), período de referência (2013 ou todo o período de execução) e quem o assumiu (ofertante, recetor ou ambos), podemos obter 12 itens de custo. Entre todos esse itens e tal como se pode observar no **Gráfico II.10**, só há três aos quais se pode associar uma percentagem minimamente significativa dos dados. Com efeito, o maior volume de informação relativa aos custos afeta entre 20 e 30% dos projetos:²⁸ 19,4% no caso do Custo Executado em 2013 pelo ofertante; 25,6% e 29,5%, respetivamente, do Orçamentado em 2013 e Total do mesmo ofertante.²⁹

b) Também, e para o resto dos itens, as percentagens dos projetos aos quais se pôde associar algum dado foram muito menores. Neste sentido, apenas se destacaram os referentes ao Custo Orçamentado Total pelo recetor e ao Orçamentado Total por ambos (9,3% e 12,7% do total dos projetos analisados), pois as percentagens para os restantes oscilaram entre o mínimo de 1,7% correspondente ao Custo Executado Total pelo recetor e o máximo de 8,6% do Executado Total pelo ofertante.

Nesta base, ficamos a saber um pouco mais sobre a “dimensão” da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada em 2013 na Ibero-América, assim como sobre a “eficiência” e a “distribuição das responsabilidades” sob a qual se executaram os projetos. No entanto, tendo em conta a limitação de dados e a sua pouca representatividade, a utilidade do exercício, mais do que em obter resultados explicativos do que realmente aconteceu em 2013, residirá, sobretudo, em demonstrar o potencial dos indicadores.

II.6.2.1. Dimensão Económica

Na altura de realizar uma aproximação da dimensão Económica dos projetos de CHSS Bilateral trocados entre os países ibero-americanos em 2013, recorreu-se àqueles dois itens de custos para os quais há relativamente mais dados disponíveis: os Custos Orçamentados assumidos pelo Ofertante para o ano de 2013 e para o período de execução Total. Assim, 25,6% e 29,5% dos projetos para os quais contamos, respetivamente, com essa informação, foram organizados e agrupados na **Tabela A.II.7**. Através dessa tabela, assim como dos **Gráficos II.11.A** e **II.11.C**, o agrupamento dos projetos realizou-se de acordo com

a sua pertença a intervalos de valor que aumentam de 50.000 em 50.000 dólares.

Assim, e a partir da observação da **Tabela A.II.7** e do **Gráfico II.11** podemos afirmar que:

a) Por um lado, para a maioria dos projetos (77,4%), o país que exerceu o papel de ofertante assumiu em 2013 um Custo Orçamentado que não ultrapassou os 50.000 dólares. Para outros 14,6%, o montante assumido oscilou entre os 50.000 e 100.000 dólares, e em 5% dos casos, o orçamento para 2013 superou esses valores, mantendo-se, no entanto, abaixo dos 200.000 dólares. E embora os restantes projetos pudessem ter chegado a assumir custos superiores a 200.000 dólares e inclusivamente a 450.000 dólares, tratou-se de uma situação praticamente episódica, pois apenas 3% dos projetos alcançaram estes intervalos de valores.

b) Para além disso, uma desagregação dos valores dos custos em intervalos mais pequenos (de 10.000 dólares) permite uma melhor aproximação ao que realmente aconteceu em 2013. Para isso, foi elaborado o **Gráfico II.11.B**, a partir do qual se pode observar como, em 77,4% dos projetos cujo Custo Orçamentado pelo ofertante em 2013 foi inferior a 50.000 dólares, mais de metade se manteve, na realidade, abaixo dos 10.000 dólares e outros 25% com valores que oscilaram entre 10.000 e 30.000 dólares. Estes valores maioritários estão em consonância com os que se obtêm ao calcular a média desse Custo Orçamentado para 2013 pelo ofertante: de 23.169 dólares (quando se eliminam os valores extremos e apenas se têm em conta 92,0% dos valores inferiores a 100.000 dólares) ou de 29.098 dólares (quando o intervalo se alarga até 97,1% dos projetos cujo custo se manteve por debaixo dos 200.000 dólares).

c) Por sua vez, e tal como se observa de novo na **Tabela A.II.7** e no **Gráfico II.11.C**, para aqueles que desempenharam o papel de ofertantes, três de cada quatro projetos registaram um Custo Orçamentado Total abaixo dos 100.000 dólares: de facto, um pouco mais de metade dos projetos (51,9%) manteve-se abaixo dos 50.000 e cerca de 25% oscilou entre 50.000 e 100.000 dólares. Neste sentido, os projetos para os quais se tiveram de assumir orçamentos totais entre 100.000 e 200.000 dólares (13,9%), aqueles cujo custo oscilou entre 200.000 e 350.000 dólares (5,1%) e os que se situaram acima de 400.000 dólares (5,7%), foram relativamente minoritários.

²⁸ Devemos recordar que todos estes cálculos percentuais são feitos sobre totais que eliminaram a dupla contabilidade dos “bidirecionais”.

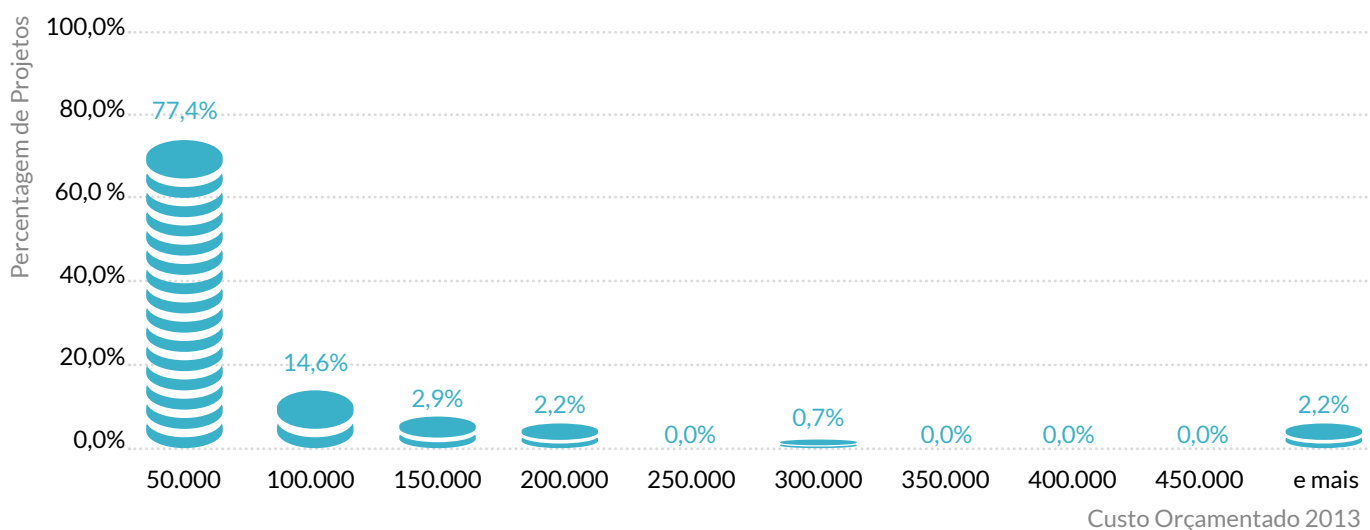
²⁹ Além disso, estes registos só são um pouco melhores do que os correspondentes ao ano anterior, quando a máxima disponibilidade da informação sobre custos também oscilou entre 20 e 30% mas afetou apenas dois itens: o Custo Executado em 2012 pelo Ofertante (27,1%) e o Orçamentado Total pelo Ofertante (20,0%) (SEGIB, 2014).

Gráfico II.11.

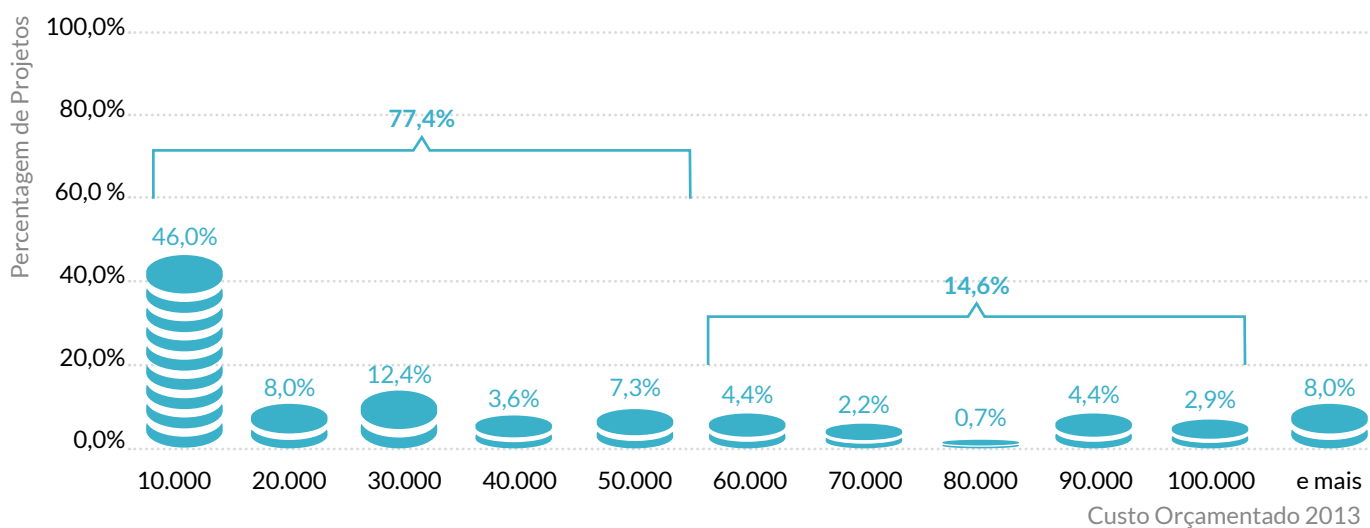
Histograma da Distribuição dos projetos, conforme o custo orçamentado assumido pelo ofertante

Projetos, como percentagem sobre o total dos registos com dados de custo

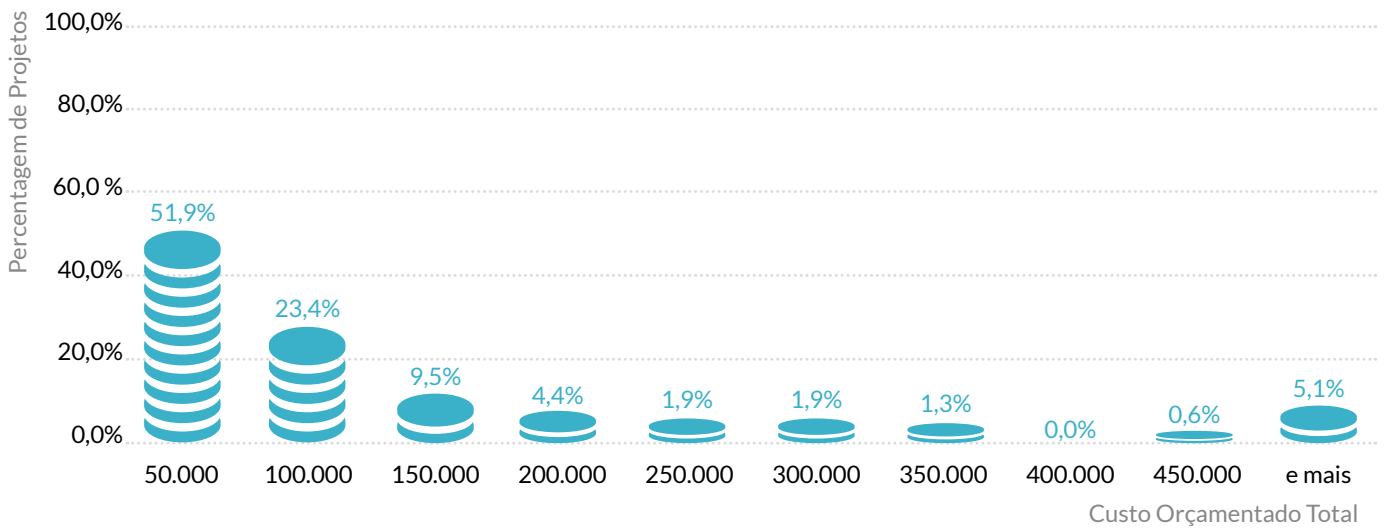
II.11.A. Custo Orçamentado 2013 (todos os possíveis valores, em intervalos de 50.000\$)



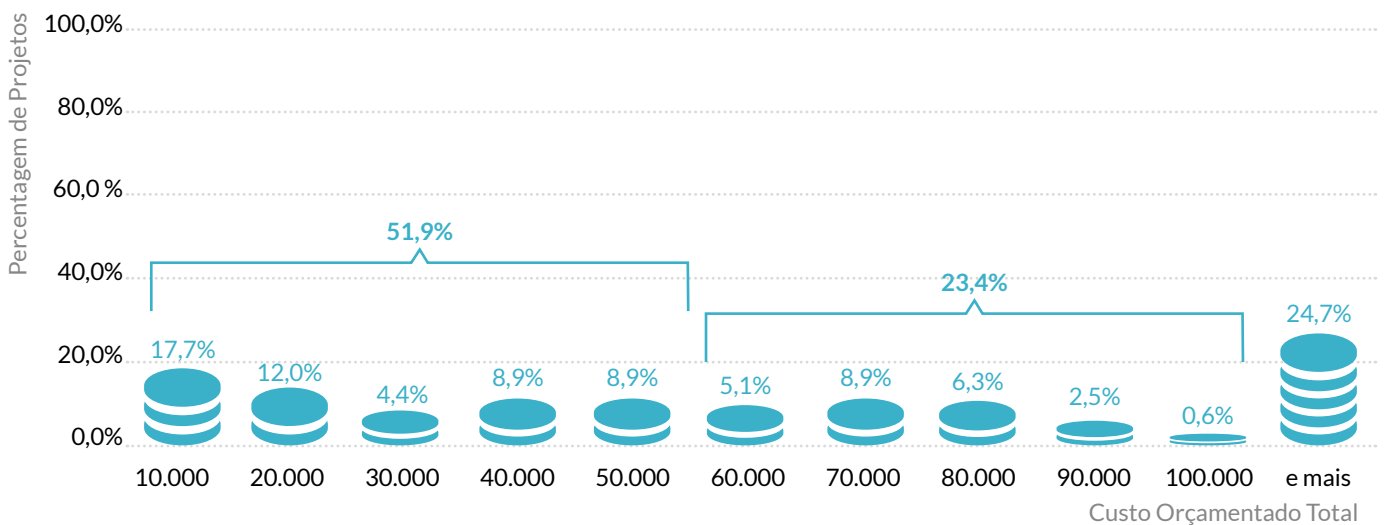
II.11.B. Custo Orçamentado 2013 (para valores até 100.000 dólares, em intervalos de 10.000\$)



II.11.C. Custo Orçamentado Total (todos os possíveis valores, em intervalos de 50.000\$)



II.11.D. Custo Orçamentado Total (para valores até 100.000 dólares, em intervalos de 10.000\$)



d) Finalmente, desagregando de novo o Custo Orçamentado Total em intervalos menores (de 10.000 dólares), observa-se (**Gráfico II.11.D**) uma distribuição bastante equitativa dos possíveis valores ao longo do intervalo inferior a 100.000. No entanto, destacaram-se os orçamentos totais que não ultrapassaram os 20.000 dólares (29,7% do total), assim como os que oscilaram entre 20.000 e 50.000 (22,2%) e entre 50.000 e 70.000 (20,3%). Estes resultados voltam a estar em concordância com os obtidos, sempre que se calcule o valor médio do Custo Orçamentado Total que os ofertantes tenderam a assumir: de 51.202 dólares (quando a amostra se reduz para 89,2% dos projetos com custos inferiores a 200.000 dólares) e de 62.620 (quando se alarga para os 94,3% que não ultrapassaram os 350.000).

II.6.2.2. Eficiência e responsabilidade partilhada

Para terminar esta análise, apresentam-se a seguir Indicadores para a Cooperação Sul-Sul que tentam chegar a uma nova abordagem, neste caso Económica, da “eficiência” e da “responsabilidade partilhada” sob as quais se desenvolveu a CHSS Bilateral em 2013. A particularidade destes indicadores, tal como se pode observar através do **Esquema II.5**, é que requerem combinar, de forma simultânea, dois dados diferentes sobre custos, o que tende a reduzir ainda mais a disponibilidade dos dados e, portanto, a representatividade dos resultados.

Com efeito, a medição da “eficiência” exige calcular a relação entre o custo executado e o orçamentado, em qualquer das suas variantes; enquanto que a da “responsabilidade partilhada” requer comparar os mesmos itens de custo para os dois parceiros participantes (o ofertante e o recetor). Assim, e analisados os projetos que contam ao mesmo tempo

Esquema II.5. Projetos com dados disponíveis para o cálculo de indicadores a partir de custos

Número de projetos com dados, em unidades; participação sobre o total, em percentagem

Uso potencial	Indicador	Dados simultaneamente necessários e disponíveis	Projetos com esses dados
EFICIÊNCIA	Média da relação entre o Custo Executado e o Custo Orçamentado para cada projeto	Custo Executado 2013 Custo Orçamentado 2013	Assumidos pelo ofertante: 108 (20,2%)
			Assumidos pelo recetor: 27 (5,0%)
		Custo Executado Total Custo Orçamentado Total	Assumidos pelo ofertante: 19 (3,6%)
			Assumidos pelo recetor: 6 (1,1%)
AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PARTILHADA	Média da relação entre o Custo (Executado ou Orçamentado) por ofertante(s) e o Custo (Executado ou Orçamentado) pelo recetor	Custo Orçamentado 2013 (por ofertante e por recetor)	20 (3,7%)
		Custo Orçamentado Total (por ofertante e por recetor)	38 (7,1%)
		Custo Executado 2013 (por ofertante e por recetor)	20 (3,7%)
		Custo Executado Total (por ofertante e por recetor)	5 (0,9%)

com os dois pares de dados, as estimativas “mais representativas possíveis” obtêm-se quando os indicadores se aplicam: no caso da “eficiência”, sobre os Custos Executados e Orçamentados para 2013 pelo Ofertante (20,2% dos projetos); e no caso da “responsabilidade partilhada”, a partir do Custo Orçamentado Total por ofertante e recetor (apenas 38 projetos com dados, equivalentes a um pouco significativo 7,1% do total).

A seguir, apresentam-se os resultados finalmente obtidos:

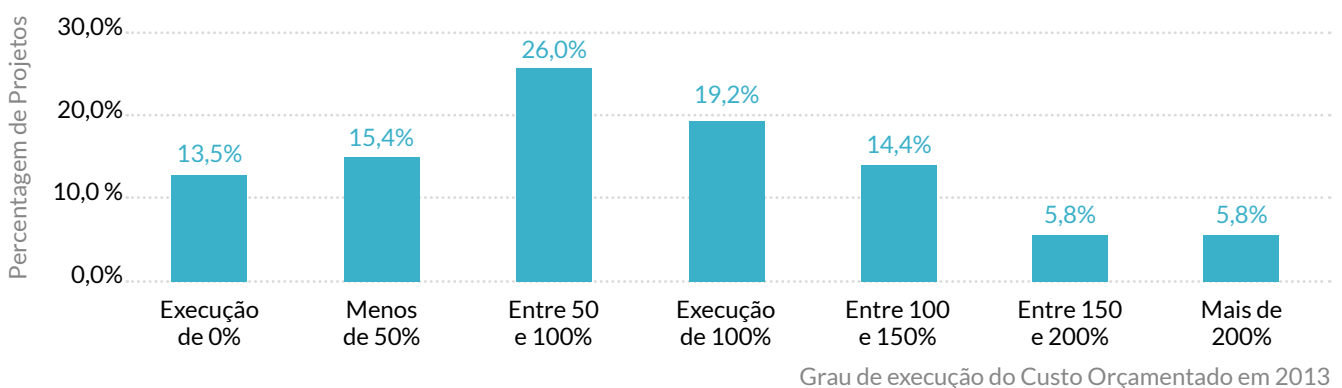
a) O Gráfico II.12 distribui os projetos conforme o grau de execução do Custo Orçamentado pelo Ofertante para o ano de 2013. Tal como sugere a sua observação e tendo como referência uma execução orçamental de 100%, podemos afirmar que um de cada cinco dos projetos analisados (19,2%) executou uma despesa equivalente ao que estava orçamentado; algo mais de metade (54,8%) sub-executou o gasto programado; e para a última quarta parte dos projetos (26,0%), os que desempenharam o papel de ofertante executaram um gasto acima do planificado. Igualmente, e entre os projetos para os quais não se cumpriu o orçamentado, devemos destacar que, em metade dos casos nos quais o orçamento foi sub-executado, gastou-se entre 50 e 100% do orçamentado e que, quando o compromisso

financeiro se incumpriu por excesso, as ocasiões nas quais que o gasto se desviou do orçamentado em percentagens superiores a 50% ou a 100%, foram minoritárias (em torno de um de cada 10 projetos).

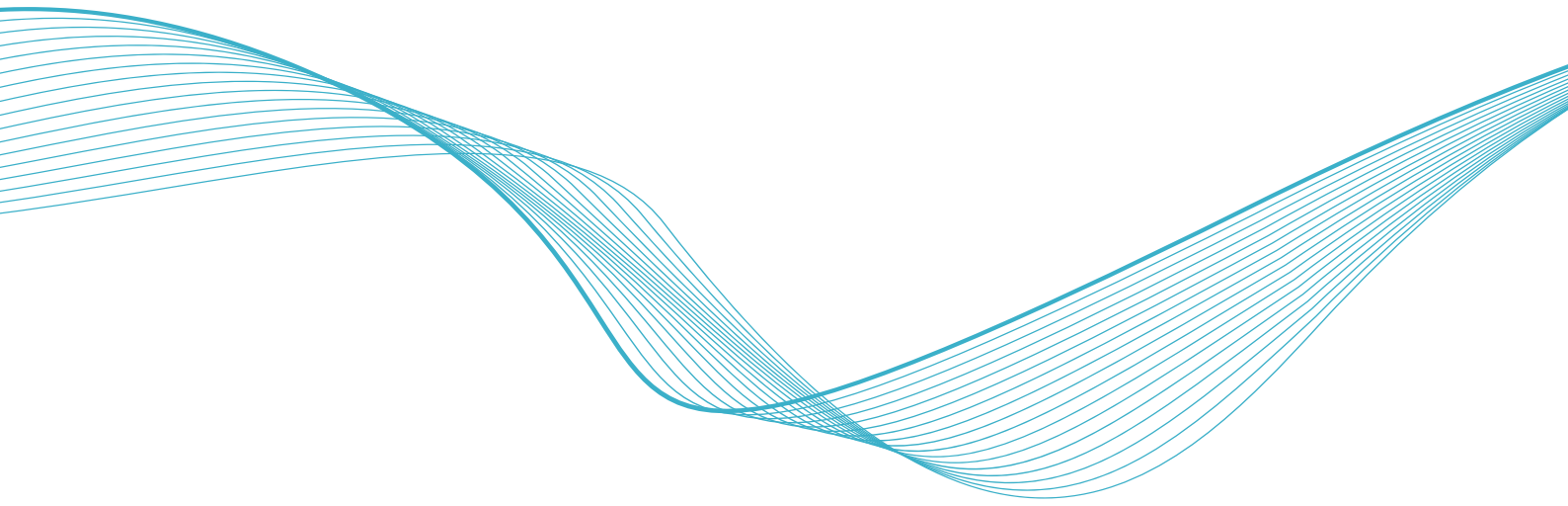
b) Por sua vez, o Gráfico A.II.3 distribui os 38 projetos para os quais dispomos da percentagem do Custo Orçamentado Total assumido pelo ofertante e pelo recetor. Os 38 projetos foram ordenados no eixo horizontal atribuindo a cada um uma barra de valores equivalente a 100% e obtida após de se agregarem as participações relativas (diferenciadas por cor) de cada um dos parceiros sobre esse custo total. A parte inferior da barra refere-se à percentagem que corresponde a quem exerceu como ofertante e a superior, ao recetor. Além disso, ordenando os projetos de forma decrescente na horizontal, conforme a maior ou menor participação relativa do ofertante sobre o Custo Orçamentado Total, e fixando uma linha de divisão do Gráfico nos 50%, observamos como os projetos nos quais o país ofertante tendeu a assumir uma parte do custo relativamente superior à que correspondeu ao recetor, foram maioritários. Os cálculos realizados sobre esta amostra ratificam-no, pois segundo esta, aqueles que desempenharam o papel de ofertantes, tenderam a assumir 58,9% do Custo Orçamentado Total do projeto, enquanto que os recetores assumiram 41,1%.

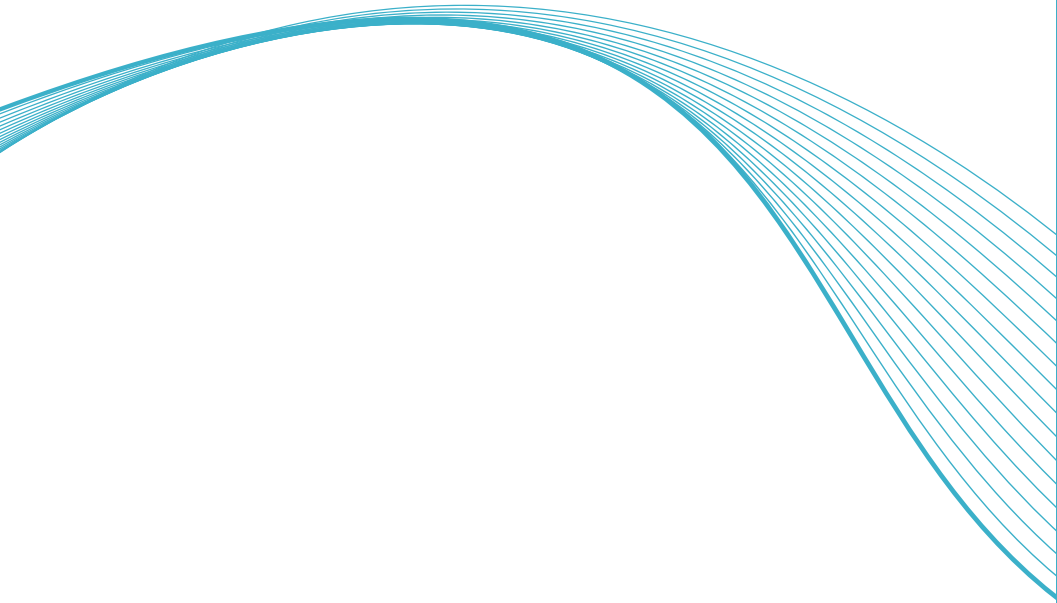
Gráfico II.12. Distribuição dos projetos, conforme o grau de execução do custo orçamentado pelo ofertante para o ano de 2013

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





Anexos

Capítulo II

Anexo II.1.

Outras formas de medir a participação: Índices Compostos e análise de *clusters*

Desde as primeiras edições, um dos objetivos deste Relatório centrou-se em tentar saber, para cada um dos anos analisados, “quão intensa” foi a participação dos países ibero-americanos na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Nessa base, a fórmula habitual consistiu em medir “quanto representava” cada país, quer no exercício do papel de ofertante quer no de recetor, sobre o total dos projetos e ações regionais registados durante o exercício em questão. No entanto, esta fórmula, embora obviamente válida, não permite estabelecer uma “classificação única” dos resultados, mas obriga a estabelecer duas classificações, uma por cada papel e, em consequência, a aplicar à análise uma lógica dual que divide os países entre ofertantes e recetores.

Mas havia, sem dúvida, outras opções na hora de medir a participação dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. A modo de ilustração e analogamente ao que acontece no comércio internacional, o que se poderia ter em conta “é o volume total do intercâmbio” realizado, usando para isso o número total dos projetos e das ações nos quais cada país participou nesse ano, independentemente de que essa participação esteja associada a um papel ou a outro. Também poderia ser relevante a medição do número de países com os quais se troca a cooperação, assim como a quantidade de recursos mobilizados (humanos ou financeiros) para a tornar possível.

Por outro lado, teria de ser levado em conta que as possibilidades de “participação” pudessem ser influenciadas pelo tamanho do país. Neste sentido, o “esforço relativo” que um país tem de fazer para oferecer um maior ou menor volume de projetos e ações varia em função da dimensão populacional, territorial ou Económica. Alguns dados corroboram esta ideia, pois a realidade da América Latina é muito heterogénea: assim, em 2012, os censos do Brasil e do México (199 e 119 milhões de habitantes) contrastavam com os da Costa Rica e do Panamá (4,8 e 3,8 milhões de habitantes), enquanto que o Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina (477.028 milhões de dólares) multiplicava entre 25 e 50 vezes o das Honduras e da Nicarágua (18.564 e 10.507 milhões de dólares, em cada caso) (CEPAL, 2013).

Assim, uma melhor identificação do grau em que um país participa na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, exigiria começar a combinar múltiplas variáveis assim como ponderá-las de acordo com a dimensão relativa do país. Assumir esta possibilidade coloca o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América face a um novo desafio: o de produzir Índices ou Indicadores de carácter Composto. Dito de outra forma, e segundo Schuschny e Soto (2009; p.13), tratar-se-ia de construir uma ferramenta que *“traduza” o complexo para algo mais simples, através da conceção de “uma representação simplificada que (...) resuma um conceito multidimensional num índice simples ou unidimensional (...)*”.

Um dos exemplos mais reconhecíveis destes Indicadores Compostos seria o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Neste sentido, agregando e ponderando dados relativos à saúde, educação e receitas, o IDH consegue associar a cada país um número (entre 0 e 1) que por um lado, dá ideia de algo tão multidimensional como o grau de desenvolvimento de um país; e, por outro, permite o sempre necessário exercício de comparação entre países, mas também de um país relativamente a si próprio ao longo do tempo.

Os Índices Compostos são pois de extrema utilidade para interpretar uma realidade e para a relacionar com outra a partir de um exercício de comparação. Mas o seu processo de construção não é simples, pois qualquer erro no transcurso desse processo pode induzir a interpretações confusas ou simplificadas e inclusivamente a conclusões erróneas. Neste sentido, a construção de um Índice Composto segue passos bem definidos e exige:

- a)** Um apoio conceptual (uma definição clara dos objetivos que se querem alcançar e do contexto em que se verificam).
- b)** Um apoio técnico (um conjunto de ferramentas metodológicas que permitam a sua construção).

c) Informação e/ou dados fiáveis e de qualidade (Schuschny e Soto, 2009).

Assim, e sem entrar em todos os pormenores, o processo de construção de um Índice Composto inicia-se com um Desenvolvimento conceptual, continua com a Seleção dos indicadores simples que o poderiam integrar e, após várias fases intermédias de carácter mais técnico, termina com um exercício de Ponderação da informação, de Agregação de dados e com uma Análise final de robustez e sensibilidade que confirma que o Indicador é válido para os propósitos que se perseguem.

Voltando à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, o Relatório ainda não está em condições de produzir um Índice Composto que permita avaliar de forma mais completa a participação dos países nesta modalidade. Mas algumas das técnicas estatísticas usadas no processo de construção deste tipo de Índices, servem para começar a ilustrar o potencial que teriam e para realizar uma primeira aproximação a outras formas de medir a participação. Em concreto, pode-se recorrer a uma das técnicas estatísticas que se usam na terceira fase do processo, dedicada à “*análise multi-variada descritiva*”: ou denominada análise de conglomerados ou de clusters.

A análise de clusters usa-se para estudar as relações que existem entre diferentes unidades de análise (como é o caso, por exemplo, dos países) (Schuschny e Soto, 2009). Tal como menciona Natali, PM (s/f; p.1) esta técnica permite “*situar os dados em grupos homogéneos,*

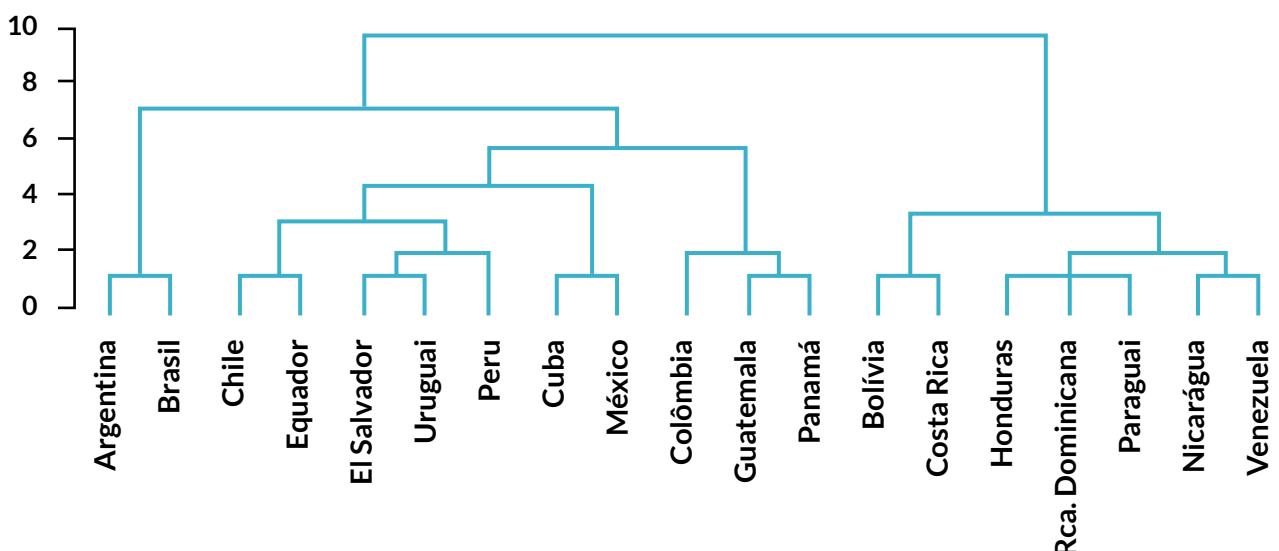
de forma a que os indivíduos que podem ser considerados semelhantes (ou que apresentem comportamentos semelhantes) sejam adjudicados a um mesmo conglomerado”. Aplicada, por exemplo, à participação dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, esta técnica deve permitir “identificar e reconhecer” grupos de países com comportamentos semelhantes entre si, mas diferentes aos de outros grupos.

A seguir apresenta-se a análise de *clusters* realizada para se saber um pouco mais sobre a forma como os países ibero-americanos participaram na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2013. Para essa análise associou-se a cada país a informação relacionada com quatro variáveis:

- a)** Quantidade de projetos que o país intercambiou em 2013, tanto no papel de ofertante como no de recetor (nptot).
- b)** Quantidade de ações que o país intercambiou em 2013, tanto no papel de ofertante como no de recetor (natot).
- c)** Quantidade de países com os quais intercambiou projetos em 2013, quer como ofertante quer como recetor (nppaises).
- d)** Quantidade de países com os quais intercambiou ações em 2013, quer como ofertante quer como recetor (napaises).

Realizando o que se denomina um clustering hierárquico agregativo, os países organizaram-se como segue:

Conglomerados de países conforme a participação na CHSS Bilateral de 2013

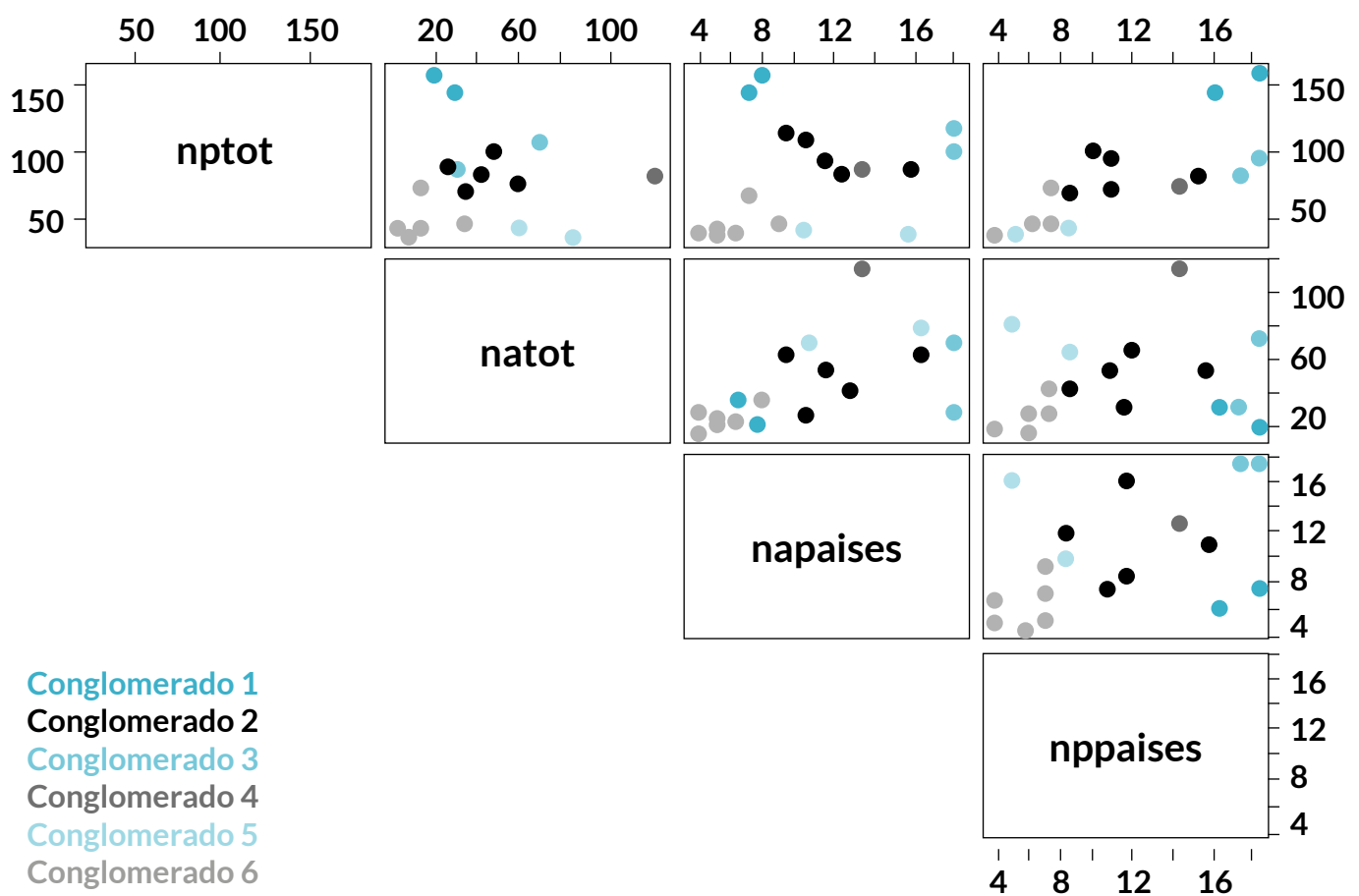


A figura anterior é um dendrograma ou “árvore hierárquica” e mostra os países organizados por conglomerados. Tal como mencionam Marín, JJ (2009) e Schuschny e Soto (2009), cada conglomerado agrupa países que por algum motivo são homogêneos entre si, ao mesmo tempo que distingue um conglomerado de outro ao terem características ou padrões de comportamento diferentes. Devemos mencionar que o dendrograma distribui os países por grupos mas não oferece informação sobre o que uniu ou separou os países. Nesses termos, o que este dendrograma explica é que, na CHSS Bilateral de 2013, os países ibero-americanos responderam a seis padrões de participação, o que deu lugar ao seu agrupamento em torno dos correspondentes seis conglomerados:

- a) Conglomerado 1: Argentina e Brasil.
- b) Conglomerado 2: Chile, Equador, El Salvador, Uruguai e Peru.
- c) Conglomerado 3: Cuba e México.
- d) Conglomerado 4: Colômbia.
- e) Conglomerado 5: Guatemala e Panamá.
- f) Conglomerado 6: Bolívia, Costa Rica, Honduras, R. Dominicana, Paraguai, Nicarágua e Venezuela.

Para interpretar por que é que uns países pertencem a um conglomerado e outros a outro, devemos ir mais além e usar gráficos como o que se a seguir se apresenta, que possam situar os países de acordo com as quatro variáveis que os definem.

Distribuição dos países ibero-americanos a partir das quatro variáveis que definem a sua participação na CHSS Bilateral de 2013



Não obstante e para uma correta leitura, devemos ter em atenção o seguinte:

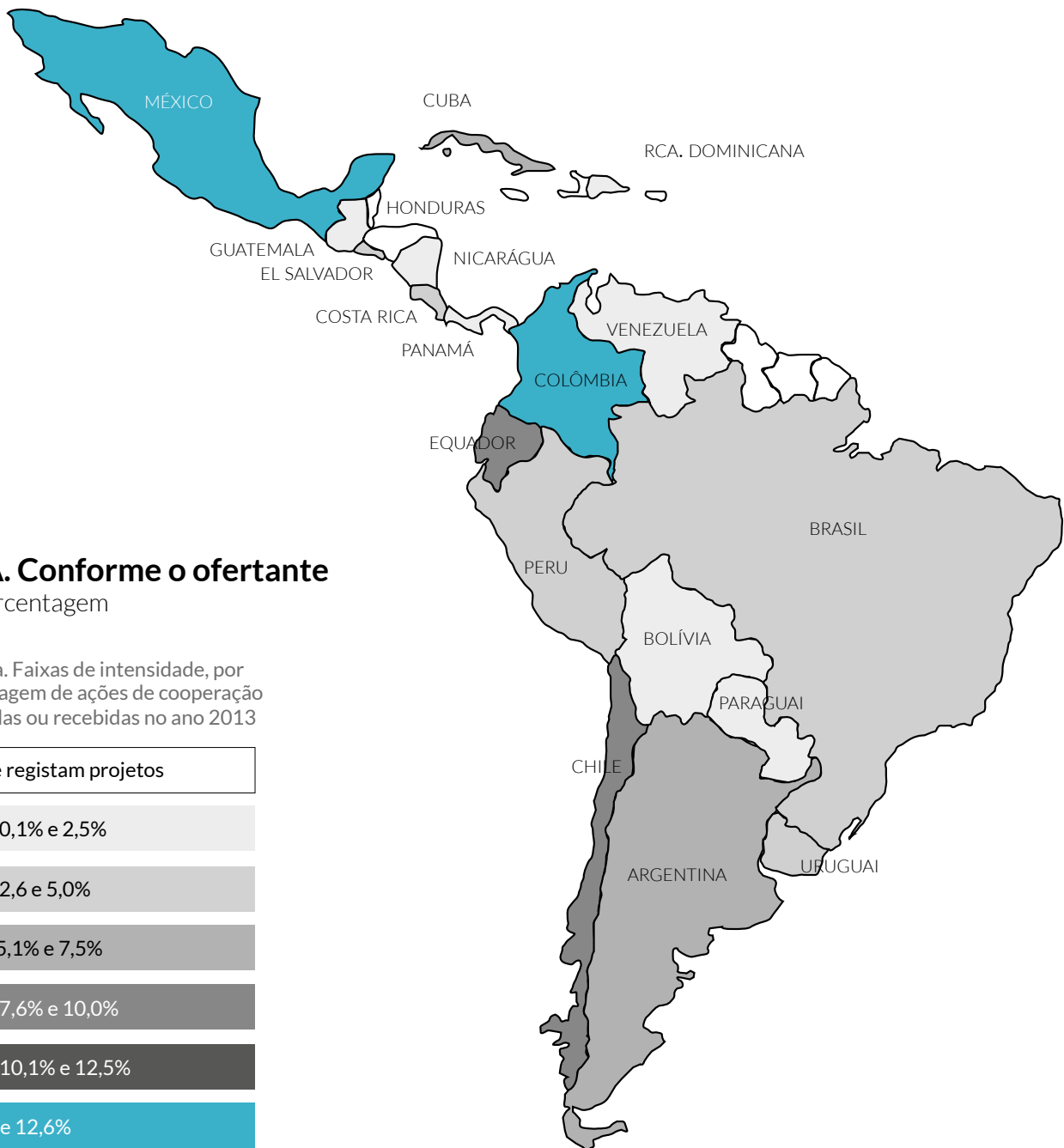
- a)** Cada quadrante combina um eixo de horizontal e um vertical que por sua vez correspondem a alguma das quatro variáveis antes descritas e designadas por nptot e natot (para o número total de projetos e ações, respetivamente, trocados pelo país) e por napaises e nppaises (para o número de países com os que trocaram ações e projetos, também de forma respetiva).
- b)** Conforme os dados de que dispomos, as escalas de cada variável (e portanto de cada eixo) situam-se entre os seguintes valores: de 0 a 18 (napaises e nppaises), de 0 a mais de 120 (natot) e de 0 a 170 (nptot).
- c)** Assim, por exemplo, o quadrante mais a nordeste situa os países conforme o número de países nos quais há projetos (eixo horizontal) e o número total de projetos trocados (eixo vertical); o mais a noroeste, conforme o número de ações totais intercambiadas (horizontal) e o número total de projetos (vertical); e o situado mais a sudeste, pelo número de países com os que toca projetos (horizontal) e ações (vertical).
- d)** A cada conglomerado foi também atribuída uma cor: **Conglomerado 1**, **Conglomerado 2**, **Conglomerado 3**, **Conglomerado 4**, **Conglomerado 5**, **Conglomerado 6**.

Da leitura do gráfico depreendem-se agora os seguintes padrões de comportamento

- a)** A Argentina e o Brasil (**Conglomerado 1**) foram países que intercambiaram muitos projetos (até 170) com um numeroso grupo de países mas que, ao mesmo tempo, trocaram poucas ações com poucos países.
- b)** Por seu lado, o Chile, Equador, El Salvador, Uruguai e Per (**Conglomerado 2**) combinaram um número de projetos e ações médio (não mais de 80) com um número médio-alto de países (entre 8 e 16).
- c)** Entretanto, Cuba e o México (**Conglomerado 3**) combinaram um número de projetos e ações médio mas sempre com um número alto de países (de facto, são os únicos que trocaram cooperação com todos os restantes parceiros).
- d)** A Colômbia teve um comportamento diferente relativamente aos restantes (**Conglomerado 4**), determinado por um número muito alto de ações (124) num número também elevado de países (14).
- e)** A Guatemala y Panamá (**Conglomerado 5**), registaram poucos projetos com poucos países e isso contrastou com o que aconteceu em torno das ações (número médio-alto em bastantes países).
- f)** Finalmente, a Bolívia, Costa Rica, Honduras, R. Dominicana, Paraguai, Nicarágua e Venezuel (**Conglomerado 6**) caracterizaram-se por combinar valores relativamente baixos de todas as variáveis.

Anexo II.2. Tabelas e Gráficos

Mapa A.II.1. Participação dos países nas ações de cooperação, conforme o papel. 2013





II.2.B. Conforme o recetor

Em percentagem

Legenda. Faixas de intensidade, por percentagem de ações de cooperação oferecidas ou recebidas no ano 2013

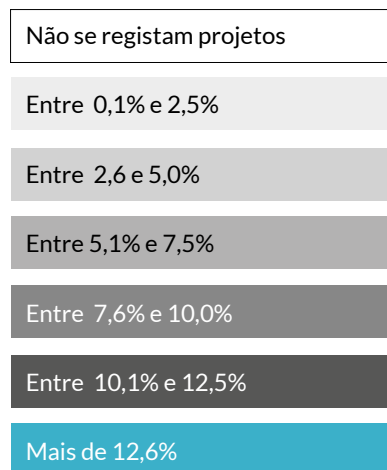


Tabela A.II.1. Comparação dos graus de concentração/dispersão da CHSS Bilateral de 2011, 2012 e 2013, conforme o indicador

Índice de Herfindahl, com quatro casas decimais; número de países, em unidades; participações, em percentagem

Indicadores		Projetos			Ações		
		2011	2012	2013	2011	2012	2013
OFERTANTES	Índice de Herfindahl para a CHSSB oferecida	0,2095	0,1878	0,1819	0,1278	0,2041	0,1271
	Número de ofertantes que concentram 75% da CHSSB	4	4	4	6	5	6
	Percentagem da CHSSB oferecida pelo principal ofertante	35,9%	29,4%	28,8%	20,5%	35,5%	25,4%
	% da CHSSB oferecida pelos dois principais ofertantes	56,3%	50,6%	53,1%	38,8%	59,1%	40,7%
	% da CHSSB oferecida pelos três principais ofertantes	69,5%	69,2%	66,0%	52,4%	67,5%	51,9%
RECETORES	Índice de Herfindahl para a CHSSB recebida	0,0660	0,0694	0,0683	0,0707	0,0678	0,1111
	Número de recetores que concentram 75% da CHSSB	11	11	11	10	11	8
	Percentagem da CHSSB recebida pelo principal recetor	11,1%	13,0%	13,9%	11,8%	11,8%	21,9%
	% da CHSSB recebida pelos dois principais recetores	20,8%	22,3%	22,6%	22,3%	21,7%	38,3%
	% da CHSSB recebida pelos três principais recetores	30,2%	31,4%	30,7%	31,9%	30,5%	49,7%

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.II.2. Indicadores de concentração das relações bilaterais estabelecidas pelos principais ofertantes e recetores na cooperação com os seus parceiros da América Latina. 2013

Projetos, em unidades; participação, em percentagem; Índice de Herfindahl, com quatro casas decimais

A.II.2.A. Concentração nas relações dos principais ofertantes

Total projetos oferecidos	Principais ofertantes	Participação sobre o total dos projetos oferecidos de...			Índice de Herfindahl
		...primeiro recetor	...dois principais recetores	...três principais recetores	
166	Brasil	12,0%	22,9%	31,9%	0,0732
140	Argentina	20,0%	35,7%	45,7%	0,1103
74	México	17,6%	29,7%	40,5%	0,0880
56	Chile	16,1%	30,4%	41,1%	0,0938
48	Uruguai	18,8%	33,3%	45,8%	0,1172
34	Cuba	23,5%	35,3%	44,1%	0,1073
30	Colômbia	23,3%	36,7%	50,0%	0,1267

A.II.2.B. Concentração nas relações dos principais recetores

Total projetos oferecidos	Principais recetores	Participação sobre o total dos projetos oferecidos de...			Índice de Herfindahl
		...primeiro ofertante	...dois principais ofertantes	...três principais ofertantes	
80	El Salvador	27,5%	50,0%	61,3%	0,1669
50	Bolívia	56,0%	72,0%	82,0%	0,3576
47	Equador	23,4%	42,6%	61,7%	0,1598
45	Uruguai	33,3%	53,3%	66,7%	0,1980
41	Peru	48,8%	75,6%	87,8%	0,3314
37	Cuba	37,8%	73,0%	83,8%	0,2856
32	Colômbia	34,4%	59,4%	75,0%	0,2207
32	México	31,3%	56,3%	71,9%	0,2090
25	Argentina	32,0%	56,0%	76,0%	0,2288
25	Costa Rica	52,0%	64,0%	76,0%	0,3184
24	Paraguai	58,3%	75,0%	87,5%	0,3889
24	Honduras	45,8%	66,7%	79,2%	0,2813
21	Nicarágua	42,9%	71,4%	90,5%	0,3107
21	R. Dominicana	61,9%	76,2%	85,7%	0,4195

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.II.3. Classificação dos setores de atividade, a partir de uma variante da utilizada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (novembro de 2004)

Dimensão setorial	Setor de atividade	Código	Descrição	
Social (Infraestruturas e Serviços Sociais)	Educação	(11)	De básica a universitária. Inclui: políticas educativas, investigação, formação de professores, formação profissional, outros	
	Saúde	(12)	Geral e básica. Política de saúde, serviços médicos, atenção de saúde básica, investigação médica, nutrição básica, infraestruturas de saúde, educação sobre saúde, formação de pessoal de saúde, outros	
	População e saúde reprodutiva	(13)	Programas e políticas sobre população, migrações, atenção sobre saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra as DTS, formação específica, outros	
	Abastecimento e saneamento de água	(14)	Política de recursos hídricos, fornecimento e água potável, desenvolvimento de bacias fluviais, formação, outros	
	Outros serviços e políticas sociais	(15)	Serviços e políticas sociais, políticas de habitação, políticas dirigidas a pessoas com deficiência, outros	
Económica	Infraestruturas e Serviços Económicos	Energia	(21)	Geração e fornecimento. Política energética, produção de energia, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroelétricas, energia solar, biocombustíveis, investigação energética, outros
		Transporte e armazenamento	(22)	Política de transportes, transportes por estrada, caminhos-de-ferro, marítimos, fluviais, aéreos, armazenamento, outros
		Comunicações	(23)	Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e das comunicações, outros
		Ciência e tecnologia	(24)	Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia, outros
		Banca e finanças	(25)	Política financeira, instituições monetárias, ensino, serviços financeiros, outros.
		Emprego	(26)	Política de emprego e outros
		Empresas	(27)	Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento de Micro e Pequenas e Médias Empresas, privatizações, fortalecimento dos processos de competência, outros
	Setores Produtivos	Extrativas	(2A)	Exploração e extração de recursos minerais e energéticos. Planificação e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais, outros
		Agricultura	(2B)	Política agrícola, terras aráveis, reforma agrária, soberania alimentar, pecuária, desenvolvimento agrícola alternativo, saúde animal e vegetal, cooperativas agrícolas, outros
		Silvicultura	(2C)	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura, outros
		Pesca	(2D)	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação, outros
		Construção	(2E)	Política de construção
		Indústria	(2F)	Política Industrial, indústrias por setores, outros
		Turismo	(2G)	Política turística
		Comércio	(2H)	Política e regulamentação do comércio externo. Acordos comerciais regionais, negociações comerciais multilaterais, outros
Fortalecimento institucional	Governo	(31)	Políticas e administração pública. Gestão de finanças públicas, descentralização e apoio a níveis de governo diferentes do governo central. Desenvolvimento legal, judicial e segurança pública, participação política, Direitos Humanos, segurança nacional e defesa	
	Sociedade civil	(32)	Apoio e fortalecimento da sociedade civil	
Ambiente	Ambiente	(41)	Proteção do ambiente, políticas ambientais, biodiversidade, investigação ambiental, outros	
	Gestão de catástrofes	(42)	Intervenções operacionais que se realizam nas diferentes etapas de um desastre (Prevenção, Preparação, Mitigação, Ajuda de Emergência, Reabilitação e Reconstrução)	
Outras dimensões	Cultura	(51)	Cultura e lazer, bibliotecas, museus, outros	
	Género	(52)	Programas e projetos relacionados com a mulher e o desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e organizações de mulheres, outros	
	Outros	(53)	Fomento de diferentes modelos de desenvolvimento rural, urbano, alternativo não agrícola, comunal, outros	

Fonte: SEGIB a partir do CAD (novembro de 2004)

A.II.1.2. Dimensão Económica. Infraestruturas e Serviços

Parceiros ofertantes	Parceiros recetores														TOTAL					
	PRM-Baixo				PRM-Alto				PR-Alto				PR-Alto							
	Bolivia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	TOTAL
Bolivia	1								2	1		1								13
El Salvador		3				1														22
Guatemala			1																	3
Honduras				1																3
Nicarágua					1															1
Paraguai						1														1
Argentina	1						2													3
Brasil								2												3
Colômbia									1											1
Costa Rica										1										1
Cuba											1									1
Equador												1								1
México	1												1							7
Panamá														1						2
Peru															1					2
R. Dominicana																1				1
Venezuela																	1			1
Chile																		1		4
Uruguai																			1	9
TOTAL	3	9	1	1	4	4	2	1	5	7	5	7	4	4	4	5	2	2	4	65

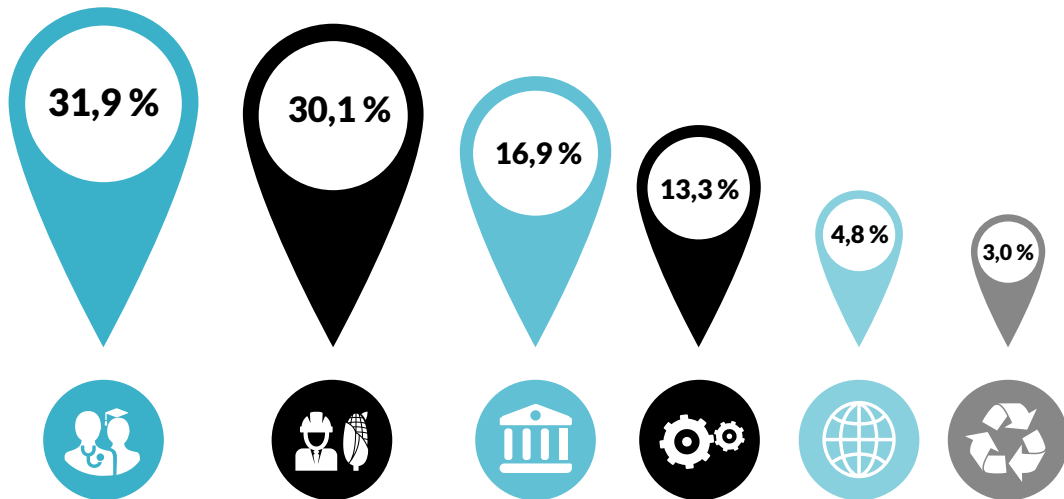
A.II.1.4. Fortalecimento Institucional

Parceiros ofertantes	Parceiros receptores														TOTAL					
	PRM-Baixo				PRM-Alto				PR-Alto											
	Bolivia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicaragua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colombia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	TOTAL
Bolivia	2	5							2			1								13
El Salvador	1	6							1			2								28
Guatemala	1	2	1																	4
Honduras																				
Nicaragua																				
Paraguay																				
Argentina	2	5				2			2			1								13
Brasil	1	6				1			1		3	2							5	28
Colombia	1	2	1																	4
Costa Rica																				
Cuba																				
Equador																			1	3
México																			(1)	9
Panamá																				
Peru																				
R. Dominicana																				
Venezuela																				
Chile	1						1	1	1	1		3	(2)	2					1	13
Uruguai		1				2						1	(1)							5
TOTAL	4	18	3	1	1	5	4	1	4	3	3	8	3	2	3	4	4	2	8	77

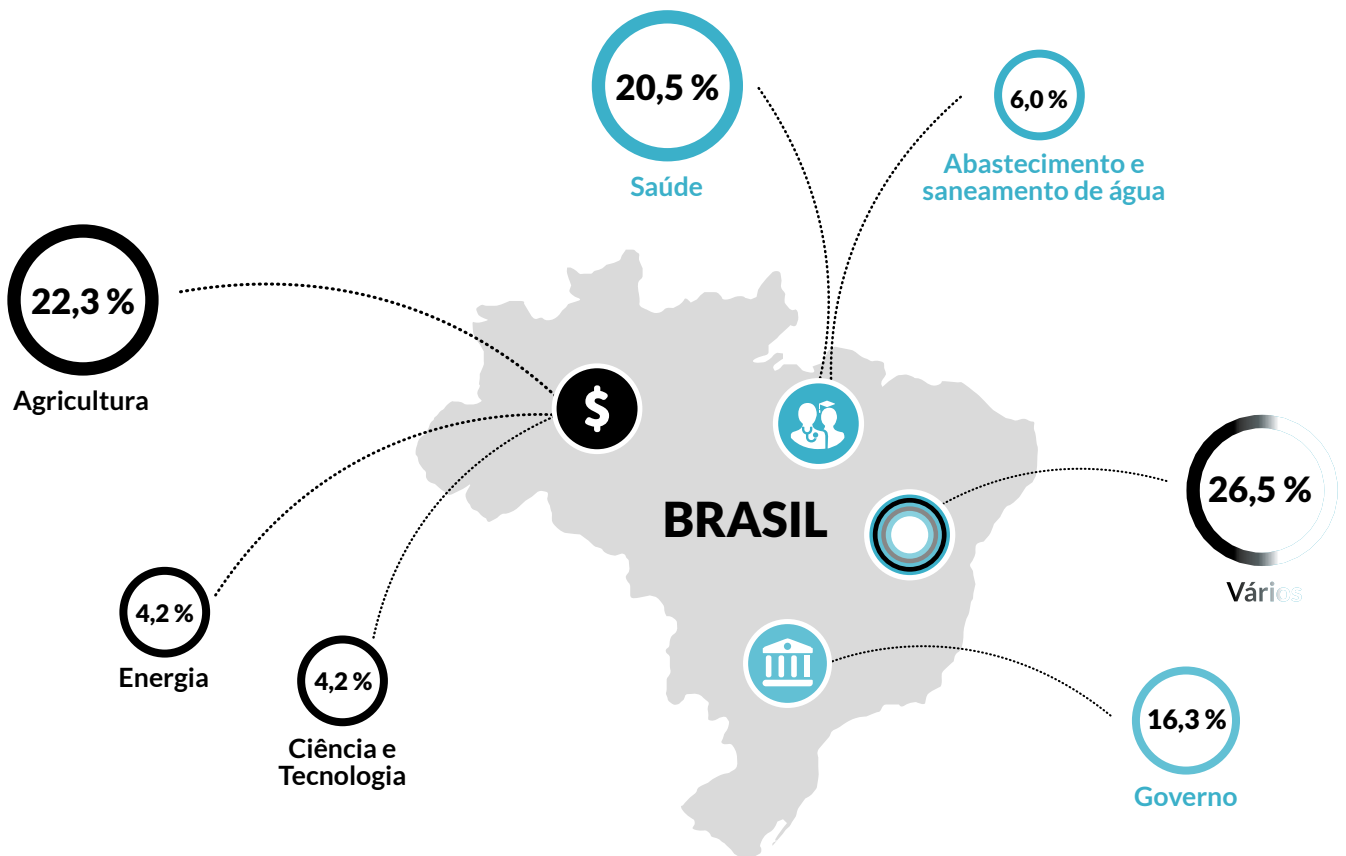
Gráfico A.II.1. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2013

A.II.1.A. Brasil

Dimensão Setorial

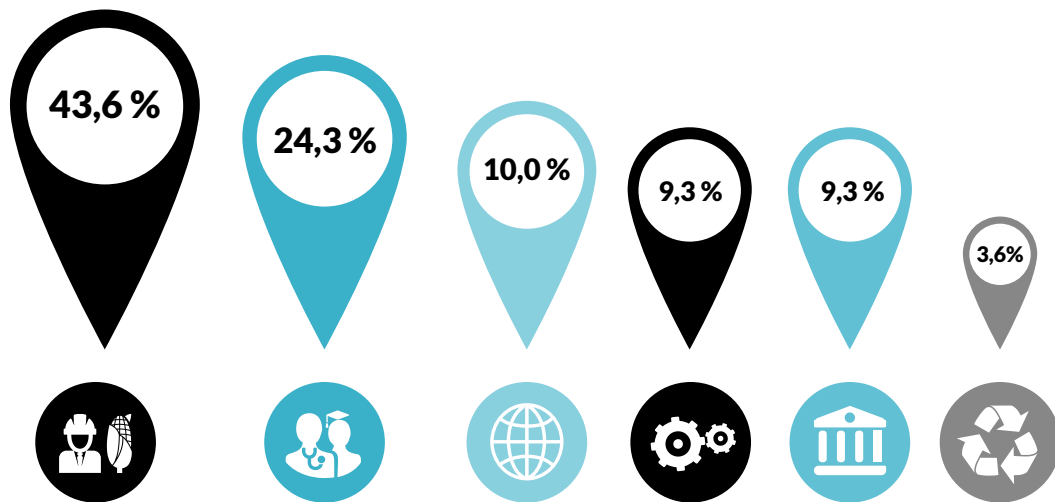


Setor de Atividade

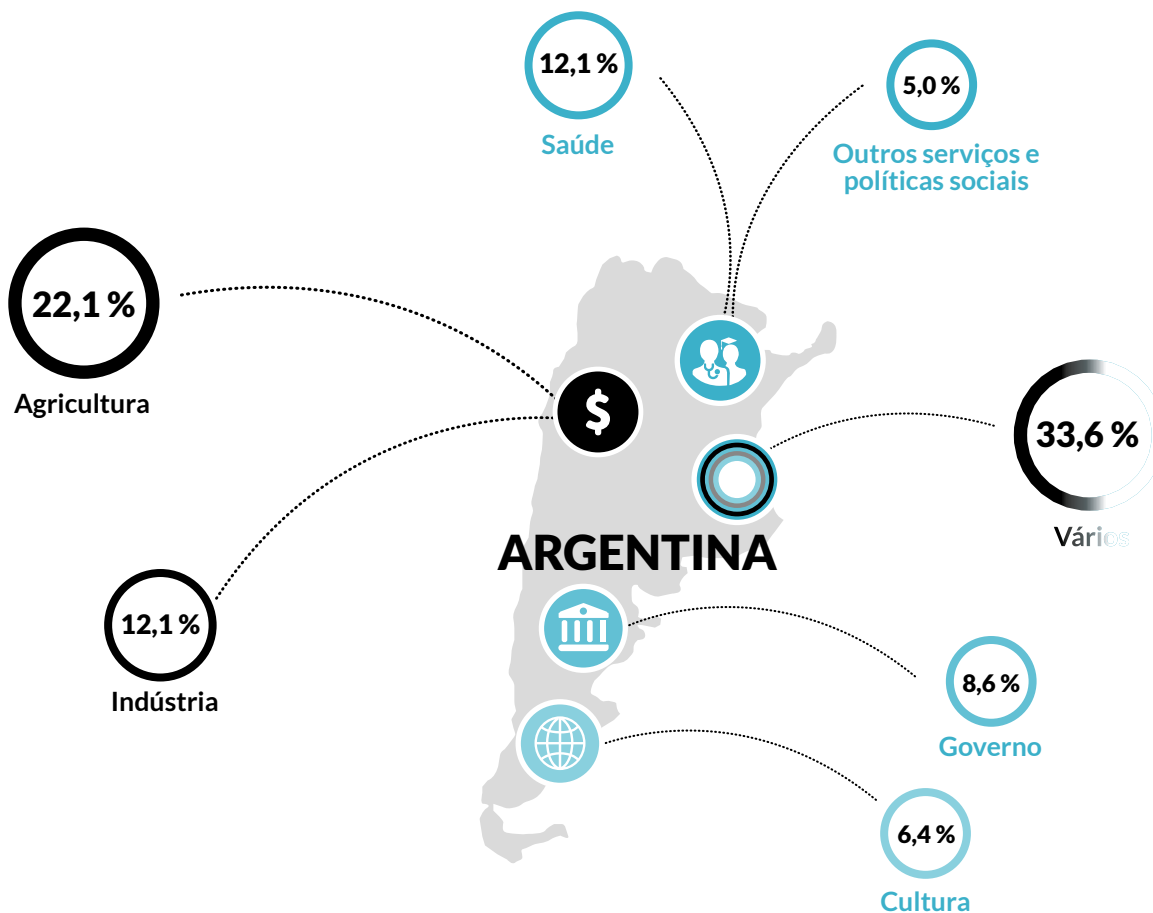


A.II.1.B. Argentina

Dimensão Setorial

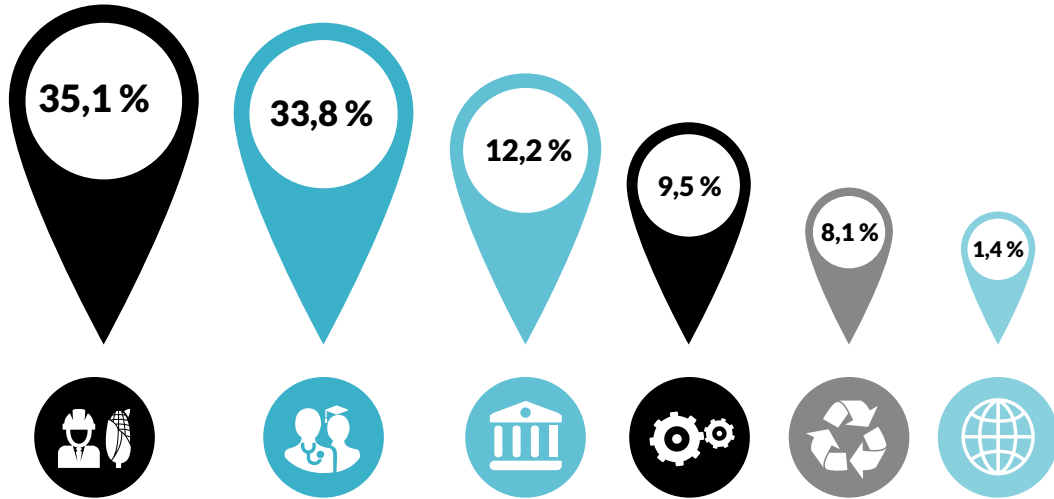


Setor de Atividade

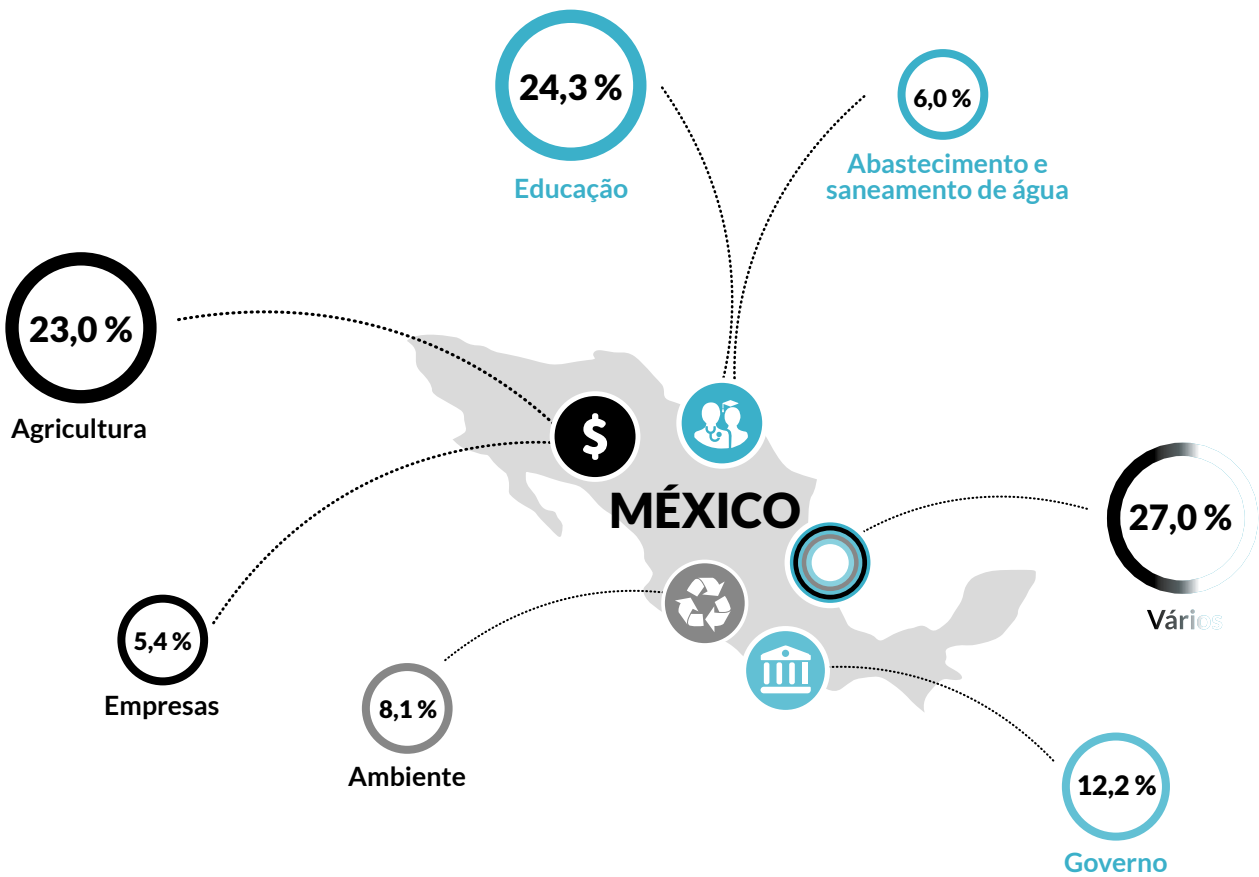


A.II.1.C. México

Dimensão Setorial

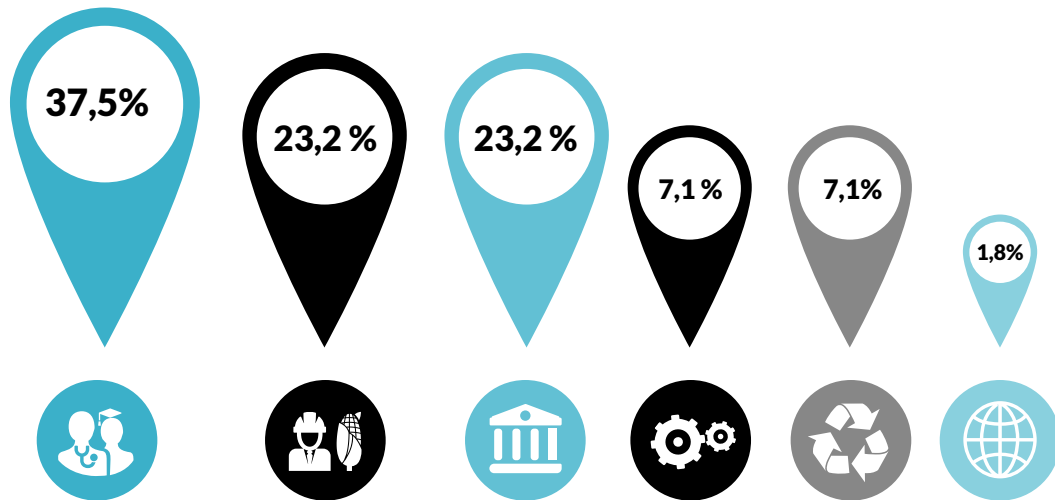


Setor de Atividade

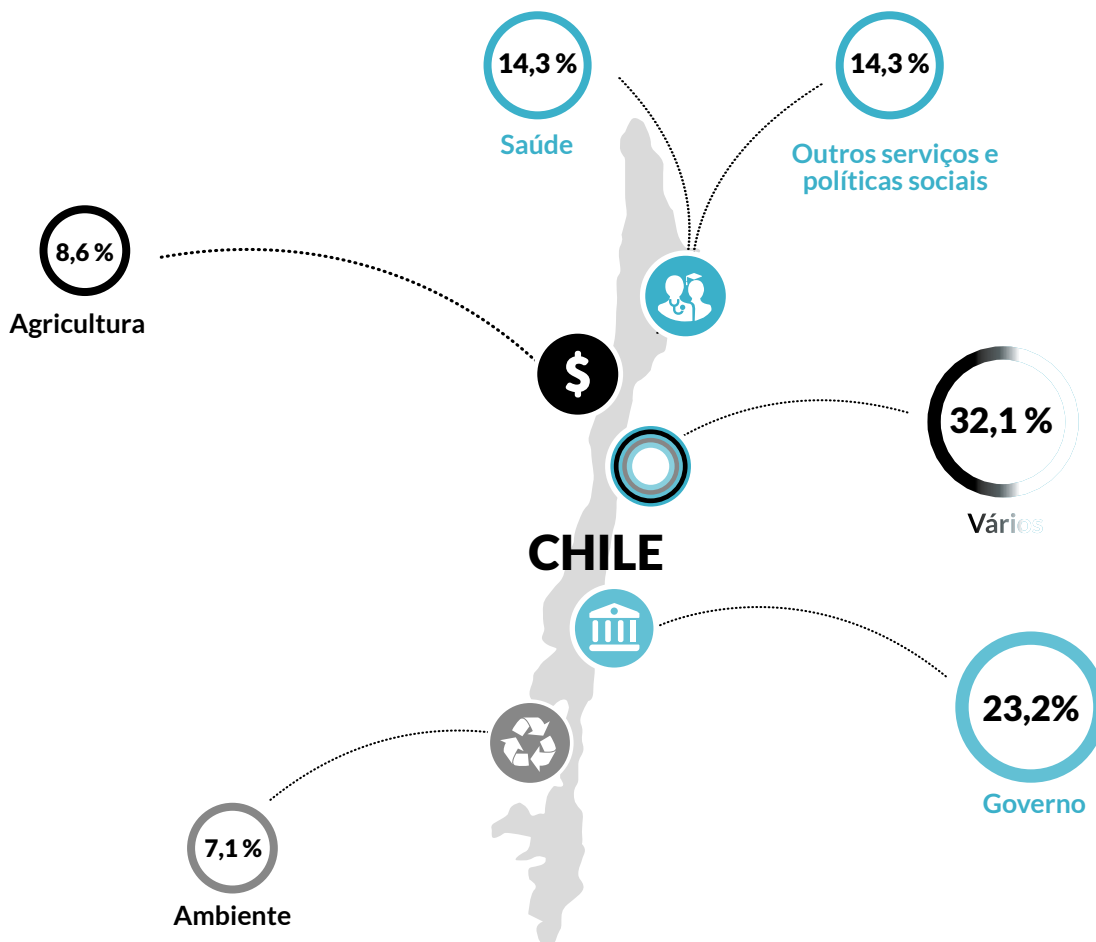


A.II.1.D. Chile

Dimensão Setorial

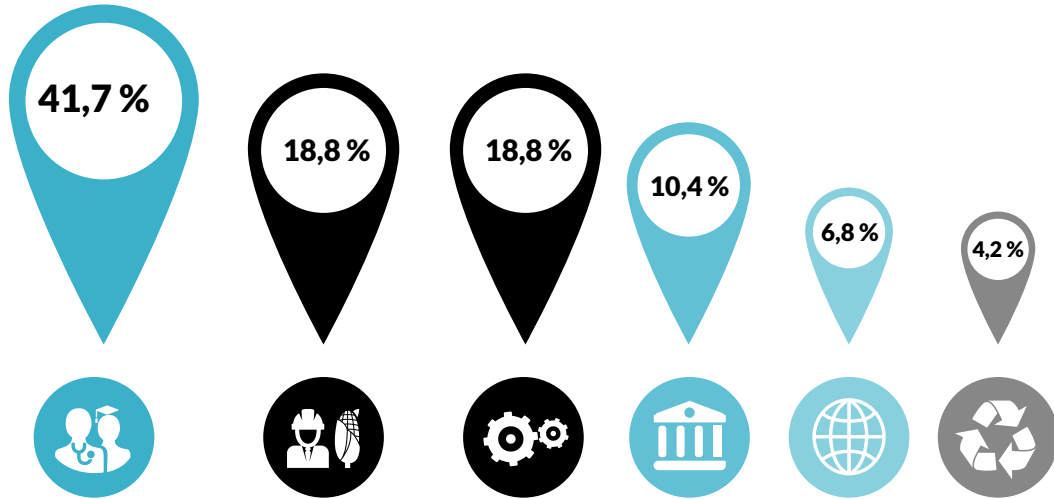


Setor de Atividade

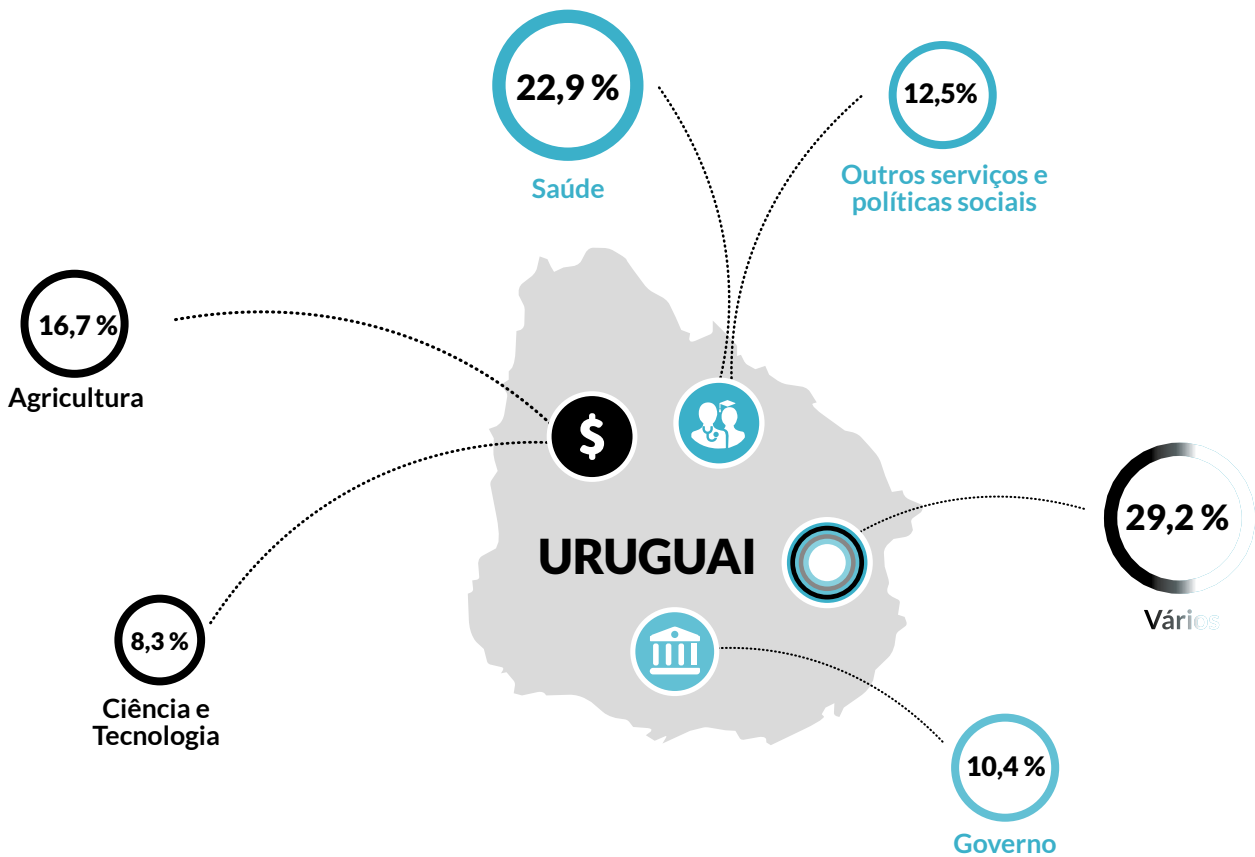


A.II.1.E. Uruguai

Dimensão Setorial

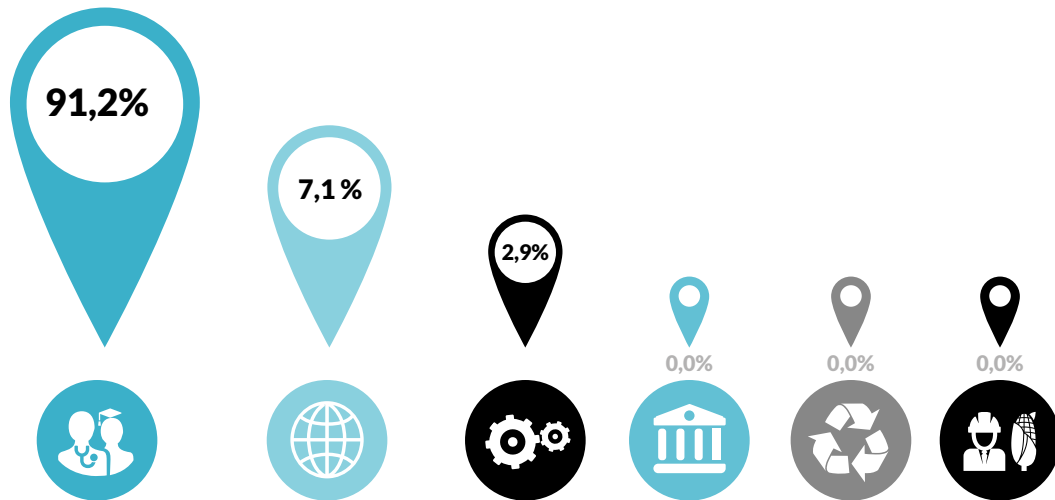


Setor de Atividade



A.II.1.F. Cuba

Dimensão Setorial



Setor de Atividade

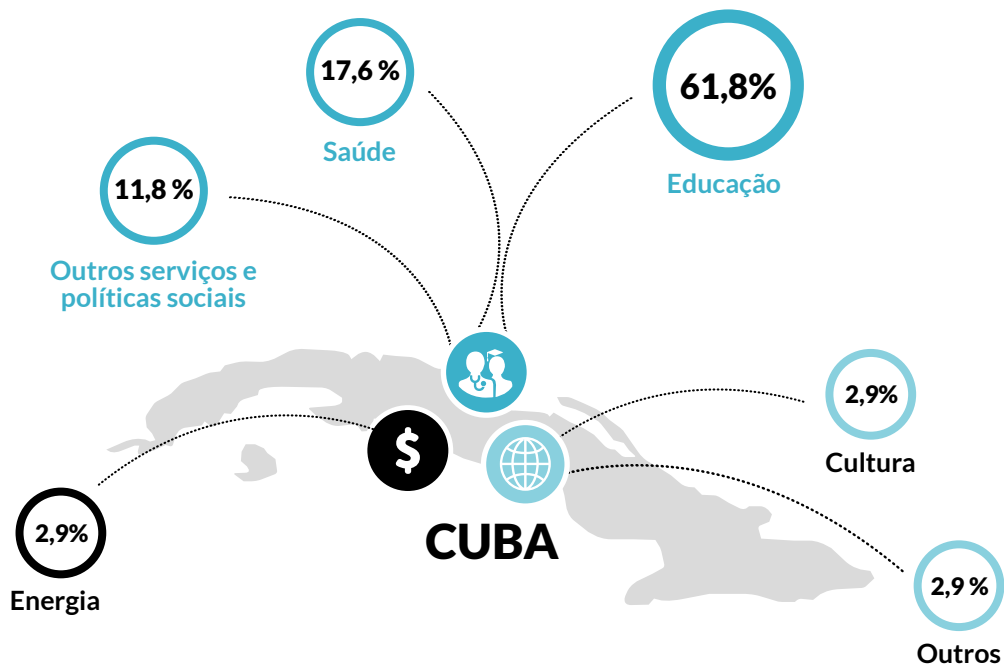
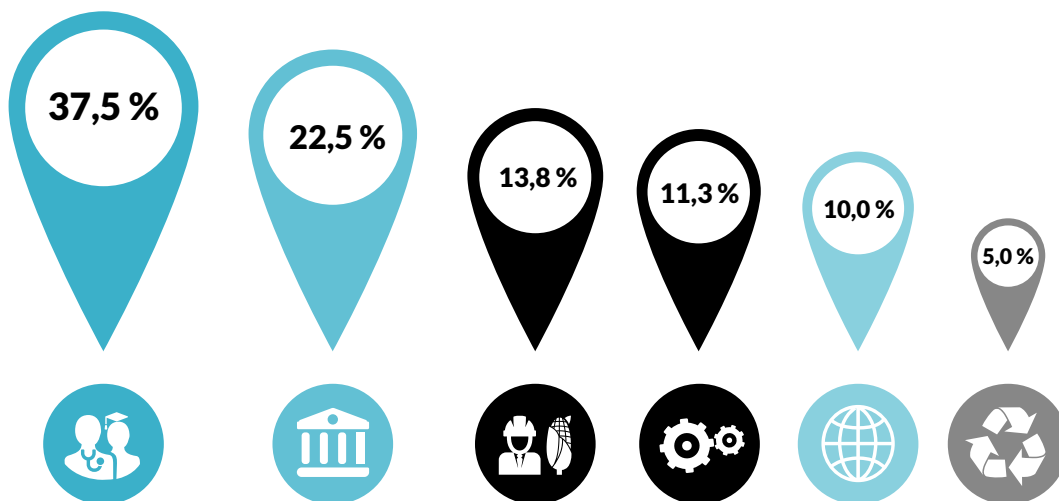


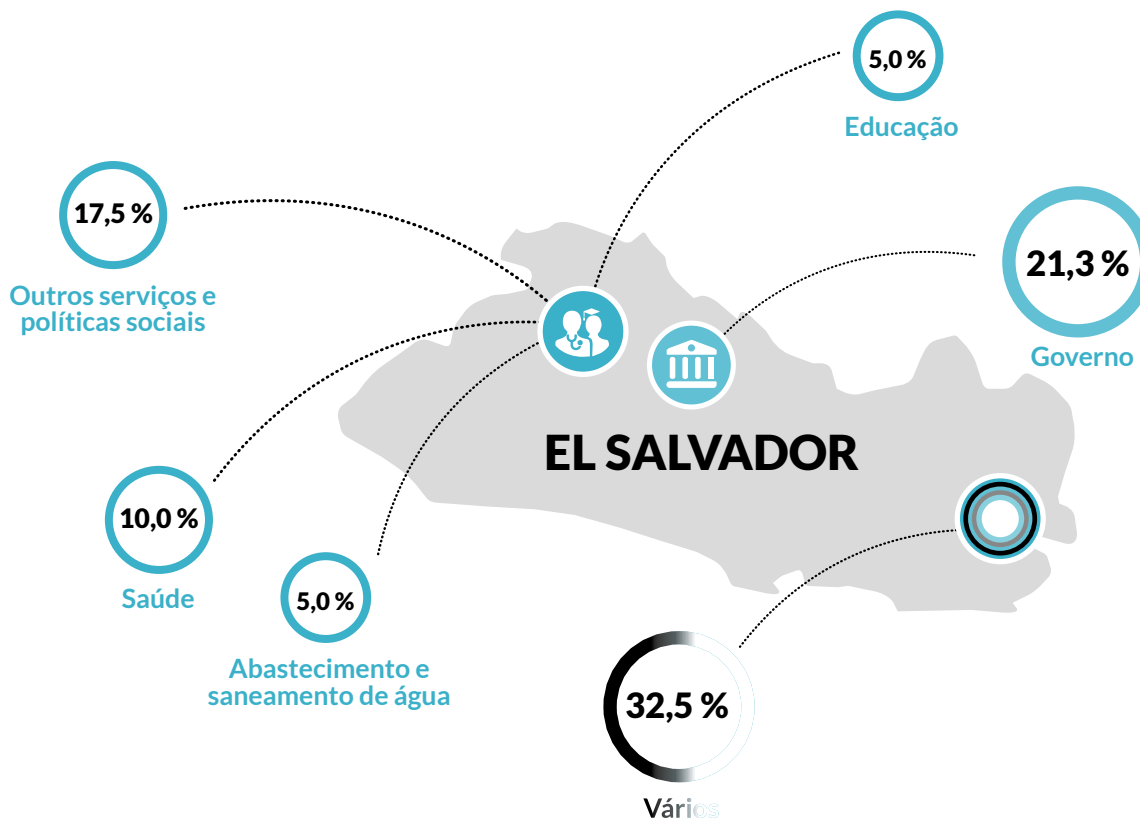
Gráfico A.II.2. Perfil de capacidades dos principais recetores, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2013

A.II.2.A. El Salvador

Dimensão Setorial

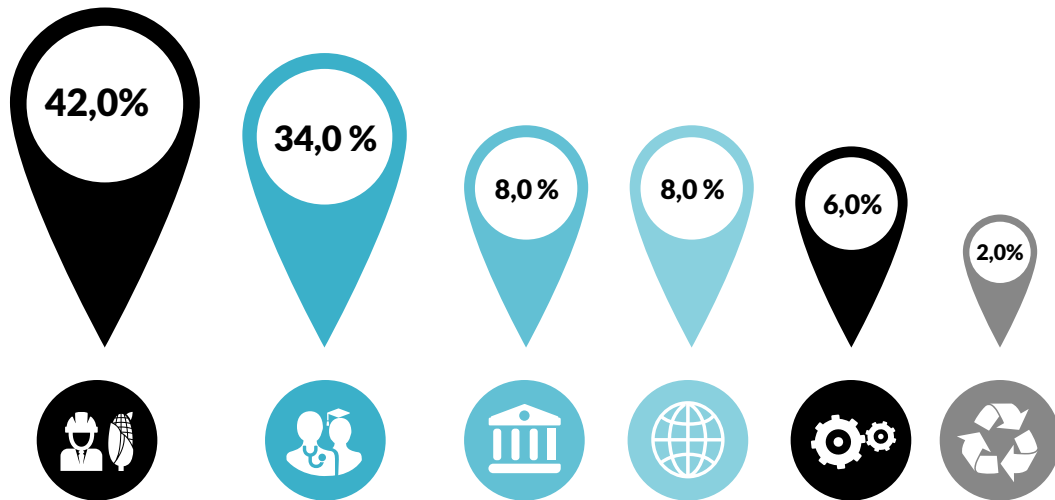


Setor de Atividade

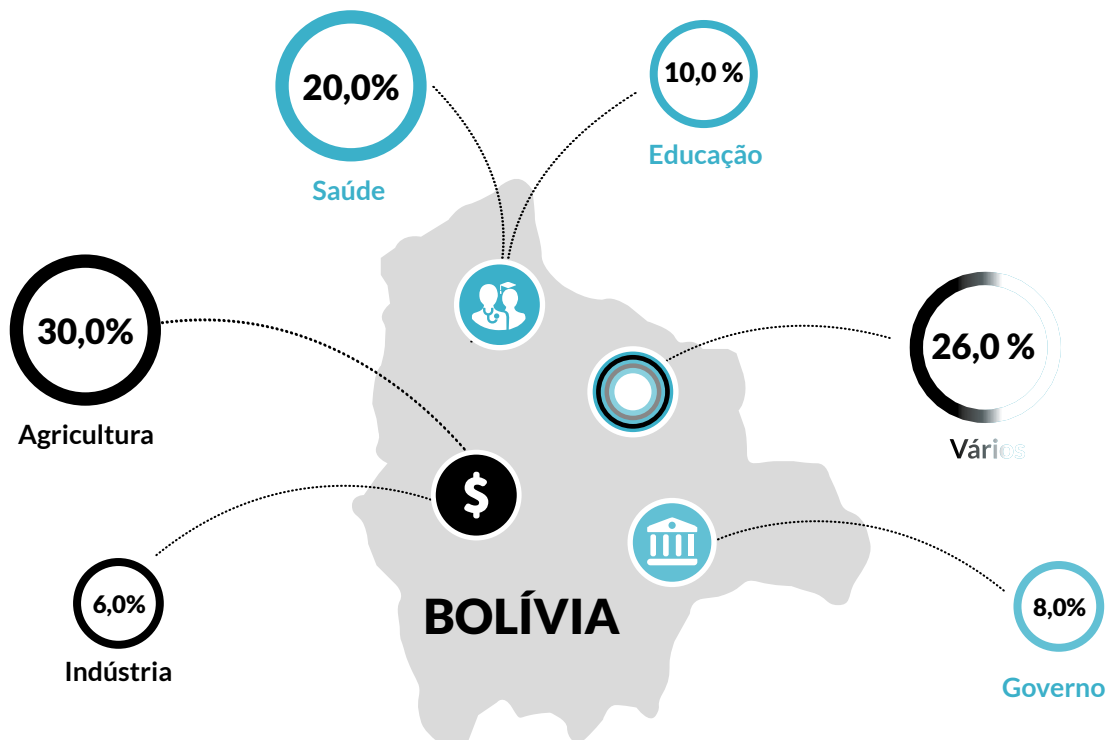


A.II.2.B. Bolívia

Dimensão Setorial

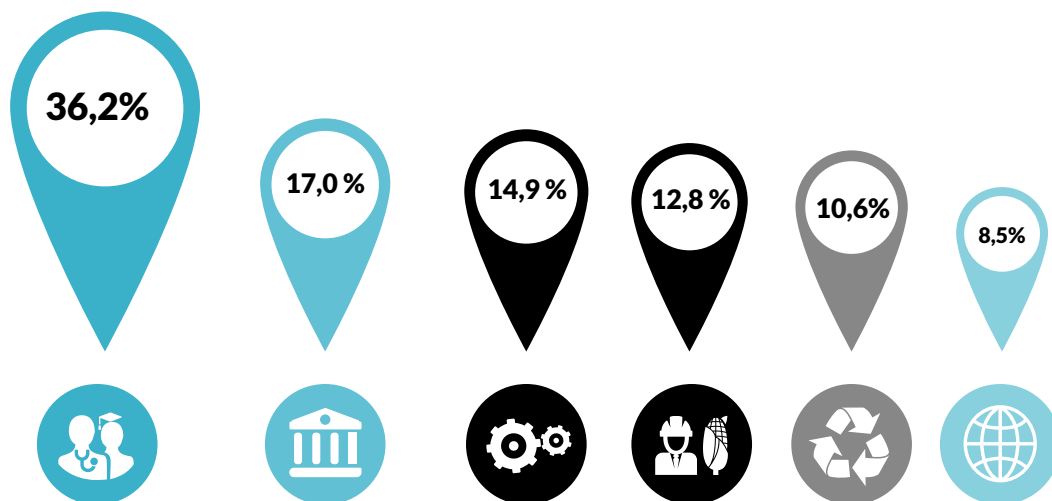


Setor de Atividade

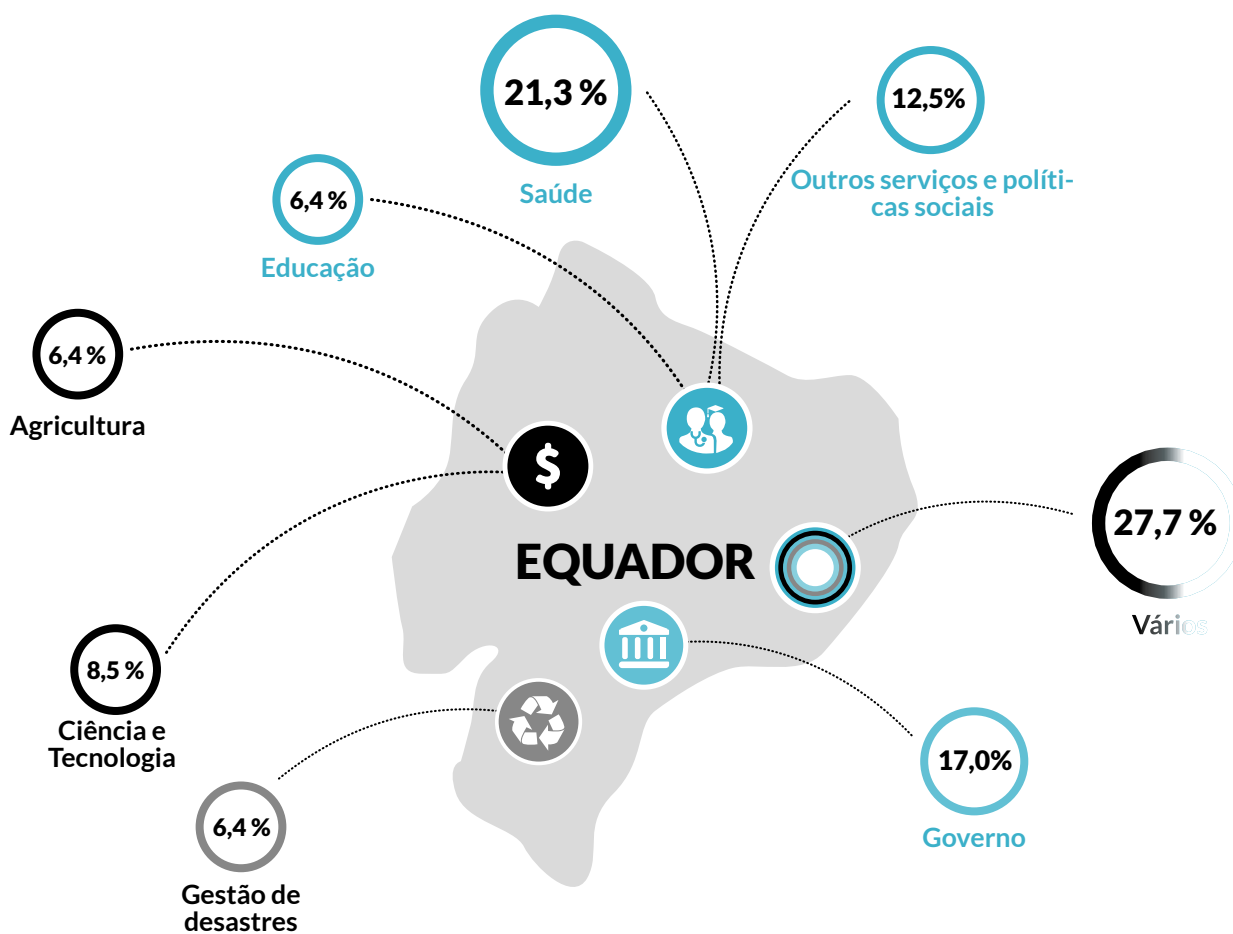


A.II.2.C. Equador

Dimensão Setorial

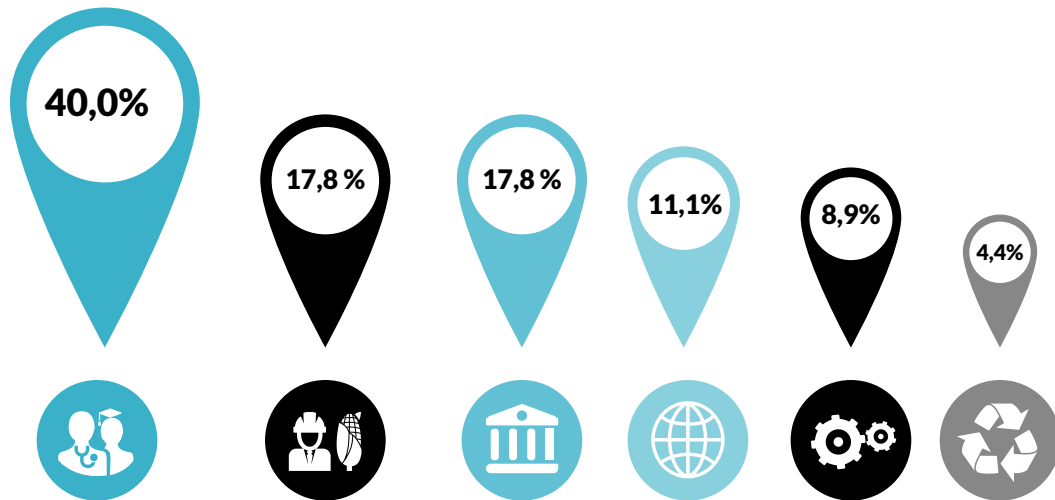


Setor de Atividade

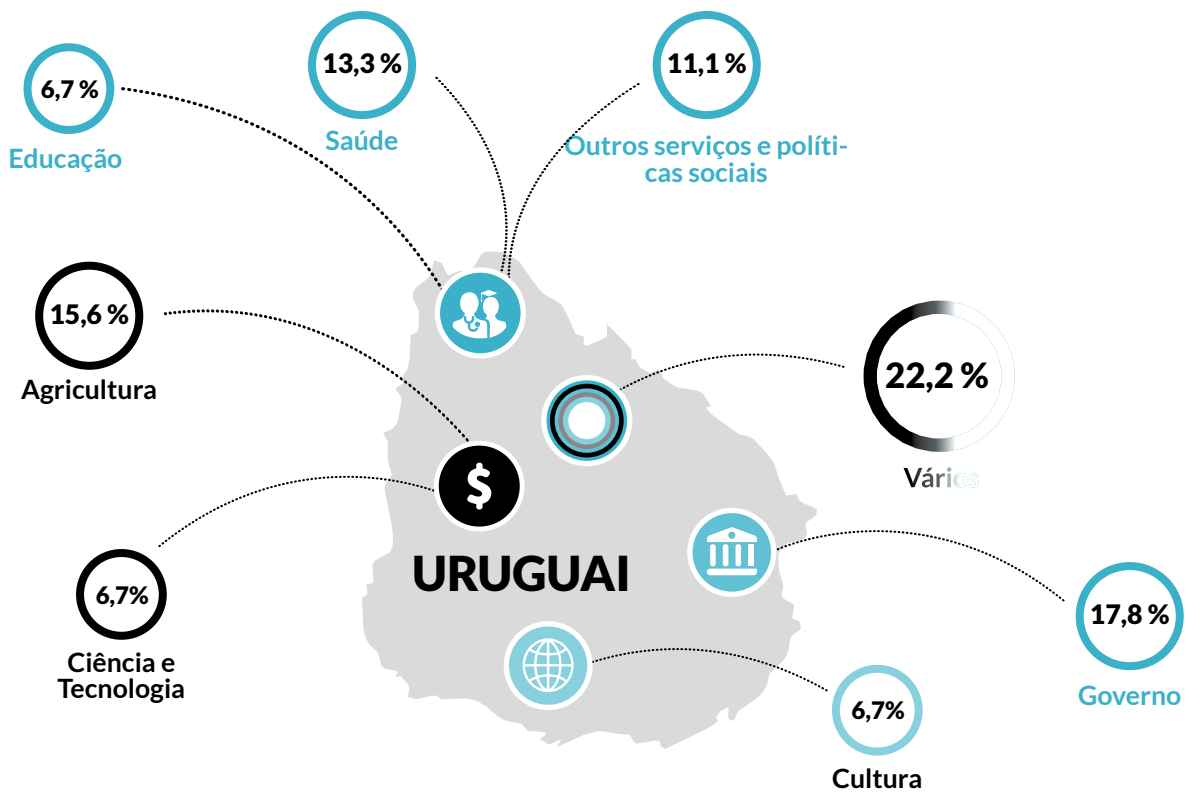


A.II.2.D. Uruguai

Dimensão Setorial

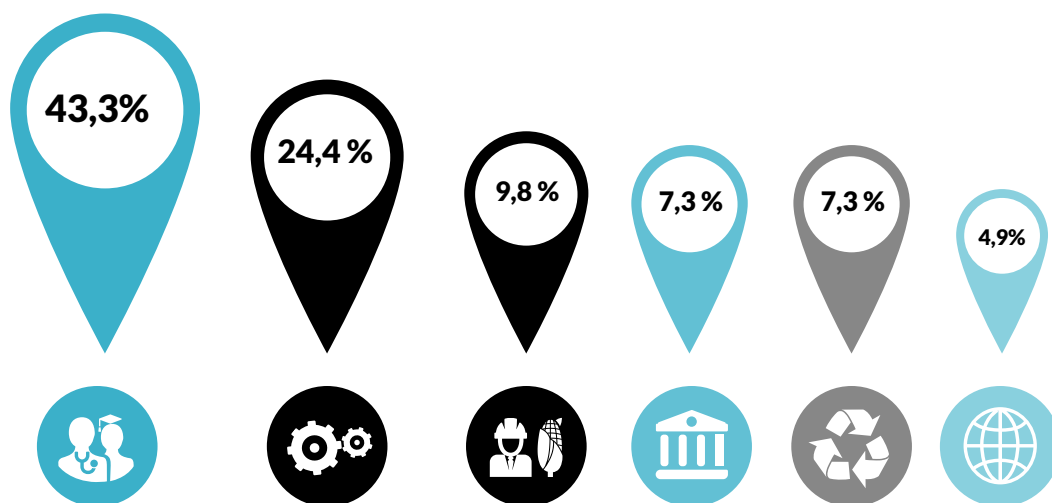


Setor de Atividade



A.II.2.E. Peru

Dimensão Setorial

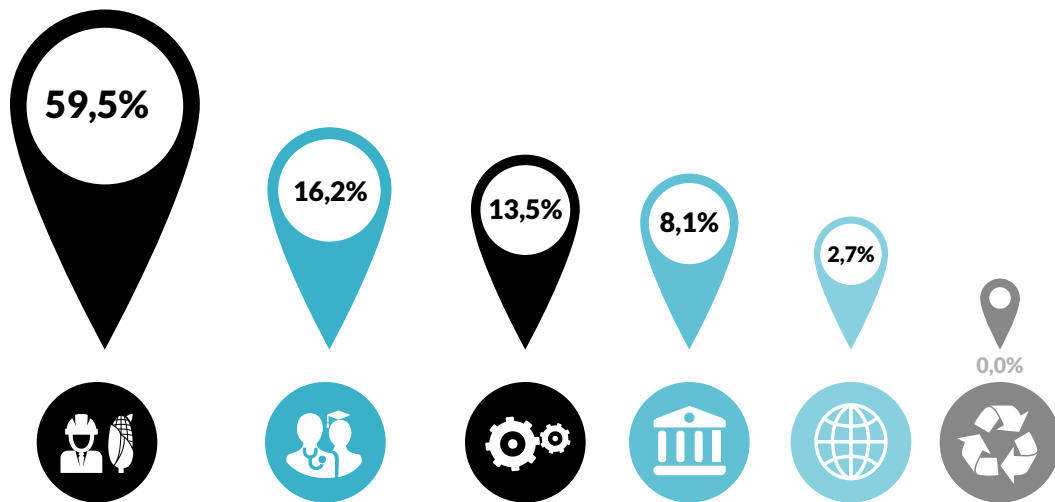


Setor de Atividade



A.II.1.F. Cuba

Dimensão Setorial



Setor de Atividade

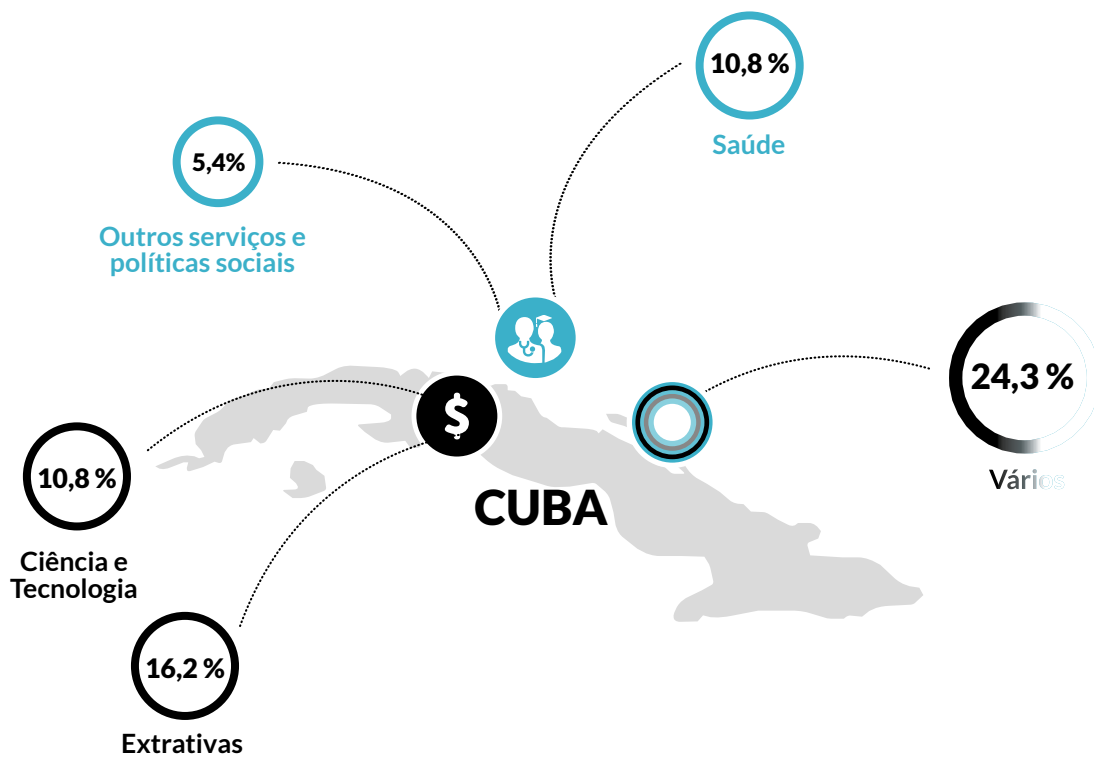


Tabela A.II.4. Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral em execução em 2013, conforme as datas de aprovação, início e finalização

Frequências absolutas, em unidades; relativas, em porcentagem

Anos	Datas de aprovação				Datas de início				Datas de finalização			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada
2002					1	1	0,2%	0,2%				
2003	1	1	0,2%	0,2%	1	2	0,2%	0,4%				
2004	1	2	0,2%	0,5%	1	3	0,2%	0,7%				
2005	0	2	0,0%	0,5%	0	3	0,0%	0,7%				
2006	5	7	1,2%	1,7%	2	5	0,4%	1,1%				
2007	14	21	3,5%	5,2%	2	7	0,4%	1,5%				
2008	13	34	3,2%	8,4%	6	13	1,3%	2,9%				
2009	13	47	3,2%	11,6%	13	26	2,9%	5,7%				
2010	36	83	8,9%	20,5%	43	69	9,5%	15,2%				
2011	135	218	33,3%	53,8%	105	174	23,1%	38,2%				
2012	125	343	30,9%	84,7%	129	303	28,4%	66,6%				
2013	62	405	15,3%	100,0%	152	455	33,4%	100,0%	134	134	38,3%	38,3%
2014									169	303	48,3%	86,6%
2015									45	348	12,9%	99,4%
2016									1	349	0,3%	99,7%
2017									1	350	0,3%	100,0%

Tabela A.II.5. Distribuição dos projetos, conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e início

Frequências absolutas, em unidades; relativas, em porcentagem

Intervalos de dias entre ambas as datas	Projetos conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e de início			
	Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada
Menos de 0...	58	58	14,8%	14,8%
0-59	63	121	16,1%	30,9%
60-119	42	163	10,7%	41,6%
120-179	53	216	13,5%	55,1%
180-239	48	264	12,2%	67,3%
240-299	16	280	4,1%	71,4%
300-359	18	298	4,6%	76,0%
360-419	13	311	3,3%	79,3%
420-479	20	331	5,1%	84,4%
480-539	11	342	2,8%	87,2%
540-599	9	351	2,3%	89,5%
600-659	4	355	1,0%	90,6%
660-719	3	358	0,8%	91,3%
720-779	4	362	1,0%	92,3%
780-839	5	367	1,3%	93,6%
840-899	1	368	0,3%	93,9%
900-959	7	375	1,8%	95,7%
e maior...	17	392	4,3%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.II.6. Distribuição dos projetos em execução em 2013, conforme o seu tempo de duração

Frequências absolutas, em unidades; relativas, em porcentagem

Intervalos de dias entre ambas as datas	Projetos conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e de início			
	Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada
0-89	14	14	4,1%	4,1%
90-179	5	19	1,4%	5,5%
180-269	8	27	2,3%	7,8%
270-359	15	42	4,3%	12,2%
360-449	25	67	7,2%	19,4%
450-539	19	86	5,5%	24,9%
540-629	17	103	4,9%	29,9%
630-719	55	158	15,9%	45,8%
720-809	33	191	9,6%	55,4%
810-899	28	219	8,1%	63,5%
900-998	13	232	3,8%	67,2%
990-1079	27	259	7,8%	75,1%
1080-1169	8	267	2,3%	77,4%
1170-1259	0	267	0,0%	77,4%
1260-1349	12	279	3,5%	80,9%
1350-1439	17	296	4,9%	85,8%
e maior...	49	345	14,2%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.II.7. Distribuição dos projetos, conforme o custo orçamentado assumido pelo ofertante

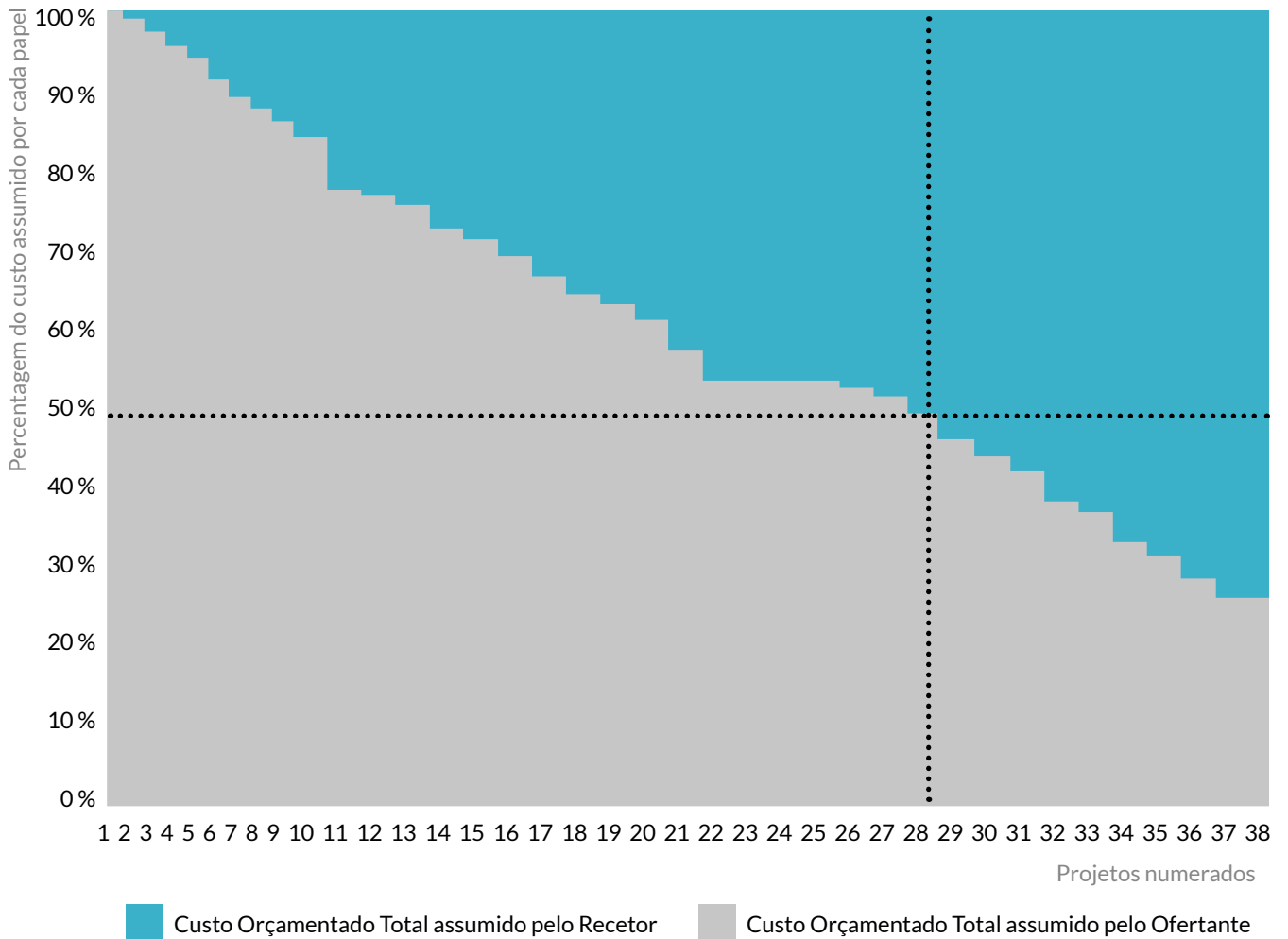
Intervalos de custo, em dólares; frequências absolutas, em unidades; relativas, em porcentagem

Intervalos de custo	Custo Orçamentado 2013				Custo Orçamentado Total			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada
0-50.000	106	106	77,4%	77,4%	82	82	51,9%	51,9%
50.001-100.000	20	126	14,6%	92,0%	37	119	23,4%	75,3%
100.001-150.000	4	130	2,9%	94,9%	15	134	9,5%	84,8%
150.001-200.000	3	133	2,2%	97,1%	7	141	4,4%	89,2%
200.001-250.000	0	133	0,0%	97,1%	3	144	1,9%	91,1%
250.001-300.000	1	134	0,7%	97,8%	3	147	1,9%	93,0%
300.001-350.000	0	134	0,0%	97,8%	2	149	1,3%	94,3%
350.001-400.000	0	134	0,0%	97,8%	0	149	0,0%	94,3%
400.001-450.000	0	134	0,0%	97,8%	1	150	0,6%	94,9%
Mais de 450.000	3	137	2,2%	100,0%	8	158	5,1%	100,0%

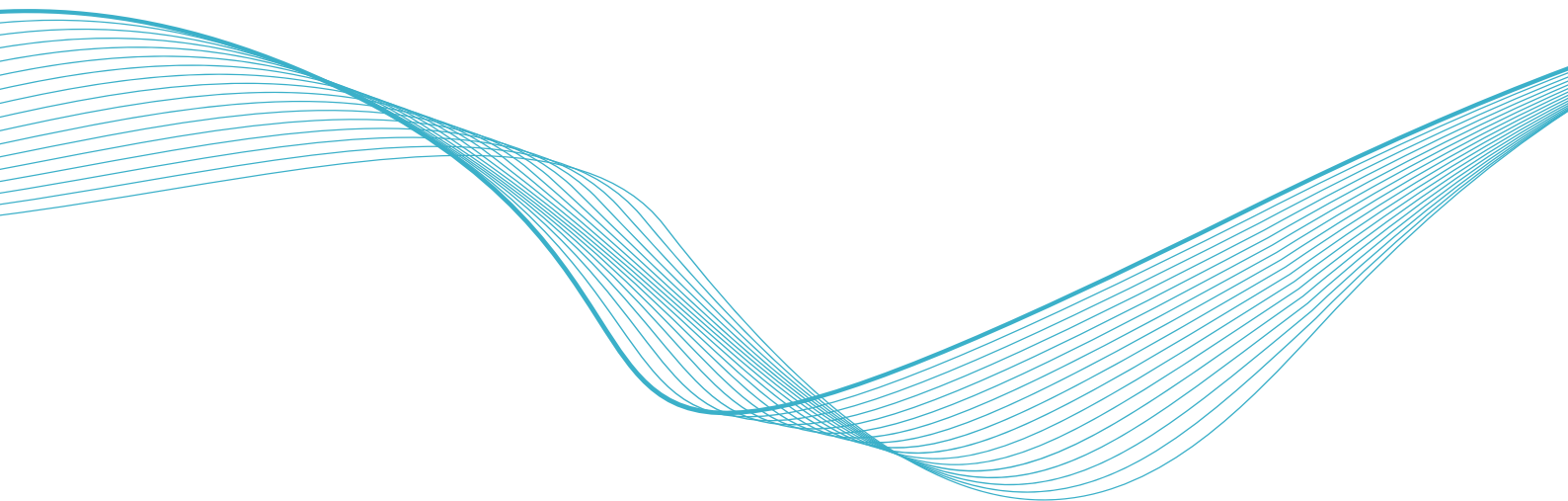
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Gráfico A.II.3. Distribuição do Custo Orçamentado Total dos projetos, entre ofertante e recetor

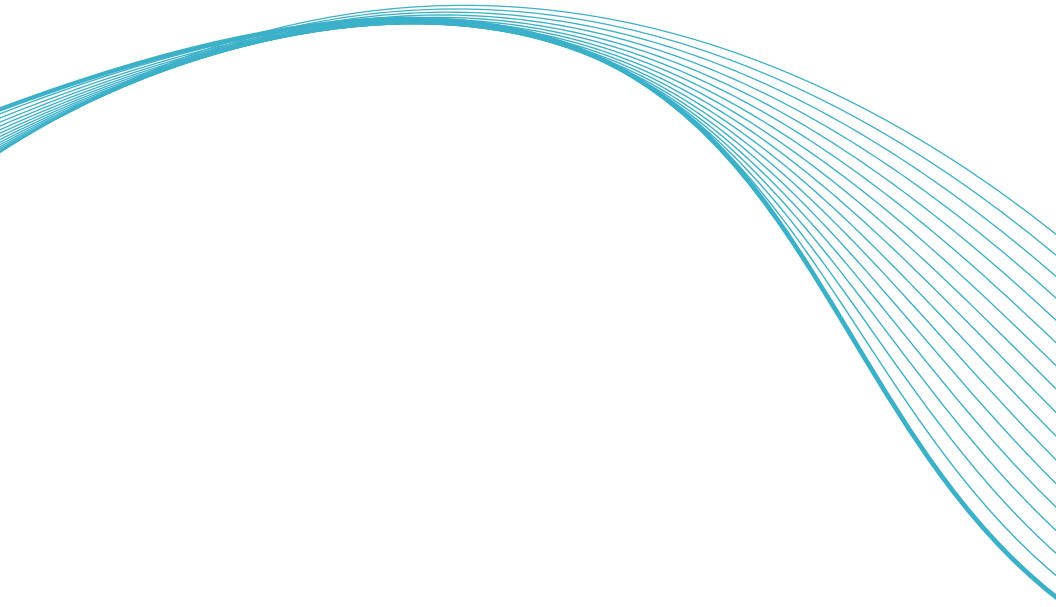
Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



Projeto de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar no Haiti "Pró-Horta", implementado pela Argentina com o suporte do Canadá



Capítulo III

A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América

A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América

III.1. Os progressos na Ibero-América em matéria de Cooperação Sul-Sul Triangular

Apesar do longo caminho percorrido, tanto desde a publicação do primeiro *Relatório de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* no ano de 2007 como desde a implementação do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul no ano de 2010, os países ibero-americanos continuam a enfrentar enormes desafios para conseguirem uma melhor gestão e conhecimento da Cooperação Sul-Sul Triangular. Com vista a este objetivo, tem-se vindo a desenvolver no espaço ibero-americano um trabalho coletivo através de várias linhas de ação: a definição de conceitos progressivamente ajustados às práticas da região; a melhoria dos sistemas de registo dos países; e a produção de um guia que oriente a gestão desta modalidade. A representação destas linhas no **Esquema III.1** para além de permitir ilustrar a relação e inter-relação existente entre elas, permite mostrar como estas favoreceram progressos simultâneos a três níveis:

- a) A definição de um quadro conceptual da Cooperação Sul-Sul Triangular.
- b) Uma melhor e mais completa sistematização do que é feito nesta modalidade.
- c) Um maior e melhor conhecimento da operacionalidade sob a qual funciona.

Mais especificamente:

a) Ao longo destes anos, o espaço ibero-americano avançou no processo de identificação, através da evidência empírica e das experiências particulares dos

países, daqueles elementos que, por serem comuns às diferentes práticas, permitem delimitar um quadro conceptual da Cooperação Sul-Sul Triangular. Neste âmbito, registaram-se progressos consideráveis, tais como os já apresentados no *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014*, o qual incluiu uma nova definição da Cooperação Sul-Sul Triangular, acordada pelos países e mais representativa da prática real que a região realiza quando executa a sua cooperação.

b) Igualmente, a melhor sistematização não só deu resultados para a criação de quadros conceptuais, mas também para os encarregados de tomar decisões, ao permitir conhecer também melhor como se articula a CSS Triangular e salientar os aspetos determinantes da mesma.

c) Em inúmeras ocasiões, os países mencionaram como a gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular apresenta dificuldades particulares; umas dificuldades que, além disso, por vezes são diferentes das já colocadas noutras modalidades de Cooperação Sul-Sul. As conquistas mais relevantes neste sentido foram alcançadas através da construção de um *Guia Orientador da Gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular*. Esse Guia, tal como se apresenta pormenorizadamente no **Quadro III.1**, foi produzido no âmbito do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

De acordo com este mesmo esforço para avançar e conhecer melhor esta modalidade de Cooperação Sul-Sul, o presente capítulo estrutura-se da seguinte forma:

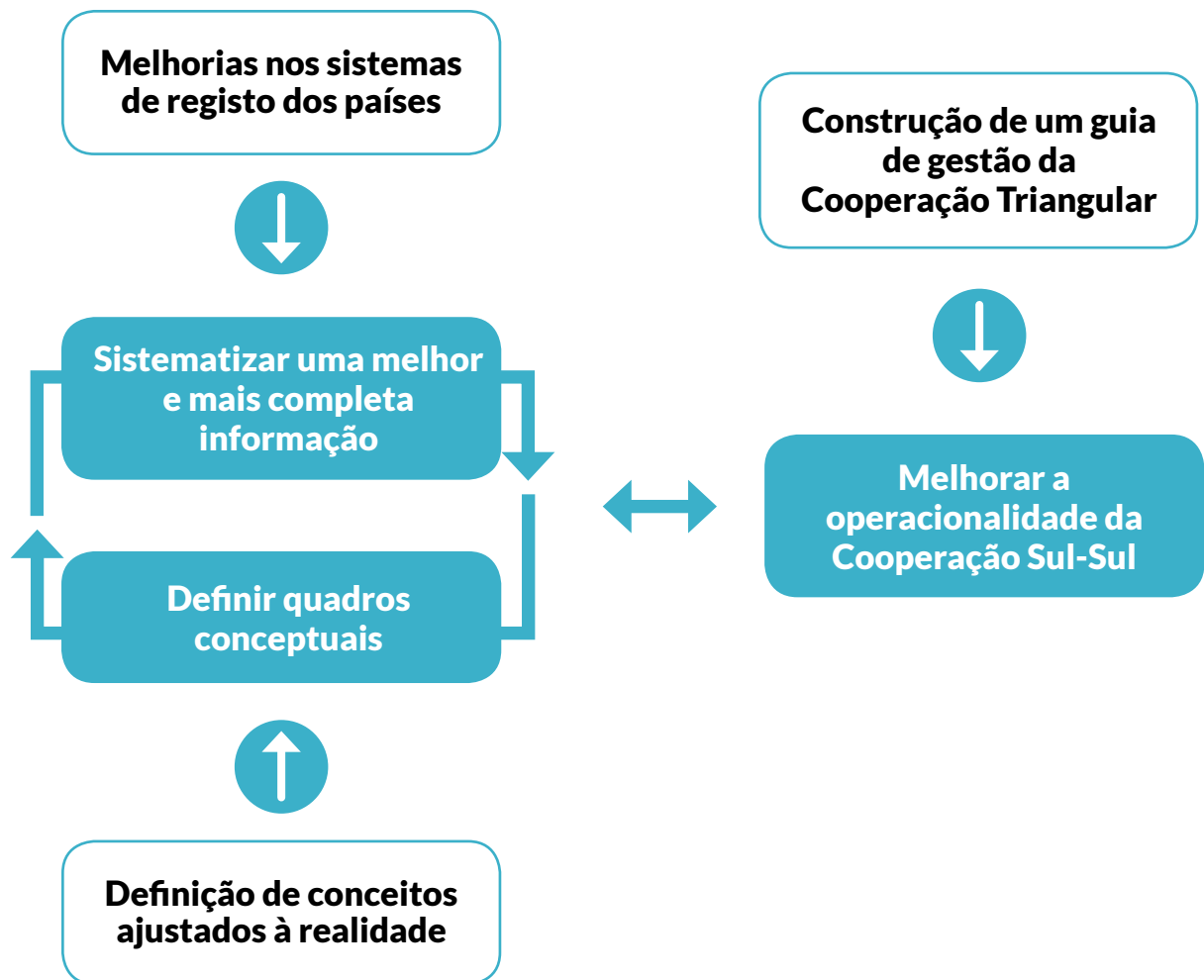
a) Em primeiro lugar, realiza-se uma análise dos projetos e ações que estiveram em execução ao longo de 2013. Mais concretamente, analisam-se quantos projetos e ações se intercambiaram, como evoluíram a partir do primeiro ano do qual há registos (2007), assim como quais foram os principais agentes

que participaram nesta modalidade. De forma complementar, examina-se também a Cooperação Triangular que os países da região executaram em 2013 para fortalecer as capacidades no Haiti e no resto das nações pertencentes ao Caribe não Ibero-Americano.

b) Em segundo lugar, e com o objetivo de conhecer o perfil das capacidades apoiadas através da Cooperação Sul-Sul Triangular, realiza-se uma análise setorial dos projetos e ações registados em 2013.

c) Finalmente, oferece-se um panorama de outros aspetos relativos ao funcionamento desta modalidade de cooperação na Ibero-América, por exemplo, examinando, por um lado, questões relacionadas com a duração dos projetos e ações promovidos ou com o seu custo financeiro; e, por outro lado, questões de carácter mais qualitativo, tais como as que se referem ao modo como surgiram as iniciativas, como se articularam os agentes entre si, com que enquadramentos legais se executaram e quais foram os mecanismos de financiamento utilizados.

Esquema III.1. Linhas nas quais a Ibero-América registou progressos para uma melhor gestão e conhecimento da CSS Triangular

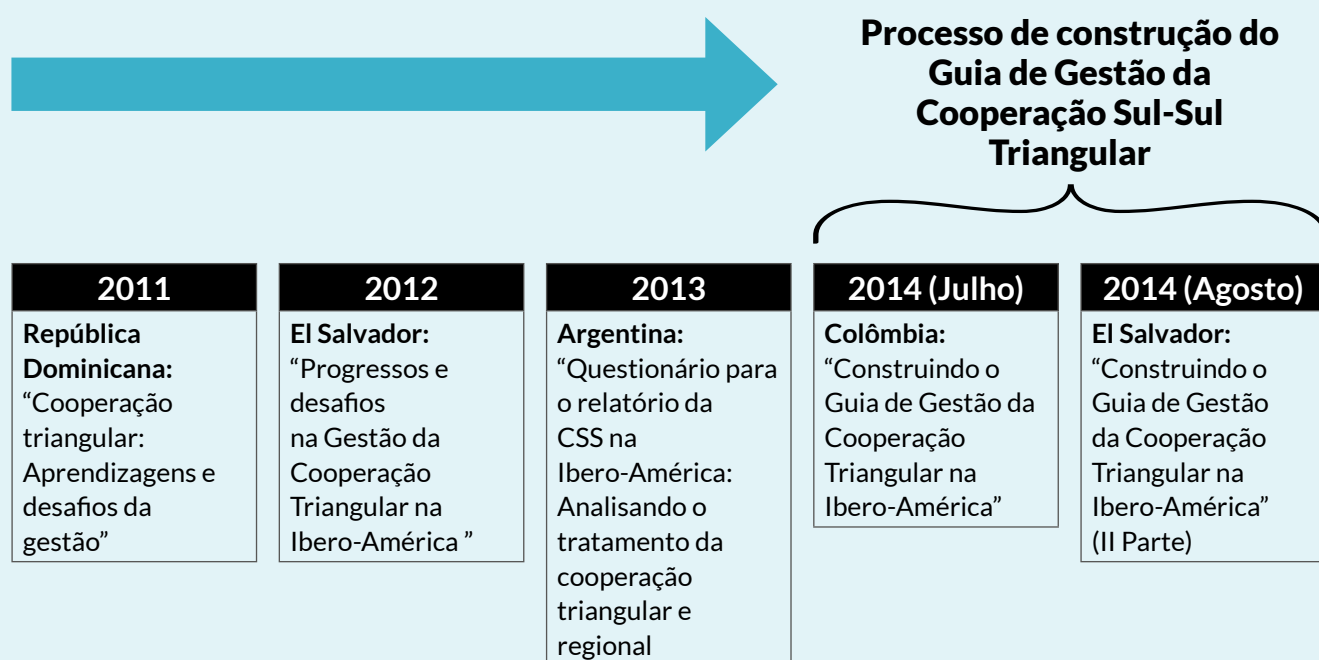


Quadro III.1. Para um Guia Orientador da Gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular

Até ao ano de 2014, no quadro do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, tinham-se realizado três workshops de debate e discussão acerca da Cooperação Sul-Sul Triangular: um na República Dominicana (2011), outro em El Salvador (2012) e um terceiro na Argentina (2013). No Roteiro resultante do Workshop de El Salvador¹ incluiu-se já a elaboração, a médio prazo, de um guia para a gestão e

orientação de procedimentos básicos da Cooperação Triangular. Assim, durante o passado ano de 2014 e a pedido dos países ibero-americanos, iniciou-se o processo a partir do qual se começaria a transformar em realidade o *Guia Orientador da Gestão da Cooperação Triangular*. Todos os passos que tornaram possível este guia, de 2011 a 2014, apresentam-se no seguinte esquema.

Principais espaços de trabalho de Cooperação Sul-Sul Triangular no âmbito ibero-americano



Fonte: SEGIB

O Guia tornou-se num documento único no âmbito da Cooperação Sul-Sul, tanto pela forma como foi elaborado, como pelas características em torno das quais se constituiu. Mais especificamente:

a) Os dois workshops realizados em 2014 para a produção do Guia (que tiveram lugar em julho em Bogotá e em agosto em San Salvador) basearam-se numa metodologia de construção que permitiu identificar aquelas práticas e ferramentas que, ao longo de todo o ciclo do projeto, garantissem uma gestão da Cooperação Sul-Sul Triangular que incorporasse

de maneira transversal todos os princípios que se pressupõem associados à Cooperação Sul-Sul na Ibero-América.

Para a produção do Guia contou-se com o apoio de um *Grupo de Referência*, constituído por representantes das unidades técnicas dos países que se apresentaram como voluntários para assumir os compromissos adotados no já mencionado Roteiro do Workshop de El Salvador (2012). Estes países foram: Argentina, El Salvador, Espanha, Honduras e Uruguai. Mais tarde, integrou-se a Colômbia, assim como a Unidade Técnica

¹ Vice-Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador, 2012

do PIFCSS. A função deste Grupo de Referência foi a de orientar a preparação do guia e a de apoiar o método de elaboração dos documentos base para o processo.

b) O Guia orientador da Gestão da Cooperação Sul-Sul foi construído em torno das seguintes características:

- Baseia-se nos critérios e definições que orientam a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América e que, num exercício de consenso, tinham já sido acordados pelos países.
- Parte da prática e das experiências anteriores de todos os países da região.
- Foi elaborado conjuntamente por todos os países ibero-americanos, representados pelos técnicos das Agências e Direções de Cooperação que diariamente fazem a gestão da Cooperação Triangular dos seus países.

- Incorpora uma dupla validação, técnica e política, que garante tanto a sua utilidade prática como o seu alinhamento com os princípios da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América.

- Será um manual de uso fácil para profissionais de todas as áreas que intervenham na Cooperação Triangular, que proporcionará diversas ferramentas que facilitem e melhorem a operacionalidade destes projetos e que servirá também como instrumento de apoio nos processos de tomada de decisões.

- Será um guia que os países possam partilhar com os seus parceiros extra regionais, podendo assim servir de apoio para além da Cooperação Triangular na Ibero-América.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação; Vice-Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador e Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

III.2. A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América em 2013

As **Tabelas A.III.1** e **A.III.2** (incluídas no anexo) compreendem todas as iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular que os países ibero-americanos executaram ao longo de 2013: em concreto, 68 projetos e 98 ações. Tal como se pode observar, ambas as tabelas contêm informações relativa a: quem exerceu os papéis de primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor; qual o título da iniciativa; e qual setor de atividade para o qual se orienta o fortalecimento das capacidades. Igualmente e dada a importância relativa que alguns países apresentam, as tabelas aparecem, por sua vez, divididas em várias sub-tabelas, conforme o primeiro ofertante tivesse sido o Chile (como se verá, o país que executou mais projetos de CSS Triangular), o Brasil, o México ou outros. Devemos acrescentar que a informação contida nestas tabelas irá servir de base para a análise realizada neste capítulo relativa à CSS Triangular da Ibero-América em 2013.

III.3. Evolução da Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América: 2007-2013

Analisando os dados que se recolheram quanto à Cooperação Sul-Sul Triangular na qual os países ibero-americanos participaram desde a primeira edição do Relatório de 2007 e até à presente, de 2015, podemos construir uma série histórica, tal como se observa no **Gráfico III.2**. Esta série representa os projetos e ações que estiveram em execução em cada ano de estudo.

Atendendo ao gráfico e tendo em consideração as variações metodológicas que se verificaram e a constância das fontes ao longo do tempo,¹ podemos observar que:

a) No total das iniciativas desenvolvidas, a tendência foi crescente ao longo de todo o período. De 26 registadas no ano de 2006 para 166 (68 Projetos e 98 Ações) no ano de 2013. Isto significa que o número de iniciativas registadas entre o primeiro ano de registo e o último se multiplicou por mais de 6.

¹ Em concreto, faz-se referência a 3 questões:

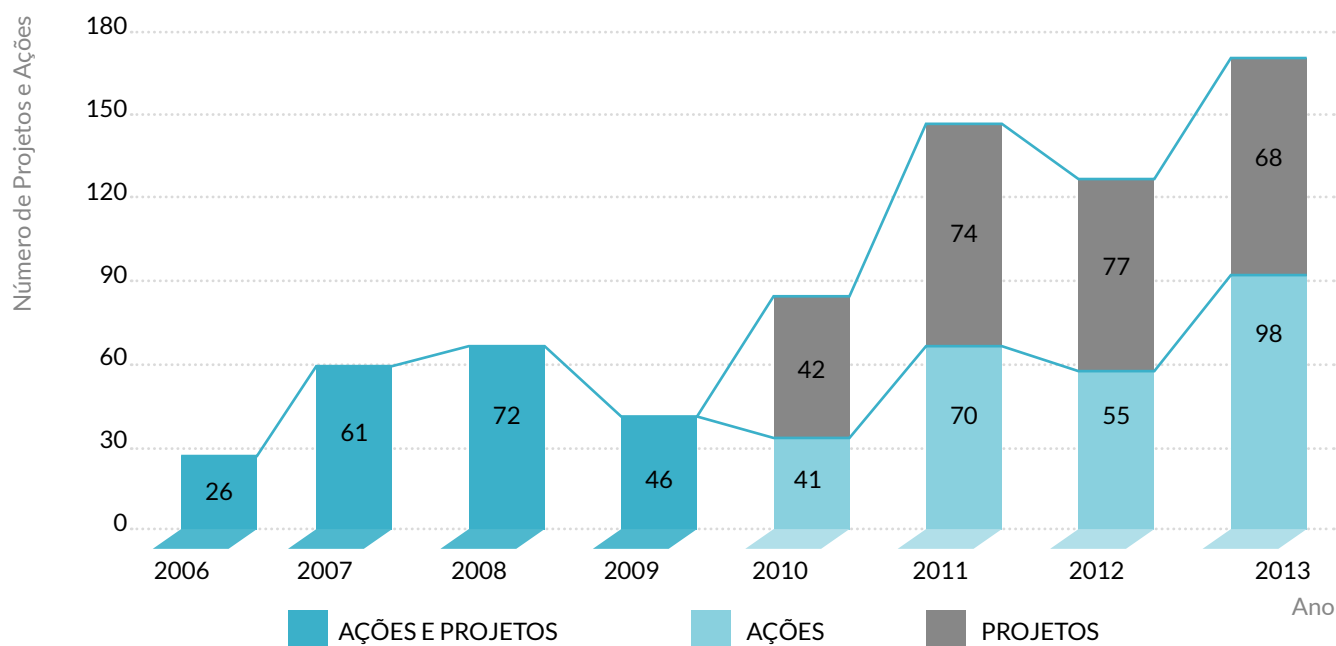
a) A irregularidade do número de fontes que proporcionaram informações para diferentes períodos (nem sempre se obtêm informações de todos os países).

b) A diferenciação entre Projetos e Ações incorporada desde os dados de 2010 (anteriormente utilizava-se um genérico "ações" que englobava todo o tipo de iniciativas sem as distinguir).

c) A mudança da definição de Cooperação Sul-Sul Triangular que se aplica desde os dados de 2012

Gráfico III.1. Projetos e Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular em execução cada ano (período 2006-2013)

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e SEGIB (2014)

b) Em concordância com o antes mencionado, o incremento foi mais notável nos quatro últimos anos e produziu-se precisamente após um decréscimo no número de iniciativas que se implementaram em 2009 (de 72 para 46). De facto, enquanto que no período 2006-2009 se executaram uma média anual de 51,3 iniciativas, no período 2010-2013 essa média aumentou para um considerável 131,2.

c) Após o incremento de 76,1% no número de projetos em execução que se verificou entre 2009 e 2010, este valor permaneceu com uma certa estabilidade anual, tendo-se mantido para esses três períodos num valor que ronda os 70 projetos.

d) No caso das ações, a evolução dos últimos quatro exercícios foi muito mais irregular, com variações anuais, tanto positivas como negativas, que oscilaram entre -21,4% e 78,18%. Assim, o valor mais elevado foi alcançado na presente edição com um total de 98 ações em execução.

III.4. Participação dos países na Cooperação Sul-Sul Triangular da Ibero-América em 2013

Ao longo desta secção realizam-se quatro tipos de análise para estudar a participação dos países nos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular:

a) Em primeiro lugar, examina-se, para cada um dos três possíveis papéis da Cooperação Sul-Sul Triangular (primeiro Ofertante, segundo Ofertante e receptor), que países exerceram maioritariamente cada papel e em que medida.

b) A seguir, realiza-se uma análise dos principais intervenientes nesta modalidade com o objetivo de observar quais foram as principais alianças estabelecidas entre eles.

c) Posteriormente, e como novidade, realiza-se um exercício de análise no qual se compara a importância relativa que a Cooperação Sul-Sul Triangular teve para alguns países ibero-americanos comparativamente com a que se registou noutra modalidade: na CHSS Bilateral.

d) Finalmente, detalha-se a Cooperação Sul-Sul Triangular na qual os países ibero-americanos participaram juntamente com os países da região do Caribe não ibero-americano.

III.4.1. Participação no exercício de primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor

Tal como já se referiu, a partir das **Tabelas A.III.1 e A.III.2**, incluídas nos anexos, respetivamente, podemos obter uma análise quantitativa acerca da participação de cada um dos países em função do papel exercido e do número de projetos ou ações em que participou. A partir da mesma, elaborou-se o **Gráfico III.2** no qual, para cada um dos papéis definidos para a Cooperação Sul-Sul Triangular, se apresentam os principais quatro países que exerceram esse papel num maior número de projetos e ações.

Da observação de ambos os gráficos depreende-se que:

a) No caso dos projetos, observa-se que dependendo do papel que se analise, a participação relativa dos parceiros da Cooperação Triangular foi diferente. Para cada um dos três papéis que se distinguem nesta modalidade de cooperação observamos que:

- No caso dos primeiros ofertantes, os quatro principais países que exerceram esse papel em maior medida foram Chile, Brasil, México e Argentina, que com participações de 39,7%, 17,6%, 16,2% e 7,3% respetivamente, totalizaram mais de 80% da oferta de Cooperação Triangular.

- Os quatro países que mais projetos realizaram no papel de segundo ofertante foram responsáveis por mais de 70% das triangulações. Estes foram Alemanha, Estados Unidos, Japão e Espanha, que registaram participações relativas de 25%, 20,6%, 16,2% e 10,3% dos projetos, respetivamente. Outros intervenientes que exerceram este papel foram, por um lado, países como a Austrália, Canadá, Itália ou Noruega e, por outro lado, alguns organismos internacionais, entre os

quais se destacaram os pertencentes aos Sistemas das Nações Unidas ou Interamericano.

- No caso do papel de recetor, os quatro principais recetores só representaram 50% do total dos projetos. Tratou-se de El Salvador e das Honduras com 16,2% dos projetos cada um e da Bolívia e da Guatemala, com percentagens de 11,2% e de 10,3%, respetivamente.

b) Repetindo o mesmo tipo de análise, mas para o caso concreto das ações, obtiveram-se as seguintes conclusões:

- No papel de primeiro ofertante, os quatro países que executaram um maior número de ações, no seu conjunto, apenas representaram 60% do total da oferta. Tratou-se de: El Salvador (18,4% das ações), Chile e Brasil (ambos com 17,3%) e México (10,2% das mesmas).

- Por seu lado, o Japão e os Estados Unidos foram os dois países que exerceram o papel de segundo ofertante com maior intensidade, apoiando 36,7% e 25,5% das ações, respetivamente.² Em menor medida, exerceram também esse papel diversos organismos do Sistema das Nações Unidas (8,2% das ações) e do Interamericano (3,1% das mesmas). Estes quatro parceiros representaram assim uma participação sobre a percentagem total de 72,4% das ações.

- Por último, atendendo a quais foram os principais recetores das ações, destacou-se o valor “Vários”.³ Neste sentido, 45 ações (45,9% do total registado) foram participadas por vários países de forma simultânea no exercício do papel de recetores. Para as restantes ações, destacou-se a Guatemala (30,6% das mesmas), assim como o Panamá e o Equador (7,1% e 4,1%).

Para terminar a secção e de forma complementar, é interessante saber não só quem participou mais ativamente na Cooperação Sul-Sul Triangular mas também, quão dependentes foram os projetos e as ações relativamente à atividade de alguns poucos países nos seus diferentes papéis. Para isso, e de forma análoga a como se tem vindo a fazer para a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, aplica-se o Índice de Herfindahl. O resultado fica resumido no **Quadro III.2**.

² No caso do Japão, destacou-se o apoio aos cursos de Cooperação Triangular de vários países da região como Argentina, Chile, México ou Brasil. Por seu lado, as triangulações dos Estados Unidos explicaram-se sobretudo pelo seu papel nos cursos e seminários realizados principalmente por El Salvador e, em menor medida, pela Colômbia.

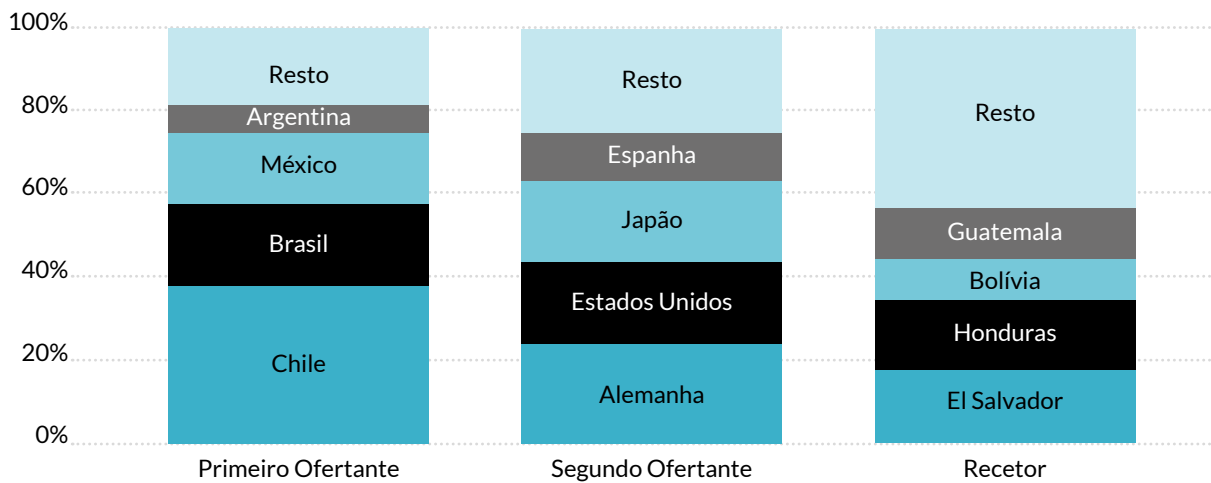
³ Atendendo à mesma base metodológica aplicada no Capítulo II, a rubrica “Vários” usa-se para aquelas ações ou projetos que agruparam mais de um interveniente no exercício desse papel. Estas iniciativas agrupam-se num único registo já que este se refere ao fortalecimento de capacidades que se realizam com um único orçamento e no qual participam diversos parceiros de forma simultânea.

Gráfico III.2.

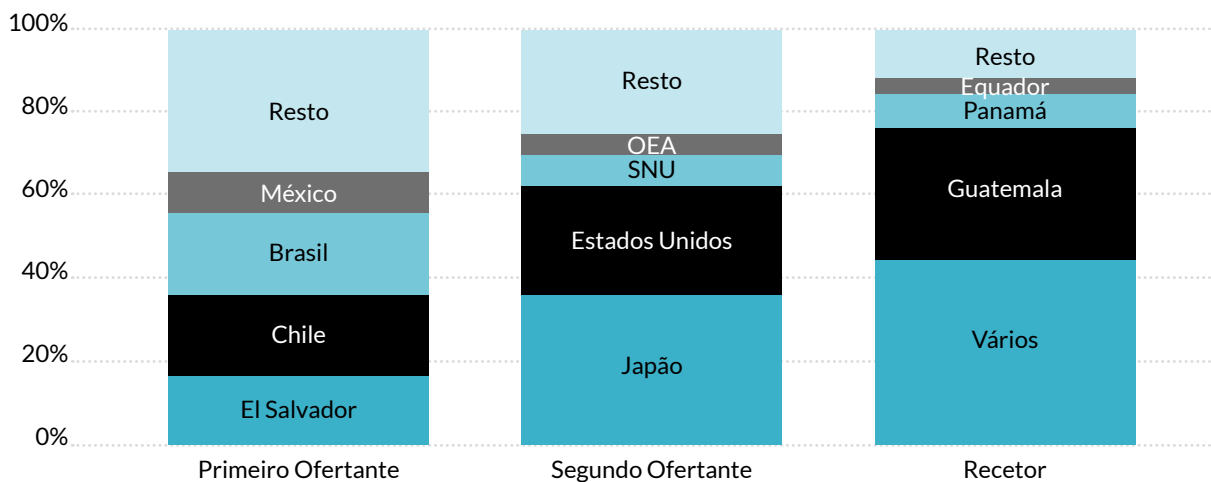
Distribuição percentual dos projetos conforme o país e/ou organismo e papel. 2013

Participação, em percentagem

III.2.A. Projetos



III.2.B. Ações



Quadro III.2. Aplicando o Índice de Concentração de Herfindahl à Cooperação Sul-Sul Triangular

Tal como tem vindo a acontecer na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, a aplicação do Índice de Herfindahl (tradicionalmente usado na economia para medir a concentração e dispersão do comércio internacional), serve para identificar quão dependente é a cooperação de alguns poucos parceiros. Agora, no caso da Cooperação Sul-Sul Triangular, a sua aplicação permite obter o seguinte esquema, a partir do qual se obtêm estas conclusões:

a) O Índice aplicado aos projetos relativamente aos primeiros ofertantes dá lugar a um valor de 0,2288,1 o que sugere que esses projetos estiveram muito concentrados ou, por outras palavras, dependeram de muito poucos parceiros. Corrobora esta ideia o facto de que os 68 projetos de CSS Triangular executados em 2013 foram participados por apenas 9 dos 19 países ibero-americanos que podem exercer o papel de primeiro ofertante.

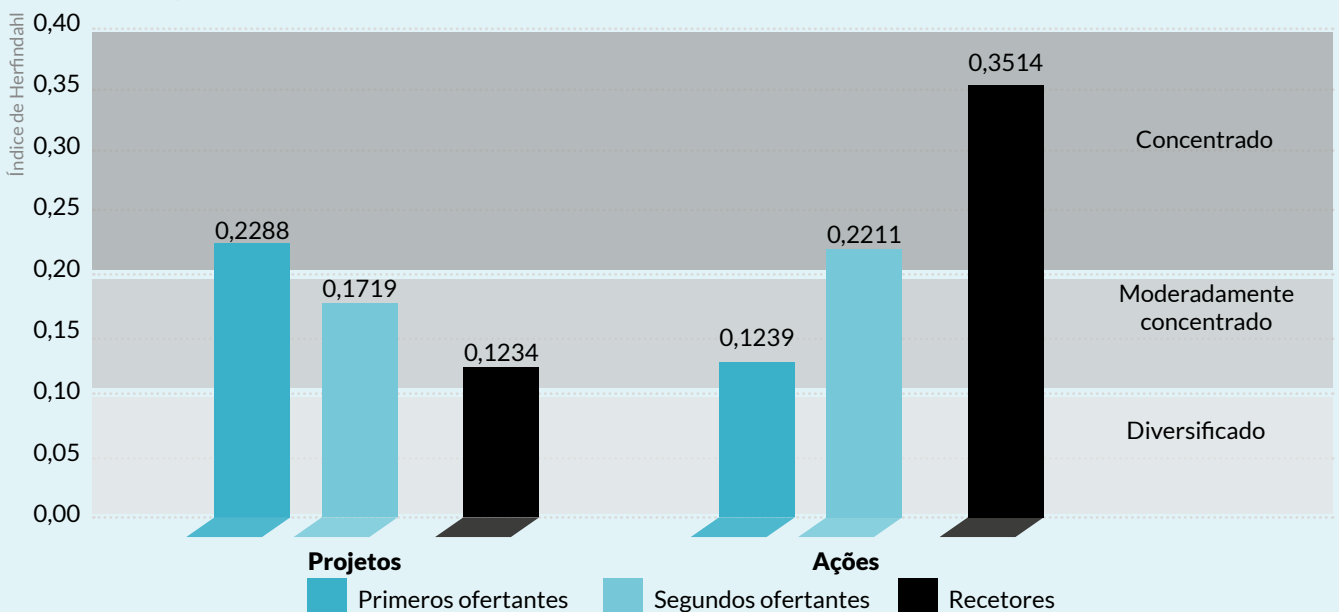
b) No caso das ações, o Índice tem um valor notavelmente mais baixo, de 0,1239, que sugere um

nível de concentração muito mais moderado. Uma vez mais, isto concorda com o facto de que o número de países que promoveram ações no papel de primeiro ofertante seja superior, de 15 em 19 possíveis².

c) No que se refere à concentração de projetos e ações relativas aos segundos ofertantes, os primeiros apresentaram uma concentração moderada (0,1719) enquanto que as segundas registaram um Índice superior (de 0,2211), o que sugere um grau de concentração e dependência de alguns poucos intervenientes relativamente superior.

d) Igualmente, quando se analisa a dependência relativamente aos que exerceram o papel de recetores, os projetos e as ações apresentaram um comportamento díspar, com índices respetivos de 0,1234 (concentração moderada) e de 0,3514 (concentração elevada). No caso das ações, isto é assim pelo peso que tiveram aquelas que registaram vários recetores ao mesmo tempo. Quando se elimina esta opção, as ações tenderam portanto a estar muito concentradas em pouco recetores.

Valores do Índice de Herfindahl aplicado aos projetos e ações de CSS Triangular. 2013
(Índice, com quatro casas decimais)



Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ Devemos lembrar que as escalas usadas para interpretar o valor resultante do Índice de Herfindahl são: abaixo de 0,1000 (diversificação); entre 0,1000 e 0,1800 (concentração moderada); acima de 0,1800 (concentração).

² Convém destacar aqui que a oferta das ações se desconcentrou face aos dados do último Relatório 2013-2014, no qual o índice tomava um valor de 0,2060, muito superior e que o situa numa escala de maior concentração. Em síntese, podemos afirmar que, relativamente ao último período de estudo (2012), o número de países que transfere capacidades através da Cooperação Sul-Sul Triangular aumentou.

III.4.2. Principais alianças

Outro aspeto que é interessante analisar na Cooperação Sul-Sul Triangular, é o de saber quem foram os intervenientes que se aliaram com mais frequência na hora de executar esta modalidade. Conforme este objetivo, e para ilustrar o que aconteceu no ano de 2013, optou-se novamente pelo recurso ao gráfico considerado mais ilustrativo: o Diagrama de Sankey. Neste caso, o diagrama (já usado no capítulo anterior) mostra a origem e o destino dos fluxos de projetos de CSS Triangular partindo do executado pelos primeiros ofertantes (caudal mais à esquerda) até aos segundos ofertantes (caudal central) e a partir destes até aos recetores (caudal direito). Dados os níveis de participação relativa observados na secção anterior, os **Diagramas III.1, III.2, III.3 e III.4** também foram respetivamente elaborados para analisar através de quem se executaram os projetos dos dois principais primeiros ofertantes (Chile e Brasil) e dos dois mais relevantes recetores (Honduras e El Salvador).

Neste sentido, no caso dos primeiros ofertantes (**Diagramas III.1 e III.2**) observa-se que:

a) Na execução dos seus 27 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, o Chile se aliou com 8 segundos ofertantes e 8 recetores. Mais especificamente e no papel de segundos ofertantes, os seus principais parceiros foram os Estados Unidos e a Alemanha, com os quais executou quase 45% dos projetos. De forma mais pontual, cooperou também com Espanha, Japão, organismos dependentes do Sistema das Nações Unidas, Canadá e Austrália. Por seu lado, o principal recetor dos projetos chilenos foi El Salvador com 7 projetos (25,9%), na maior parte dos casos através de triangulações participadas por sua vez pelos Estados Unidos. Também foram recetores destacados, as Honduras, Guatemala e Paraguai e de modo mais pontual, a República Dominicana, Colômbia, Bolívia e Costa Rica. A modo de síntese, podemos assim afirmar que a cooperação do Chile teve tendência para ter como destino final as sub-regiões da América Central e do Caribe, assim como os seus vizinhos Paraguai e Bolívia.

b) Por seu lado, o Brasil executou os seus 12 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular associado a seis segundos ofertantes e a outros seis recetores. Destacaram-se as triangulações juntamente com os Estados Unidos e as Honduras, as quais justificaram

um terço dos projetos. Para as restantes triangulações em execução destacaram-se, no papel de segundos ofertantes, as associações com o Japão, Alemanha, os organismos do Sistema das Nações Unidas e Itália; e, no papel de recetor, as alianças que se estabeleceram pontualmente com a Bolívia, Equador e Peru (dois projetos cada um), assim como com El Salvador e Uruguai (um projeto em cada caso).

Tal como já se referiu, realizando a mesma análise para os dois principais recetores (Honduras e El Salvador), obtiveram-se os **Diagramas III.3 e III.4**. A partir destes podemos deduzir que:

a) No caso particular das Honduras, os Estados Unidos exerceram o papel de seu principal segundo ofertante (54,5%), completando a triangulação tanto com o Brasil como com o Chile. Foram precisamente o Chile (com 5 projetos) e o Brasil (com 4), os seus principais parceiros no papel de primeiro ofertante, pois ambas as alianças chegaram a justificar 81,8% do que foi recebido pelo país centro-americano. Nesse mesmo papel, completaram as alianças o México e o Peru, com um projeto cada um.

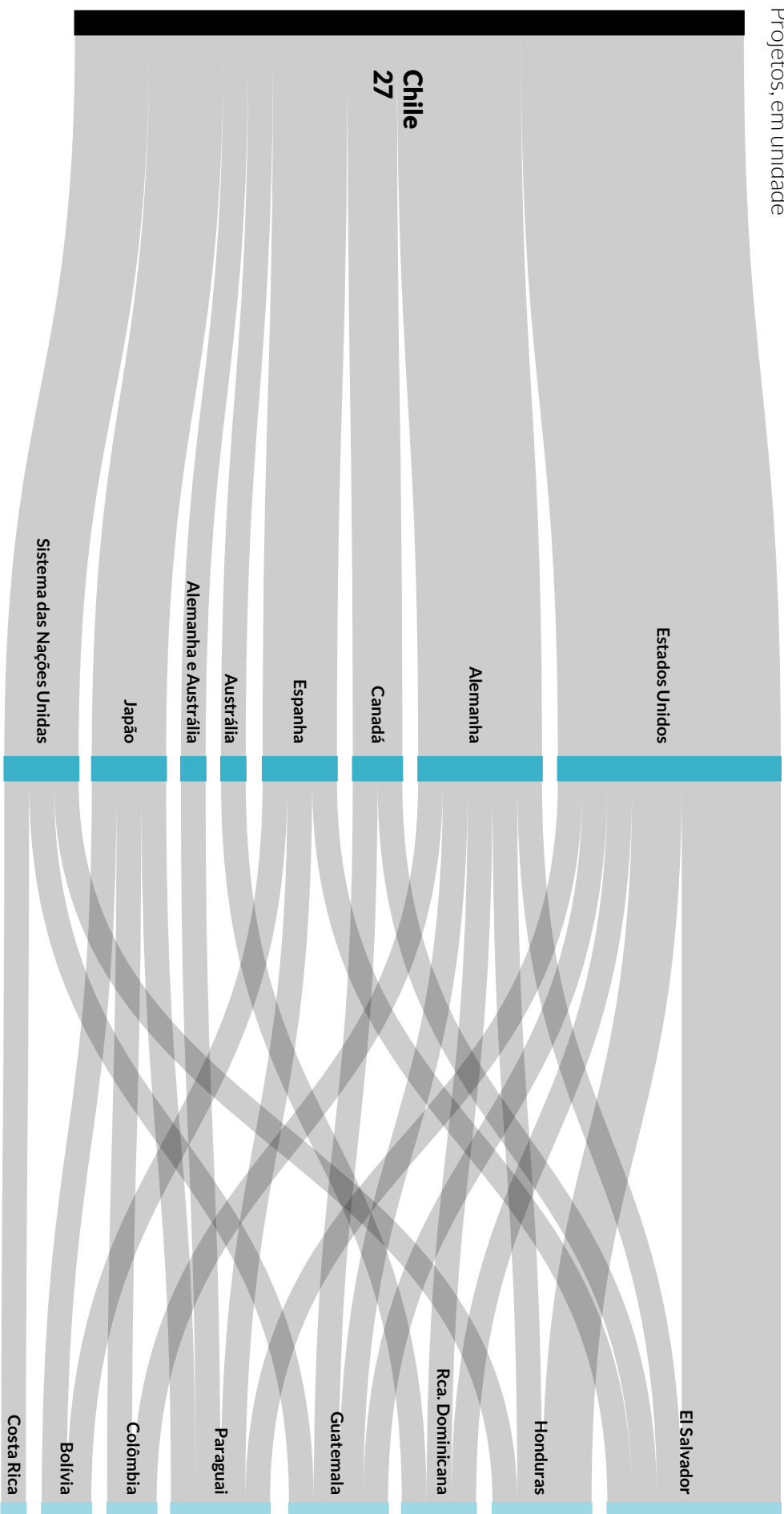
b) Por sua vez, no que se refere a El Salvador, o seu principal parceiro, no papel de primeiro ofertante foi o Chile, o qual participou em 63,6% dos projetos que este país recebeu. Outros primeiros ofertantes que se destacaram foram a Argentina, Brasil, México e Cuba. Neste sentido, devemos salientar que, na associação entre El Salvador e o Chile, participaram também, completando a triangulação e no papel de segundo ofertante, os Estados Unidos, de forma principal, e a Alemanha, Canadá e Espanha, de forma mais pontual. Igualmente, Espanha, juntamente com o Japão e os Estados Unidos, chegaram a explicar 72,7% de todos os projetos que El Salvador recebeu.

III.4.3. Comparando graus de participação relativa: a Cooperação Sul-Sul Triangular face à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Como exercício substancialmente diferente, na presente edição passamos a comparar quão diferentes foram os esforços relativos que alguns países ibero-americanos dedicaram a duas modalidades de cooperação: a Sul-Sul Triangular e a Horizontal Sul-Sul Bilateral. O propósito final de realizar este exercício,

Diagrama III.1. Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular do Chile com os restantes parceiros, ao exercer o papel de primeiro ofertante. 2013

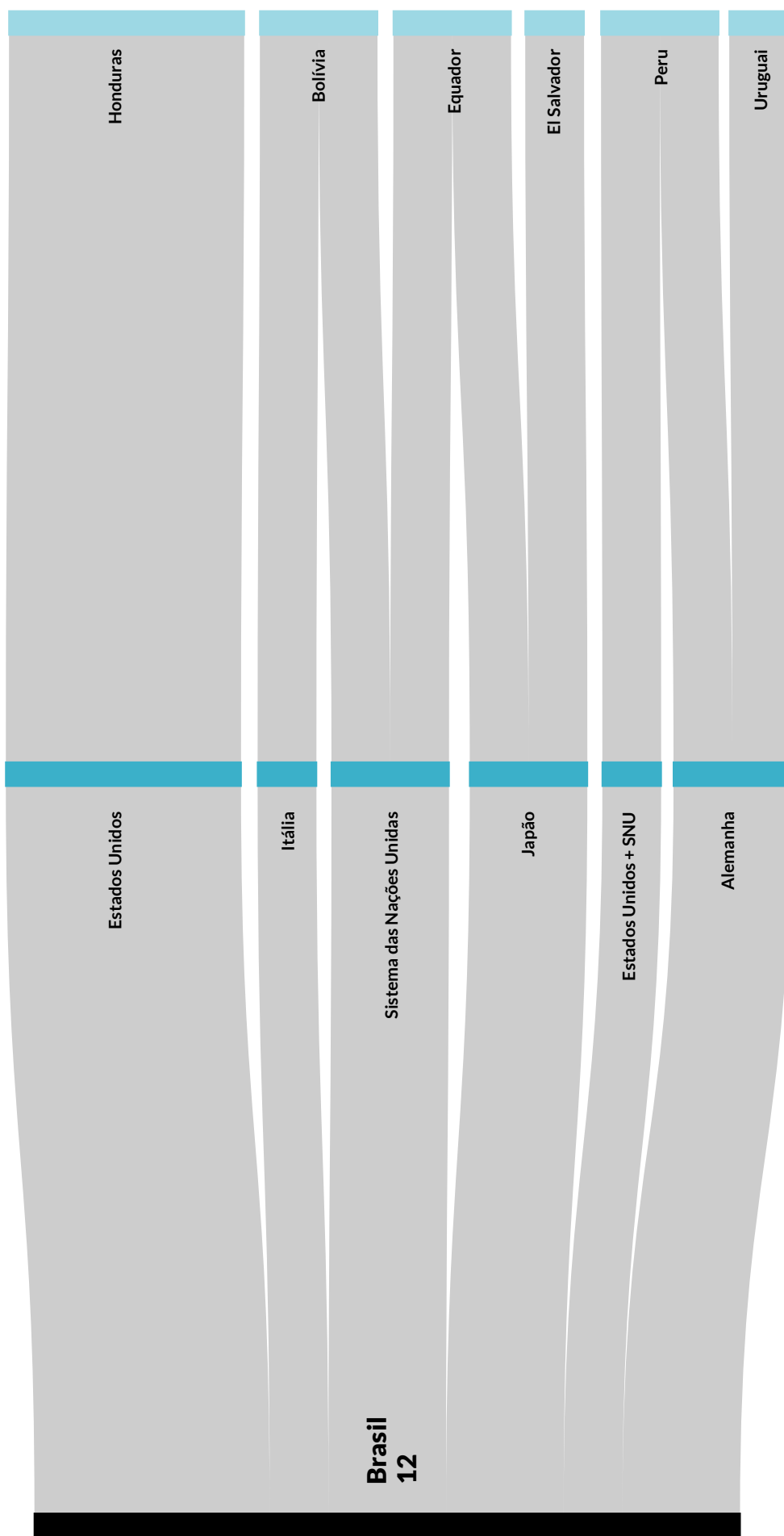
Projetos, em unidade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Diagrama III.2. Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular do Brasil com os restantes parceiros, ao exercer o papel de primeiro ofertante. 2013

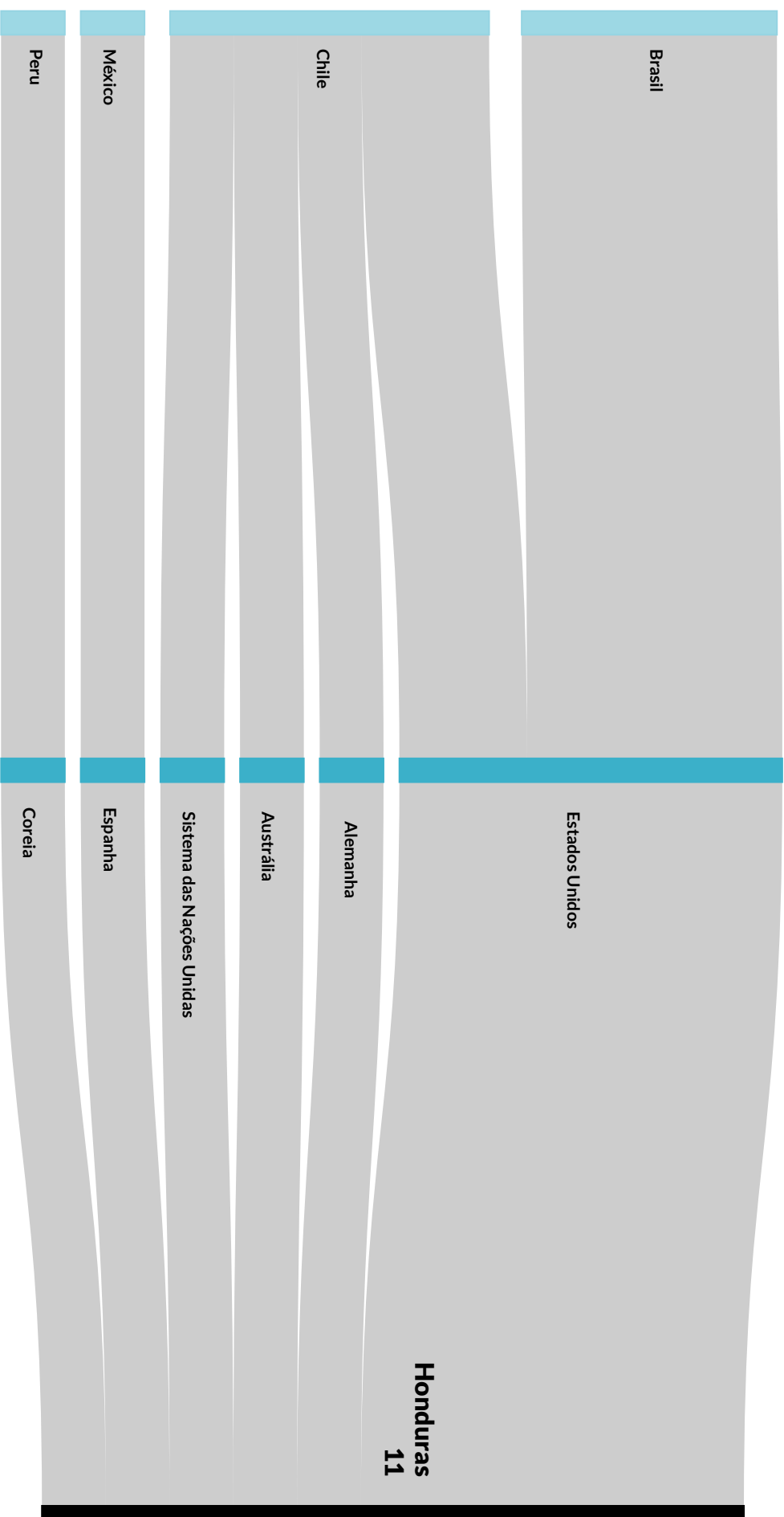
Projetos, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Diagrama III.3. Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular das Honduras com os restantes parceiros, ao exercer o papel de recetor. 2013

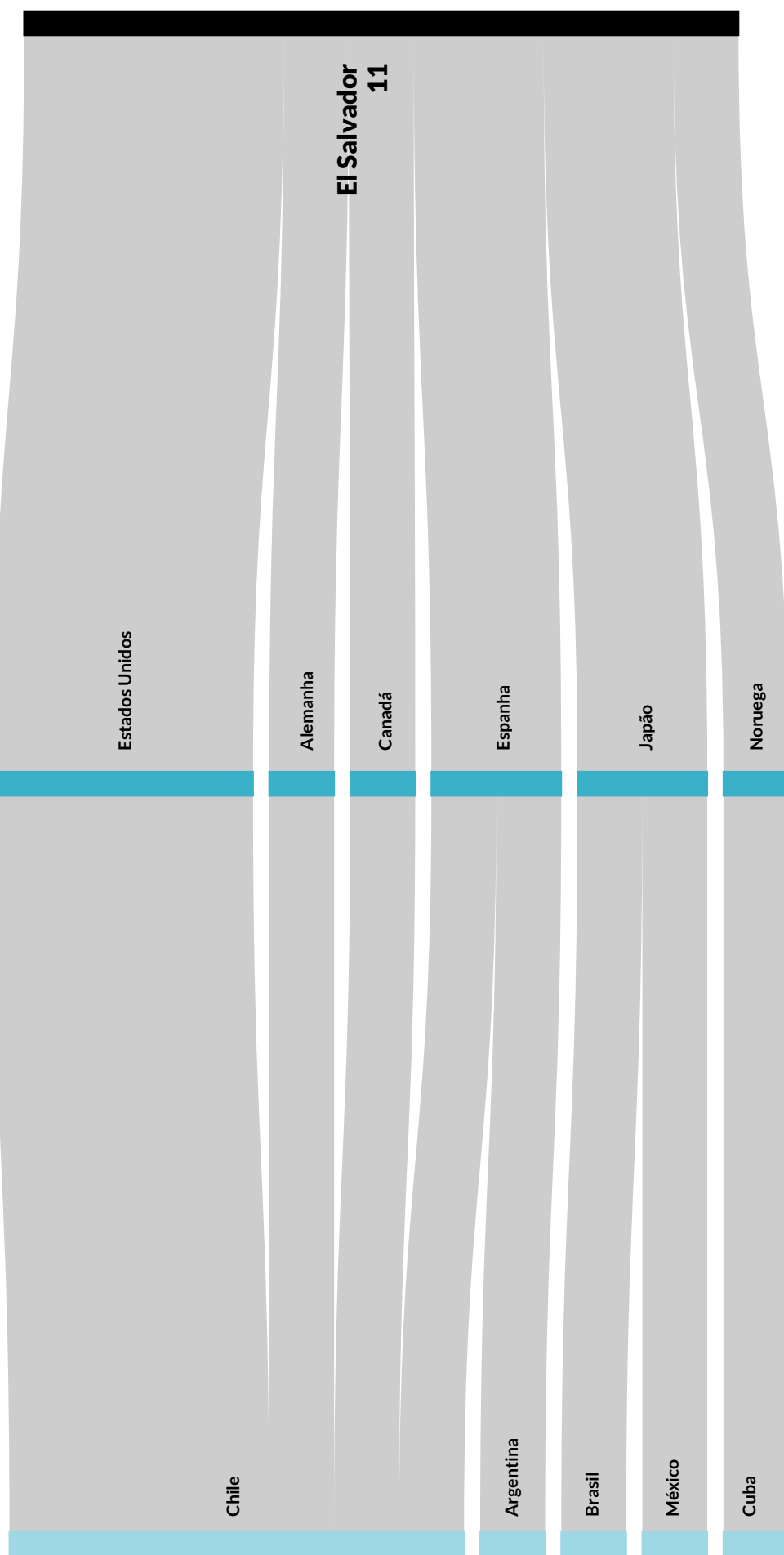
Projetos, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Diagrama III.4. Distribuição dos fluxos de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de El Salvador com os restantes parceiros, ao exercer o papel de receptor. 2013

Projetos, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

é poder estabelecer diferentes tipologias de perfis conforme a orientação dos países para canalizar a sua Cooperação Sul-Sul através de uma ou de outra modalidade.

“Aplicando uma variante inovadora do IVCR estimou-se, para um grupo de países selecionados, sob que modalidade de cooperação (Horizontal Sul-Sul Bilateral ou Sul-Sul Triangular) se apresentaram relativamente mais fortes”

Para esse efeito, em termos metodológicos e dado que o volume de projetos e ações que se implementaram no espaço ibero-americano através da CHSS Bilateral e da CSS Triangular são muito díspares (576 projetos face a 68 e 399 ações face a 98), é conveniente utilizar algum tipo de indicador que permita identificar que países apresentam alguma vantagem relativamente aos outros em cada uma das modalidades. Para isso, retomamos o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) ou de Bela Balassa, um indicador usado no comércio internacional para conhecer os perfis de especialização dos países e que, ao longo das duas últimas edições do Relatório, se reinterpreto para medir a especialização setorial dos países na CSS. A reinterpretação particular do Índice nesta secção, permite detetar se algum dos países apresentou uma maior vantagem comparativa em alguma das duas modalidades. Quer dizer, mostra para cada um dos países qual foi a importância de cada modalidade, tendo em conta o seu peso relativo na mesma e no total da Cooperação Sul-Sul da região (considerando-se esta como a soma de projetos de CHSS Bilateral e CSS Triangular totais).

Para que os resultados alcançados por este primeiro exercício sejam representativos, apenas se analisam os perfis daqueles quatro países que, quer no papel de primeiro ofertante quer no de recetor, participaram mais intensamente tanto na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral como na Cooperação Sul-Sul Triangular. Coincidentes nalguns casos, elaborou-se a **Tabela III.1**, na qual se calculou o Índice de Bela Balassa para cada um destes oito países, no papel em que se destacaram e de acordo com o número de projetos em

que participaram. Desta forma, obtivemos então, para cada país, um valor do IVCR para a CHSS Bilateral e outro para a CSS Triangular.⁴

Tal como já se explicou no capítulo anterior e adaptando-o a esta análise em particular, considera-se que a partir de valores superiores a 0,9 do índice, a importância da modalidade para o país e para esse papel é destacável. Para uma melhor visualização dos resultados, elaborou-se, a partir da **Tabela III.1**, o **Gráfico III.3**, no qual se representou cada país conforme o valor que tomou o seu Índice para a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (eixo horizontal) e para a Cooperação Sul-Sul Triangular (eixo vertical). Por sua vez, sublinhou-se o valor 0,9, em ambos os eixos e marcaram-se com uma cor diferente os países selecionados para o papel de ofertantes e os selecionados para o papel de recetores. Ao dividir o gráfico em quatro quadrantes, destacam-se assim os seguintes resultados:

- a)** Por um lado, identifica-se o grupo de países que se encontram abaixo da marca horizontal mas à direita da vertical. Estes são o Brasil e a Argentina (como ofertantes) e o Equador (como recetor), sendo portanto esta a tríade de países que apresentaram uma maior vantagem relativa, sempre em relação aos restantes parceiros, na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral face à Triangular.
- b)** Outro segundo grupo, são aqueles que se situam no quadrante superior direito, quer dizer, a Bolívia, El Salvador e México. Considera-se que estes três países (os dois primeiros no papel de recetores e o México no de ofertante), apresentaram uma vantagem relativa nas duas modalidades, pelo que se pode afirmar que ambas foram relevantes quase ao mesmo nível.
- c)** Por último, observamos o grupo composto pelo Chile (no papel de ofertante) e pelas Honduras (no de recetor). Estes encontram-se situados à esquerda do valor 0,9 do eixo das coordenadas (horizontal) e muito acima do mesmo valor do eixo das ordenadas (vertical). Ambos os países, mais do que triplicaram o valor limiar para se considerar a existência de uma especialização nesta modalidade, pelo que se pode corroborar a especial importância da Cooperação Sul-Sul Triangular em comparação com a modalidade Bilateral para estes países.

⁴ Para este caso em particular, a interpretação da fórmula geral $IVCR = (X_{ij}/X_{i.}) / (X_{.j}/X_{.i})$, seria: $(X_{ij}/X_{i.})$, como o peso dos Projetos do país i na modalidade j sobre o total de Projetos da região na mesma modalidade, face a $(X_{.j}/X_{.i})$, que se interpreta como o peso do país i sobre o total de projetos em todas as modalidades da região. Ou seja, o peso relativo de uma modalidade de um país sobre o total dessa modalidade face ao peso total do país sobre o total da cooperação.

Tabela III.1.

Índice de Bela Balassa para os principais ofertantes e recetores de CHSS Bilateral e CSS Triangular. 2013

IVCR, com uma casa decimal

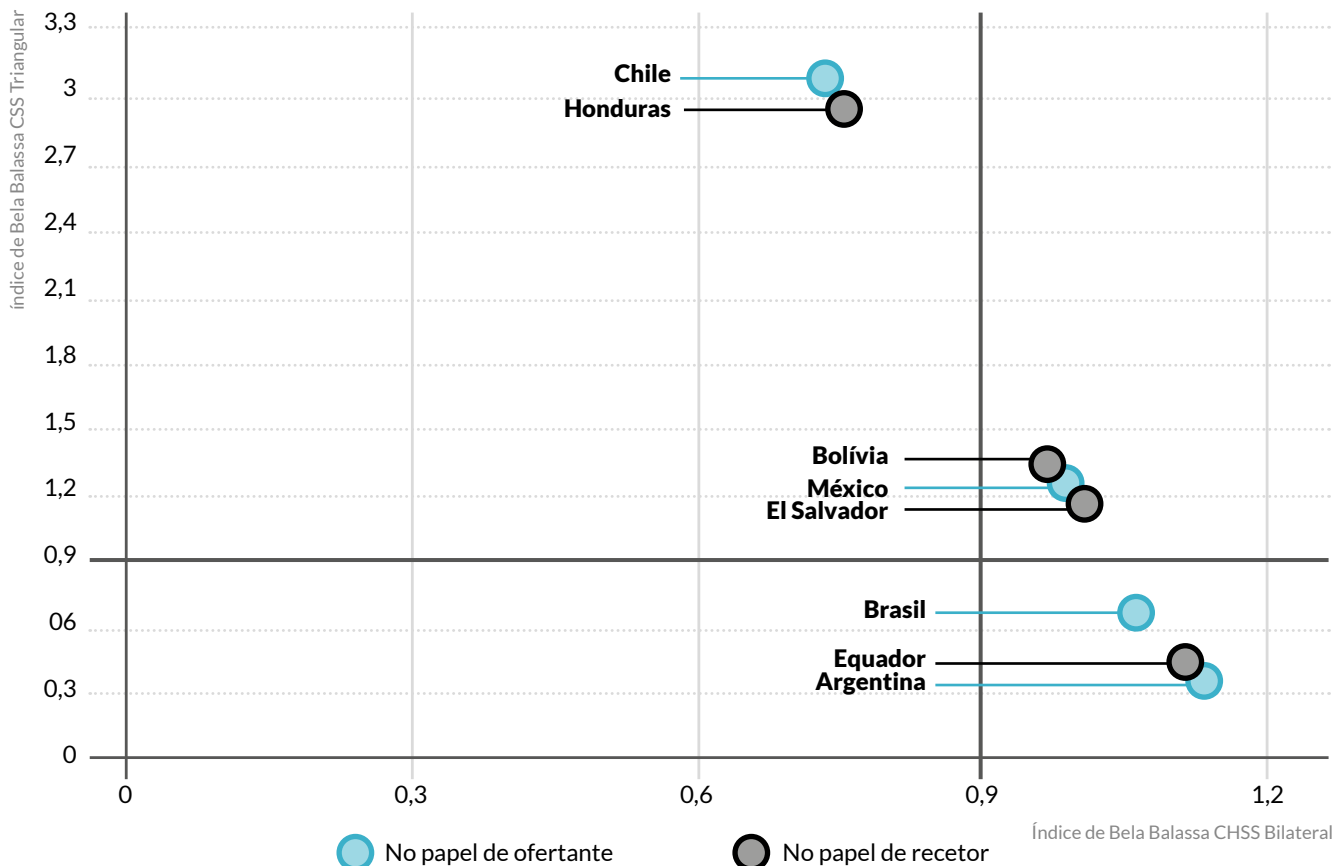
IVCR	Principais Ofertantes				Principais Recetores			
	Argentina	Brasil	Chile	México	Bolívia	El Salvador	Honduras	Equador
CSS Bilateral	1,1	1,0	0,8	1,0	1,0	1,0	0,8	1,1
CSS Triangular	0,3	0,6	3,1	1,2	1,3	1,1	3,0	0,4

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Gráfico III.3.

Principais ofertantes e recetores conforme o seu IVCR de CHSS Bilateral e Triangular

IVCR, com uma casa decimal



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

III.4.4. A participação de outras regiões: o caso do Caribe não Ibero-Americano

Para terminar, uma menção à Cooperação Sul-Sul Triangular participada pela Ibero-América mas orientada para o fortalecimento de capacidades em nações de outras sub-regiões: neste caso e tal como tem vindo a acontecer desde a primeira edição deste Relatório, com o Caribe não Ibero-Americano. A

Tabela A.III.3 inclui os projetos e as ações executadas em 2013, ordenadas por ordem alfabética conforme quem exerceu o papel de primeiro ofertante. Podem distinguir-se da seguinte forma:

a) Projetos e ações que foram exclusivamente dirigidos à sub-região e nos quais, além disso, vários países participaram simultaneamente como recetores. Foi o caso daquelas triangulações dirigidas exclusivamente a países membros do CARICOM ou da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS, nas suas siglas em inglês).

b) Iniciativas que se orientaram para diferentes regiões ou sub-regiões que englobam tanto as nações ibero-americanas como as nações do Caribe não ibero-americano. Neste sentido, faz-se referência à Mesoamérica (que inclui Belize), ou a todas aquelas experiências que foram destinadas a qualquer dos países membros da CELAC, tais como, por exemplo, os cursos lecionados pelo México, Argentina ou Chile nesta modalidade ou o programa Brasil-OIT destinado à erradicação do trabalho infantil.

c) Aqueles projetos e/ou ações que tiveram como recetor uma única nação da sub-região. Destacou-se aqui como recetor, da mesma forma que na modalidade de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, o Haiti. Um exemplo desta Cooperação Triangular pode ser observado no **Quadro III.3** através de uma experiência nova entre a República Dominicana e o Haiti, com o apoio do Japão.

III.5. O perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular em 2013

Nesta secção realiza-se um estudo setorial dos projetos e ações que se intercambiaram ao longo de 2013. Este permite esboçar um perfil de capacidades

e necessidades dos diferentes parceiros que participaram na Cooperação Sul-Sul Triangular, assim como quais foram as dimensões (com uma análise mais geral) e os setores (com uma análise mais concreta) aos quais se deu prioridade através desta modalidade de cooperação. Primeiro, apresenta-se uma análise mais geral do total de projetos e ações de Cooperação Triangular e, a seguir, outra análise que tenta traçar, para os principais países que desempenharam um determinado papel, quais foram as suas capacidades ou necessidades setoriais primordiais.

III.5.1. O perfil setorial dos projetos e das ações

Tal como no Capítulo II e com a finalidade de apresentar um perfil geral das capacidades especialmente fortalecidas pela região através da Cooperação Sul-Sul Triangular em execução no ano de 2013, recorre-se de novo aos Diagramas de Sankey. Assim, para o caso dos projetos, elaborou-se o **Diagrama III.5**, o qual mostra a distribuição dos 68 projetos de CSS Triangular de 2013 (caudal esquerdo) conforme a dimensão de atividade para a qual se orientaram (caudal central) e os diferentes setores nos quais se subdividem (caudal direito).

Da observação do **Diagrama III.5** depreende-se que:

a) O grosso da Cooperação Sul-Sul Triangular destinou-se à sua dimensão mais económica. De facto, quase 4 de cada 10 projetos foram destinados a fortalecer esta área. Apesar disso, há uma clara diferença entre a sua vertente produtiva (que representa 20,6% do total da cooperação) e a sua vertente mais relacionada com as infraestruturas e a prestação de serviços económicos (8,8%). Relativamente à primeira, 70% dos projetos dedicaram-se ao setor agropecuário, reforçando tanto processos de produção de diversos alimentos (gergelim, batata, caju ou a apicultura), como a gestão e vigilância de pragas ou aspetos como a certificação fitofarmacêutica. Quanto aos serviços económicos, estes foram projetos relacionados principalmente com a empregabilidade, o empreendedorismo e o desenvolvimento científico-tecnológico.

b) O fortalecimento institucional agrupou quase um quarto dos projetos (24,2%) e todos eles se destinaram ao setor governamental. Para conhecer com mais pormenor quais foram as principais áreas fortalecidas

Quadro III.3.

A Cooperação Triangular com o Caribe não Ibero-Americano: uma experiência entre a República Dominicana, o Japão e o Haiti

Uma das experiências de Cooperação Sul-Sul Triangular com o Caribe não ibero-americano de maior destaque daquelas que estiveram em execução ao longo de 2013, foi o “Projeto de Formação de Profissionais Agrícolas e Florestais do Haiti em Sistemas de Produção Agrícola em Zonas de Montanha”, conhecido pelas suas siglas PROAMOH. Este envolveu os governos do Haiti, República Dominicana e Japão num projeto que procurou incrementar a produção agrícola dos produtores em áreas de montanha (os sistemas montanhosos que atravessam a ilha de Santo Domingo são três) através de assistências técnicas oferecidas pela República Dominicana. Este projeto é sobretudo inovador porque é a primeira experiência entre a República Dominicana, o Haiti e um país desenvolvido, e porque é uma das experiências pioneiras da República Dominicana no papel de ofertante de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular.

A origem do projeto fundamentou-se, por um lado, numa experiência bilateral anterior entre a República Dominicana e o Japão, e, por outro lado, na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza do Haiti (DENRPC), em que a agricultura e a segurança alimentar se destacam como áreas de vital importância. Isto decorre principalmente do peso que o setor agrícola tem na economia haitiana, onde representa cerca de 25-30% do PIB, para além da ocupação profissional do mesmo, que representa cerca de dois terços da população economicamente ativa.¹ Apesar de tudo isto, mais de 80% dos agricultores não estão em condições de autossuficiência e parte das causas subjacentes a esta circunstância são a baixa qualidade da tecnologia agrícola, a insuficiência de fundos e a falta de infraestruturas indispensáveis à circulação de produtos agrícolas.

Assim foi como se fundamentou o pedido do governo haitiano ao Japão para a capacitação de extensionistas rurais em técnicas e sistemas de produção que foram adequadas aos solos de montanha para melhorar a produtividade dos cultivos e o nível de receitas dos produtores, tudo isto num enquadramento de sustentabilidade ambiental. Posteriormente,

a planificação do projeto foi elaborada de forma consensual depois de se realizarem tanto visitas ao Haiti para identificar o pedido, como à República Dominicana para fazer o mesmo com a oferta. Adaptou-se assim a experiência anterior entre o Japão e a República Dominicana, na qual se tinha abordado a produção em montanha, agregando os componentes de sustentabilidade ambiental. Os destinatários do projeto foram tanto técnicos locais e centrais do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Governo do Haiti, como técnicos de, pelo menos, 10 Organizações Não Governamentais haitianas.

A administração do projeto foi estruturada a três níveis (político, operacional e de coordenação no terreno) onde se envolveram intervenientes dos três países. Desta forma participaram, por parte da República Dominicana, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Economia Planificação e Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura e a Universidade ISA; por parte do Japão, o interveniente que participou foi a Agência Internacional do Japão; e por parte do Haiti intervieram o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural e o Ministério da Planificação e Cooperação Externa. Todos os intervenientes assinaram, com a consequente aceitação, o Registo de Discussões que serviu de acordo para o projeto onde se concretizavam todos os aspetos relativos aos contributos de cada país, às responsabilidades assumidas por cada um deles e aos assuntos relacionados com a governação e administração do projeto (incluindo os diversos comités preestabelecidos que garantiriam uma maior transparência, horizontalidade, consenso nas negociações e, sobretudo, uma maior responsabilidade partilhada). Este Registo de Discussões é, consequentemente, o resultado das deliberações conjuntas entre todos os países que participaram no projeto.

Os resultados da implementação deste projeto são a capacitação de 98 técnicos haitianos em

¹http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_National_05-11-12.pdf

técnicas de sistemas de produção agrícola em zonas de montanha, ao longo de seis cursos que foram lecionados na Universidade ISA, em Santiago de los Caballeros (República Dominicana). Para garantir a sustentabilidade do projeto, foram tomadas determinadas medidas orientadas para melhorar os critérios de seleção dos participantes, traduziram-se os materiais do curso para creole² e efetuaram-se 12

² Também conhecido por crioulo haitiano, língua maioritária do Haiti. <http://catunescopucmm.org/web/espaco-didactico/articulos/201-nuevas-miradas/208-reivindicacindelcreole.html>

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, Governo do Haiti e UNESCO

visitas de acompanhamento aos técnicos no terreno. Por último, devemos sublinhar o reconhecimento especial outorgado a este projeto pelo Gabinete das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), no quadro da quinta edição da Expo Global de Cooperação Sul-Sul, que teve lugar no ano de 2012, em Viena (Áustria).

no âmbito do Governo, realiza-se uma análise análoga à já realizada no **Capítulo II**. Os resultados incluem-se no **Quadro III.4**.

c) Uma quinta parte dos projetos, dirigiram-se ao estabelecimento e fortalecimento das infraestruturas e serviços de dimensão social. Neste grupo, metade dos mesmos deu prioridade à prestação de serviços de saúde (tais como a atenção precoce ou os serviços de transfusões) e à segurança alimentar, enquanto que a metade restante se distribuiu, em 14% para a melhoria do tratamento e processamento dos sistemas de distribuição de água, e em 35,7% para outros serviços sociais (tais como a atenção a pessoas com deficiência) e para o apoio à implementação de políticas sociais.

d) Por último, foram dedicados ao âmbito ambiental 17,6% dos projetos, dos quais, a grande maioria (91,7%) se dirigiram a reforçar a proteção e o cuidado com o ambiente, dando especial atenção às alterações climáticas (no **Quadro III.5** apresenta-se uma análise mais pormenorizada do mesmo). A restante percentagem foi a que se dedicou à gestão de desastres, mais concretamente à prevenção dos mesmos, como por exemplo, à experiência entre Cuba, El Salvador e a Noruega que se apresenta no **Quadro III.6**.

Por seu lado, e para se passar a conhecer o perfil das capacidades, fortalecido através das ações, elaborou-se o **Gráfico III.4**, o qual inclui, por um lado, a distribuição das 98 ações registadas em 2013 conforme a sua dimensão setorial (**Gráfico III.4.A**) e, por outro lado, conforme os setores para os quais preferencialmente se orientou a sua atividade (**Gráfico III.4.B**).

Da interpretação do gráfico depreende-se que:

a) Quase metade de todas as ações (48%) foram dirigidas ao fortalecimento institucional da estrutura governamental, percentagem esta que praticamente duplicou a que corresponde aos projetos. Estas ações foram dirigidas para questões de segurança cidadã e nacional, tais como para a luta contra o tráfico de droga ou o branqueamento de capitais.

b) As ações com uma orientação económica também representaram 21,5% do total, predominando o setor agropecuário como destinatário de 8,2% do total das mesmas, com ações encaminhadas sobretudo para incorporar aspetos de sustentabilidade à produção agrícola e pecuária. Também ressaltou a área científico-tecnológica (7,1%) através de capacitações, por exemplo, no âmbito do desenvolvimento e utilização de ferramentas de gestão de dados ou de processos de laboratório.

c) Entretanto, as ações destinadas a fortalecer o ambiente (10,2% do total), estiveram preferencialmente centradas na proteção e no cuidado com o ambiente natural.

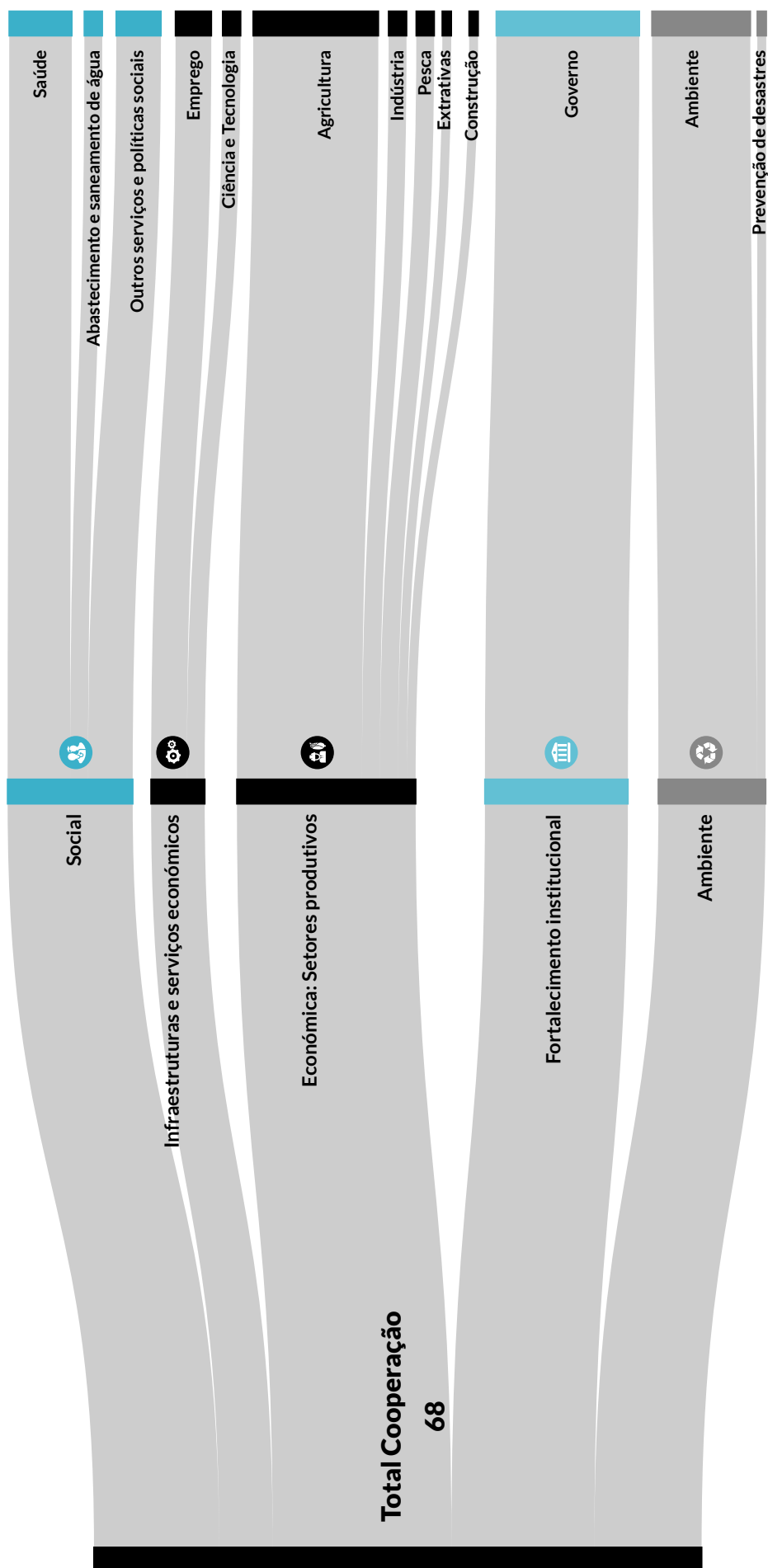
d) Finalmente, com uma percentagem menor (de 5,1%) registaram-se atividades relacionadas com a luta contra a violência de género, a gestão, a sustentabilidade e a saúde urbana ou o extensionismo rural.

III.5.2. O perfil setorial dos países conforme o seu papel

Na altura de realizar um estudo sobre qual foi o

Diagrama III.5. Distribuição dos projetos de Cooperação Sul-Sul conforme a dimensão e o setor. 2013

Em unidades

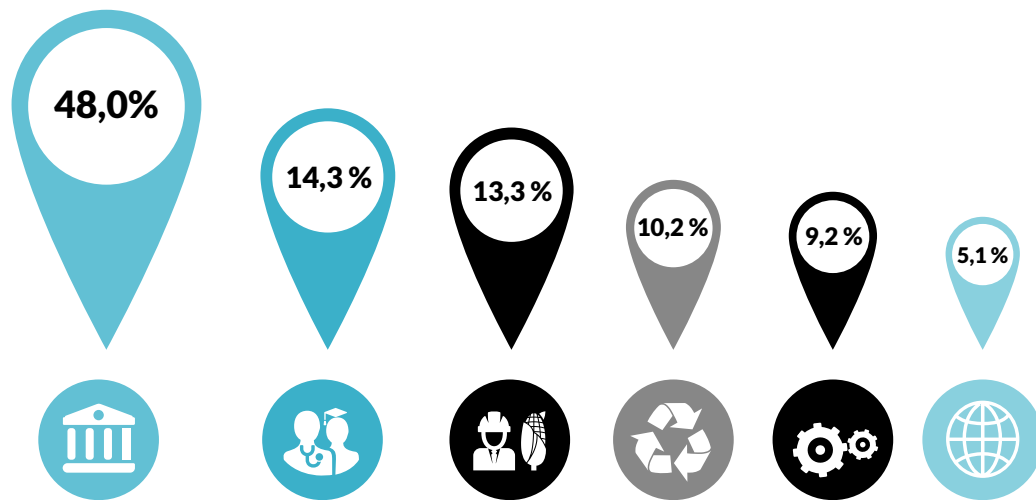


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

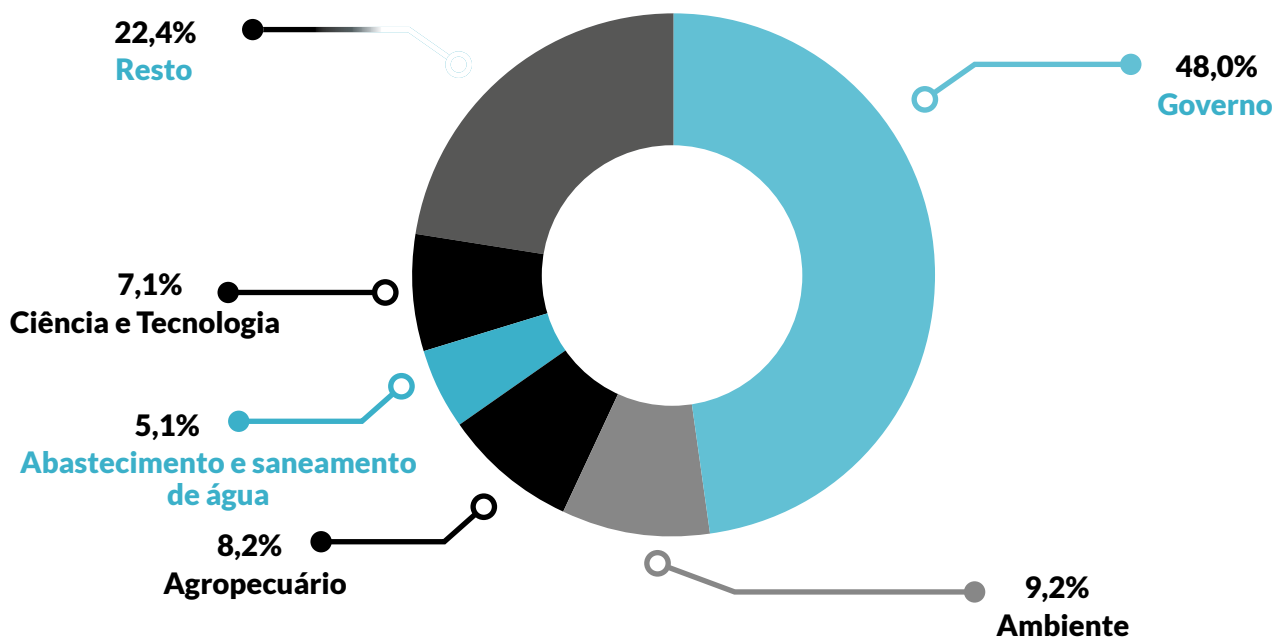
Gráfico III.4. Distribuição das ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme a dimensão e o setor. 2013

Em percentagem

III.4.A. Dimensões de atividade



III.4.B. Setores de atividade



👥 Social
💰 Económica
{ ⚙️ Infraestruturas e Serviços Económicos
🏭 Sectores produtivos
}
🏛️ Fortalecimento institucional
♻️ Ambiente
🌐 Outras dimensões

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

perfil setorial que cada um dos países apresentou na Cooperação Sul-Sul Triangular de 2013, elaborou-se o **Gráfico III.5**. Este inclui, para cada um dos três papéis que se identificam na CSS Triangular, os três principais países⁵ que mais projetos executaram e quais foram as dimensões setoriais nas quais se enquadraram os mesmos. Da observação do gráfico depreende-se que:

“O Chile apresentou um perfil claramente socioeconómico; o Brasil deu prioridade à cooperação do setor produtivo; o México dedicou mais de metade dos seus projetos ao cuidado e à proteção do ambiente; e a Bolívia fez prevalecer o âmbito social e o fortalecimento institucional”

a) O Chile apresentou um perfil claramente socioeconómico (74%), destinando um terço dos seus projetos à área social, concretamente ao setor da saúde e às políticas sociais. Os destinatários destes projetos foram principalmente países centro-americanos e os países vizinhos, Paraguai e Bolívia. Na área económica, destacou-se a vertente mais produtiva, especialmente o setor agropecuário, para o qual se contou principalmente com o apoio dos Estados Unidos e cujo destino foi maioritariamente El Salvador. Por último, o fortalecimento institucional (que representou 18,5%) deu uma ênfase especial à segurança dos cidadãos e orientou-se também para a região da América Central.

b) Por seu lado, o Brasil deu prioridade à cooperação económica, também com um maior peso no setor produtivo, estando este vinculado por completo a projetos agrícolas com as Honduras e os Estados Unidos. Devemos mencionar que este último se destacou por realizar uma Cooperação Triangular muito marcada nesta dimensão (70% do total). No âmbito do fortalecimento institucional destacaram-se as triangulações brasileiras com a OIT em projetos orientados para erradicar o trabalho infantil.

c) Relativamente ao México, mais de metade dos seus projetos dirigiram-se à proteção e cuidado do ambiente, associando-se para isso fundamentalmente com a Alemanha, cuja cooperação neste âmbito representou mais de um terço do seu total. Os principais destinatários foram a América Central e os países andinos.

d) Por outro lado, o Japão, no papel de segundo ofertante, canalizou intensamente as suas triangulações para o setor económico (63,6% da sua cooperação) e dentro do mesmo, proeminentemente para o setor agrícola, piscícola e Industrial, muito vinculados com a sua cooperação com a Argentina.

e) Finalmente, as triangulações da Bolívia foram muito marcadas setorialmente pela cooperação com Espanha e a Alemanha nos setores sociais (saúde e saneamento) e no fortalecimento institucional na área do governo eletrónico e da defesa dos povos indígenas.

III.6. Outras características da Cooperação Sul-Sul Triangular

A possibilidade de dispor de outros dados relativos às diversas iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular (como podem ser as datas de início e conclusão das atividades ou os custos executados e orçamentados para cada projeto e ação), permite-nos aprofundar o conhecimento desta modalidade de cooperação a partir da análise de outros aspetos de interesse: a modo de ilustração, saber qual foi a duração média de cada iniciativa ou em quanto se calcula a contribuição média de cada um dos parceiros para um ano ou para todo o ciclo do projeto.

A presente secção tem por objetivo realizar uma aproximação a estas outras características do comportamento da Cooperação Sul-Sul Triangular executada na Ibero-América em 2013. Devemos no entanto mencionar que os resultados obtidos não são totalmente conclusivos, pois neste caso deparamo-nos com uma importante limitação já que a informação de que dispomos é ainda parcial e não se refere à totalidade das iniciativas registadas.

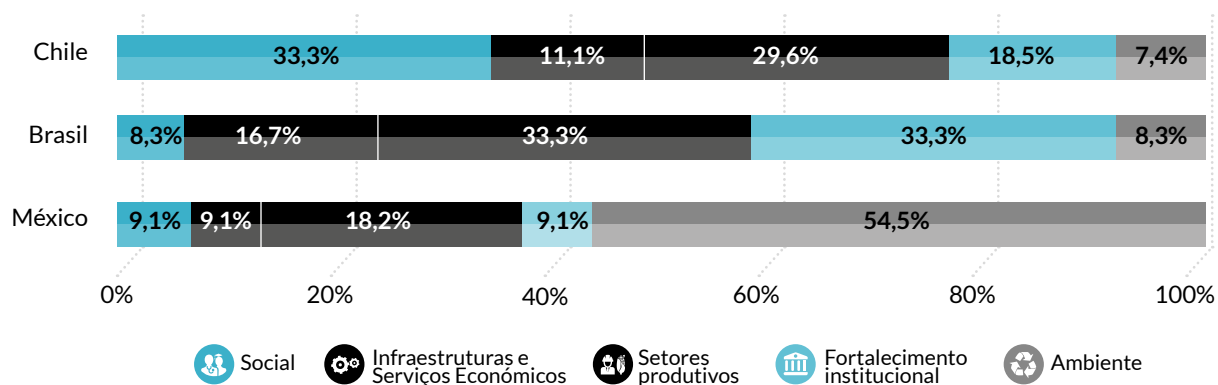
⁵ Para que os resultados sejam significativos, a análise só se aplica àqueles países que participaram num mínimo de 9 projetos.

Gráfico III.5.

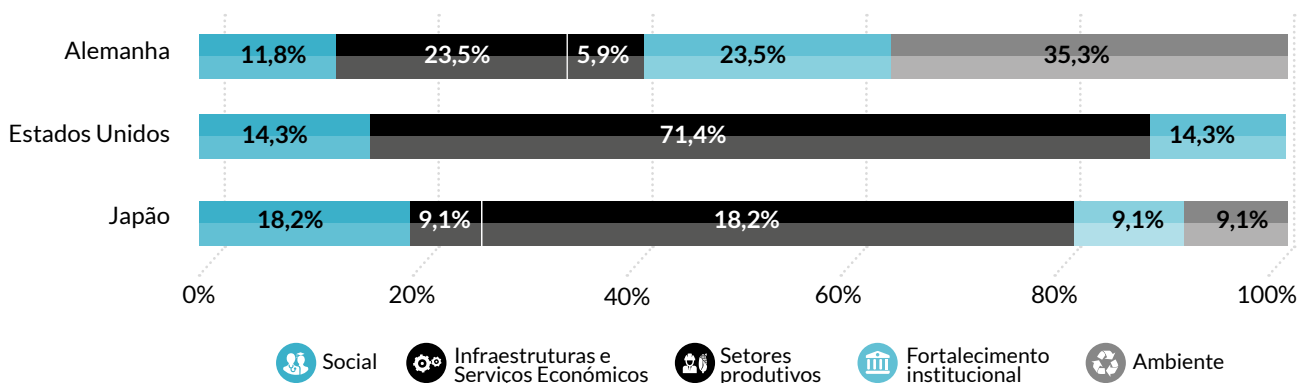
Dimensão setorial dos Projetos de CSS Triangular, conforme o seu papel. 2013

Participação, em percentagem

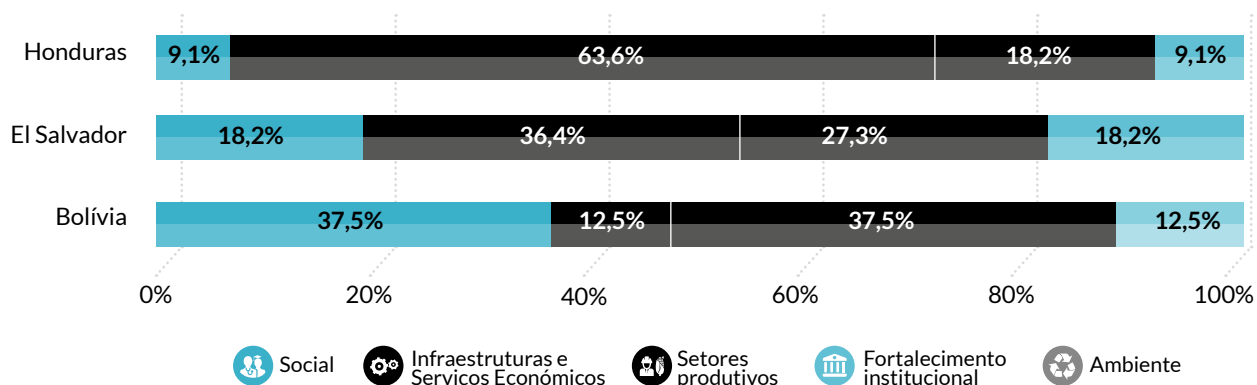
III.5.A. Primeiros Ofertantes



III.5.B. Segundos Ofertantes



III.5.C. Recetores



Quadro III.4. Examinando a Cooperação Sul-Sul Triangular orientada para o fortalecimento institucional

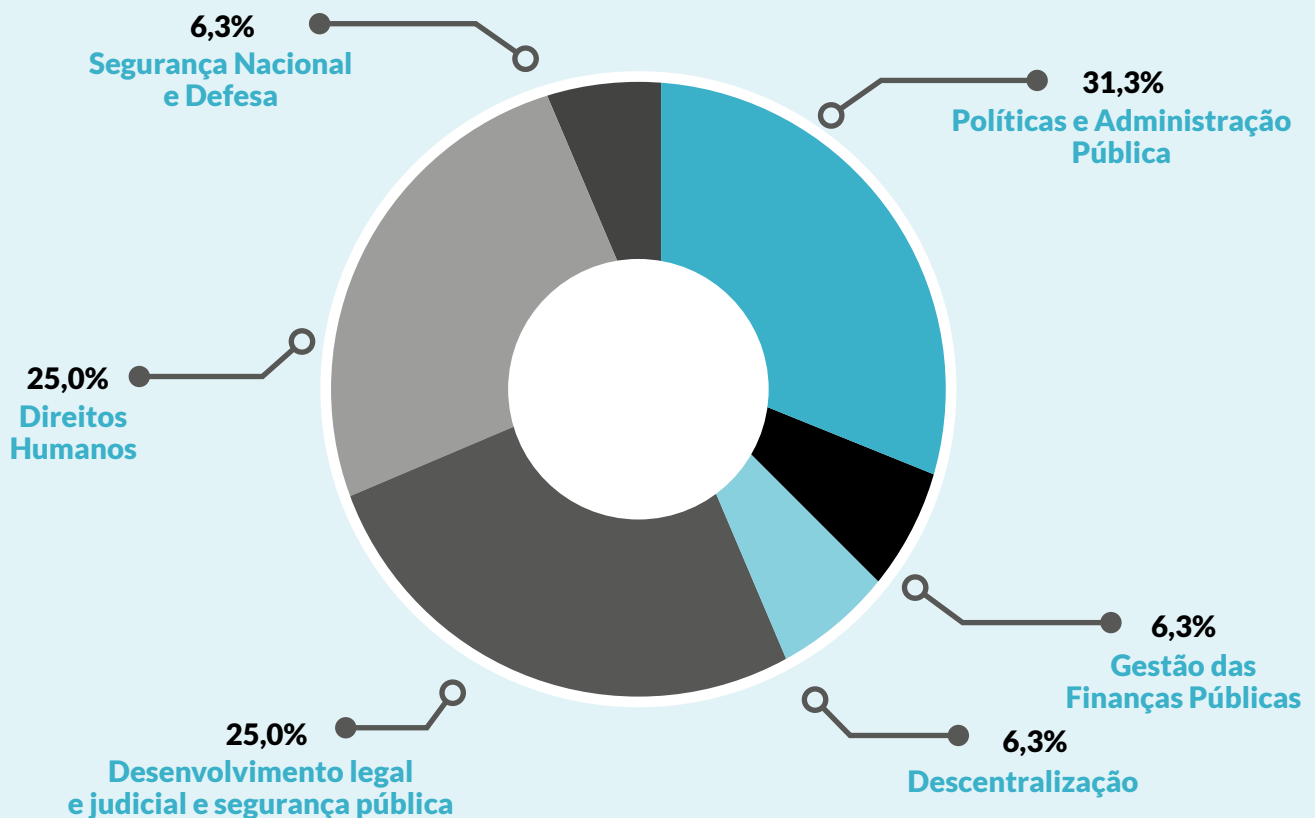
No capítulo II do presente relatório, incorpora-se pela primeira vez uma nova análise sobre a Cooperação Sul-Sul no setor *Governo*. Esta orienta-se para analisar quais foram os subsetores prioritários no fortalecimento geral do setor público que essa denominação inclui. Em concreto, o setor *Governo* desagregou-se em:

- a) Políticas e Administração Pública.
- b) Gestão de finanças públicas.
- c) Descentralização e apoio a níveis de governo diferentes do central.

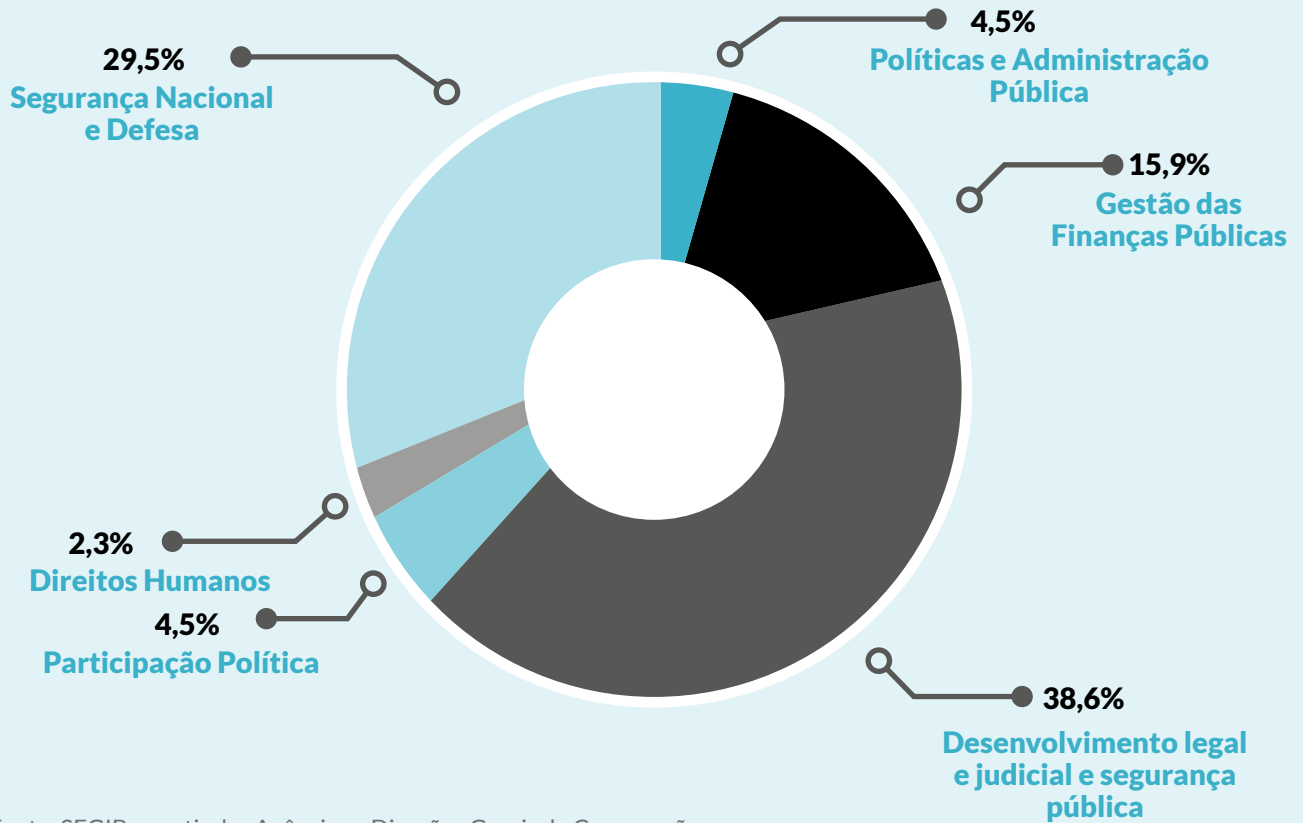
- d) Desenvolvimento legal, judicial e segurança pública.
- e) Participação política.
- f) Direitos humanos.
- g) Segurança nacional e defesa.

Aplicando a mesma desagregação aos 16 projetos e 47 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que ao longo de 2013 se executaram no âmbito do fortalecimento governamental, obtém-se o seguinte gráfico, através do qual se observa em que subsetores se concretizaram as iniciativas antes mencionadas.

Desagregação subsetorial da CSS Triangular orientada para o fortalecimento governamental. 2013
Em percentagem



Desagregação subsetorial da CSS Triangular orientada para o fortalecimento governamental. 2013
Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da sua observação depreende-se que:

a) No caso dos projetos, estes executaram-se maioritariamente nos subsectores de Políticas e Administração Pública, representando 31,3% dos mesmos. Estes centraram-se sobretudo em políticas de defesa do consumidor, no fortalecimento de diversas instituições, tais como a Secretaria da Função Pública ou em determinados aspetos, nomeadamente na melhor gestão do emprego público. Os outros dois subsectores que mais projetos agruparam foram o do desenvolvimento legal e judicial (com iniciativas orientadas para uma maior segurança dos cidadãos) e o dos Direitos Humanos, especialmente aqueles relacionados com o objetivo de reduzir o trabalho infantil.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

b) Relativamente às ações, estas destacaram-se no âmbito da segurança pública (38,6%), tais como as ações orientadas para capacitar as forças de segurança do Estado em questões como os direitos humanos, a polícia comunitária, ou a criação de observatórios do delito. Outro subsetor importante foi o da segurança nacional, representando quase 30% e especialmente centrado em assuntos como o tráfico de drogas, o branqueamento de capitais ou o controlo de armas. Por último, com 15,9%, sublinham-se as capacitações no âmbito da gestão das finanças públicas, muito especialmente as dedicadas a fortalecer os sistemas tributários e a transparência e prestação de contas.

Quadro III.5.

A proteção e a conservação do ambiente através da Cooperação Sul-Sul Triangular

Um dos setores prioritários abordado através da Cooperação Sul-Sul Triangular foi o da proteção do ambiente e o da adaptação e luta contra as alterações climáticas, temas de grande importância para os países ibero-americanos. Prova disso é o número de eventos internacionais que a região acolhe cada vez mais, tais como a Conferência Rio +20, que teve lugar no Rio de Janeiro, no ano de 2012 ou a mais recente 20ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 20), realizada no passado mês de dezembro, em Lima. Esta última é a reunião anterior à que terá lugar em dezembro de 2015, em Paris, e que se espera culmine com a assinatura de um novo acordo internacional em matéria de alterações climáticas, que entrará em vigor em 2020.

Mas o número de eventos relacionados com o ambiente auspiciados pela região não foi o único indicador do esforço e interesse que os países têm sobre esta questão, tendo-se esta ideia visto também reforçada pelos anúncios realizados na COP20 por parte de alguns países ibero-americanos. Destacam-se: os planos de reflorestação apresentados por países como México, Peru, Colômbia, Guatemala, Equador, El Salvador, Chile ou Costa Rica; os compromissos das contribuições para o Fundo Verde para o Clima assumidos pelo Panamá, Peru, Colômbia e México ou o lançamento do Plano Nacional de Adaptação do Chile, apenas para dar alguns exemplos.

Estes esforços em matéria ambiental viram-se também refletidos nos 11 projetos de Cooperação Sul-Sul

Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular na área do Ambiente

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Recetor	Projeto
Brasil	Itália	Bolívia	Programa de Cooperação Triangular Amazónia sem Fogo
Chile	Alemanha	Colômbia	Projeto de Cooperação Internacional para o Fortalecimento da Gestão dos Resíduos da Colômbia
Chile	Alemanha	Honduras	Fortalecer a Institucionalidade da Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente no Tratamento Integral de Resíduos Sólidos nas Honduras
Colômbia	SNU (PNUMA)	Costa Rica	Projeto da estrutura curricular para a especialização de climatização, por módulos, no INA.
México	Alemanha	Colômbia	Colaboração Técnico-Científica entre o México, a Colômbia e a Alemanha sobre Sistemas de Monitorização Ambiental, Biodiversidade e Impactos das Alterações Climáticas Baseados em Sistemas de Satélites.
México	Alemanha	Peru	Gestão de Sítios Contaminados
México	Alemanha	Peru	Sistema de Informação e Indicadores para a Gestão de Sítios Contaminados (PRIMEIRA FASE)
México	Alemanha	Mesoamérica	Esquema Amplo de Cooperação Triangular em Gestão Ambiental Urbana e Industrial
México	Japão	El Salvador	Produção de informação de qualidade da água da zona costeira face às alterações climáticas.
México	Noruega	Vários	Fortalecimento da preparação de Redução de Emissões por Degradação e Desflorestação (REDD+) no México e fomento da cooperação Sul-Sul
Uruguai	Vários	Peru	Cooperação técnica entre o Uruguai e o Peru para Políticas de fomento do Crescimento Verde, no quadro do programa "P2P para um desenvolvimento inclusivo e sustentável na América Latina e no Caribe"

Triangular relacionados com o ambiente que os países mantiveram em execução no ano de 2013. Estes constituíram 16,4 % do total dos projetos de CSS Triangular que se executaram na região e apresentam-se na tabela seguinte, conforme quem exerceu o papel de primeiro ofertante.

Destacam-se particularmente:

a) Os projetos relativos a medir, quantificar e produzir informação sobre os efeitos das alterações climáticas. Tratou-se, por exemplo, do que o México e a Colômbia desenvolveram, com o apoio alemão sobre sistemas de satélites de monitorização ambiental ou o de recompilação de informação da qualidade da água na zona costeira, que contou também com a participação do México, embora associado, neste caso, ao Japão e a El Salvador.

b) Os projetos executados que se relacionaram com a gestão de sítios contaminados ou com o manejo de

resíduos sólidos, tais como os dois que envolveram o Chile e a Alemanha, por um lado com a Colômbia e, por outro lado, com as Honduras; ou os dois executados pelo México com o Peru, ambos com o apoio da Alemanha.

c) Os projetos promovidos para fortalecer aspetos tão diferentes como a gestão ambiental urbana, a prevenção de incêndios na Amazónia, a redução das emissões de gases com efeito de estufa ou a incorporação de políticas de crescimento verde.

Por último, devemos mencionar que ao longo de 2013 também se executaram 8 ações, que consistiram em capacitações em matéria de gestão de áreas protegidas, conceção de projetos de carbono ou implementação da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes. Estes cursos, oferecidos pela Argentina, Brasil e México, foram principalmente executados em conjunto com o Japão, através da sua modalidade de cursos com países terceiros.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, Edwards, G e Roberts, T (2015)

Quadro III.6. A Cooperação Triangular na gestão de desastres: o exemplo de Cuba, El Salvador e Noruega

Tal foi o volume e a magnitude dos desastres que se verificaram nos últimos anos no mundo, que o Gabinete das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR nas suas siglas em inglês) calcula em 2.900 milhões o número de pessoas que se viram afetadas por eles no período 2000-2012 (OFDA-CRED em UNISDR, 2013). Uma grande parte dos mesmos, especialmente os desastres de carácter ambiental, podem também vir a aumentar no futuro devido aos efeitos das alterações climáticas e do aquecimento dos oceanos (IPCC, 2008).

Os países ibero-americanos também foram vulneráveis a esses desastres, mas têm vindo a promover fórmulas para melhorar a sua gestão. Um exemplo disto é a colaboração entre Cuba e El Salvador, apoiada pela Noruega e que a seguir se apresenta. Para esse efeito, devemos referir que:

a) No que se refere a El Salvador, as suas particulares condições geográficas e geológicas, tornam-no num país vulnerável a sofrer uma vasta variedade de desastres ambientais. Nos últimos vinte anos, a sua população viu-se afetada por inundações, secas, erupções vulcânicas, terremotos (especialmente os dois que tiveram lugar em 2001) e furacões (como o Mitch, em 1998 ou o Stan, em 2005) (MARN/SNT e PNUD, 2008).

b) Dada a sua situação geográfica, Cuba, localizada a oeste do Mar do Caribe, é um país suscetível de se ver anualmente afetado por diversos eventos, predominantemente de carácter hidro-meteorológico e mais especialmente, por furacões. Prova disso são as mais de 20 tempestades tropicais que se registaram no país entre 1998 e 2008, 14 delas furacões, dos quais 7 foram considerados de grande intensidade (Llanes, 2010). Diversos organismos, tais como as Nações

Unidas (2004) destacaram e elogiaram o sistema de gestão de desastres cubano, que permitiu que face a estes eventos de natureza climática, a vulnerabilidade das populações fosse menor. Este sistema salienta-se, por um lado, por um vasto enquadramento jurídico que garante a implementação de uma estratégia que reduz os desastres e, por outro, pelos pilares básicos que são parte deste sistema, nomeadamente a educação cidadã, o Instituto Meteorológico, o Sistema de Defesa Civil ou as dezenas de Centros de Gestão para a Redução do Risco existentes ao longo de todo o país.

Neste contexto, com o objetivo de apoiar a implementação da sua linha estratégica nacional de *Gestão da Redução de Riscos de Desastres e Adaptação às Alterações Climáticas*, o Governo de El Salvador interessou-se pela aclamada experiência cubana através do seu sistema único de respostas para os desastres. A resposta positiva de Cuba possibilitou que, em outubro de 2013, se iniciasse o projeto *Estudo de Cooperação Técnica CITMA-MARN para o Fortalecimento de Capacidades para a Redução de Riscos de Desastres e Adaptação às Alterações Climáticas*.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, IPCC, MARN/SNT e PNUD, Nações Unidas, UNISDR e Llanes, J (2010)

Neste primeiro projeto, os parceiros salvadorenhos e cubanos foram: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ambiente (CITMA) de Cuba e o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (MARN) de El Salvador. Ambas as instituições contavam já com um acordo de cooperação técnica e científica, assinado em 2011. Uma vez iniciadas as negociações do projeto, convidou-se a Noruega para fazer parte do mesmo. Por outro lado, para formalizar a sua incorporação no projeto, a Noruega assinou um acordo com El Salvador, dado ser este o país que exerceu como gestor dos recursos financeiros da Noruega.

Depois da sua implementação, lançaram-se as bases para executar um segundo projeto destinado a promover a criação de um *Centro de Capacidades para a Redução de Riscos de Desastres e Adaptação às Alterações Climáticas* em El Salvador. Na realidade, tratava-se de um projeto já em execução por parte da Noruega, conjuntamente com Cuba, Haiti, Jamaica e República Dominicana. A incorporação de El Salvador permitir-lhe-á fortalecer-se em diversas áreas, tais como nos estudos de perigo, vulnerabilidade e riscos ou na análise da inter-relação com outros fatores determinantes.

III.6.1. Usando indicadores construídos à volta de Datas

A presente análise realiza-se a partir das datas de início e de conclusão da atividade dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular promovidos na Ibero-América em 2013. Antes de qualquer tratamento estatístico e dado que, como já se mencionou, a informação disponível é parcial e incompleta, devemos primeiro analisar qual a cobertura de que dispomos. Para isso construiu-se a **Esquema III.2** a qual inclui para cada um dos tipos de iniciativa (projetos ou ações), quantos deles (em unidades e como percentagem do total) têm informação associada relacionada com a Data de início da atividade, de conclusão ou de ambas.

Da sua observação depreende-se que:

- a) No caso dos projetos, a disponibilidade das datas de início aproxima-se dos 60%. Entretanto, a disponibilidade das datas de conclusão é algo menor, mas próxima dos 50%; uma percentagem exatamente igual à correspondente aos projetos para os quais dispomos, simultaneamente, de ambos os dados.
- b) Por sua vez, no caso das ações, a cobertura é muito maior, pois as diferentes percentagens situam-se sempre acima dos 90%: em concreto, de 93,9% naquelas ações para as quais dispomos de dados relativos às datas de início; e de 92,9% no que se refere à data de finalização ou a ambas.

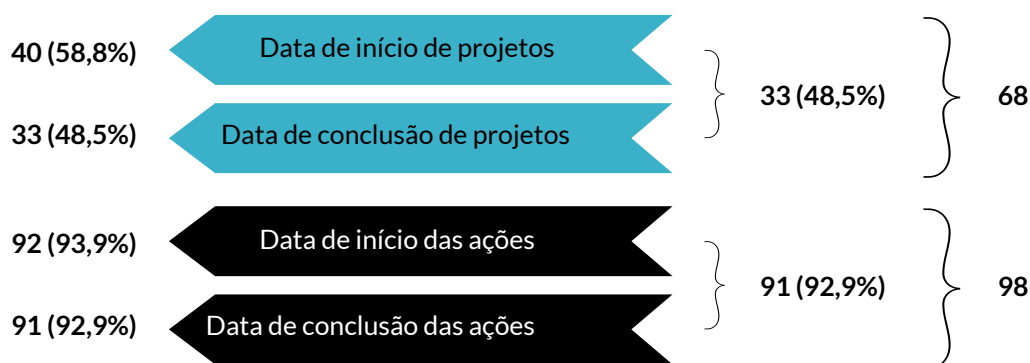
Usando as datas de início e de conclusão ou combinando-as para cada iniciativa, podemos observar o seguinte:

- a) Em que momento os projetos e as ações tiveram tendência para iniciar ou concluir.

Esquema III.2.

Informação disponível sobre as datas de início e de conclusão das iniciativas de CSS Triangular. 2013

Em unidades e como percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

b) Qual foi a duração mais habitual dos projetos e das ações.

c) Quão semelhante ou diferente foi a duração média de cada tipo de iniciativa.

Para este efeito, foi elaborado, em primeiro lugar, um histograma de frequências (**Gráfico III.6**). Este representa a percentagem de projetos que se iniciaram ou concluíram em cada ano. Do exame do referido gráfico podemos concluir que:

a) Conforme se observa, apenas 5% dos projetos que estiveram em execução em 2013 começaram antes de 2011. A maior parte iniciou-se nos anos 2011 e 2012 (50% dos projetos, na mesma proporção para cada um desses anos), enquanto que uns notáveis 45% registaram como data de início o próprio ano de 2013.

b) Por seu lado, algo mais que um terço dos projetos terminaram ao longo do mesmo ano de 2013, enquanto que 27,3% tinham previsto acabar em 2014 e 30,3% em 2015. A partir de 2016, só estava prevista a conclusão de 6,1% dos projetos.

Finalmente, e usando simultaneamente as datas de início e de conclusão, podemos estimar qual foi o tempo de duração que, em média, registaram os ciclos de execução tanto das ações como dos projetos. Com este objetivo, elaboraram-se de novo dois histogramas, correspondentes aos **Gráficos III.7.A** e **III.7.B**, através

dos quais se representa que percentagem de projetos e ações, respetivamente, registaram médias de duração pertencentes a cada um dos intervalos considerados (de 180 dias para os projetos e de 10 dias para as ações).

Da observação de ambos os histogramas depreende-se que:

a) No caso dos projetos, a maioria, praticamente 7 em cada 10, tiveram uma duração inferior a 900 dias (equivalentes a 2 anos e meio). Destes, a maior parte foram executados num período entre dois anos e dois anos e meio. Relativamente aos restantes, 27% registaram períodos de execução entre 3 e 4 anos (de 1080 a 1440 dias) e apenas 3% dos projetos necessitou, para completar o seu ciclo de execução, de um período superior aos 4 anos.

b) Em contraste com o anterior, e quanto às ações, quase 6 em cada 10 completaram-se em menos de diez dias. Entretanto, 37,4% executaram-se num intervalo de 11 a 40 dias; e uma percentagem menor, de 3,3%, registaram um tempo superior a 40 dias.

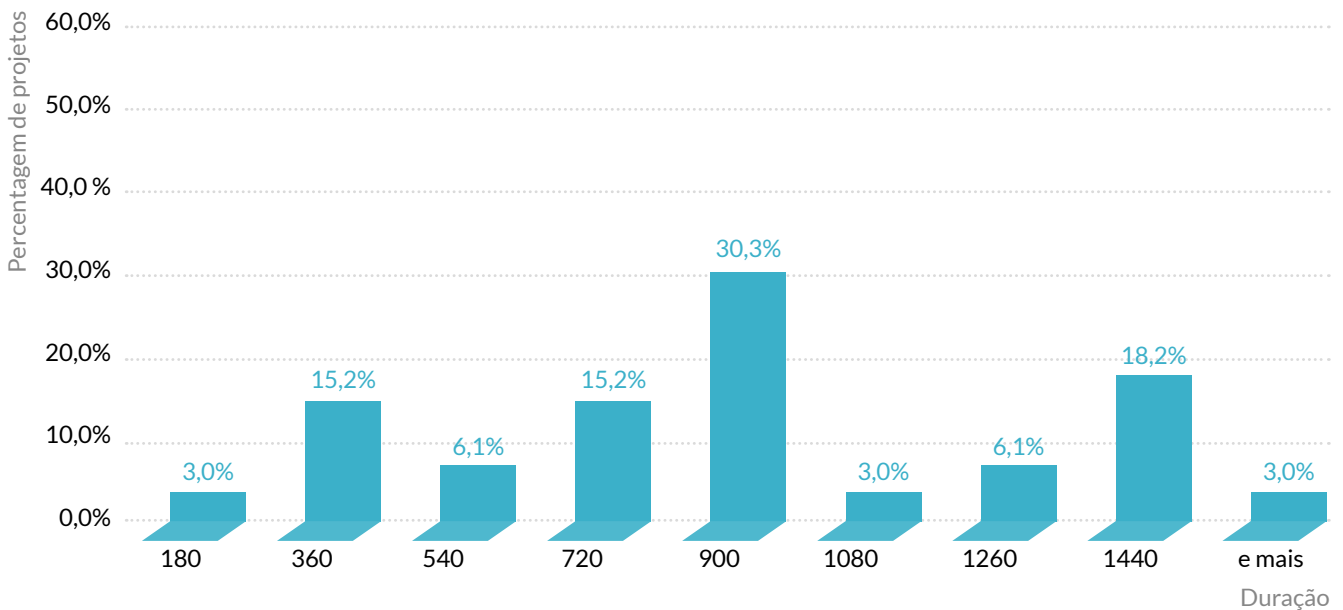
III.6.2. Usando indicadores construídos à volta de Custos

Outra das variáveis sobre a qual dispomos de informação são os custos associados às diferentes iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular. Tal como

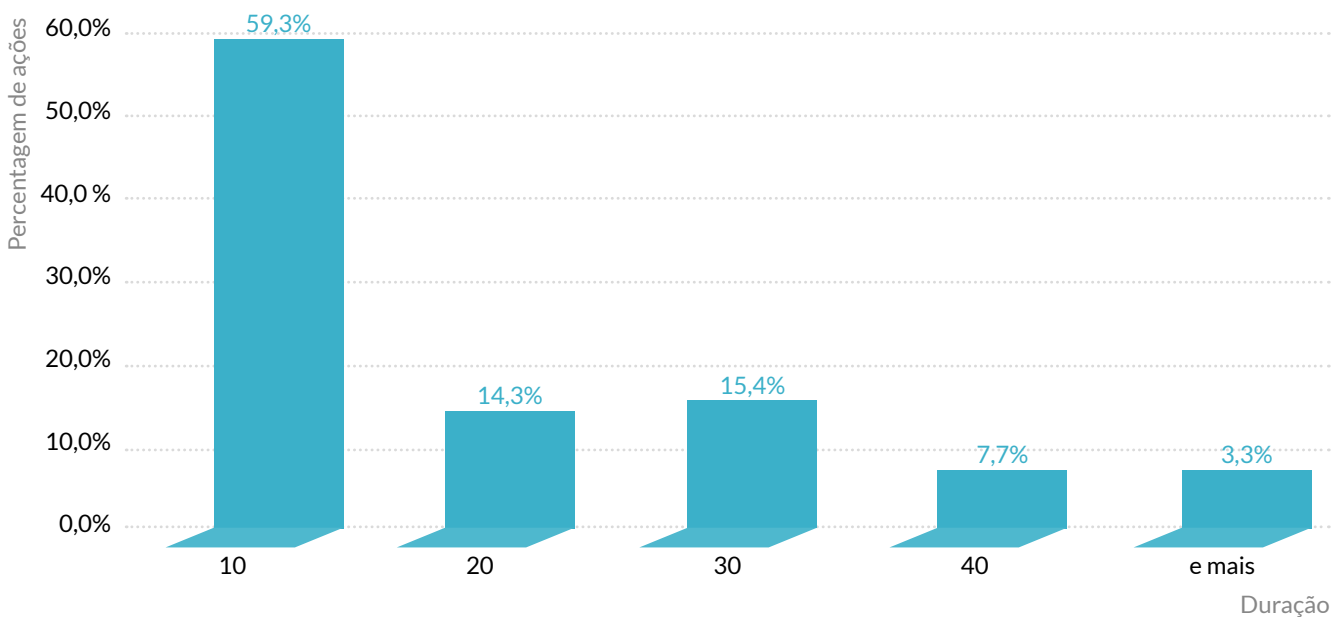
Gráfico III.7. Duração dos Projetos e Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. 2013

Projetos e ações, em percentagem do total para os quais contamos com dados; duração, em dias

III.7.A. Projetos



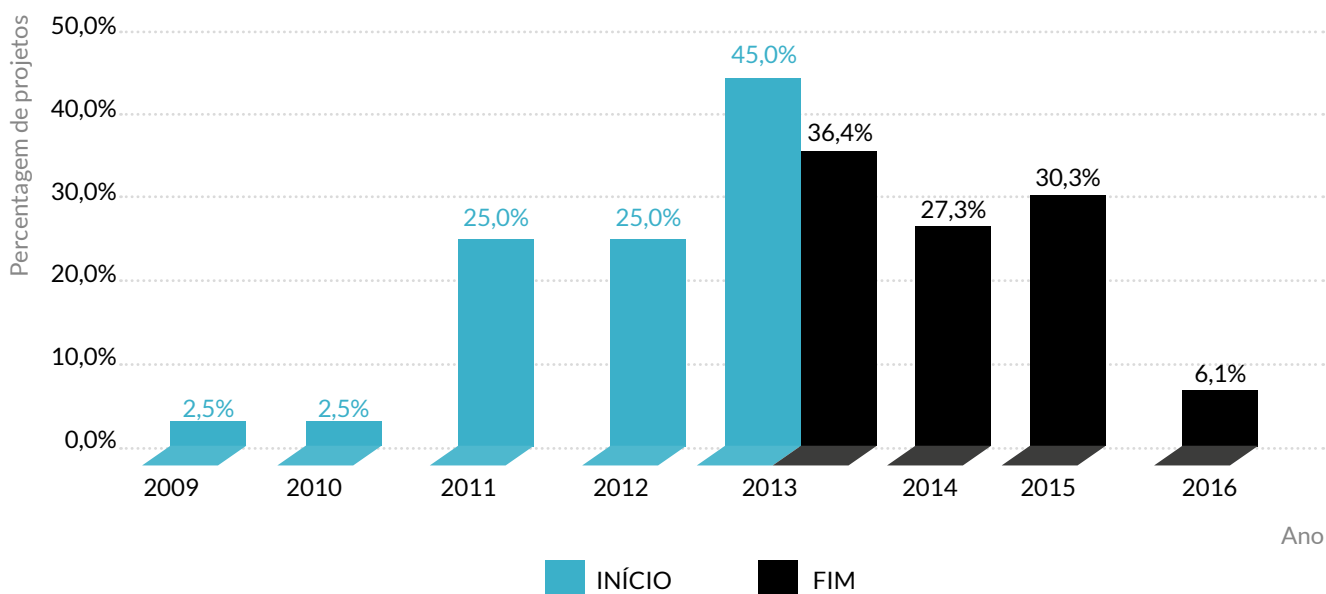
III.7.B. Ações



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Gráfico III.6. Distribuição dos Projetos de CSS Triangular conforme a data de início e de conclusão

Em percentagem do total de projetos para os quais dispomos do referido dado



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

para a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, os países registaram para cada projeto e para cada ação dois tipos de custo: o orçamentado e o executado. Estes custos relacionaram-se, por sua vez, com dois intervalos de tempo: o ano da análise (neste caso, 2013) e o período total de duração da iniciativa.

Por outro lado, cada um deste tipo de custo pode estar associado a um determinado interveniente, a uma associação de vários intervenientes ou ao conjunto total dos intervenientes que participaram no projeto. Assim, para se saber qual foi a disponibilidade dos dados dos custos das diferentes iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular que os países ibero-americanos mantiveram em execução em 2013, elaborou-se a **Tabela III.2**. Da sua observação depreende-se que:

a) No caso da Cooperação Sul-Sul Triangular, a disponibilidade dos valores dos custos é baixa: tal como se observa na mencionada tabela, em nenhum dos possíveis casos, a percentagem de projetos e ações dos quais dispomos dos dados dos custos ultrapassa

os 40%. De facto, na maior parte dos casos (três de cada quatro) a percentagem de cobertura mantém-se mesmo abaixo dos 10%.

b) As ocasiões nas quais pudemos contar com um mínimo de informação representativa, foram uma minoria. Foram, por exemplo, os casos nos quais cerca de 20-25% das iniciativas estiveram associadas a algum dado de custo: a modo de ilustração, destacamos os projetos para os quais conhecemos os custos executados e orçamentados em 2013 pelo conjunto dos cooperantes (26,5% e 22,1%, respetivamente); ou as ações para as quais dispomos do custo executado em 2013 pelo primeiro ofertante (18,4%).

c) Entretanto, a maior cobertura de dados (com as respetivas percentagens de 38,2% e 36,8%) referiu-se àqueles projetos para os quais contamos com os custos orçamentados e executados em 2013 por aqueles países que exerceram o papel de primeiros ofertantes.

Tabela III.2.

3 Informação disponível sobre custos de CSS Triangular, conforme o tipo de custo, o papel assumido e o tipo de iniciativa. 2013

Em percentagem

Parceiro que assume o custo	PROJETOS COM DADOS DO CUSTO				AÇÕES COM DADOS DO CUSTO			
	Orçamentado		Executado		Orçamentado		Executado	
	2013	Total	2013	Total	2013	Total	2013	Total
Primeiro Ofertante	38,2%	16,2%	36,8%	1,5%	11,2%	7,1%	18,4%	11,2%
Segundo Ofertante	4,4%	17,6%	8,8%	1,5%	0,0%	1,0%	1,0%	2,0%
Recetor	1,5%	2,9%	1,5%	1,5%	3,1%	3,1%	8,2%	6,1%
Primeiro e segundo ofertantes	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	11,2%	11,2%	10,2%	8,2%
Todos os intervenientes	26,5%	13,2%	22,1%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Dada esta disponibilidade de dados, a presente análise realiza-se para se saber melhor que valores tenderam a tomar os custos orçamentados e executados em 2013 pelo primeiro ofertante para executar os projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular nos quais participou. Para este efeito, elaboraram-se os **Gráficos III.8.A** e **III.8.B** (para custos orçamentados e executados, respetivamente), ambos com valores apresentados em intervalos de 10.000 dólares.

Deste modo e relativamente aos custos assumidos pelo primeiro ofertante:

a) No que se refere aos custos orçamentados para 2013, algo mais de metade dos projetos contaram com fundos iguais ou inferiores a 10.000 dólares; pouco mais de um terço do total tiveram orçamentos entre 10.001 e 30.000 dólares e só 11,4% dos projetos se executaram com orçamentos superiores a esses 30.000 dólares.

b) Assim, os custos efetivamente executados para o mesmo exercício de 2013, também foram maioritariamente iguais ou inferiores a 10.000 dólares. No entanto e em contraste com o atrás mencionado, a faixa entre 10.001 e 30.000 dólares só agrupou uma quarta parte dos projetos e aumentou ligeiramente,

até 24%, o número de projetos que representaram desembolsos superiores a 30.000 dólares.

III.7. A operacionalidade da Cooperação Sul-Sul Triangular

Finalmente, incorpora-se uma análise mais pormenorizada dos outros aspetos relacionados com a forma como se implementaram os projetos desta modalidade. Em concreto, trata-se de conhecer melhor cinco aspetos da Cooperação Sul-Sul Triangular: o modo como se articularam estas iniciativas, os quadros jurídicos que as regulamentaram, os acordos que foram adotados, os mecanismos de financiamento que se utilizaram e de que forma os diferentes intervenientes participaram em cada uma das fases do ciclo do projeto.

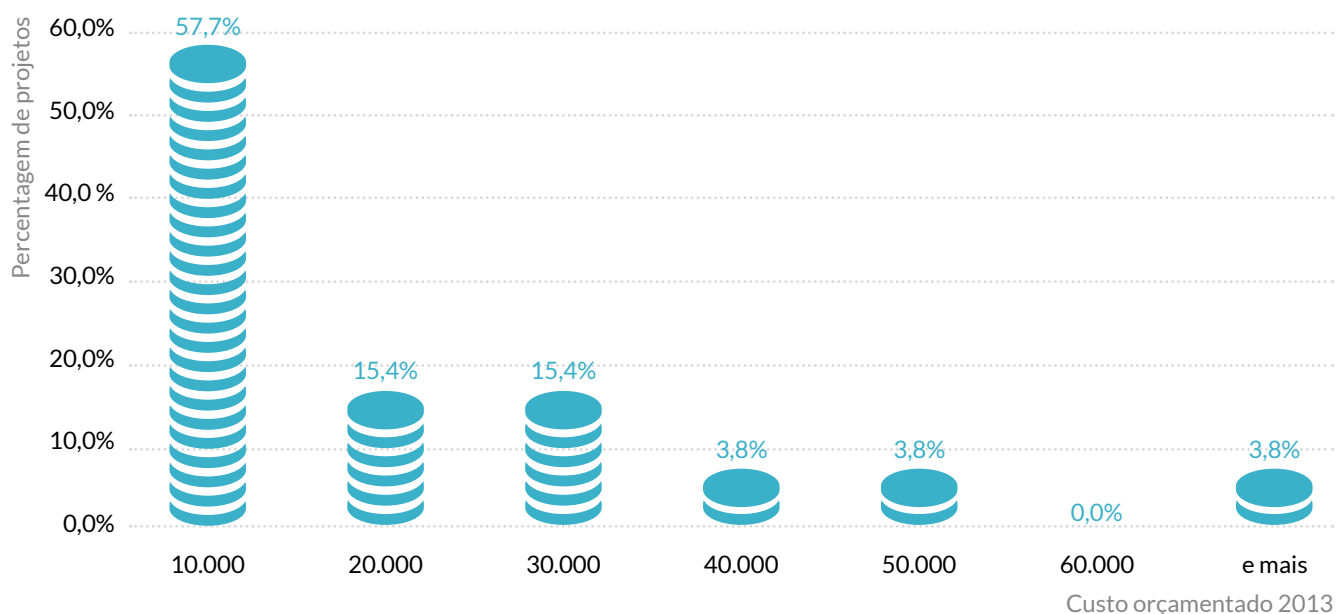
Tal como sugere o **Esquema III.3**, trata-se de cinco elementos que, apesar de serem analisados de forma separada, estão claramente inter-relacionados entre si. Assim, por exemplo, a existência de quadros jurídicos, tais como acordos ou memorandos de entendimento, podem, em muitos casos, condicionar a forma como surgem as iniciativas, como participam

Gráfico III.8.

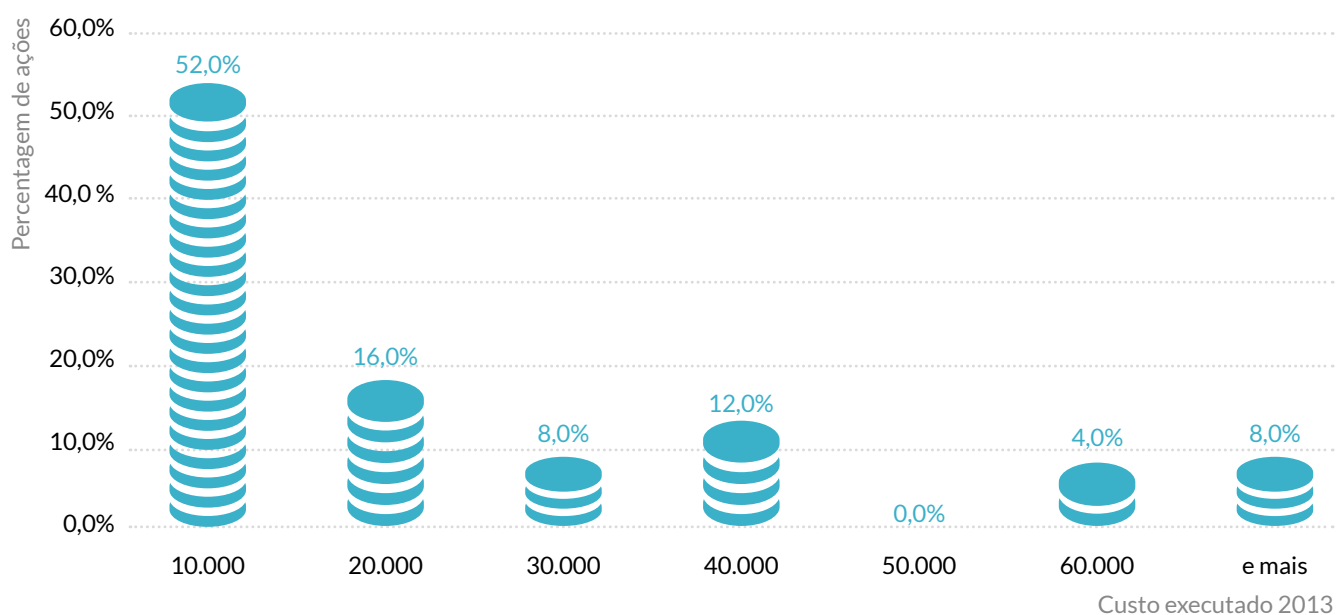
Custos assumidos em 2013 pelo Primeiro Ofertante, para projetos em execução

Custo, em dólares, projetos, como percentagem do total de registos para os quais contamos com esse dado de custo

III.8.A. Custo Orçamentado 2013



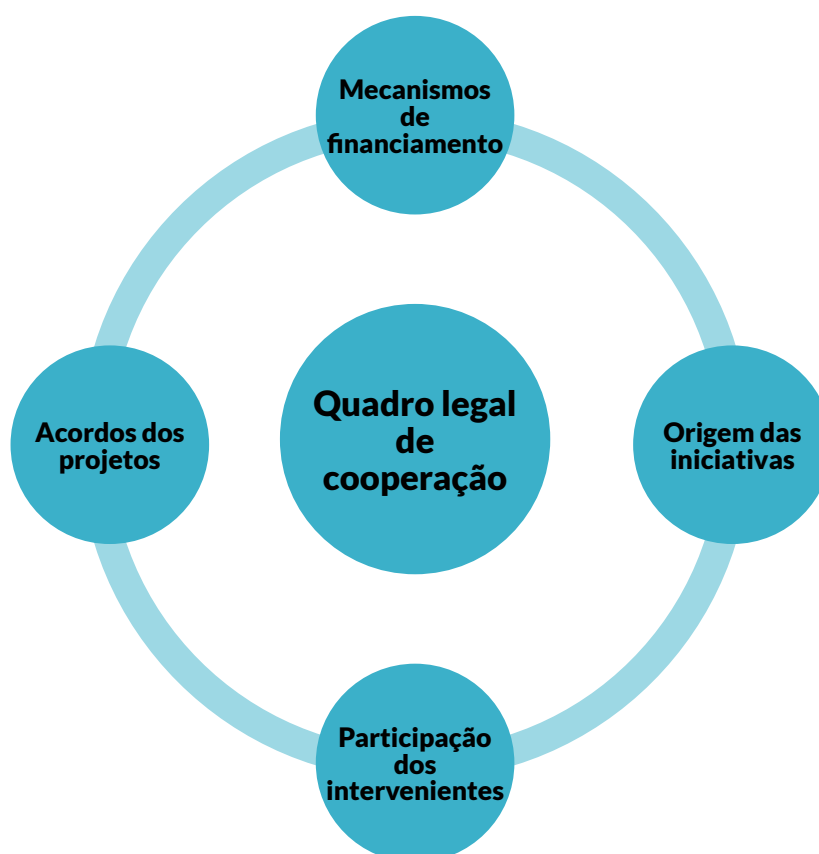
III.8.B. Custo Executado 2013



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Esquema III.3.

Elementos referentes à operacionalidade da Cooperação Sul-Sul Triangular



Fonte: SEGIB

os intervenientes ao longo das mesmas ou aspetos relativos a como se financiam. De forma semelhante, os mecanismos de financiamento preestabelecidos incorporam, por sua vez, protocolos ou normas que afetam e/ou condicionam os restantes aspetos, como podem ser, por exemplo, a exigência de documentos de projetos acordados que representem algum tipo de vínculo legal ou que se verifique a participação de determinados parceiros nalguma das fases do projeto.

III.7.1. Os quadros jurídicos

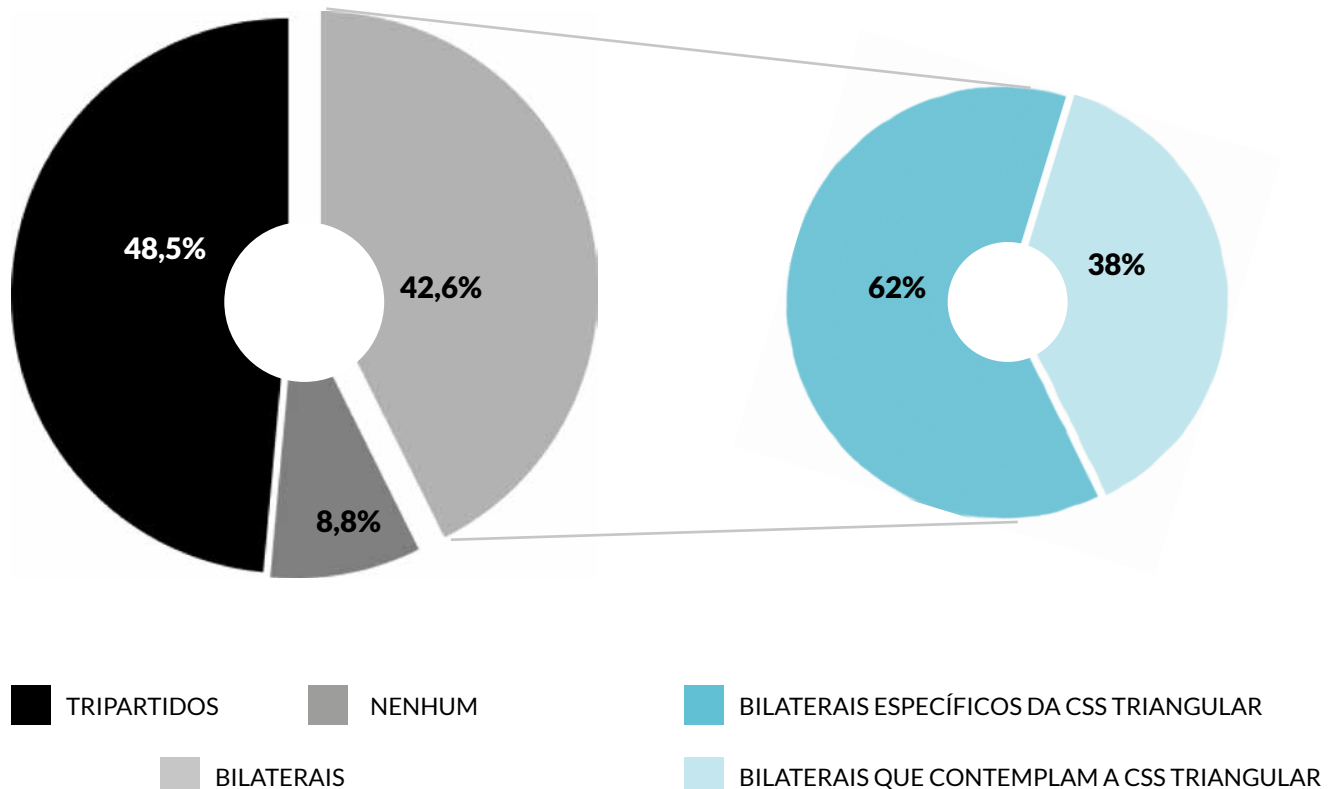
Analisando quais os quadros jurídicos sob os quais se articula a Cooperação Sul-Sul em geral, devemos distinguir os acordos quadro dos que se estabelecem para a implementação de projetos concretos. Ou seja,

numerosos países estabeleceram diversos acordos entre si, com diretrizes de carácter mais geral, que permitem apoiar vários tipos de cooperação. Além disso, esses acordos podem estar acompanhados por outros instrumentos que regulam de forma mais precisa determinados aspetos para a execução conjunta de algumas iniciativas.

Assim, dos 68 projetos que estiveram em execução em 2013, recolheu-se a informação referente aos quadros jurídicos e com ela elaborou-se o **Gráfico III.9**. O gráfico distribui os projetos conforme os intervenientes estiveram apoiados por algum instrumento em cada um dos projetos registados. No gráfico, deu-se prioridade a determinar a existência de algum tipo de acordo, formalizado ou não antes da aprovação do projeto, que

Gráfico III.9. Tipos de acordos reguladores dos projetos de CSS Triangular. 2013

Em percentagem do total de projetos



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

envolvesse os três intervenientes que participam na triangulação. Consta-se assim que:

- a)** Praticamente metade dos projetos (48,5%), contaram com algum tipo de acordo regulador de carácter tripartido, ao tratar-se de acordos assinados pelos três parceiros.
- b)** Por sua vez, 42,6% do total, contou com algum tipo de acordo bilateral. Dentro deste grupo convém destacar aqueles acordos ou quadros que são de carácter específico para a Cooperação Sul-Sul Triangular (de facto, a maioria, dado representar 62% destes).
- c)** Por último, devemos destacar que apenas 8,8% dos projetos registados consistiram em triangulações que não se apoiaram em nenhum tipo de mecanismo legal.

Relativamente a como se denominam estes mecanismos que os países consideram “guarda-chuva” das iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular, destacam-se: *Comissões Mistas, Acordos Tripartidos, Declarações de Intenções, Programas de Cooperação Triangular, Memorandos de Entendimento, Atas de Compromisso e Registos/Minutas de Discussões.*

A variedade de termos usados, no entanto, não sugere diferenças muito substanciais quanto ao conteúdo. De facto e tal como se refere na Coleção de Tratados das Nações Unidas (s.f.), o estabelecimento de determinados direitos ou obrigações por meio de instrumentos internacionais deu origem, ao longo da história, uma grande variedade de termos. O significado destes termos muda dependendo dos Estados e,

nalguns casos, são usados indistintamente. Assim, não há pois nomenclaturas precisas, embora devamos referir que, no universo específico da Cooperação Sul-Sul Triangular, os mais comuns são os denominados *Acordos, Convenções, Intercâmbios de Notas ou Memorandos de Entendimento*.

À margem das denominações, não obstante, é interessante identificar quem foram os intervenientes envolvidos nesses documentos. Neste sentido, devemos distinguir entre: os acordos quadro, de carácter mais genérico e nos quais em geral se envolvem as entidades recetoras de cooperação dos diferentes países; e outros acordos mais específicos, quer de tipo setorial quer a nível dos projetos, que envolvem intervenientes de outros setores governamentais (pertencendo estes a um único dos países participantes ou a vários dos países envolvidos, dependendo do caso). Finalmente, registaram-se também acordos bilaterais entre entidades setoriais para a realização de cooperação técnica entre si, que contemplavam a participação de países terceiros.

“86,9% dos projetos teve origem a Pedido do Recetor. Na maior parte das vezes, o Recetor dirigiu esse Pedido a quem exerceu como Primeiro Ofertante”

III.7.2. O financiamento

A revisão das práticas que acompanham a execução dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular sugere que, em numerosas ocasiões, os acordos quadro que regulam este tipo de iniciativas, para além de envolverem requisitos formais para a aprovação dos projetos, contemplam aspetos relacionados com o modo como se devem financiar.

Neste sentido, quando se analisam os mecanismos através dos quais esta modalidade é financiada, convém aplicar uma dupla ótica de tempo que permita distinguir, por um lado, aqueles mecanismos que já existiam antes da aprovação e início do projeto e, por outro lado, os criados para administrar os fundos de um projeto concreto depois deste ter sido aprovado. Para o

ilustrar, elaborou-se o **Esquema III.4**, no qual se situam estes dois momentos no tempo assim como as diversas possibilidades de financiamento.

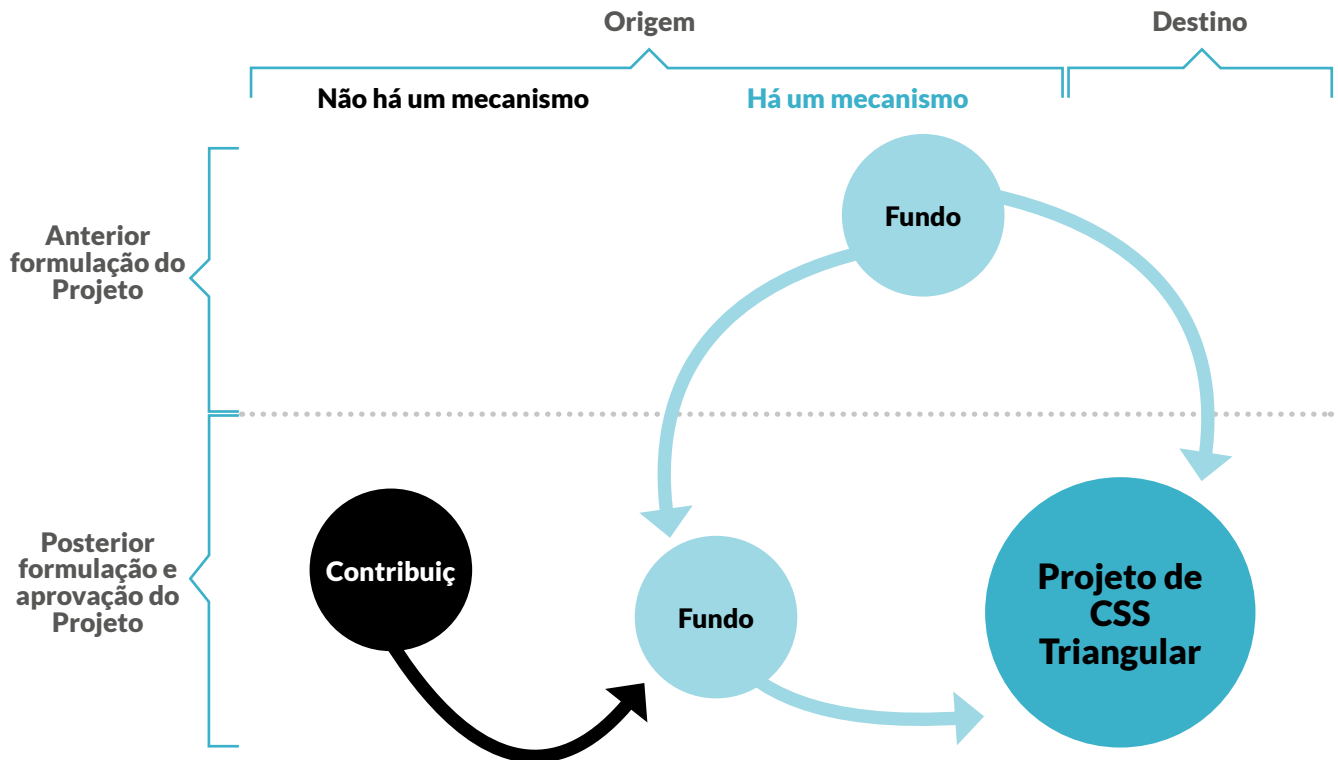
Da observação do **Esquema III.4** depreende-se que no financiamento da Cooperação Sul-Sul Triangular, a Ibero-América aplica as seguintes fórmulas; por ordem de importância relativa:

- a)** Fundos específicos para o financiamento de atividades de Cooperação Sul-Sul Triangular estabelecidos antes da aprovação dos projetos. Trata-se de fundos com um carácter mais ou menos permanente no tempo e que podem desagregar-se em vários tipos:
- Conforme as contribuições. Faz referência a fundos constituídos por um único parceiro (como o GIZ da Alemanha) ou a fundos mistos com duas ou mais contribuições (caso dos Fundos Mistos de Espanha com o Chile, de Espanha com o México e do Fundo Chile-México, os quais se detalham no **Quadro III.7**).
 - Conforme a forma como se acede ao financiamento. Distingue-se assim entre os fundos concursáveis com convocatórias periódicas (por exemplo, o Fundo Fiduciário Pérez Guerrero) daqueles fundos nos quais o financiamento dos projetos foi proposto por algum parceiro (caso, por exemplo, do Fundo Misto Espanha-Chile).
 - Conforme os desembolsos são geridos. A gestão pode recair num dos parceiros ou numa gestão delegada a um terceiro.

b) Noutros casos e em contraste com o anterior, a CSS Triangular financia-se a partir da constituição de um fundo cuja criação é posterior à aprovação dos projetos. Nestas circunstâncias, constitui-se especificamente com o objetivo de gerir os fundos disponíveis para financiar o mesmo. Estes fundos podem ser compostos pelas contribuições de um ou de vários países ou por um desembolso ou subsídio de um fundo anterior.

Esquema III.4.

O financiamento da Cooperação Sul-Sul Triangular através de fundos



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

III.7.3. Acerca da origem dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular

Outra das questões que suscita um grande interesse é a de saber como surgem as diferentes iniciativas de Cooperação Triangular. Neste sentido, na definição de CSS Triangular usada até 2013, afirmava-se que esta modalidade nasceu do intercâmbio entre dois países em desenvolvimento.⁶ No entanto, a prática mostrou que nem sempre é assim. De facto, tal como já se mencionou anteriormente, este também é um aspeto que pode ser determinado pela existência e funcionamento de acordos quadro ou pelos procedimentos contemplados nas regulamentações de alguns fundos.

Examinando os 68 projetos que estiveram em execução no ano de 2013, detetaram-se 6 padrões diferentes quanto ao surgimento das diferentes iniciativas. Estes ilustram-se no **Esquema III.5**, ordenados de acordo com a percentagem dos projetos que seguiram esse padrão.

Temos assim:

- a) 86,9% dos projetos surgiram a pedido do recetor. Após esse pedido ou solicitação, tenderam a registar-se quatro tipos de dinâmicas possíveis:
 - A casuística mais repetida, através da qual se iniciaram mais de metade dos projetos de CSS Triangular, corresponde à primeira Figura do **Esquema**

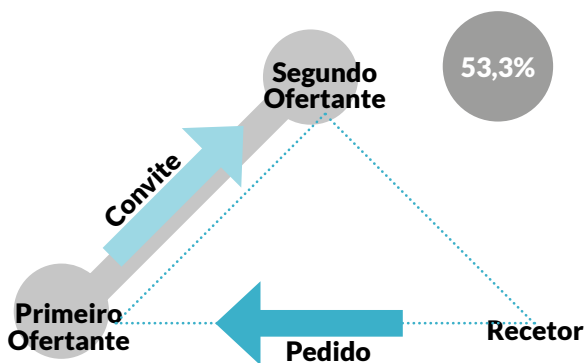
⁶ Até ao ano de 2012, a definição de CSS Triangular em vigor no espaço ibero-americano era: "...como no caso da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, a Cooperação Sul-Sul Triangular parte do intercâmbio de uma experiência entre dois países em desenvolvimento. A característica distintiva procede da intervenção de um terceiro interveniente (país em desenvolvimento, país desenvolvido ou organismo multilateral) que, ao dispor de maiores recursos, apoia a ação com uma dotação financeira e/ou técnica e humana. Os países participantes distribuem os papéis de recetor: primeiro ofertante (principal, embora não exclusivamente, contributo técnico) e segundo ofertante (principal, embora não exclusivamente, contributo financeiro)" (SEGIB, 2014).

Esquema III.5.

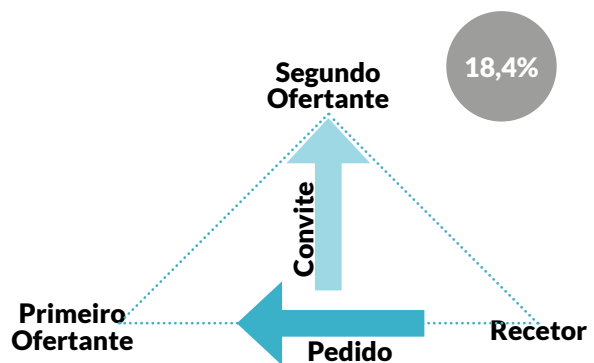
Origem dos projetos de CSS Triangular, conforme o parceiro solicitante, 2013

Em percentagem do total de projetos

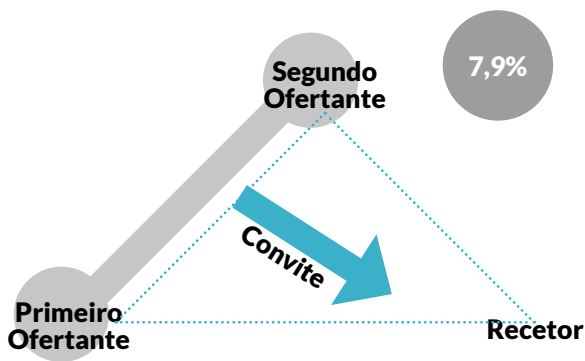
III.5.A



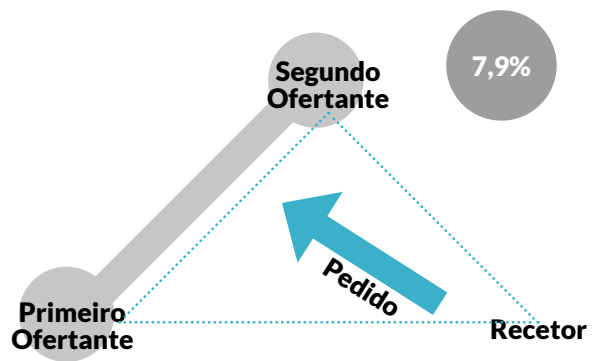
III.5.B



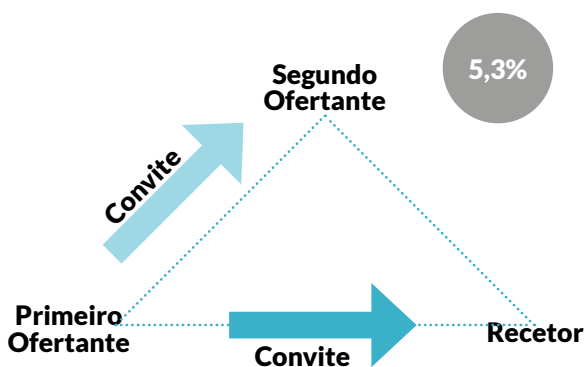
III.5.C



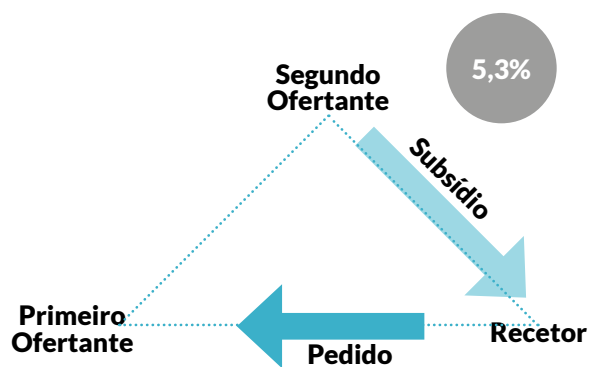
III.5.D



III.5.E



III.5.F



III.5.A. Nesse modelo, foi o recetor que contactou com o primeiro ofertante para solicitar algum tipo de cooperação. É este interveniente, o primeiro ofertante, que através de algum quadro específico que possui para a realização de atividades de Cooperação Triangular incorporou facilmente o segundo ofertante na triangulação. Este é o modelo que seguiram a maior parte daquelas iniciativas em que o recetor detetou algum ponto forte no primeiro ofertante, assim como aquelas em que o que se produziu foi uma réplica de projetos já implementados por esse interveniente.

- O seguinte modelo mais repetido, embora a bastante distância do primeiro, representou 18,4% dos projetos (**Esquema III.5.B**). Neste tipo de dinâmica foi uma vez mais o recetor que contactou com o primeiro ofertante e, depois de acordada a realização do projeto, ambos convidaram o segundo ofertante para participar no mesmo.

- O **Esquema III.5.D** apresenta os projetos nos quais o recetor dirigiu o seu pedido simultaneamente ao primeiro e segundo ofertantes, isso devido à existência prévia de um acordo quadro entre ambos para a realização de Cooperação Triangular. Os projetos que foram uma adaptação de uma anterior experiência Norte-Sul, encontram-se dentro deste perfil, o qual representa 7,9% dos mesmos.

- Por último, apenas 5,3% dos projetos tiveram origem na existência de um subsídio do segundo ofertante ao recetor (**Esquema III.5.F**), sendo este o que decidiu usá-lo para financiar algum tipo de atividade bilateral no quadro da Cooperação Sul-Sul pedindo assistência ao primeiro ofertante e completando assim a triangulação.

b) Por sua vez, os projetos que não tiveram origem num pedido do recetor (minoritários, já que apenas representam 13,2% do total) foram representados nos **Esquemas III.5.C** e **III.5.E**. Assim:

- Em 7,9% das experiências registadas, o primeiro e o segundo ofertantes foram os que, contando com um quadro de associação específico para a Cooperação Triangular, convidaram o recetor a participar nalgum tipo de iniciativa conjunta.

- Em apenas 5% das experiências, os projetos tiveram origem num pedido do primeiro ofertante, que convidou os outros dois parceiros para participar nesta iniciativa triangular.

III.7.4. Acerca da participação dos parceiros nas fases do ciclo de projeto

Para terminar o capítulo, dedicamos esta secção a analisar quão intensa foi a participação dos diferentes intervenientes, conforme o papel que desempenharam nas diversas fases de execução dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2013. Nesse sentido, foi elaborado o **Gráfico III.10**, no qual se representaram, para o total dos projetos e fases, o grau de participação que tiveram em cada uma delas e quem exerceu como primeiro ofertante, como segundo ofertante e como recetor. Assim, podemos referir que:

a) Na fase de Identificação, a participação mais ativa recaiu no primeiro ofertante, que esteve presente em 83,6% dos projetos. Por seu lado, o recetor participou nesta fase em 80% dos projetos e o segundo ofertante em 70%.

b) A fase de Formulação e Negociação foi participada, em maior medida, pelo primeiro e segundo ofertantes, estando o primeiro presente em todos os projetos e o segundo em 92,7%. Entretanto, a participação do recetor também foi elevada, alcançando quase 90%.

c) Durante a fase de Execução dos projetos, atingiram-se as quotas de participação mais elevadas, oscilando estas entre os 92,9% do primeiro ofertante e os 100% do recetor.

d) Por último, o acompanhamento e a avaliação são as fases do ciclo em que se registou a menor percentagem de participação do recetor, estando este presente em 7 de cada 10 projetos. Entretanto, a presença dos outros dois parceiros foi constante em 9 de cada 10.

Quadro III.7.

A fórmula dos fundos mistos na Cooperação Sul-Sul Triangular: um exercício comparativo

Uma das ferramentas de financiamento mais populares da Cooperação Sul-Sul Triangular é o uso de Fundos Mistos. Estes são recursos financeiros estabelecidos com contribuições de mais de um parceiro e que contam com algum tipo de mecanismo formalizado para o seu estabelecimento e gestão. Analisamos aqui o caso de três países ibero-americanos que utilizam este instrumento para a sua parceria entre pares: Chile, Espanha e México. Estes três fundos são:

a) O *Fundo Misto de Cooperação Triangular Chile-Espanha*, que tem a sua origem no Memorando de Entendimento entre o Chile e a Espanha (2009) e que estabelece um novo quadro de associação entre ambos os países para a realização, de forma conjunta, de atividades no âmbito da Cooperação Triangular.

b) O *Fundo Misto de Cooperação Técnica e Científica Espanha-México*, que embora tenha sido estabelecido em 1996, não foi efetivamente ativado até 2012, coincidindo com a criação do Programa Hispano-Mexicano de Cooperação Técnica Triangular.

c) O *Fundo Conjunto de Cooperação Chile-México*, cuja criação corresponde à assinatura do Acordo de Associação Estratégica entre ambos os países que se assinou no ano de 2006. As Bases de Operação do Fundo foram estabelecidas em 2007 e a sua implementação teve início em 2008.

Através de uma análise simultânea dos três fundos podemos comparar determinados aspetos de cada um deles o que permite destrinçar as suas semelhanças e diferenças. Em resumo, tal como se apresenta na tabela elaborada para este efeito:

a) Relativamente às **atividades de financiamento**, o Fundo Chile-Espanha é o único de carácter exclusivo para o financiamento de projetos de Cooperação Triangular. Os outros dois fundos contemplam também o financiamento de atividades bilaterais entre ambos os parceiros. No caso concreto do fundo hispano-mexicano, este foi inicialmente constituído como um fundo para financiar a cooperação técnica de carácter bilateral entre ambos os países, embora no ano de

2012 se tenha passado a usar para financiar projetos de Cooperação Triangular através da criação do Programa Conjunto de Cooperação Triangular. Por sua vez, o Fundo Chile-México, contemplou, desde o seu início o financiamento de atividades tanto de carácter bilateral como com países terceiros. Em ambos os casos, a parte do fundo que se dedica ao financiamento de projetos de Cooperação Triangular encontra-se delimitada: estabelecida como uma percentagem no caso Chile-México e como uma sub-conta específica no caso México-Espanha.

b) Quanto aos **órgãos de gestão** dos fundos, os três têm algum tipo de órgão superior que integra ambos os parceiros e que se reúne periodicamente de forma ordinária, no mínimo, uma vez por ano (no caso Espanha-México) e até três vezes por ano no caso Chile-Espanha. Para os dois fundos participados por Espanha, o principal órgão de direção dos Fundos é um Comité Técnico Paritário que conta com uma presidência semestral rotativa entre ambos os países. Por sua vez, no caso Chile-México o seu máximo órgão de gestão é a Comissão de Cooperação.

c) Analisando as **contribuições dos diferentes parceiros para os fundos**, tanto no caso Chile-México como no caso Espanha-México, registam-se, desde a sua origem, contribuições paritárias. É a dotação anual do fundo a que se pode submeter a revisão, a qual se realiza com carácter trienal no primeiro caso e anual no segundo. Relativamente ao Fundo Chile-Espanha, este não estabelece no seu regulamento nem o montante que constitui o fundo nem as contribuições, mas desde a primeira Reunião do Comité Técnico Paritário têm-se vindo a realizar contribuições numa percentagem de 70% para Espanha e 30% para o Chile.

d) No caso dos fundos participados por Espanha, a **gestão dos recursos** recai na Secretaria Técnica, sempre apoiada pelos Comités Técnicos. Além disso, a titularidade dos fundos corresponde tanto ao México como ao Chile e são estes que gerem os dispêndios monetários. No caso particular Chile-México, a gestão dos recursos do fundo pode ser assumida por um dos dois parceiros ou por um organismo internacional.

e) A **aprovação dos projetos** a executar é sempre realizada de forma conjunta entre ambos os parceiros,

tanto em subcomissões mistas como nas reuniões dos órgãos que gerem os fundos.

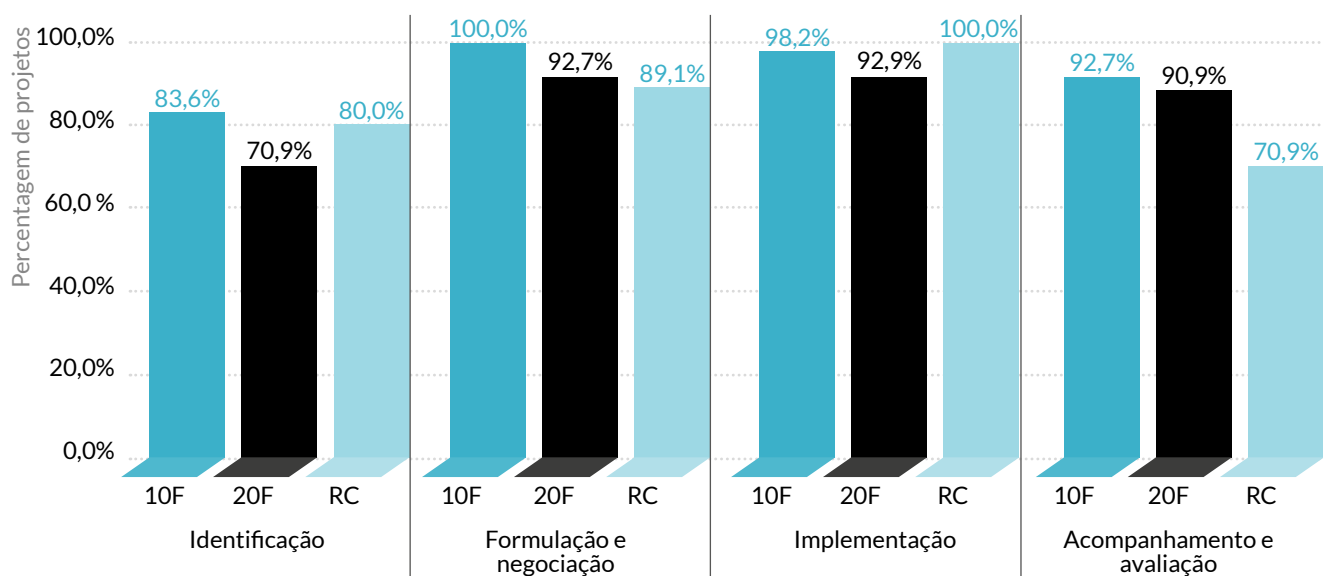
Resumo de alguns aspetos dos fundos analisados

Fundos	Atividades a financiar	Órgão de administração	Contribuições	Gestão dos recursos	Aprovação dos projetos
Chile-Espanha	Só Triangular	Comité Técnico	30%-70%	Secretaria Técnica	Conjunta
Chile-México	Bilateral e Triangular	Comissão de Cooperação	50%-50%	Algum dos parceiros	Conjunta
Espanha-México	Bilateral e Triangular	Comité Técnico	50%-50%	Secretaria Técnica	Conjunta

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

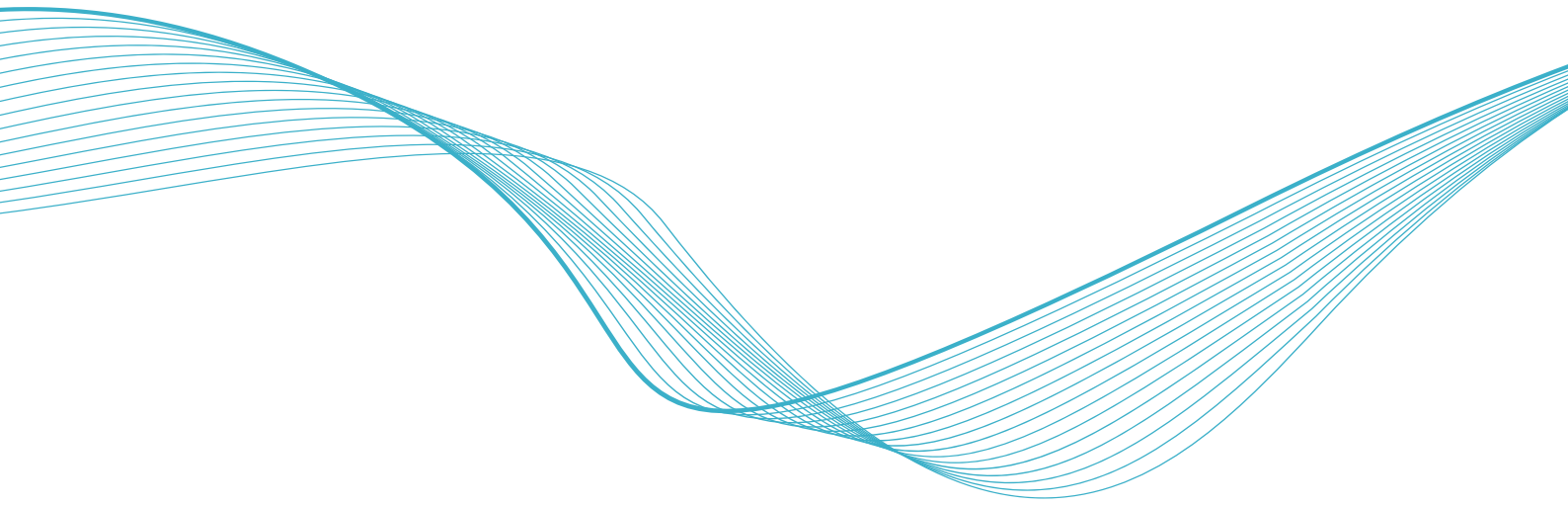
Gráfico III.10. Participação dos diferentes intervenientes em cada uma das fases dos projetos de CSS Triangular. 2013

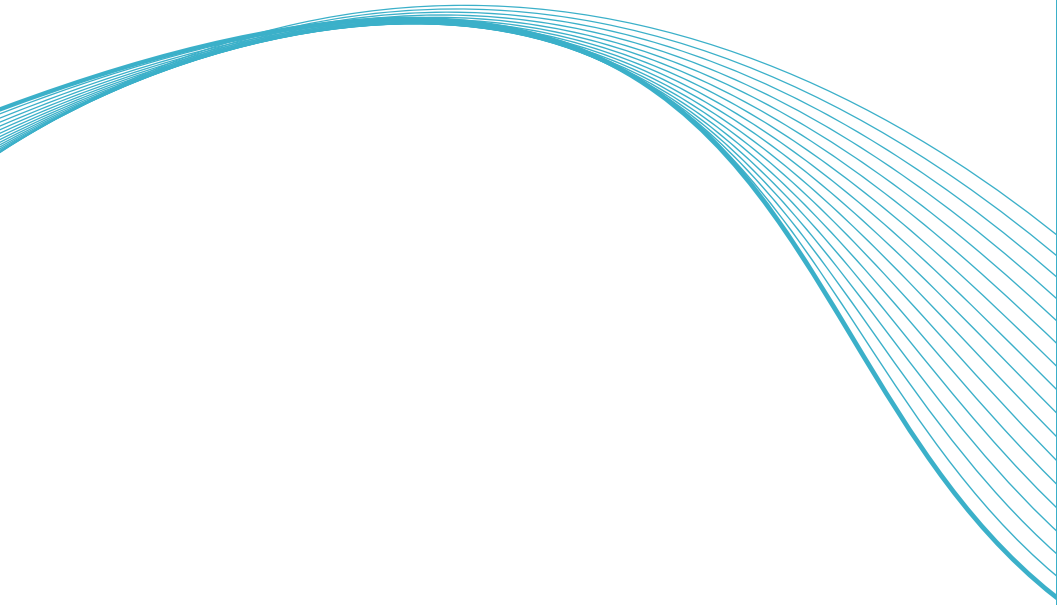
Em percentagem



Fases do ciclo do projeto

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





Anexos

Capítulo III

Anexo III

Tabelas e Gráficos

Tabela A.III.1

Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Projeto	Recetor	Sector de atividade	
Chile	Alemanha	Projeto de Cooperação Internacional para o Fortalecimento da Gestão dos Resíduos	Colômbia	Ambiente (41)	
		Fortalecer a Institucionalidade da Secretaria dos Recursos Naturais e do Ambiente na Gestão Integral dos Resíduos Sólidos	Honduras	Ambiente (41)	
		Transferência de metodologia para desenvolver estratégias de empregabilidade e empreendedorismo social	El Salvador	Emprego (26)	
		Projeto de Cooperação Internacional entre o SERNAC do Chile e a DIACO da Guatemala para o Fortalecimento da gestão institucional nos âmbitos de atendimento, educação e informação ao consumidor	Guatemala	Governo (31)	
		Promoção da empregabilidade juvenil em zonas rurais desfavorecidas	República Dominicana	Emprego (26)	
	Alemanha e Austrália	Paraguai entre todos e todas. Desenvolvimento Social Integrado no Território	Paraguai	Outros serviços e políticas sociais (15)	
	Austrália	Capacitação para a regulamentação mineira	Honduras	Extração (2A)	
	Canadá	Segurança Cidadã	El Salvador	Governo (31)	
		Segurança Cidadã	Guatemala	Governo (31)	
	Estados Unidos		Conceção do sistema nacional de inspeção e certificação fitofarmacêutica para produtos agrícolas de exportação	Guatemala	Agropecuário (2B)
			Fortalecimento da investigação criminal da polícia hondurenha em matéria de homicídios	Honduras	Governo (31)
			Paraguai Solidário	Paraguai	Outros serviços e políticas sociais (15)
			Primeiro Inquérito Nacional de Juventude na República Dominicana	República Dominicana	Outros serviços e políticas sociais (15)
			Inspeção e certificação fitofarmacêutica (USAID)	Honduras	Agropecuário (2B)
			Implementação do sistema de segurança de produtos agropecuários (SIPA), que permita o desenvolvimento de um modelo voluntário de aplicação de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), em harmonia com as Boas Práticas de Produção (BPM)	El Salvador	Agropecuário (2B)
			Conceção e implementação de um sistema de inteligência de mercados agropecuários (SIMAG)	El Salvador	Agropecuário (2B)
			Fortalecimento de um Centro de Desenvolvimento de Análise de Risco de Pragas (ARP) da Direção Geral Fitossanitária (atividades em Sistema de Informação Geográfica - SIG)	El Salvador	Agropecuário (2B)
			Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica em saúde Animal a partir da implementação de um Sistema de Registo de Unidades Produtivas numa zona piloto (Espécies Pecuárias). FORVE	El Salvador	Agropecuário (2B)
			Espanha		Fortalecimento de capacidades da rede de serviços de sangue do estado plurinacional da Bolívia (Medicina de Transusão)
	Projeto sobre intermediação laboral e sistemas de informação do mercado de trabalho	El Salvador			Emprego (26)
	Fortalecimento da secretaria da função pública	Paraguai			Governo (31)
	Japão		Desenvolvimento de capacidades técnicas para a reabilitação inclusiva na Bolívia	Bolívia	Saúde (12)
			Aquicultura de Moluscos na Colômbia	Colômbia	Pesca (2D)
			Fortalecimento de serviços de atenção precece	Paraguai	Saúde (12)

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Projeto	Recetor	Setor de atividade
Chile	SNU* (FAO)	Apoio ao Fortalecimento do Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER)	Costa Rica	Outros serviços e políticas sociais (15)
	SNU (PMA)	Segurança alimentar e nutricional (INTA -PMA) (Prevenção da Má Nutrição na Janela Crítica dos Primeiros Mil Dias)	Honduras	Saúde (12)
		Segurança alimentar e nutricional (Prevenção da Má Nutrição na Janela Crítica dos Primeiros Mil Dias)	Guatemala	Saúde (12)
Brasil	Alemanha	Centro de Tecnologias Ambientais (CTA)	Peru	Ciência e Tecnologia (24)
		Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde (SNIS) do Uruguai com ênfase em localidades com menos de cinco mil habitantes	Uruguai	Saúde (12)
	Estados Unidos	Fortalecimento da cadeia produtiva do gergelim	Honduras	Agropecuário (2B)
		Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura	Honduras	Agropecuário (2B)
		Fortalecimento da cadeia produtiva do caju	Honduras	Agropecuário (2B)
		Fortalecimento da segurança alimentar e nutricional na região do sul das Honduras - Etapa I	Honduras	Agropecuário (2B)
	Estados Unidos e OIT	Consolidando e disseminando esforços para lutar contra os trabalhos forçados no Brasil e no Peru	Peru	Governo (31)
	Itália	Programa de Cooperação Triangular Amazônia sem Fogo	Bolívia	Ambiente (41)
	Japão	Projeto para o Desenvolvimento e Administração de Cursos de Formação e Capacitação baseados em Competências Profissionais	Equador	Emprego (26)
		Estabelecimento da Filosofia da Polícia Comunitária (FPC)	El Salvador	Governo (31)
	SNU (OIT)	Trabalho Infantil no Equador	Equador	Governo (31)
		Trabalho Infantil na Bolívia	Bolívia	Governo (31)
México	Alemanha	Colaboração Técnico-Científica entre o México, Colômbia e Alemanha sobre Sistemas de Monitorização Ambiental da Biodiversidade e do Impacto das Alterações Climáticas Baseado em Sistemas Satélite	Colômbia	Ambiente (41)
		Cooperação Triangular Alemanha-México-Colômbia. Habitação Sustentável em Matéria de Eficiência Energética e Ambiental	Colômbia	Construção (2E)
		Vasto Esquema de Cooperação Triangular em Gestão Ambiental Urbana e Industrial	Mesoamérica	Ambiente (41)
		Fortalecimento das Infraestruturas da Qualidade	Equador Paraguai	Ciência e Tecnologia (24)
		Sistema de Informação e Indicadores para a Gestão de Sítios Contaminados (Primeira Fase)	Peru	Ambiente (41)
		Gestão de Sítios Contaminados	Peru	Ambiente (41)
		Melhoria da Reutilização e do Tratamento de Águas Residuais e Proteção de Corpos de Água com Perspetiva de Adaptação às Alterações Climáticas	Bolívia	Água (14)
	Espanha	Fortalecimento do Quadro Estratégico do Tribunal Superior de Contas em Sistemas de Gestão de Qualidade e de Avaliação do Desempenho	Honduras	Governo (31)
	Japão	Produção de informação sobre a qualidade da água da zona costeira face às alterações climáticas	El Salvador	Ambiente (41)
		Melhoria da Produção da Semente de Sésamo (Gergelim) para pequenos produtores	Paraguai	Agropecuário (2B)
	Noruega	Fortalecimento da preparação para a Redução de Emissões por Degradação e Desflorestação (REDD+) no México e fomento da Cooperação Sul-Sul	América Latina*	Ambiente (41)

Tabela A.III.1**Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013**

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Projeto	Recetor	Sector de atividade
Argentina	Espanha	Fortalecimento da gestão do emprego público e gestão das relações laborais	El Salvador	Governo (31)
	Japão	Conservação e uso sustentável de plantas nativas ornamentais na América Latina	Vários	Agropecuário (2B)
		Curso regional sobre produção mais limpa	América Latina	Indústria (2F)
		Promoção da criação de peixes de águas continentais	América Latina	Pesca (2D)
		Eficiência energética na Indústria	Vários	Indústria (2F)
Colômbia	Alemanha	Cooperação para reforçar o ensino superior, a justiça própria e o desenvolvimento com identidade e cultura dos povos indígenas da Colômbia	Bolívia	Governo (31)
	China-Taiwan	Centro de Relevância: "Comunicação Acessível para Pessoas Surdas"	Paraguai	Outros serviços e políticas sociais (15)
	Estados Unidos	Fortalecimento institucional da prevenção da violência	Guatemala	Governo (31)
	SNU (PNUMA)	Conceção da estrutura curricular para a especialização em climatização (por módulos), no INA	Costa Rica	Ambiente (41)
Uruguai	Alemanha e CEPAL	Cooperação técnica entre o Uruguai e o Peru para Políticas de fomento do Crescimento Verde, no quadro do programa "P2P para um desenvolvimento inclusivo e sustentável na América Latina e no Caribe"	Peru	Ambiente (41)
	Espanha	Apoio à elaboração do plano de governo eletrônico e software livre	Bolívia	Governo (31)
	OEA* (IICA)	Implementação do Sistema de Rastreabilidade Grupal da Carne Bovina	Bolívia	Agropecuário (2B)
Peru	Alemanha	Melhoria da gestão tributária dos Governos Locais da Guatemala	Guatemala	Governo (31)
		Troca de Experiências de gestão de capacitação entre o Registro Nacional de Identificação e Estado Civil do Peru e da Direção Geral do Registro do Estado Civil do Paraguai	Paraguai	Governo (31)
	Coreia	Melhoria da Competitividade da cadeia da batata	Honduras	Agropecuário (2B)
Costa Rica	Espanha	Fortalecimento das capacidades institucionais dos Serviços de Assistentes Técnicos de Cuidados Primários (ATAP)	Guatemala	Saúde (12)
	BID-GEF-UICN	Fortalecimento da Comissão Binacional da Bacia do Rio Sixaola (CBCRS)	Panamá	Água (14)
Cuba	Noruega	Pré-Estudo de Cooperação Técnica. Atenuar os Riscos dos Desastres Naturais	El Salvador	Gestão de desastres (42)

Nota: As siglas SNU integram todos os órgãos que compõem o Sistema das Nações Unidas. Analogamente, com o termo OEA agrupam-se todos os organismos que compõem o Sistema Interamericano. Por seu lado, a rubrica *América Latina* inclui os projetos que foram participados por vários intervenientes mas cujos dados não foram facilitados de forma explícita.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.III.2.**Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013**

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Nome	Recetor iberoamericano	Setor e código
El Salvador	BM	Workshop "Desenvolvimento e Uso de Mapas de Pobreza para Melhorar as Políticas Públicas"	Panamá	Governo (31)
	Estados Unidos	Desenvolvimento da Liderança para a Aplicação da Lei	Guatemala	Governo (31)
		Curso de Princípios Básicos da Polícia Comunitária	Guatemala	Governo (31)
		Curso Avançado de Polícia Comunitária	Guatemala	Governo (31)
		Curso de Tráfico de Pessoas / Exploração de Menores	Guatemala	Governo (31)
		Workshop do FBI para Unidades Anti-Gangues Transnacionais (CAT)	Guatemala	Governo (31)
		Curso "Organização e Funcionamento dos Gangues "	Guatemala	Governo (31)
		Seminário Sexta Formação de Famílias G.R.E.A.T (Gang Resistance Education and Training)	Guatemala	Governo (31)
		Curso de Investigação de Homicídios	Guatemala	Governo (31)
		Curso de Princípios Básicos da Polícia Comunitária	Guatemala	Governo (31)
		Curso de Tráfico de Armas	Guatemala	Governo (31)
		Curso de Táticas de Segurança e Sobrevivência	Guatemala	Governo (31)
		Curso "Capacitador de Capacitadores em Questões de Direitos Humanos"	Guatemala	Governo (31)
		Curso sobre Tráfico de Armas Ligeiras	Guatemala	Governo (31)
		Workshop de Comunidade Policial Avançada	Guatemala	Governo (31)
Seminário Avançado de Polícia Comunitária	Guatemala	Governo (31)		
Itália	Seminário de Aquisição de Técnicas Inovadoras para Procuradores e Polícias	Guatemala	Governo (31)	
OEA e UE	Workshop Sub-Regional sobre Segurança Fronteiriça e Gestão Integrada de Fronteiras	Guatemala	Governo (31)	
Chile	CEPAL	Reunião Técnica de Validação de Contas Nacionais no quadro do Programa de Cooperação Internacional (PCI)	Panamá	Governo (31)
	Coreia	Curso internacional de atualização em sistemas produtivos de Aquicultura: bases científicas e tecnológicas	Vários	Pesca (2D)
	Estados Unidos	Fortalecimento da capacidade da polícia panamenha para investigar delitos de corrupção	Panamá	Governo (31)
		ILEA curso de Violência de Género/Violência Intrafamiliar	Vários	Género (52)
		Fortalecimento institucional do Programa Integral de Proteção Agrícola e Ambiental (PIPAA)	Guatemala	Agropecuário (2B)
		ILEA Curso Anticorrupção: III Curso: "A Corrupção e o Regime Legal e Mecanismos de Detecção, Investigação, Perseguição e Julgamento: A Experiência Chilena"	Vários	Governo (31)
	El Salvador	Curso de Aperfeiçoamento para Quadros Superiores da América Central em Competências de Direção para a Diplomacia. Transferência de conhecimento e fortalecimento institucional	Guatemala	Governo (31)
	Japão	Curso de gestão integrada de bacias hidrográficas	Vários	Água (14)
		Curso sobre Ambiente	Vários	Ambiente (41)
		I Diploma Internacional de Direitos Humanos e Segurança Cidadã no Quadro do Trabalho Policial	Nicarágua	Governo (31)
II Curso Internacional de Produção bovina sustentável para a pequena e média pecuária, ciclo 2012-2014		Nicarágua	Agropecuário (2B)	

Tabela A.III.2.**Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013**

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Nome	Recetor iberoamericano	Setor e código	
Chile	Japão	Curso Internacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos na área da Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência, ciclo 2012-2014	Vários	Saúde (12)	
		I Curso Internacional de Desenvolvimento da Aquicultura sustentável na América Latina e no Caribe (Orientado para Moluscos e Equinodermes)	Vários	Pesca (2D)	
		I Curso Internacional de Produção Bovina Sustentável para a pequena e média pecuária	Vários	Agropecuário (2B)	
		II Curso de Produção Bovina Sustentável para a pequena e média pecuária	Vários	Agropecuário (2B)	
	México	Seminário Regional de Gestão Pública e Modernização do Estado. Troca de Experiências	CELAC	Governo (31)	
		Seminário Regional de Experiências em produção de receitas	CELAC	Governo (31)	
Brasil	Japão	II Curso Internacional de Capacitação em Análise Laboratorial de Hg e MeHg para países Pan-Amazônicos	Vários	Ciência e Tecnologia (24)	
		II Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças	Vários	Agropecuário (2B)	
		II Curso Internacional de Capacitação de Epidemiologia em Saúde Ambiental	Vários	Saúde (12)	
		III Curso Internacional de Produção, Pós-Colheita e Processamento Industrial do Caju	Vários	Ambiente (41)	
		IV Curso Internacional de Capacitação Multidisciplinar na gestão da tuberculose	Vários	Ambiente (41)	
		V Curso Internacional de Promoção da Saúde, Desenvolvimento Local e Municípios Saudáveis	Vários	Outros (53)	
		III Formação de serviços para a elaboração, execução e monitorização do Projeto de Carbono na América Latina	Vários	Ambiente (41)	
		Curso Internacional sobre Técnicas de medição de descargas líquidas em grandes rios	Equador	Água (14)	
		Curso Internacional de capacitação em sistemas de tecnologia agroflorestal	Equador	Silvicultura (2C)	
		II Curso Internacional de Gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular	Nicarágua	Governo (31)	
		III Curso Internacional de Formação Multiplicadora da Polícia Comunitária - Sistema KOBAN	Vários	Governo (31)	
		Curso Internacional em Práticas de Gestão e Sustentabilidade Urbana com ênfase na Mobilidade e Transportes Públicos	Vários	Outros (53)	
		VIII Curso Internacional de Monitorização de Florestas Tropicais	Vários	Silvicultura (2C)	
		IV Curso Internacional de Boas Práticas Operacionais para a Prevenção e Redução do Controlo de Fugas em Sistemas de Distribuição de Água	Vários	Água (14)	
		II Curso Internacional de Capacitação Intensiva na Gestão Ambiental dos POPs da Convenção de Estocolmo - Módulo II: Técnicas de recolha de amostras em matrizes ambientais	Vários	Ambiente (41)	
		IV Curso Internacional de Atenção Humanizada à Mulher e ao Recém-Nascido	Vários	Saúde (12)	
		UE	Visita de intercâmbio a Brasília para conhecer as melhores práticas de Ensino Fiscal. (Quadro EUROSOCIAL)	Vários	Governo (31)

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Nome	Recetor iberoamericano	Setor e código
México	BM	Fórum sobre a estratégia integral de riscos por desastres naturais	Costa Rica	Prevenção de desastres (42)
	Coreia	Curso de capacitação sobre "Elementos técnicos para a elaboração do Programa Local de Ação face às Alterações Climáticas"	Vários	Ambiente (41)
	Espanha	Contribuir para o Reforço do Conselho das Mulheres e da Igualdade de Género no Cumprimento do seu Mandato Constitucional	Equador	Género (52)
		Visita de Trabalho com Funcionários Públicos sobre a Transparência e Prestação de Contas	Guatemala	Governo (31)
	Japão	Curso Internacional de Ensaaios Não Destrutivos para Inspetores Certificados	Vários	Ciência e tecnologia (24)
		Curso Internacional para o Desenvolvimento de Elementos que Fortaleçam a Instrumentação da Gestão Integral de Resíduos com Perspetiva de 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar)	Vários	Ambiente (41)
		Curso Internacional de Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento de Capacidades para o Fortalecimento do Extensionismo Rural	Vários	Outros (53)
		Curso Internacional sobre Monitorização da Qualidade das Águas Costeiras na Região Mesoamericana para a Medição de Parâmetros Indicadores das Alterações Climáticas	Vários	Ambiente (41)
		Curso Internacional sobre Sistemas Naturais de Tratamento de Águas e Lodos Residuais; Reutilização e Aproveitamento	Vários	Água (14)
	OEA	Workshop Internacional sobre a participação política e eleitoral dos povos indígenas na América Latina	Vários	Governo (31)
Colômbia	Coreia	Projeto de Cooperação Triangular para o desenvolvimento das Capacidades Técnicas na Região da Bacia do Caribe e América do Sul	Vários	Educação (11)
	Estados Unidos	Curso de prevenção social da violência a partir dos territórios	Vários	Governo (31)
		Seminário de Sistemas de Informação e Observatórios do Delito	Vários	Governo (31)
		Curso Internacional de Técnicos de Manutenção Aeronáutica	Guatemala	Transporte e armazenamento (22)
		XII Curso Internacional da Floresta	Guatemala	Governo (31)
	OEA	Curso "Investigação do Sequestro" na International Law Enforcement Academy (ILEA)	Guatemala	Governo (31)
	SNU (UNFPA)	Curso de Inteligência Estratégica: Estrutura Lógica de Análise e Prospetiva do Tráfico de Drogas em 2020	Guatemala	Governo (31)
Argentina	Japão	V Curso Latino-Americano de Capacitação em Autoprodução de Alimentos, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	Vários	Agropecuário (2B)
		II Curso de Gestão de Projetos de Cooperação Internacional (PCM)	Vários	Governo (31)
		Curso Internacional sobre implementação de Ferramentas Avançadas para a gestão de Riscos Aduaneiros na América Latina e no Caribe	Vários	Comércio (2H)
		III Curso "Tecnologias de Gestão de Produção em Pequenas e Médias Empresas	Vários	Empresas (27)
		Curso regional de administração e gestão de áreas protegidas	Vários	Ambiente (41)
		III Curso de capacitação para a Gestão das Doenças zoonóticas	Vários	Saúde (12)
	UE e CIAT	Visita de intercâmbio a Buenos Aires sobre o tema: "Atuações de controlo máciço". EUROSocial II (2010-2014). Programa de Cooperação da União Europeia com a América Latina	Vários	Governo (31)

Tabela A.III.2.**Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2013**

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Nome	Recetor iberoamericano	Setor e código
Costa Rica	Alemanha	Seminário Internacional sobre Receitas Públicas na América Latina	Panamá	Governo (31)
	GAFISUD	Workshop Sub-Regional sobre o Processo de Investigação e a Cooperação Internacional. Casos de Branqueamento de Capitais	Guatemala	Governo (31)
	INTERPOL	Segunda Fase da Formação Básica do Programa da Interpol de Capacitação em Matéria de Análise da Inteligência Criminal nas Américas	Guatemala	Governo (31)
	SNU (PNUD, Protocolo de Montreal)	Simpósio de Produção sustentável do melão na América Central	Guatemala Honduras	Agropecuário (2B)
	OEI, FOAL, IDIE	Primeiro encontro da América Central e do Caribe de Produção de Materiais em Braille, Relevo e Sonoros	Panamá	Outros serviços e políticas sociais (15)
Panamá	SNU (UNICEF)	Seminário: DI Monitoring	Colômbia	Ciência e tecnologia (24)
		Workshop de Capacitação DevInfo	Costa Rica	Ciência e tecnologia (24)
		Workshop de Capacitação DevInfo	Cuba	Ciência e tecnologia (24)
		Workshop de Capacitação DevInfo 6.0	El Salvador	Ciência e tecnologia (24)
		Workshop de Capacitação DevInfo	Peru	Ciência e tecnologia (24)
Peru	Alemanha	Desenvolvimento de capacidades institucionais em políticas e estratégias educativas com ênfase na educação média rural	Guatemala	Educação (11)
	BID	Troca de experiências de inovação agrária Peru - Brasil	Brasil	Agropecuário (2B)
	IIDH	Visita técnica de funcionários do Conselho Nacional Eleitoral do Equador	Equador	Governo (31)
	UE (Eurosocial)	Assistência Técnica à Subsecretaria de Estado da Tributação	Paraguai	Governo (31)
República Dominicana	BM	Estágio Internacional "Alteração de Base do Índice de Preços ao Consumo (IPC)"	Panamá	Governo (31)
	China-Taiwan	Imersão no Novo Modelo Penitenciário da República Dominicana e Acreditação no Tratamento e Segurança Penitenciária	Guatemala	Governo (31)
Bolívia	Espanha	Seminário "A Atividade Policial Preventiva na Luta contra o Tráfico de Seres Humanos"	Guatemala	Governo (31)
Equador	SNU (OMS/OPS)	Consulta Regional das Américas	Vários	Outros serviços e políticas sociais (15)
Guatemala	FMI (Centro Regional de Assistência Técnica da América Central)	Reunião sobre os Avanços do Projeto Regional de Harmonização das Estatísticas Externas	Panamá	Governo (31)
Honduras	El Salvador	Diploma: "Formação Policial por Competências"	Guatemala	Governo (31)
Uruguai	Japão	Seminário Regional "Gestão da qualidade das águas em bacias"	Vários	Água (14)

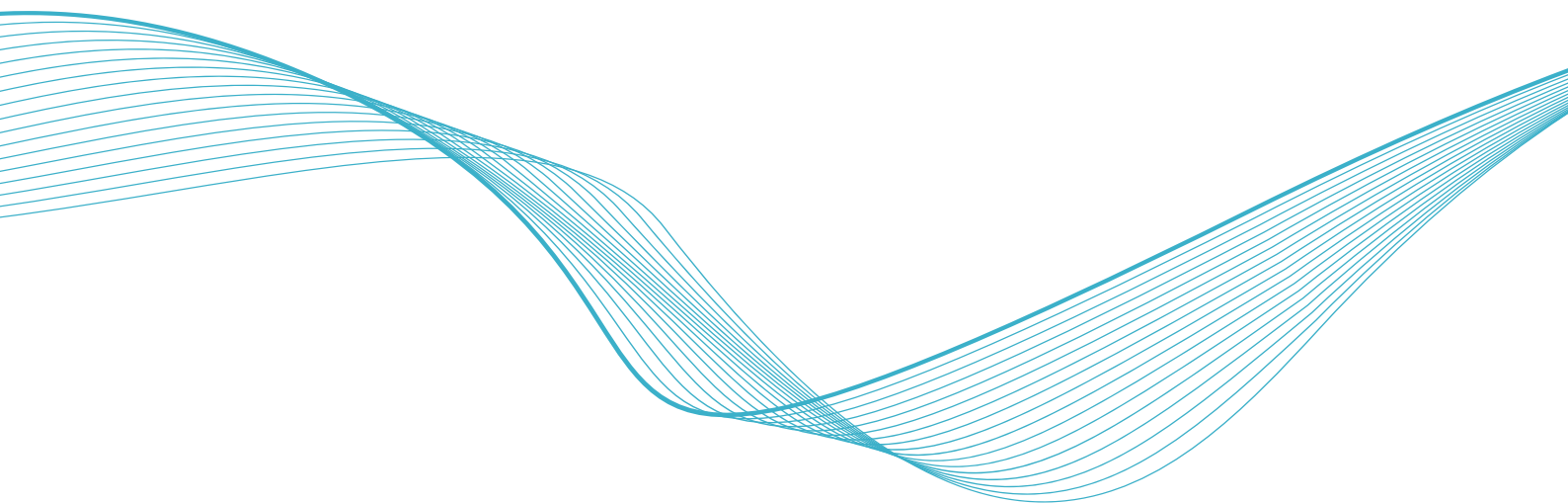
Tabela A.III.3.**CSS Triangular com o Caribe não Ibero-Americano, conforme o primeiro ofertante. 2013**

A.III.3.A. PROJETOS				
Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Projeto	Recetor/es	Setor de atividade
Chile	Alemanha	Empregabilidade Juvenil - Ambiente	Haiti	Emprego (26)
		Programa de Educação. Projeto de Ensino do Espanhol para diplomatas no Caribe Anglófono	Antígua e Barbuda Barbados Belize Dominica Granada Guiana Jamaica São Cristóvão e Nevis Santa Lúcia São Vicente e Granadinas Trindade e Tobago	Educação (11)
	México	Escolas modulares	Haiti	Educação (11)
		Fortalecimento do Ministério da Economia	Haiti	Governo (31)
	Noruega	Governança	Haiti	Governo (31)
	Nova Zelândia	Programa Agricultura. Projetos Regionais de sistemas fito-zoossanitários nos países do CARICOM	Vários	Agropecuário (2B)
	SNU (FAO)	Programa Agricultura. Apoio ao fortalecimento da CAHNSA (Agencia de Segurança Alimentar do CARICOM)	Antígua e Barbuda Barbados Belize Dominica Granada Guiana Haiti Jamaica São Cristóvão e Nevis Santa Lúcia São Vicente e Granadinas Trindade e Tobago	Agropecuário (2B)
Argentina	Canadá	Projeto de Auto Produção de Alimentos Frescos Pró Horta	Haiti	Agropecuário (2B)
	SNU (OPS/OMS)	Fortalecimento do Controle de Qualidade dos Medicamentos dos Laboratórios do CARICOM	Trindade e Tobago Jamaica Suriname Guiana	Saúde (12)
Brasil	Estados Unidos e SNU (OIT)	Trabalho infantil	Haiti	Governo (31)
El Salvador	Chile	Projeto Triangular de apoio ao sistema de controle fito-zoossanitário	Belize	Agropecuário (2B)
República Dominicana	Japão	Formação de Profissionais Agrícolas e Florestais em Sistema de Produção Agrícola de Zonas de Montanha (PROAMOH)	Haiti	Agropecuário (2B)

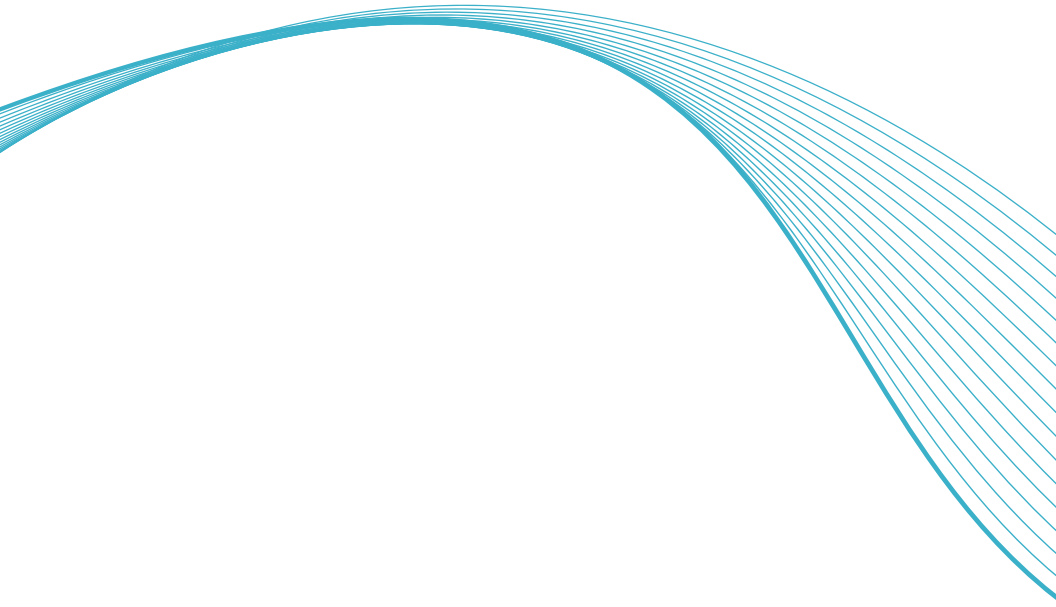
Tabela A.III.3.**CSS Triangular com o Caribe não Ibero-Americano, conforme o primeiro ofertante. 2013**

A.III.3.A. PROJETOS				
Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Projeto	Recetor/es	Setor de atividade
Peru, Colômbia e Brasil	BM	Intercâmbio Sul-Sul de experiências sobre a criação e o desenvolvimento de Comitês de Pobreza na América Latina e países da OECS	Santa Lúcia São Vicente e Granadinas Granada Dominica São Cristóvão e Nevis Antígua e Barbuda	Outros serviços e políticas sociais (15)
A.III.3.B AÇÕES				
Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Projeto	Recetor/es	Setor de atividade
Argentina	Japão	V Curso Latino-Americano de Capacitação em Autoprodução de Alimentos, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	Haiti Granada	Agropecuário (2B)
		II Curso de Gestão de Projetos de Cooperação Internacional (PCM)	Haiti São Cristóvão e Nevis	Governo (31)
		Curso Internacional sobre a implementação de Ferramentas Avançadas para a gestão de Riscos Aduaneiros na América Latina e no Caribe	Vários	Comércio (2H)
		III Curso "Tecnologias de Gestão da Produção em Pequenas e Médias Empresas"	Santa Lúcia São Vicente e Granadinas	Empresas (27)
		Curso regional de administração e gestão de áreas protegidas	Vários	Ambiente (41)
Chile	Japão	Curso de gestão integrada de bacias hidrográficas	CARICOM	Água (14)
		I Curso Internacional de Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável na América Latina e no Caribe (Orientado para Moluscos e Equinodermes)	CARICOM	Pesca (2D)
	México	Seminário Regional: Gestão Pública e Modernização do Estado. Troca de Experiências	CELAC	Governo (31)
		Seminário Regional: Experiências na produção de receitas	CELAC	Governo (31)
México	Coreia	Curso de capacitação sobre "Elementos técnicos para a elaboração do Programa Local de Ação face às Alterações Climáticas"	Belize	Ambiente (41)
	Japão	Curso Internacional sobre Monitorização da Qualidade das Águas Costeiras na Região Mesoamericana para a Medição de Parâmetros Indicadores das Alterações Climáticas	Belize	Ambiente (41)
Colômbia	Estados Unidos	Seminário de Sistemas de Informação e Observatórios do Delito	Belize	Governo (31)
Equador	SNU (OMS/OPS)	Consulta Regional das Américas	Belize Guiana Jamaica Suriname	Outros serviços e políticas sociais (15)
El Salvador	Chile	Cooperação com Belize; benefício escola. "Our lady of Guadalupe RC. High School"	Belize	Educação (11)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



Programa Iberorquestras Juvenis que fomenta o desenvolvimento musical das crianças e dos jovens em situação de risco social



Capítulo IV

A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

IV.1. Recordando a definição de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

Em março de 2013, os países da região, juntamente com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), realizaram um workshop para delimitar e conceptualizar melhor duas modalidades de cooperação: a Cooperação Sul-Sul Triangular e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional (PIFCSS e SEGIB, 2013). No caso desta última, o exercício procurava chegar a um resultado duplo: por um lado, progredir na sua diferenciação relativamente a outras experiências que, embora tendo elementos de carácter “regional”, não se deviam classificar como CHSS Regional e, por outro lado, alcançar uma consequente melhoria da sistematização das experiências finalmente classificadas nesta categoria (SEGIB, 2014).

Parte dos consensos alcançados representaram a assunção de algumas características determinantes desta modalidade, assim como o seu ordenamento conforme o grau de importância relativa. A partir destes consensos entendeu-se pois que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional:

a) Deve ter por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração regional. No entanto, o mais relevante, não é tanto o objetivo em si nem a região que afeta, mas que esse objetivo seja partilhado, acordado e defendido pelo conjunto dos países envolvidos.

b) De facto, a forma como se garante essa participação de todos torna-se na segunda das características mais importantes da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, já que os países passam a considerar determinante que esta modalidade não só conte com um mecanismo institucional (esquema regulador das

relações entre os participantes) mas, sobretudo, que este tenha sido formalmente reconhecido por todos os cooperantes.

c) Ambas as características se impõem sobre todas as restantes, que passam a ter um carácter secundário. Sublinha-se ainda assim que:

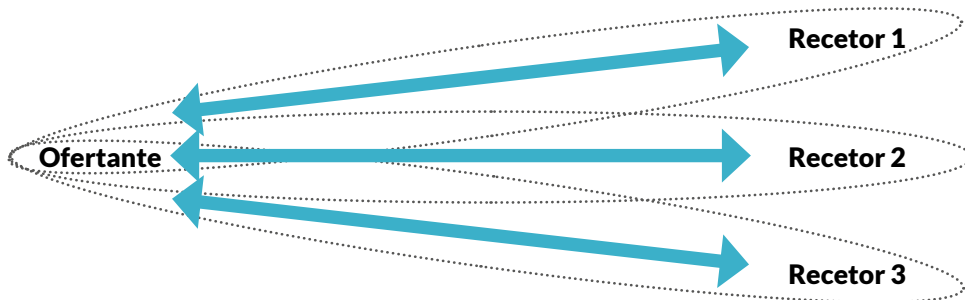
- O número e a tipologia dos participantes não é um determinante da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, mas esta deve contar com a participação de, no mínimo, três países em desenvolvimento, independentemente do papel que exerçam.
- A sua instrumentalização estabelece-se, exclusivamente, através de programas e projetos. As ações ficam excluídas, pois os países entendem que o requisito de contar com um mecanismo institucional formalizado por todos exige um tempo e um esforço que uma ferramenta como a ação, de uma dimensão ou tamanho relativamente menor, não merece (PIFCSS e SEGIB, 2013).

Fruto da reflexão realizada e do consenso em torno dos critérios descritos, nasceu a definição de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional usada desde então e que se refere àquela “(...) modalidade de Cooperação Sul-Sul que tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração de uma região, entendendo com isso que os países que a formam (no mínimo três em desenvolvimento) partilham e acordam nesse objetivo. O carácter regional (...) consta de um mecanismo institucional formalizado. A sua execução estabelece-se a partir de Programas e Projetos” (PIFCSS e SEGIB, 2013; p.12).

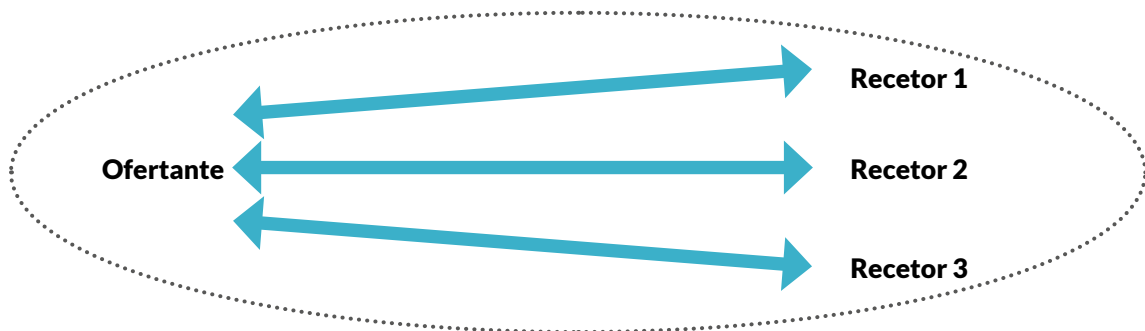
Esquema IV.1.

Contraste de experiências com elementos regionais, conforme a modalidade

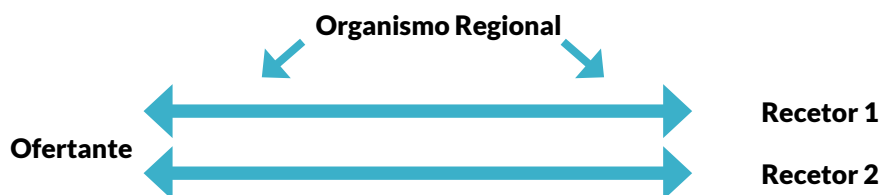
IV.1.A. CHSS Bilateral de alcance regional



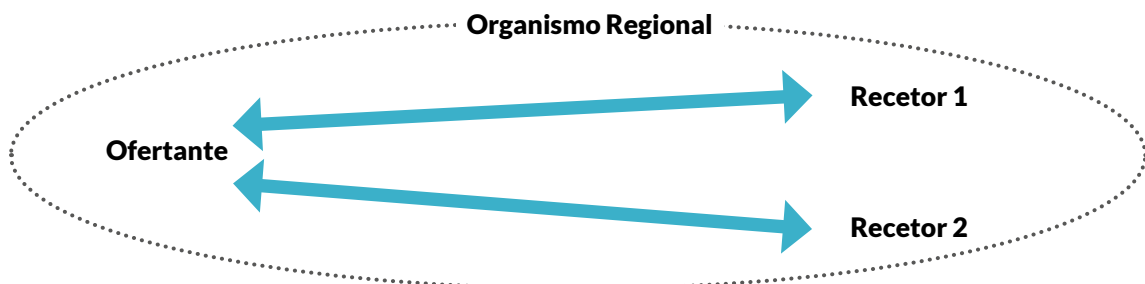
IV.1.B. CHSS Regional



IV.1.C. CSS Triangular com Organismo Regional



IV.1.D. CHSS Regional



Atendendo aos critérios descritos e à definição acordada, o **Esquema IV.1** reproduz parcialmente o **Quadro IV.1** da edição anterior deste Relatório (SEGIB, 2014; p.141-142), no qual se analisavam algumas experiências de cooperação que, tendo como denominador comum a presença de elementos de carácter regional, se classificavam em diferentes modalidades. Uma análise neste sentido, ajuda a distinguir casos como os que seguem:

a) As experiências **A** e **B** referem-se a um intercâmbio de cooperação entre quatro países em desenvolvimento (um dos quais exerce o papel de ofertante e os outros de recetor), através das quais se executam simultaneamente três projetos. Tal como se pode observar, a diferença entre ambos os casos reside no quadro institucional que rege a relação entre os países: três acordos bilaterais no caso **A**, um partilhado e formalizado por todos no **B**. Este diferente quadro regulamentar faz com que enquanto que a experiência **B** se classifica como de CHSS Regional, a experiência **A** classifica-se como de CHSS Bilateral mas de “alcance regional”.

b) Por sua vez, nas experiências **C** e **D** participam três países em desenvolvimento (um no papel de ofertante e dois no de recetor) juntamente com um Organismo Regional. O papel que este assume na realização de cada experiência permite distinguir a modalidade. Assim, no caso **D**, o Organismo Regional dota a cooperação de um quadro institucional e, conseqüentemente, estabelece as regras com as quais se executam os projetos. Por esse motivo, a experiência **D** classifica-se como Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Entretanto, na execução da experiência **C**, o Organismo Regional apoia como qualquer outro cooperante com recursos técnicos, financeiros ou outros a cooperação que o ofertante realiza nos diversos países. De acordo com esta lógica, a experiência **C** refere-se a projetos executados sob um Programa de Cooperação Sul-Sul Triangular também de “alcance regional”.

Realizada esta análise, o presente capítulo estrutura-se da seguinte forma:

a) Em primeiro lugar sistematizam-se os programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que os países ibero-americanos declararam ter em execução em 2013.

b) A partir da lista de programas e projetos obtida na fase anterior, efetua-se uma análise setorial que permite

conhecer o perfil de capacidades fortalecido na região.

c) Em terceiro lugar, abordam-se questões de carácter mais qualitativo e operacional relacionadas, fundamentalmente, com o quadro institucional que rege a relação entre os participantes. Nestes moldes, e a partir de um estudo de casos, aprofunda-se o papel que os mecanismos regionais e a sua institucionalidade desempenham nesta modalidade de cooperação.

IV.2. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2013

As **Tabelas A.IV.1** e **A.IV.2** dos **Anexos** incluem, respetivamente, os 50 Programas e os 28 Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional nos quais os países ibero-americanos declararam participar ao longo do ano de 2013¹. Para facilitar tanto o acompanhamento destas tabelas como das análises que se realizam a partir do seu conteúdo, associou-se um código alfanumérico a cada Programa e Projeto. Esses Programas e Projetos também foram organizados (tal como na edição anterior) conforme o critério de pertença geográfica do conjunto dos países participantes na cooperação a alguma das seguintes sub-regiões:

- a)** América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá).
- b)** Mesoamérica (integrada pela América Central juntamente com a República Dominicana e o México, mas também um país não ibero-americano como o Belize).
- c)** Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).
- d)** América do Sul (os 5 países andinos mais a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai).
- e)** América Latina (os 19 países do continente, do México até ao Chile, incluindo Cuba e a República Dominicana e excluindo os restantes países caribenhos da região).
- f)** Ibero-América (acrescentando Andorra, Espanha e Portugal aos 19 anteriores).

¹ A Tabela A.IV.3 do Anexo inclui todos os Programas Ibero-Americanos e os países que participam nos mesmos com mais pormenor.

Contudo, este critério não implica que todos os países que definem uma sub-região façam por sua vez parte dos Programas ou Projetos classificados em cada uma delas. Basta que o sejam alguns dos países que a definem. A modo de ilustração, parte dos projetos associados à região da América Latina na **Tabela A.IV.2** (com o código D.2, D.8, D.9 e D.10) foram protagonizados por apenas quatro dos 19 países latino-americanos: em concreto Chile, Colômbia, México e Peru, membros da denominada Aliança do Pacífico e que não constituem, por sua vez, nenhuma outra sub-região. Este exemplo evidencia também que o critério país/sub-região prima sobre o da participação de um organismo de caráter sub-regional porque, tal como já antes se mencionou, estes organismos nem sempre estão presentes nesta modalidade de cooperação.

Neste sentido, as Tabelas **A.IV.1** e **A.IV.2** sugerem participações muito diferentes das sub-regiões consideradas no total dos registos declarados. Mais especificamente:

a) No que se refere aos Programas, uma minoria (12% do total) foram participados por países que fazem parte das sub-regiões da América Central, Mesoamericana e Andina. Assim, a maior parte (praticamente 9 em cada 10 programas) foram protagonizados por países associados a áreas sub-regionais mais vastas: a ibero-americana (64,0% dos registos) e a latino-americana (outra quarta parte, 24,0%).

b) No que respeita aos Projetos, as proporções resultaram muito diferentes. Neste caso, os projetos ibero-americanos foram minoritários (apenas 3,6% dos registos), os andinos representaram 1 em cada 10 projetos, os centro-americanos e sul-americanos ascenderam a mais de um terço (35,0%) e os maioritários (14 projetos equivalentes a metade dos finalmente registados) envolveram de alguma forma a América Latina.

Devemos por fim acrescentar que os países declararam também ter participado em 10 Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional juntamente com nações do Caribe não Ibero-Americano. O registo dos referidos projetos apresenta-se na **Tabela A.IV.4**. Tal como nela se observa, trata-se de projetos realizados em 2013 no quadro de acordos assinados entre o Chile ou o México e os países membros da Comunidade do Caribe (CARICOM). Através destes acordos executou-se uma cooperação setorialmente muito diversificada e que

procurou reforçar capacidades diversas, entre as quais se destacam as de educação, saúde, economia, apoio às PME e infraestruturas, assim como as orientadas para a gestão de desastres.

IV.3. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2013

Ao longo de 2013 e através de uma ação acordada e coletiva, os países ibero-americanos promoveram a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional para dar uma resposta conjunta a problemáticas que consideraram dever ser partilhadas. Esta forma de atuar deu como resultado que os programas e projetos promovidos se orientaram para fortalecer um determinado perfil de capacidades. Duas figuras (o **Diagrama IV.1** e o **Gráfico IV.1**) ilustram o referido perfil.

Com efeito, o **Diagrama IV.1** (que se refere aos Programas) apresenta três caudais de fluxos diferentes:

a) O primeiro distribui os 50 Programas de CHSS Regional conforme a sub-região à qual se referem. A sua observação corrobora o que já foi explicado no ponto anterior sobre a importância relativa que cada sub-região teve sobre o total dos registos do ano de 2013.

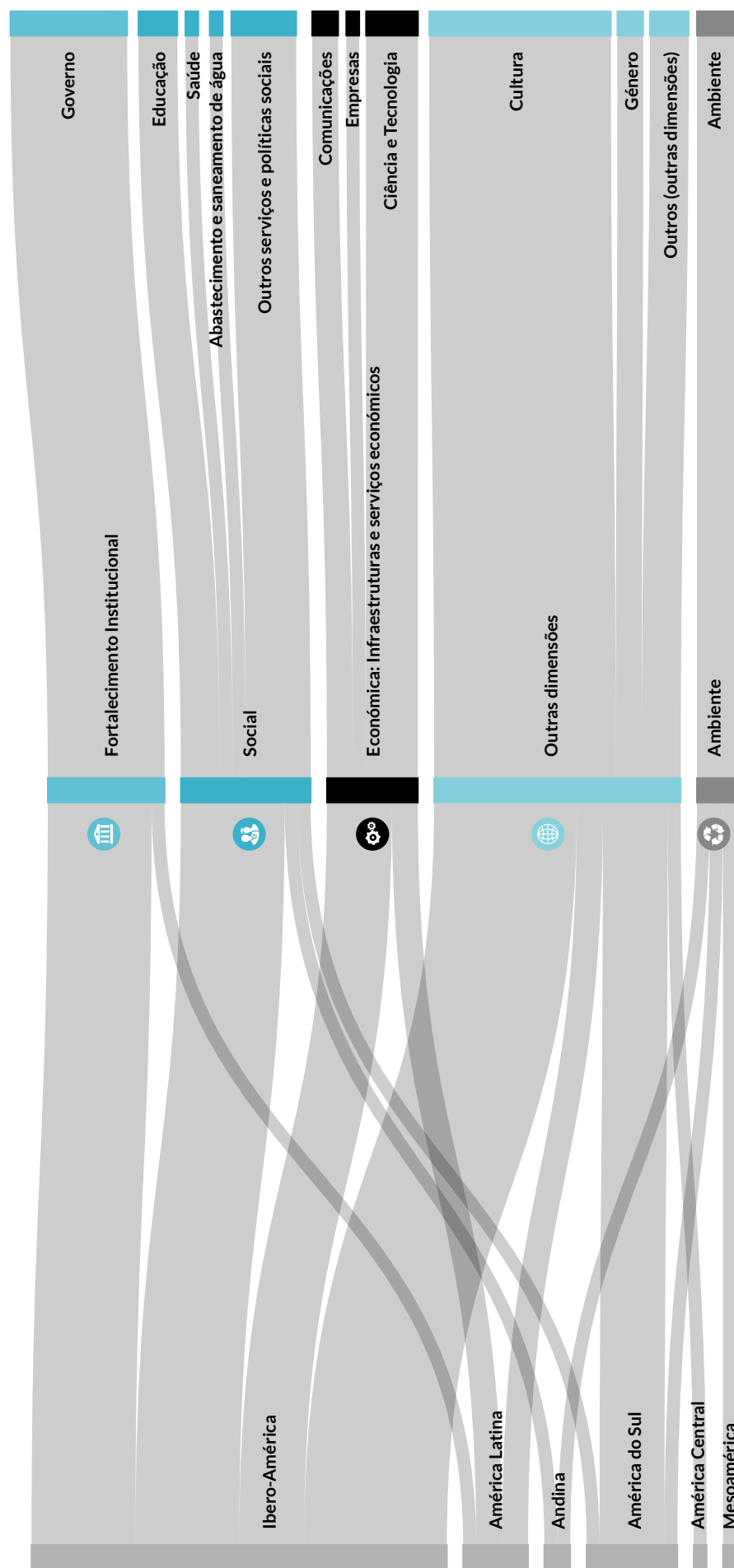
b) Assim, o mais relevante não foi tanto essa distribuição “geográfica” mas a sua ligação com o segundo dos caudais: o que se refere à distribuição dos Programas conforme a dimensão setorial que reforçaram. Deste modo, obtemos simultaneamente duas informações: quão relevante foi cada dimensão setorial no fortalecimento regional das capacidades; mas também, se houve sub-regiões que desempenharam um papel primordial nesse fortalecimento.

c) Finalmente, o terceiro caudal permitiu detalhar a análise ao desagregar as dimensões daqueles setores que foram preferencialmente reforçados.

Da sua observação depreende-se então que:

Diagrama IV.1. Distribuição dos fluxos de CHSS Regional, conforme a região, dimensão, dimensão e setor de atividade. 2013

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

a) Pouco mais de um terço (35,4%) dos Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registados em 2013,² foram orientados para o fortalecimento de capacidades socioeconómicas: 20,8% para as *Sociais* e 14,6% para a melhoria das *Infraestruturas e serviços económicos*. Igualmente, outros 18,8% dos Programas dedicaram-se a apoiar o *Fortalecimento institucional* dos governos participantes, e uma percentagem mínima, de 6,3%, atividades no âmbito do *Ambiente*. Mas, a maioria (um em cada 4 Programas) teve uma orientação diferente: a de fortalecer as denominadas *Outras dimensões* de atividade.

“Pouco mais de um terço (35,4%) dos Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registados em 2013, foram orientados para o fortalecimento de capacidades socioeconómicas”

b) De facto, o padrão que resulta da análise por dimensões não pode ser entendido sem o perfil por setores. Neste sentido, dois destes justificaram praticamente metade (47,9%) dos Programas: o setor Governo (9 programas equivalentes a 100% do que se registou no quadro do *Fortalecimento institucional*) e o setor Cultura (3 em cada 4 dos incluídos nas *Outras dimensões* de atividade). Por sua vez, outra metade dos Programas apresentou um perfil setorial mais diversificado no qual, neste caso, se destacaram os dedicados a reforçar a Educação, os Outros serviços e políticas sociais e a Ciência e Tecnologia (25,0%), assim como as Comunicações, o Ambiente, as questões de Género e tudo o que se relaciona com a promoção de Outros modelos de desenvolvimento (20,8%).

c) Igualmente, e ao usar o segundo caudal do **Diagrama IV.1** (dimensões) para “ligar” os fluxos do primeiro (áreas geográficas) e do terceiro (setores) podemos também identificar que papel desempenharam algumas sub-regiões na definição deste perfil. Devemos destacar aqui que:

- O enorme peso da Cultura esteve estreitamente relacionado com o cálculo: por um lado, de alguns Programas Cúpula pertencentes ao Espaço Cultural Ibero-Americano e, por outro lado, daqueles que

foram impulsionados pelo denominado Conselho Sul-Americano de Cultura da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).⁴

- Entretanto, e atendendo à desagregação já usada em capítulos anteriores, o peso do setor Governo explicou-se, fundamentalmente, pelos Programas promovidos pela Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB) e relacionados com áreas, tais como o “Desenvolvimento legal e judicial e a Segurança Pública”. Para sabermos mais sobre o conteúdo deste tipo de Programas elaborou-se o **Quadro IV.1** que se refere ao que foi executado por este organismo no âmbito Ibero-Americano e da Justiça.

No que respeita ao perfil setorial dos projetos, o **Gráfico IV.1** sugere um perfil bem diferente do dos Programas. Mais especificamente:

a) Tal como se pode observar no **Gráfico IV.1.A**, o perfil dominante foi basicamente Económico, pois mais de metade dos Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2013 foram orientados para o fortalecimento deste tipo de capacidades: maioritariamente no âmbito dos *Setores produtivos* (39,3% dos projetos) e em menor medida no da criação de *Infraestruturas e serviços* (outros 14,3%). 42,9% dos projetos foram dedicados ao *Fortalecimento institucional* e às áreas *Sociais* (respetivamente dois e um em cada três desses 42,9%). Em menor número, dedicaram-se a projetos de *Ambiente* (3,6%), não havendo nenhum dedicado a *Outras dimensões*.

b) De novo, no entanto, dois setores foram por sua vez responsáveis por mais de metade dos projetos e, conseqüentemente, pelo perfil descrito em termos de dimensões. Com efeito, Agricultura e Governo explicaram, respetivamente, 28,6% do total dos projetos registados, participações relativas que justificaram, por sua vez, 72,7% e 100% da cooperação como *Setores produtivos* e *Fortalecimento Institucional*. Por seu lado, outra quarta parte dos projetos explicou-se pelo que foi executado nas áreas da Saúde (13,8%) e das Empresas (10,3%). Completaram o perfil projetos pontuais e basicamente económicos relacionados com a Ciência e a Tecnologia, as Pescas, a Indústria e o Comércio, assim como um projeto de âmbito ambiental na Amazônia.

² Como nota metodológica devemos mencionar que os cálculos percentuais das dimensões e dos setores se realizaram sobre um total de 48 e não de 50 Programas. Isso foi assim porque houve dois Programas (os Mesoamericanos da Colômbia e do México) que foram considerados multissetoriais e portanto não contaram para os cálculos realizados.

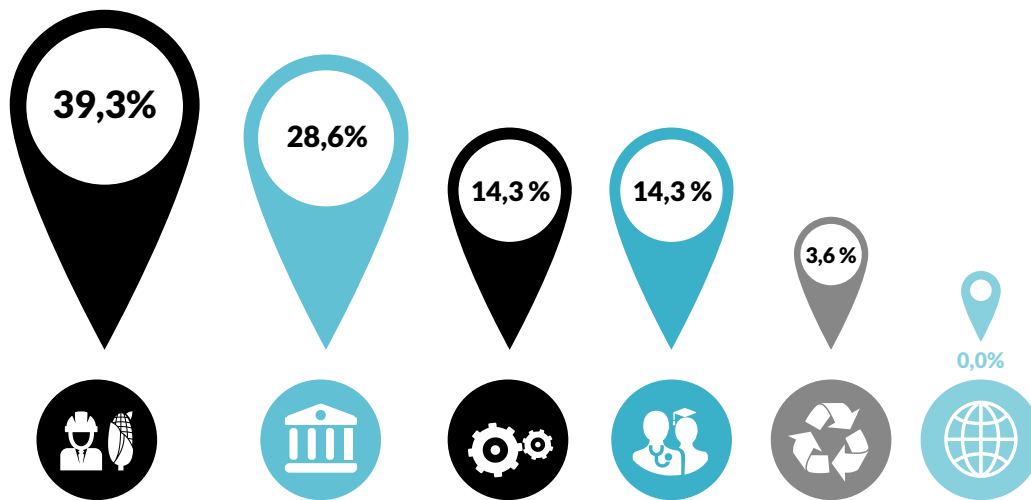
³ Os identificados com os códigos 6.6 a 6.9, 6.11 a 6.13 e 6.29.

⁴ Programas 4.1, 4.3, 4.4 e 4.5.

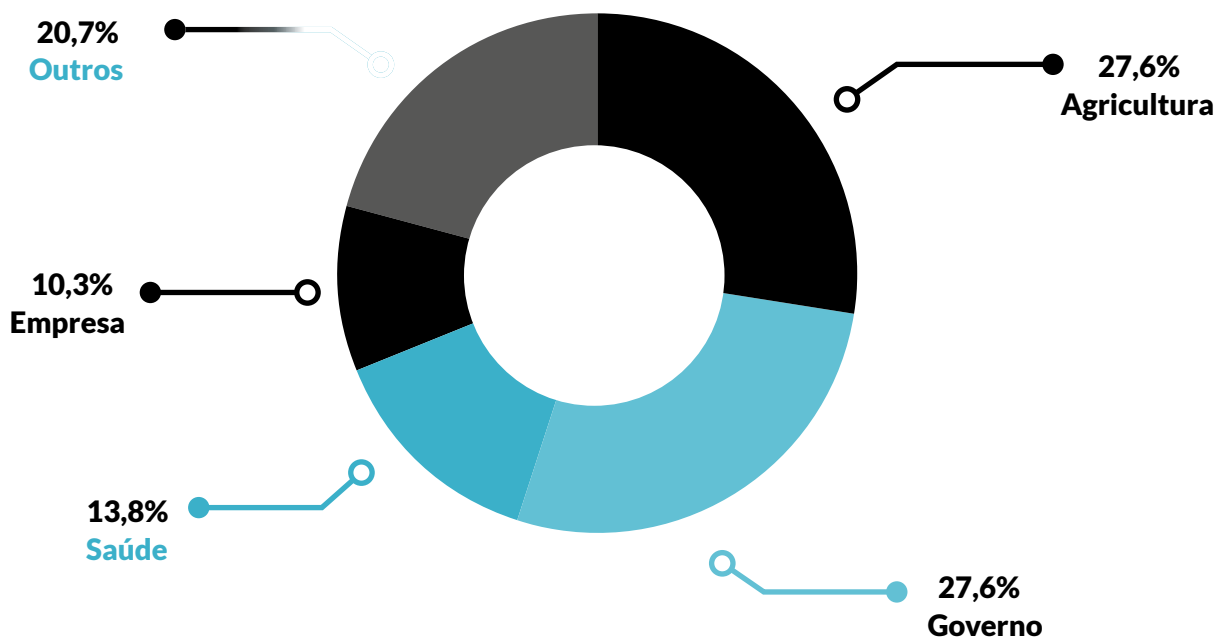
Gráfico IV.1. Projetos de CHSS Regional, por dimensões e setores de atividade. 2013

Em percentagem

IV.1.A. Dimensões de atividade



IV.1.B. Setores de atividade



👥 Social
💰 Económica
⚙️ Infraestruturas e Serviços Económicos
🏭 Setores produtivos
🏛️ Fortalecimento institucional
♻️ Ambiente
🌐 Outras dimensões

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Quadro IV.1.

Justiça e fortalecimento institucional a partir de uma experiência regional: a COMJIB

A Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), constituída no ano de 1992, é um organismo internacional de caráter especializado que integra os Ministérios da Justiça e instituições homólogas de 21 países ibero-americanos. O trabalho desta organização estrutura-se em torno das seguintes linhas de ação:

- 1) Luta contra a delinquência organizada transnacional;
- 2) Reforma dos sistemas penitenciários;
- 3) Modernização da administração da justiça;
- 4) Acesso à justiça;
- 5) Prevenção da criminalidade;
- 6) Fortalecimento institucional dos ministérios.

Neste sentido, a COMJIB promoveu programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional cujas realizações são já reconhecidas tanto no âmbito da comunidade ibero-americana como fora dela. Dos programas e projetos, a **Tabela A.IV.1** inclui aqueles nos quais os países ibero-americanos declararam ter participado ao longo de 2013. Assim, destacam-se:

- a) Os programas de Harmonização da Legislação Penal na Luta contra o Crime Organizado na América Central e na República Dominicana e o Programa de Luta contra o Tráfico de Bens Culturais, ambos pertencentes à linha dedicada à Luta contra a Delinquência Organizada Transnacional, cujo objetivo é a promoção de instrumentos jurídicos e políticos para a combater.
- b) O Programa de Reforma dos Sistemas Penitenciários, enquadrado na linha com o mesmo nome.
- c) O Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça, também relacionado com a mesma linha.

A respeito de cada um deles, devemos referir o seguinte:

a) Quanto ao projeto de **Harmonização da Legislação Penal na Luta contra o Crime Organizado na América Central e na República Dominicana**, este foi implementado em 2011 contando com a participação dos países membros do SICA, da própria Secretaria-Geral do SICA e da COMJIB, assim como com o financiamento inicial do Fundo Espanha-SICA, posteriormente complementado com o apoio financeiro da União Europeia. Partindo das disparidades legislativas que se encontravam na região, os operadores jurídicos nacionais detetaram a necessidade de harmonizar essas normas, enquadrando assim este projeto na Estratégia de Segurança Centro-Americana (ESCA).¹

Neste processo intergovernamental de harmonização de legislações envolveram-se as instituições estatais relacionadas com a segurança e a justiça (Procuradorias, Supremos Tribunais, Ministérios da Justiça e Ministérios da Segurança) para, através do estabelecimento de critérios comuns (relativos principalmente à criminalização de infrações e à definição de instrumentos processuais), chegar à elaboração de um quadro jurídico também comum, aprovado por todos os países membros do SICA. Este quadro legislativo facilitará assim a perseguição do crime organizado (dado o seu caráter transnacional) já que os países foram iniciando processos nacionais de regulação jurídica com base nesta legislação comum. Outro dos resultados já alcançados no quadro deste projeto é a assinatura/elaboração de duas convenções: a Ordem Centro-Americana de Detenção e Procedimentos de Entrega entre os Países Membros, e a Convenção de Cooperação Reforçada na Luta contra o Crime Organizado.

b) Por sua vez, o **Programa de Luta contra o Tráfico de Bens Culturais**, articula tanto as entidades relacionadas com o sistema judicial como as que se encarregam da gestão e proteção do património cultural. A importância do tráfico de bens culturais é enorme, dado não apenas o património cultural existente na América

¹ <http://www.aecid.org.sv/que-hacemos-2/reforma-de-la-administracion/programa-de-cooperacion-regional-con-centroamerica/estrategia-de-seguridad-centroamericana/>

Latina mas também por se tratar da terceira atividade criminosa mundial, a seguir ao tráfico de armas e ao de estupefacientes (ICOM em COMJIB, 2013).²

c) O da Reforma dos Sistemas Penitenciários trabalha em diversas áreas:

- Visão de género nas instituições penitenciárias;
- Criação de infraestruturas com perspectiva de direitos humanos;
- Reinserção de pessoas condenadas;
- Implementação de meios alternativos à privação de liberdade e formação de funcionários.

No quadro deste projeto foram realizadas diversas trocas de experiências, tais como o workshop técnico binacional Chile-Colômbia sobre trabalho penitenciário ou o apoio do Uruguai à Costa Rica no processo de aplicação do Guia de Desenvolvimento de Infraestruturas Penitenciárias que, aprovado regionalmente, vai sendo implementado pelos diferentes países a nível nacional.

d) No Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça, a COMJIB apoiou ações no âmbito do Programa Eurosocial, destinadas a combater a violência de género. Em concreto, a Luta contra a Violência de Género na Ibero-América do Eurosocial II, que centra o seu trabalho no fortalecimento legislativo dos países com base na adoção de protocolos por parte dos mesmos e na capacitação dos operadores jurídicos e dos gestores

sociais que trabalham com as vítimas deste tipo de crime. Sobre este aspeto, há dois protocolos regionais aprovados no âmbito ibero-americano relativos à investigação de crimes de violência de género, apoio às vítimas e coordenação interinstitucional:

- Protocolo Regional de Investigação de Crimes de Violência contra a Mulher no âmbito intrafamiliar com perspectiva de género (Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos - AIAMP)
- Protocolo Regional de Apoio Integral às Vítimas de Violência de Género (COMJIB)

Diversos países ibero-americanos foram adaptando as suas legislações nacionais e instrumentos jurídicos a estes protocolos. Até à data são já cinco os países da região que realizaram adaptações ao protocolo de investigação. Estes processos de implementação viram-se também favorecidos por iniciativas de Cooperação Sul-Sul, tais como o apoio mexicano proporcionado pela Procuradoria-Geral da República. Esta instituição partilhou os seus conhecimentos a sua experiência na matéria com outros países, como por exemplo o Paraguai, que conta já com um Protocolo Nacional para a Investigação da Violência contra a Mulher no Âmbito Familiar.

² <http://www.comjib.org/sites/default/files/LINEAS%20DE%20TRABAJO%20bienes%20culturales-1.pdf>

c) Combinando a informação do **Gráfico IV.1** com a incluída na **Tabela A.IV.2**, identificamos uma vez mais o impacto que algumas sub-regiões tiveram sobre este perfil de capacidades. Devemos aqui destacar a importância dos projetos agrícolas para as regiões da América Central e da América Latina, onde se realizou um esforço para apoiar a agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento fitofarmacêutico e inclusivamente as primeiras fases de transformação destes produtos em cadeias agro-produtivas.⁵

IV.4. Participação e papel dos Organismos Regionais: uma aproximação

Tal como se recordava na primeira parte do presente capítulo, duas das características que definem a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional fazem referência:

- a) A quem participa nesta modalidade de cooperação. Neste sentido, estabelece-se como “condição necessária” a participação de um mínimo de três países em desenvolvimento, enquanto que só se considera “possível” a presença de um Organismo de carácter Regional.
- b) À disponibilidade de um mecanismo institucional que regule as relações de cooperação e intercâmbio entre os países participantes. Um mecanismo que, por sua vez, pode ser concebido e acordado pelos países para essa cooperação específica mas que, caso participe um Organismo Regional, pode simplesmente responder à aplicação das regras estabelecidas pelo sistema de cooperação desse mesmo organismo.

De facto, no **Capítulo I** deste Relatório, os Responsáveis para a Cooperação Ibero-Americana referiam-se aos mecanismos regionais como espaços que, nascidos da união de Estados que partilham vínculos culturais e históricos, se tornam “espaços propícios” ou “âmbitos privilegiados” para a promoção da cooperação. Neste caso, e dada a natureza do capítulo, referiam-se à cooperação triangular. Mas a mesma afirmação aplica-se perfeitamente à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, sobretudo

tendo em conta o conteúdo de outra citação, que se refere ao facto de que vários dos mecanismos que hoje são relevantes para a região (caso do MERCOSUL, CELAC, Aliança do Pacífico, SICA ou da Conferência Ibero-Americana) tenham criado, à margem de estruturas políticas e/ou comerciais, outras especificamente dedicadas à cooperação.

Nesta base, a presente secção pretende refletir sobre o impacto que os organismos e mecanismos regionais têm na CHSS Regional em que os países participaram durante 2013. Para esse efeito, identifica-se o grau de participação destes organismos nos Programas e Projetos de cooperação desse ano. Depois, selecionam-se alguns dos organismos com maior presença, analisa-se o esquema de cooperação de que dispõem e estuda-se o impacto da mesma no intercâmbio que os países participantes mantêm.

IV.4.1. Os Organismos Regionais na CHSSR em 2013

Para conhecermos o grau de participação que os mecanismos de carácter regional tiveram nos Programas e Projetos nos quais os países ibero-americanos participaram em 2013, elaborou-se a **Tabela A.IV.5**.⁶ Através da referida tabela:

a) Identificam-se (parte superior), aqueles Organismos Regionais (em geral coincidentes com esquemas de concertação política e/ou comercial) que estiveram presentes na cooperação de 2013. Mantendo o critério sub-regional de outras secções, cada um desses organismos (SICA, CAN, MERCOSUL, UNASUL, Aliança do Pacífico e Conferência Ibero-Americana; e no quadro desta última, COMJIB, OEI, OIJ, OISS e SEGIB) associa-se à sua sub-região e assinalam-se, para cada um deles, os Programas ou Projetos nos quais participaram. Para sintetizar, cada um destes Programa ou Projetos identifica-se a partir do código alfanumérico já usado nas **Tabelas A.IV.1** e **A.IV.2**.

b) Por seu lado, na parte inferior da **Tabela A.IV.5**, identificam-se mecanismos regionais mais particulares e que respondem a outra fórmula de constituição e participação. Assim, distingue-se a possibilidade de que participem mecanismos regionais de carácter setorial (caso da OTCA e do SICOFAA, concebidos para fortalecer respetivamente a preservação

⁵ Trata-se dos projetos A.1, A.2, A.3 e A.4, no caso da América Central e dos projetos D.8, D.11, D.12 e D.14, no caso da América Latina.

⁶ Tal como o Esquema IV.2 da p.151 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014 sugere, nem toda a cooperação realizada no âmbito dos Organismos Regionais é Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. De qualquer forma, dessa cooperação, apenas temos acesso à que é reportada pelos países ibero-americanos.

ambiental da Amazônia e a cooperação entre as Forças Armadas); dependentes de Organismos Internacionais (Escritório Regional da FAO ou a CRC-OSA associada à Organização Mundial de Meteorologia); assim como outras opções birregionais que combinam dois organismos (COMJIB e SICA) ou duas regiões (UE-América Latina para o caso de projetos promovidos dentro do Programa Eurosocial).⁷ De novo, atribui-se a cada um deles o Programa e/ou o Projeto com o qual estiveram relacionados.

“Em 9 de cada 10 Programas de CHSS Regional, os países fortaleceram as suas capacidades a partir de intercâmbios regulados por alguns dos esquemas de concertação política e comercial mais relevantes da região: o SICA, a CAN, a UNASUL e os organismos pertencentes à Conferência Ibero-Americana”

A observação da referida **Tabela A.IV.5** e a sua interpretação atendendo a outros dados, sugere que:

a) Na maioria dos 50 Programas e 28 Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registados em 2013 (92,0% e 96,4%, respetivamente), participaram mecanismos e organismos de carácter regional. De facto, a exceção foram aqueles programas e projetos nos quais estes não participaram: em concreto, na Iniciativa Amazónica contra a Malária, no PANAMAX e no intercâmbio para a Procura de Novos Mercados de Frutas e Produtos Hortícolas (Programas 4.6, 5.3 e Projeto B.1, respetivamente), assim como nos Programas ARCAL (5.1) e no Programa articulado pela Plataforma de Acordos Públicos Comunitários (PAPC, Programa 5.4). No caso destes programas e projetos, os principais participantes foram países representados através de entidades ou organismos públicos (por exemplo, Forças Armadas Nacionais - Programa 5.3, ou Comissões adstritas a Ministérios responsáveis pelo Comércio e Turismo - Projeto B.1); assim como países por sua vez acompanhados por entidades ou organismos de outra natureza (a modo de ilustração, no Programa ARCAL as Comissões Nacionais de Energia

Atómica ou equivalentes estiveram acompanhadas por um organismo internacional como a OIEA; enquanto que no promovido pela PAPC, as empresas públicas que gerem a água, entre outros intervenientes, estiveram acompanhadas por sindicatos ou cooperativas).

b) Igualmente, em nove de cada 10 Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, os países reforçaram as suas capacidades a partir de intercâmbios regulados por alguns dos esquemas de concertação política e comercial mais relevantes da região: em concreto, pelo SICA, CAN, UNASUL e pelos diferentes organismos pertencentes à Conferência Ibero-Americana, incluindo a própria. Estes esquemas ou mecanismos regularam por sua vez cerca de metade dos projetos executados em 2013. Contudo, neste segundo caso, aqueles que se destacaram pelo seu nível de atividade foram o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico (4 projetos respetivamente), enquanto que o SICA, CAN, UNASUL e a Conferência Ibero-Americana registaram intervenções mais pontuais.

c) Por último, alguns mecanismos e esquemas regionais estiveram presentes na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2013 a partir de outras fórmulas mais particulares. Isto aconteceu no caso concreto de algumas experiências (4 Programas) que combinaram um acordo de colaboração entre dois organismos, tais como a COMJIB e o SICA (Programa 6.16), assim como a participação de outras instituições intergovernamentais (BID e OEA - 5.2 e 5.5) e inclusivamente dependentes de organismos internacionais superiores (CRC-OSA relativamente à Organização Mundial da Meteorologia - 4.2). Este cenário mais circunstancial contrastou com o correspondente aos projetos, pois praticamente metade das experiências registadas (13) responderam a um padrão deste tipo. Assim, destacaram-se os Projetos de CHSS Regional com a participação do Escritório Regional dependente da FAO (A.1 a A.4); os decorrentes de uma convenção de colaboração do Brasil com a mesma FAO (D.1 e D.11 a D.13); os realizados (D.4, D.5 e D.7) no âmbito do Programa Eurosocial (um Programa entre a UE e a América Latina que não é de CHSS Regional mas sob o qual se executaram projetos que correspondem a esta modalidade); e os promovidos por organismos setoriais como a OTCA e o SICOFAA (C.1 e D.3).

⁷ O Programa EUROSOCIAL não tinha sido explicitamente incluído na Tabela A.IV.1 porque não é um Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. No entanto, classificam-se nesta modalidade, alguns dos projetos que se realizam sob esse âmbito, o que justifica que estes últimos fossem registados na Tabela A.IV.2 (projetos D.4, D.5 e D.7).

IV.4.2. Os Organismos Regionais como quadro institucional e regulamentar

Tal como se adiantou no início deste capítulo, a participação de mecanismos e organismos regionais na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional é acompanhada habitualmente pela “transferência” de um quadro institucional que regula o intercâmbio entre os participantes. Assim, esta alínea dedica-se precisamente a realizar uma aproximação à forma como se regulam as relações de cooperação participadas por estes organismos. Para isso, escolheram-se e analisaram-se dois casos considerados representativos por se tratarem de experiências com um sistema de cooperação bem articulado, tais como são as da Aliança do Pacífico e as da UNASUL. Para este efeito, a análise subscree a abordagem realizada na passada edição deste Relatório. Por esse motivo, a caracterização dos quadros institucionais coloca a ênfase na identificação dos instrumentos jurídicos com os quais se dota o referido quadro, na estrutura constituída pelos seus órgãos de gestão e direção, na forma como tudo isso incide na regulamentação do processo de execução da cooperação, assim como no modo como se estabelece o seu financiamento.

IV.4.2.1. Aliança do Pacífico

A Aliança do Pacífico, integrada pelo Chile, Colômbia, México e Peru, nasceu no dia 28 de abril de 2011 durante a I Cúpula de Lima. Conforme estabelece a Declaração final da referida Cúpula, os seus países membros pretendem promover “*uma área de integração profunda no quadro do Arco do Pacífico Latino-Americano (...) que estimule um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das (suas) economias*”. Igualmente, como “*processo de articulação política, económica (...) e de integração*”, mas também “*de cooperação*”, a Aliança do Pacífico é construída em torno de uma estrutura jurídica e orgânica que lhe permite alcançar os seus objetivos (Aliança do Pacífico, 2011; p.2).

Neste sentido, no caso específico da cooperação e da estrutura jurídica e orgânica sobre a qual funciona, o **Esquema IV.2** resume e caracteriza a forma como esta se foi construindo. Em apenas três anos e através das sucessivas Cúpulas, a Aliança do Pacífico dotou-se de um sistema de cooperação do qual devemos destacar os seguintes aspetos:

a) Os instrumentos jurídicos de maior hierarquia para a Aliança do Pacífico são as “Declarações Presidenciais” emanadas das sucessivas Cúpulas (nove, entre a de Lima em 2011 e a de Punta Mita, no México, em 2014), assim como o “Acordo Quadro” (ratificado em junho de 2012) no qual se estabelecem os objetivos e princípios que regem esta iniciativa de integração. De facto, e tal como se especificará mais adiante, as Declarações das Cúpulas de Lima (Peru, 2011), Mérida (México, 2011) e Cali (Colômbia, 2013) foram especialmente relevantes para a constituição do quadro institucional com que se dotou o seu sistema de cooperação. De forma complementar, foram também relevantes o “Memorando de Entendimento sobre a Plataforma de Cooperação” subscrito na própria “Declaração de Mérida” e o “Protocolo do Acordo Quadro” de 2014, um instrumento que desenvolveu os objetivos e os princípios estabelecidos no próprio Acordo dois anos antes.

b) Organicamente, os Presidentes dos quatro países constituem o órgão máximo de decisão. Abaixo deste, situam-se: o Conselho de Ministros – do Comércio Externo e das Relações Exteriores; o Grupo de Alto Nível (GAN) formado pelos Vice-Ministros do Comércio Externo e das Relações Exteriores; os grupos e subgrupos técnicos (compostos por funcionários públicos dos países nas correspondentes áreas); e a Presidência Pro Tempore, a qual é exercida por períodos de um ano por cada um dos países que integram a Aliança, com alternância por ordem alfabética.

Tal como se observa no **Esquema IV.2**, na Declaração da I Cúpula já se estabeleceram a formação e as funções tanto do Grupo de Alto Nível (GAN) como dos grupos e subgrupos técnicos. De facto, uma das funções do GAN é supervisionar o trabalho desses grupos e subgrupos, no total 14, dedicados a diferentes áreas.⁸ Entre estes, queremos destacar o Grupo Técnico de Cooperação (GTC), estabelecido formalmente a partir da assinatura do “Memorando de Entendimento sobre a Plataforma de Cooperação” em dezembro de 2011, coincidindo com a II Cúpula de Mérida. O GTC é integrado pelos Pontos Focais designados pelos países, os quais, neste caso, coincidem com os máximos responsáveis das suas respetivas Agências de Cooperação.

⁸ Comércio e Integração, Compras Públicas, Serviços e Capitais, Propriedade Intelectual, Movimento de Pessoas Ligadas aos Negócios e Facilitação para o Trânsito Migratório, Estratégia Comunicacional, Cooperação, PME, Comitê de Peritos que analisa as propostas do CEAP, Transparência Fiscal Internacional, Turismo, Relacionamento Externo, Assuntos Institucionais e Melhoria Regulamentar (www.alianzapacifico.net).

Esquema IV.2.

Processo de criação e caracterização do mecanismo institucional que rege a cooperação no quadro da Aliança do Pacífico



Fonte: SEGIB a partir de documentos oficiais emanados das diferentes Cúpulas da Aliança do Pacífico (disponíveis em www.alianzapacifico.net)

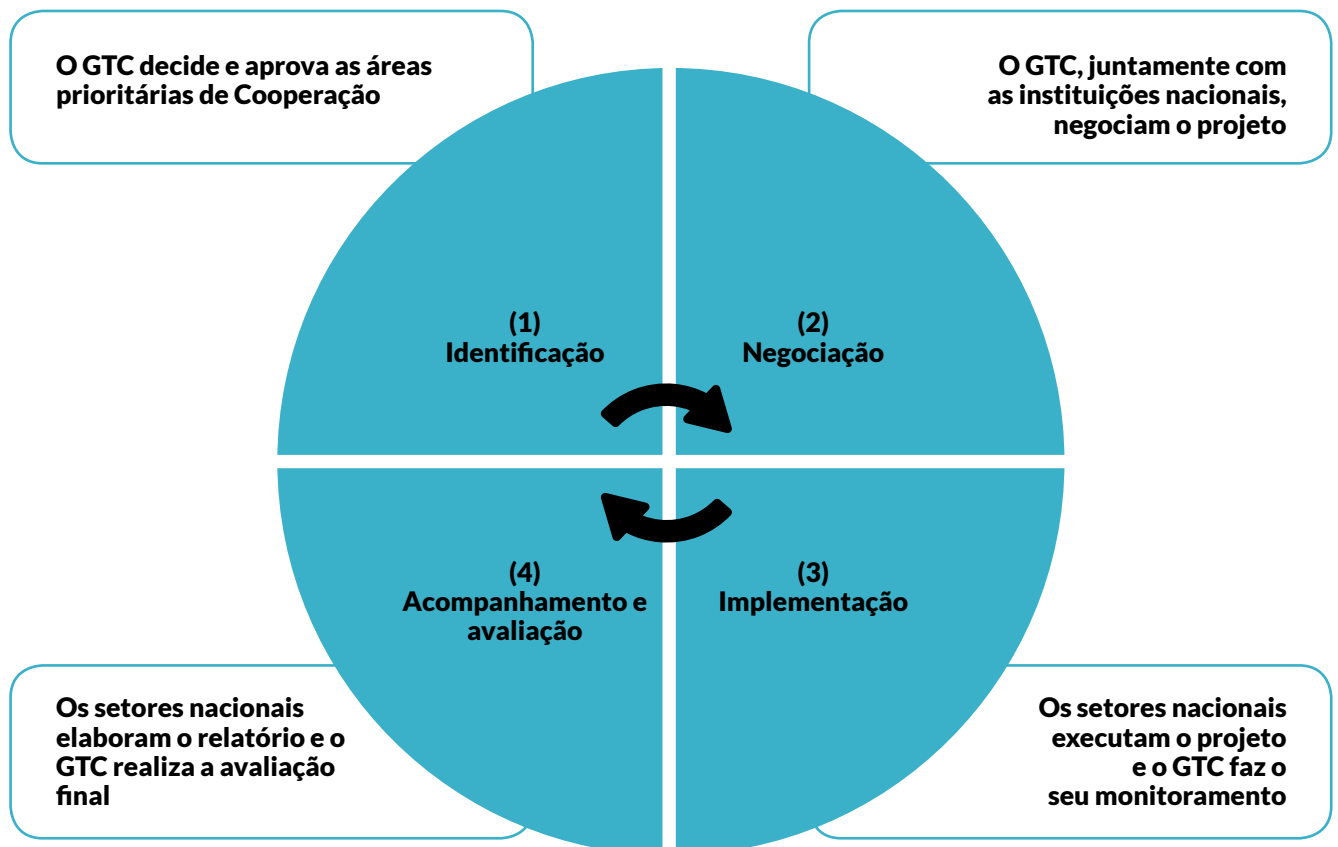
c) Mas o Memorando não só permite o estabelecimento formal do Grupo Técnico de Cooperação (GTC) como também, e sobretudo, determina a forma como os países da Aliança do Pacífico passam a realizar a sua cooperação. Concretamente, através do Memorando definem-se:

- As áreas prioritárias de atuação: Ambiente e Alterações Climáticas, Inovação e Ciência e Tecnologia, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Desenvolvimento Social, e qualquer outra área que, numa determinada altura, os países estabeleçam de mútuo acordo.⁹

⁹ De facto, os projetos D.9 (Melhoria da Competitividade das PME) e D.10 (Modelos de Gestão Exportáveis para Centros de Reabilitação) incluídos na Tabela A.IV.2. correspondem às áreas prioritárias das Micro, Pequenas e Médias Empresas, por um lado, e às do Desenvolvimento Social, por outro. Já os projetos D.2 (Desenvolvimento Recente em Matéria de Livre Competência) e D.8 (Certificação Eletrónica Fito e Zoo-Farmacêutica) correspondem às prioridades estabelecidas de mútuo acordo pelos países conforme alguns dos interesses determinados no Acordo Quadro de 2012 e no Protocolo que o desenvolve em 2014.

Esquema IV.3.

Participação dos diferentes intervenientes na cooperação da Aliança do Pacífico



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e do Memorando de Entendimento sobre a Plataforma de Cooperação do Pacífico (Aliança do Pacífico, 2011c)

- As modalidades de cooperação, entre as quais se destacam o impulso a Programas e Projetos, a realização de estudos e diagnósticos, as atividades de formação e capacitação, assim como as assistências e visitas técnicas.

- A fórmula de financiamento. O Memorando estabelece que o GTC discutirá, para cada iniciativa

concreta, a disponibilidade financeira dos países participantes conforme as suas possibilidades e atribuirá a contribuição ao orçamento, mas sempre respeitando uma lógica de custos partilhados. Em consequência, não prevê transferências de recursos entre países, pelo que o pagamento e a despesa recairão no país que fizer a contribuição.

De forma complementar, o Memorando contempla a possibilidade de acudir a outras fórmulas de financiamento, através da Cooperação Triangular ou de Organismos Internacionais.

- A coordenação, aprovação e acompanhamento da cooperação, que cabe aos Pontos Focais designados pelos países, por sua vez integrantes do GTC.

d) Conforme o atrás exposto, a cooperação promovida no quadro da Aliança do Pacífico segue um processo de execução que se ilustra através do **Esquema IV.3**. Tomando como referência um ciclo de projeto e as suas fases de Identificação, Negociação, Implementação, Acompanhamento e Avaliação, observam-se os papéis que o Grupo Técnico de Cooperação (GTC) e as instituições setoriais que integram o projeto distribuem entre si. Neste sentido, o GTC participa em todas as fases através da identificação e aprovação de prioridades setoriais; da negociação do projeto; da monitorização da sua implementação e da avaliação do relatório final. Entretanto, os setores nacionais negociam o projeto com o GTC e são os principais responsáveis pela execução da cooperação, assim como pela elaboração do relatório de atividade que posteriormente submetem ao GTC para avaliação.

e) Finalmente, devemos mencionar que, tal como se observa no **Esquema IV.2**, nos próximos anos e na sequência dos acordos subscritos na VII Cúpula da Aliança do Pacífico que teve lugar em Cali (Colômbia) em 2013, o mecanismo de financiamento será modificado. Com efeito, em Cali, os países acordaram estabelecer um Fundo de Cooperação. Com uma dotação inicial de um milhão de dólares (250.000 por cada país membro), o Fundo servirá para *“facilitar, dinamizar e financiar os programas, projetos e ações de cooperação no quadro da Aliança”*,¹⁰ especialmente aqueles que cubram as áreas prioritárias que o Memorando de 2011 estabelece e que coloquem a ênfase no ambiente, no desenvolvimento tecnológico e na sua sustentabilidade no tempo. A administração geral do Fundo ficará a cargo do Grupo Técnico de Cooperação (GTC) e a sua gestão diária será da competência da entidade designada pelos Estados parte por um período de três anos.¹¹

IV.4.2.2. UNASUL

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) trabalha, desde a data da ratificação do seu Tratado Constitutivo¹², em 23 de maio de 2008, para *“construir uma identidade e cidadania sul-americanas e para desenvolver um espaço regional integrado em matéria política, económica, social, cultural, ambiental, energética e das infraestruturas”* que contribua por sua vez *“para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe”*. Igualmente, pretende *“eliminar as desigualdades sócio económicas, alcançar a inclusão social, aumentar a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias existentes”* entre os seus Estados membros, sempre a partir do respeito pela soberania e independência de cada um dos países (Secretaria-Geral da UNASUL, 2014b; p.7).

Integrada também pelos países ibero-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, juntamente com as nações caribenhas da Guiana e do Suriname, a UNASUL tem uma Agenda Política (enquanto mecanismo privilegiado de diálogo), uma Agenda Económica (que permite à região substituir o seu modelo de extração por outro modelo que optimize uma utilização mais competitiva e de maior valor acrescentado dos seus recursos naturais) e uma Agenda Social (a favor de uma maior inclusão e menor desigualdade no seio das suas sociedades). Mas o seu Tratado Constitutivo, como principal instrumento jurídico deste organismo regional, também aponta para uma agenda *“para a cooperação”*. De facto, e embora o Tratado faça algumas referências à cooperação económica e comercial ou àquela que se propicia entre autoridades judiciais e migratórias, coloca a ênfase numa *“cooperação setorial”*, de carácter técnico, baseada no fortalecimento de capacidades e *“nas trocas de experiências, informações e capacitação”* (Artigo 3, alínea u do mencionado Tratado, página 12). Igualmente, entende essa cooperação no interior desta estrutura de integração, mas também em colaboração com outros organismos de carácter internacional e regional (www.unasursg.org).

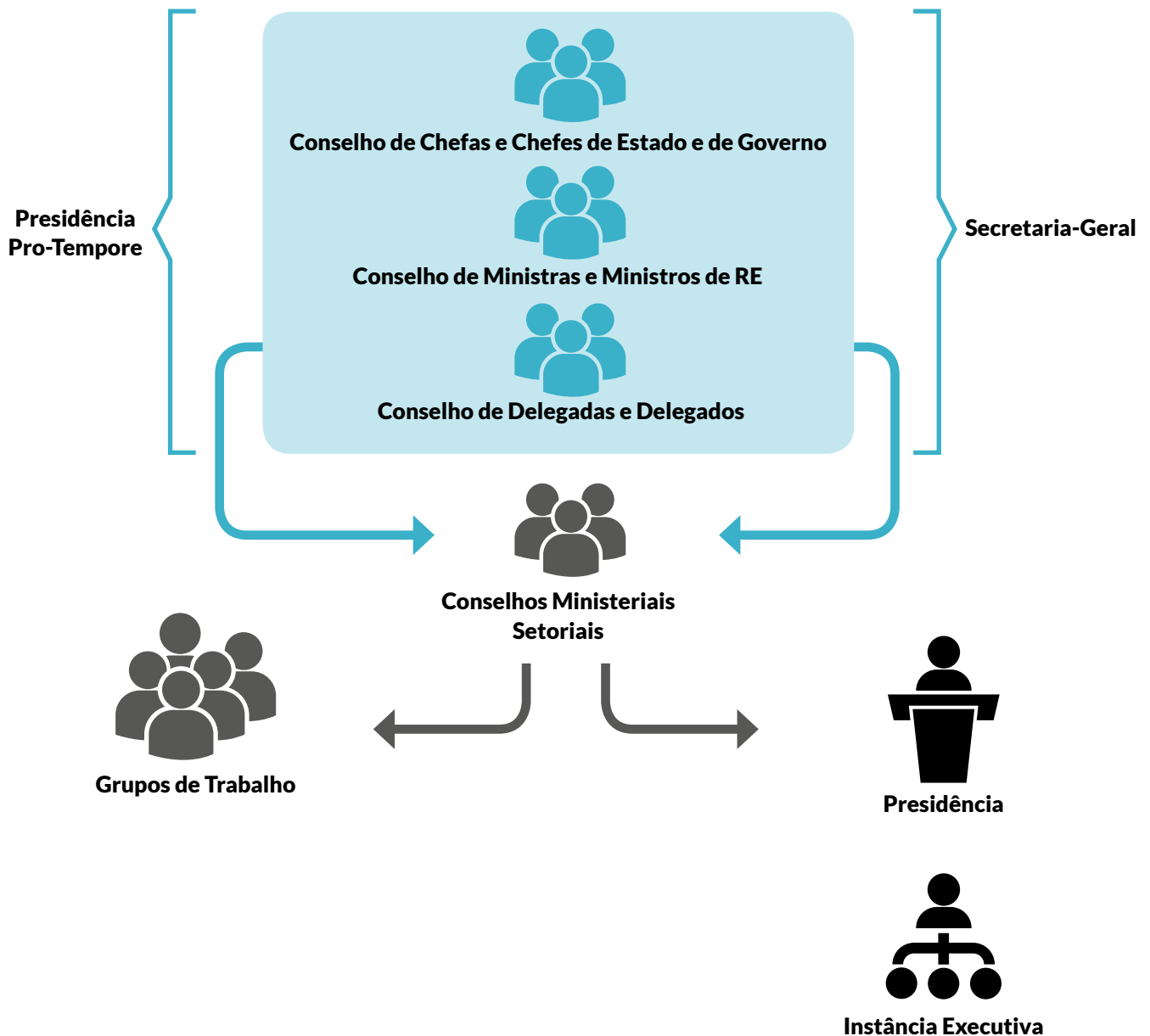
Neste sentido, tanto os objetivos gerais de integração como os mais específicos dedicados à cooperação, requerem uma estrutura orgânica que também foi prevista e constituída em torno do Tratado Constitutivo de 2008. E este respeito, o **Esquema IV.4** apresenta:

¹⁰ Citação em <http://amexcid.gob.mx/index.php/prensa/comunicados/1789-acuerdo-para-el-establecimiento-del-fondo-de-cooperacion-de-la-alianza-del-pacifico>.

¹¹ A gestão inicial recaiu na Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI), a qual no final do período transmitirá as suas responsabilidades à Colômbia, seguindo-se de novo a ordem alfabética (<http://amexcid.gob.mx/index.php/prensa/comunicados/1789-acuerdo-para-el-establecimiento-del-fondo-de-cooperacion-de-la-alianza-del-pacifico>).

¹² A sua entrada em vigor foi, no entanto, mais tardia, tendo-se atrasado até 11 de março de 2011 (www.unasursg.org).

Esquema IV.4. Estrutura e órgãos diretivos da UNASUL

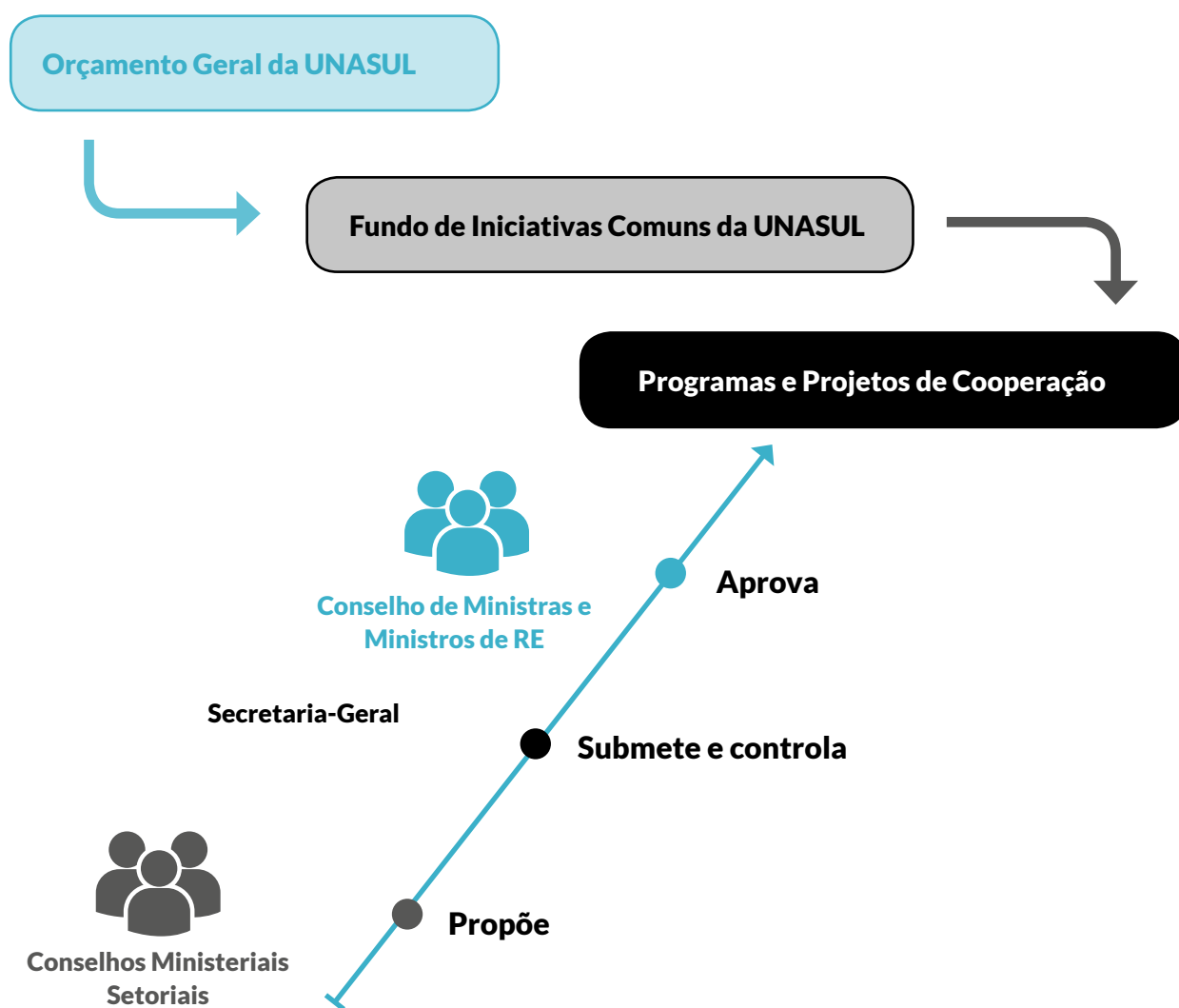


Fonte: SEGIB a partir da Secretaria-Geral da UNASUL (2014b)

a) O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo que é o máximo órgão de direção da UNASUL. Através de reuniões anuais e de algumas de caráter extraordinário, as Chefas e Chefes de Estado e de Governo que compõem o referido Conselho têm a responsabilidade de estabelecer as diretrizes políticas que orientarão o processo de integração sul-americano.

b) Imediatamente abaixo, encontra-se o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores. Reunido com periodicidade semestral, este órgão tem, entre as suas principais funções, a de adotar as resoluções que permitam implementar as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Também coordena posições regionais em questões centrais

Esquema IV.5. Mecanismo de financiamento da cooperação no quadro da UNASUL



Fonte: SEGIB a partir da UNASUL (2012)

de integração sul-americana, promove o diálogo e a concertação política e é responsável por acompanhar o processo de integração.

c) Por sua vez, o Conselho de Delegadas e Delegados, constituído por um representante de cada Estado Membro, encarrega-se, principalmente, de implementar as decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as resoluções

do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, assim como de compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros processos de integração regional e sub-regional em vigor.

d) Este terceiro órgão trabalha, por sua vez, de forma coordenada com outros dois órgãos relevantes: a Presidência Pro-Tempore (PPT) e a Secretaria-Geral (SG) da UNASUL. De facto, e a modo de síntese,

sobre a PPT (exercida sucessivamente e por períodos anuais por cada um dos Estados Membros) recaem as funções mais “preparatórias” e “de representação” (convocatórias das reuniões, transmissão de propostas e do Programa anual de atividades do organismo, entre outros) e sobre a Secretaria-Geral, as tarefas de caráter mais “executivo”, pois este é o órgão técnico e de apoio encarregado de executar os mandatos emanados das diferentes autoridades da UNASUL.

“A participação de mecanismos e organismos regionais na CHSS Regional é habitualmente acompanhada pela “transferência” de um quadro institucional que regula o intercâmbio entre os participantes”

e) Numa linha hierárquica inferior situam-se os Conselhos Ministeriais Setoriais, formados, tal como o seu nome indica pelos máximos responsáveis dos ministérios ou entidades nacionais equivalentes. Estes foram instituídos por iniciativa do Conselho de Chefes e Chefes de Estado da UNASUL através do Artigo 6 do Tratado Constitutivo. De caráter temático e sujeitos às diretrizes políticas determinadas pelas máximas autoridades,¹³ estruturam-se em torno de uma Presidência (exercida pelo representante do país que por sua vez exerce a PPT) e de uma Instância executiva (www.unasursg.org).

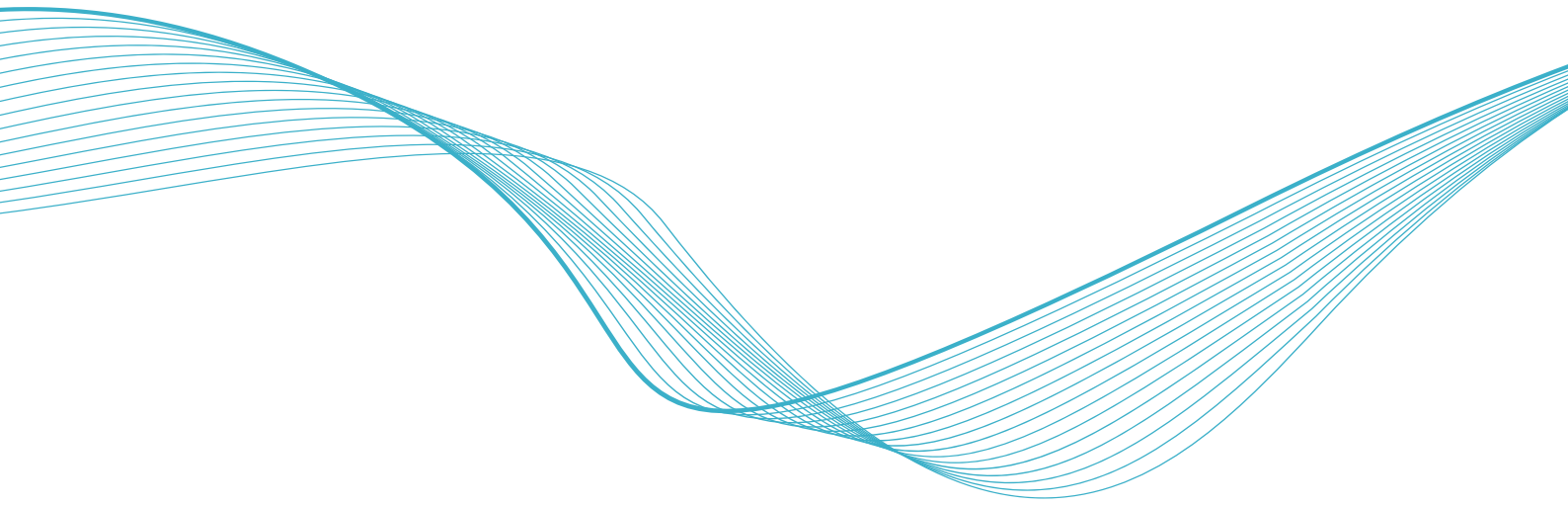
Devemos aqui destacar que os Conselhos Ministeriais Setoriais são, por sua vez, o órgão primordial para a implementação da agenda de cooperação da UNASUL. De facto, e tal como se observa no mesmo **Esquema IV.4**, são competentes para criar Grupos de trabalho que “*analise questões específicas, realizem propostas (...) ou executem projetos*” (CSC, 2013b; p.4). E, embora juridicamente estejam sujeitos a instrumentos, tais como o Tratado Constitutivo, o Regulamento Geral e outros mais específicos (caso daquele que desde 2012 regula a Execução do Fundo de Iniciativas Comuns da UNASUL), estes Conselhos articulam as suas tarefas à volta de dois instrumentos adicionais: os Estatutos e o Plano de Ação ou os equivalentes (Plano Estratégico e Programa Quadro). Estes instrumentos são submetidos

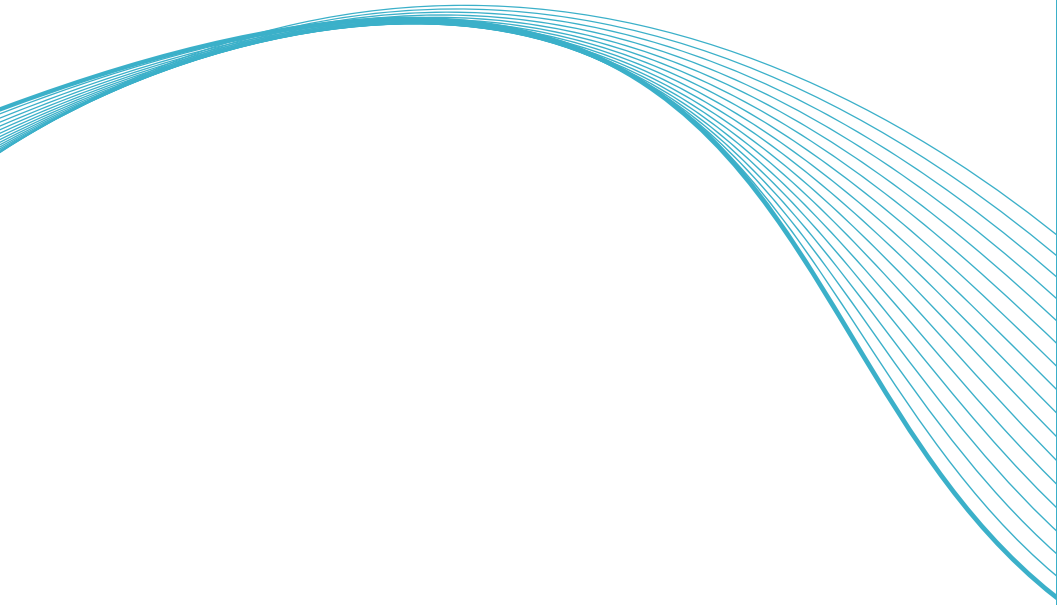
ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e a sua aprovação é a que torna viável a existência do próprio Conselho.

Neste sentido, os Estatutos dos Conselhos Ministeriais Setoriais respondem a questões mais gerais nas quais se estabelecem, por exemplo, a sua visão, missão e princípios fundamentais. Entretanto, os Planos de Ação e instrumentos equivalentes têm um caráter mais operacional. Através destes, enquanto instrumentos para “*regular as ações de cooperação no quadro da UNASUL*” (COSUCTI, 2011; p.3), estabelecem-se os objetivos estratégicos e/ou as áreas prioritárias de atuação, os intervenientes que implementarão os programas e projetos de cooperação, o modo como se financiam ou a fórmula através da qual se realiza a monitorização e a avaliação, entre outros aspetos (CSC, 2013b e COSUCTI, 2011).

Devemos finalmente acrescentar que, embora cada Conselho Setorial possa procurar fórmulas complementares de financiamento para a sua cooperação tal como contemplam os seus Estatutos, a fonte principal de atribuição de recursos estabelece-se a partir do Fundo de Iniciativas Comuns da UNASUL (UNASUL, 2012). O **Esquema IV.5** apresenta a forma como o referido Fundo funciona. Neste sentido e conforme estabelece o Regulamento de Execução de 2012, o Fundo constitui-se como uma rubrica do Orçamento Geral da UNASUL, sendo por sua vez alimentado com as contribuições realizadas pelos Estados membros. O mesmo Regulamento estabelece os critérios de elegibilidade dos programas e projetos de cooperação que podem ser financiados através do Fundo. Respeitando esses critérios, os Conselhos Ministeriais, através da Presidência, podem apresentar as suas propostas à Secretaria-Geral da UNASUL, responsável pelo controlo orçamental do Fundo, a qual, por sua vez, submete as propostas ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, que é o órgão sobre o qual recai a decisão final. Esse mesmo Conselho atribui um orçamento às propostas aceites, que serão executadas pelas Instâncias Setoriais dos Conselhos Ministeriais, os quais, por seu lado, se coordenam com a Secretaria-Geral para realizar todas as tarefas relacionadas com o acompanhamento e avaliação da cooperação (UNASUL, 2012).

¹³ Há 12 Conselhos que correspondem a este padrão. Trata-se dos Conselhos Sul-Americanos de Defesa (CDS), Saúde (CSS), Eleitoral (CEU), Energético (CES), de Ciência, Tecnologia e Inovação (COSUCTI), Cultura (CSC), Desenvolvimento Social (CSDS), Economia e Finanças (CSEF), Educação (CSE), Infraestruturas e Planeamento (CO-SIPLAN), sobre o Problema Mundial das Drogas (CSPMD) e em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada (www.unasursg.org).





Anexos

Capítulo IV

Anexo IV

Tabelas

Tabela A.IV.1.

Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2013

Sub-Região	Nome do Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	Código atribuído
América Central	Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT)	1.1
Mesoamérica	Programa de Apoio ao desenvolvimento de alternativas de sustentabilidade económica em áreas protegidas do Corredor Biológico Mesoamericano (CBM)	2.1
	Programa Mesoamericano de Cooperação (eixo México)	2.2
	Programa Regional de Cooperação com a Mesoamérica (eixo Colômbia)	2.3
Andina	PRASDES (Programa Regional Andino para o Fortalecimento dos Serviços Meteorológicos, Hidrológicos, Climatológicos e de Desenvolvimento)	3.1
	Programa CESCAN II (Coesão Económica e Social na Comunidade Andina)	3.2
América do Sul	Artes (UNASUL)	4.1
	Centro Regional do Clima do Oeste da América do Sul (CRC-OSA)	4.2
	Comunicação e Cultura (UNASUL)	4.3
	Defesa e Conservação do Património Cultural (UNASUL)	4.4
	Indústrias Culturais e Economias Criativas (UNASUL)	4.5
	Iniciativa Amazónica contra a Malária	4.6
	Interculturalidade (UNASUL)	4.7
América Latina	ARCAL - OIEA (Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina)	5.1
	Iniciativa de Bens Públicos Regionais	5.2
	PANAMAX (XII Exercício Multinacional de Forças Aliadas - Virtual)	5.3
	Plataforma de Acordos Públicos Comunitários das Américas (PAPC)	5.4
	Rede Interamericana de Compras Governamentais	5.5
Ibero-América	CIDEU (Programa Ibero-Americano para o Desenvolvimento Estratégico Urbano)	6.1
	Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens	6.2
	CYTED (Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento)	6.3
	Discriminação por Motivos de Género nas Legislações Ibero-Americanas de Segurança Social	6.4
	Conceção e Reforma de Políticas Fiscais	6.5

Sub-Região	Nome do Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	Código atribuído
Ibero-América	IBERARQUIVOS/ADAI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos)	6.6
	IBERARTESANATOS (Iniciativa Ibero-Americana para a Promoção dos Artesanatos)	6.7
	IBERBIBLIOTECAS	6.8
	IBERCENA (Programa de Apoio à Construção do Espaço Cénico Ibero-Americano)	6.9
	IBERMEDIA (Programa de Apoio à Criação de um Espaço Audiovisual Americano)	6.10
	IBERMUSEUS	6.11
	IBERMÚSICAS	6.12
	IBERORQUESTRAS JUVENIS	6.13
	IBERVIRTUAL	6.14
	Plano Ibero-Americano de Alfabetização (PIA)	6.15
	Programa de Harmonização da Legislação Penal na Luta contra o Crime Organizado na América Central	6.16
	Programa de Certificação de PME	6.17
	Programa de Formação e Transferência Tecnológica em Matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos	6.18
	Programa de Luta contra a Delinquência Organizada	6.19
	Programa de Luta contra o Tráfico de Bens Culturais	6.20
	Programa de Mobilidade Académica Pablo Neruda	6.21
	Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça	6.22
	Programa Ibero-Americano de Apoio à Integração de Pessoas com Deficiência	6.23
	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	6.24
	Programa Ibero-Americano sobre Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento (IBEPI)	6.25
	Programa Ibero-Americano sobre a Situação dos Idosos na Região	6.26
	Programa para o Fortalecimento Institucional em Matéria de Juventude	6.27
	PRÓ-TERRITÓRIOS (Programa Ibero-Americano de Cooperação para a Gestão Territorial)	6.28
RADI (Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos)	6.29	
Reforma das Instituições Penitenciárias	6.30	
TEIB (Televisão Educativa Ibero-Americana)	6.31	
Virtual Educa	6.32	

Tabela A.IV.2.
Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2013

Sub-Região	Nome do Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	Código atribuído
América Central	Aumento da resiliência dos meios de vida de pequenos produtores face às secas no "Corredor Seco" da América Central, II Fase	A.1
	Estratégias de Reformas Institucionais e Investimentos para os Sistemas de Extensão na América Central	A.2
	Fortalecimento das capacidades dos países da América Central para responder à crise do setor do café provocada pela ferrugem-do-café (<i>Hemileia vastatrix</i>) e evitar futuras epidemias	A.3
	Melhoria da Segurança Alimentar através do Fortalecimento de Agro-Cadeias Seleccionadas com uma Perspetiva Empresarial	A.4
	Profissionalização e Técnicas das Polícias e Instâncias Vinculadas à Segurança e à Justiça a Nível Nacional e Regional	A.5
Andina	Procura de Novos Mercados para Frutas e Produtos Hortícolas (FPG)	B.1
	Cooperação técnica sub-regional andina (BPB Andino)	B.2
	Fortalecimento de capacidades para a descentralização nos países andinos (CADESAN)	B.3
América do Sul	Apoio à Agenda Social Amazónica da OTCA	C.1
	Investigação, Educação e Biotecnologias Aplicadas à Saúde (MERCOSUL)	C.2
	Parlamento Juvenil MERCOSUL	C.3
	Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa (PAMA)	C.4
	Trabalho Infantil (MERCOSUL)	C.5
América Latina	Alimentação Escolar na América Latina	D.1
	Desenvolvimento recente em matéria de livre concorrência (Aliança do Pacífico)	D.2
	Exercício Cooperação II da Conferência de Chefes das Forças Aéreas Americanas	D.3
	Eliminação das barreiras de acesso à justiça (EUROSOCIAL)	D.4
	Fortalecimento das Defensorias Públicas da América Latina no apoio a pessoas privadas de liberdade (EUROSOCIAL)	D.5
	Fortalecimento dos Institutos Nacionais de Metrologia do Hemisfério	D.6
	Fortalecimento das Unidades de Execução das Penas (EUROSOCIAL)	D.7
	Para a Certificação Eletrónica fito e zoo-farmacêutica (Aliança do Pacífico)	D.8
	Melhoria da Competitividade das PME (Aliança do Pacífico)	
	Modelos de Gestão exportáveis para centros de reabilitação (Aliança do Pacífico)	D.10
	Políticas Agroambientais	D.11
	Políticas Públicas de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutrição (SAN)	D.12
	Rede de Aquicultura das Américas	D.13
	Segurança Alimentar, Nutrição (SAN) e Superação da Pobreza (UNASUL)	D.14
Ibero-América	Projeto Adstrito da Qualidade (IBERQUALITAS/FUNDIBEQ)	E.1

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.IV.3.
Países participantes nos diversos Programas e Projetos Ibero-Americanos

Programas Ibero-Americanos	México	Guatemala	Honduras	El Salvador	Nicarágua	Costa Rica	Panamá	Cuba	R. Dominicana	Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai	Argentina	Chile	Andorra	Espanha	Portugal	
Espacios Iberoamericanos																							
Cultura	IBERARQUIVOS (ADAI)																						
	IBESARTESANATOS																						
	IBERBIBLIOTECAS																						
	IBERCENA																						
	IBERMEDIA																						
	IBERMUSEUS																						
	IBERMÚSICAS																						
	IBERMEMÓRIA Sonora e Audiovisual																						
	IBERCULTURA Viva																						
	IBER-ROTAS																						
	IBERORQUESTRAS JUVENIS																						
	IBERVIRTUAL																						
	RADI																						
TEIB																							
Programas	Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)																						

Acrónimos: PIA (Plano Ibero-Americano de Alfabetização), CIDEU (Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano), UJM (União Ibero-Americana de Municipalistas), IBERGOP (Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas), CYTED (Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento), IBEPI (Programa Ibero-Americano sobre Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento), RADI (Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos), TEIB (Televisão Educativa Ibero-Americana)

Nota*: Os Projetos Adstritos à Cúpula encontram-se marcados com *

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.IV.4.
Projetos de CHSS Regional com o Caribe não Ibero-Americano. 2013

Países Ibero-Americanos	Países do Caribe não Ibero-Americano	Nome do Projeto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
Chile	Guiana, Suriname e Trindade e Tobago	Apoio ao setor mineiro
Chile	Países CARICOM	Apoio ao setor das pescas
México	Países CARICOM	Criação, Desenvolvimento e Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, através da Implantação e Adoção do Modelo Robusto de Incubação de Empresas de Base Tecnológica
México	Países CARICOM	Cursos Básicos para a Formação de Docentes de Ensino Espanhol como Segunda Língua para Países da Comunidade do Caribe
Chile	Países CARICOM	Fomento do Desporto
Chile	Países CARICOM	Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (CARICOM SECRETARIAT)
México	Países CARICOM	Formação de Recursos Humanos em Matéria de Controlo de Doenças Tropicais Transmitidas por Vetor.
Chile	Países CARICOM	Fortalecimento do ensino oficial de línguas estrangeiras dos MINEDUC locais
Chile	Países CARICOM	Prevenção de desastres naturais
Chile	Países CARICOM	Pontes e Aeroportos

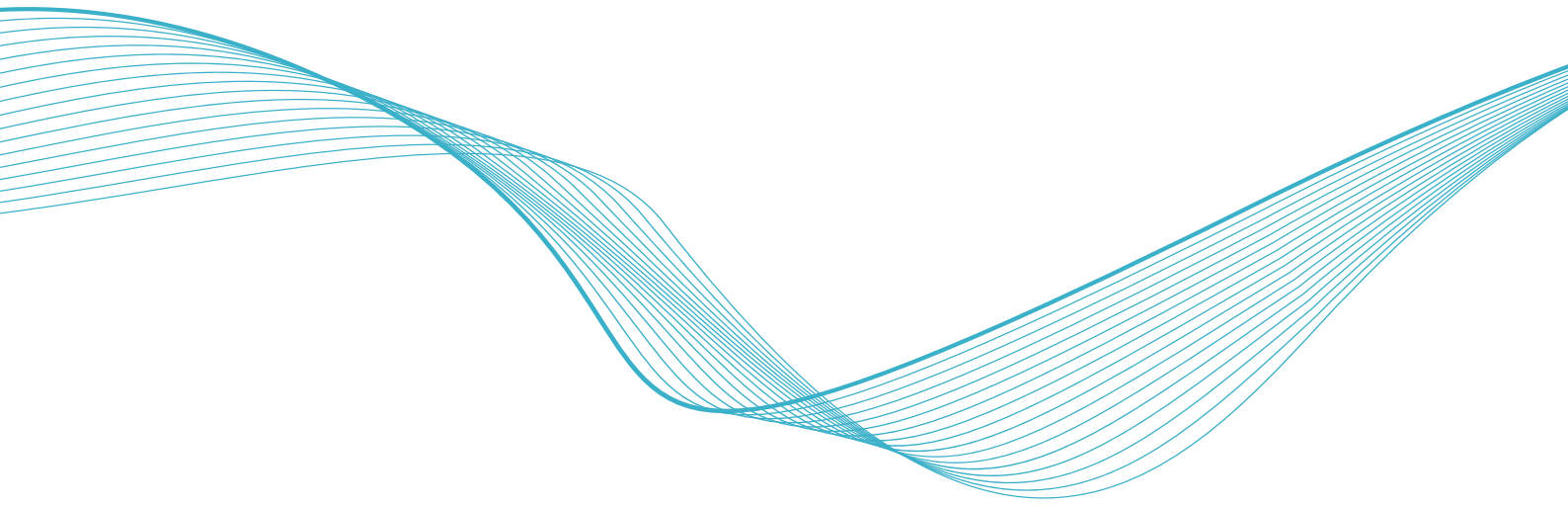
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

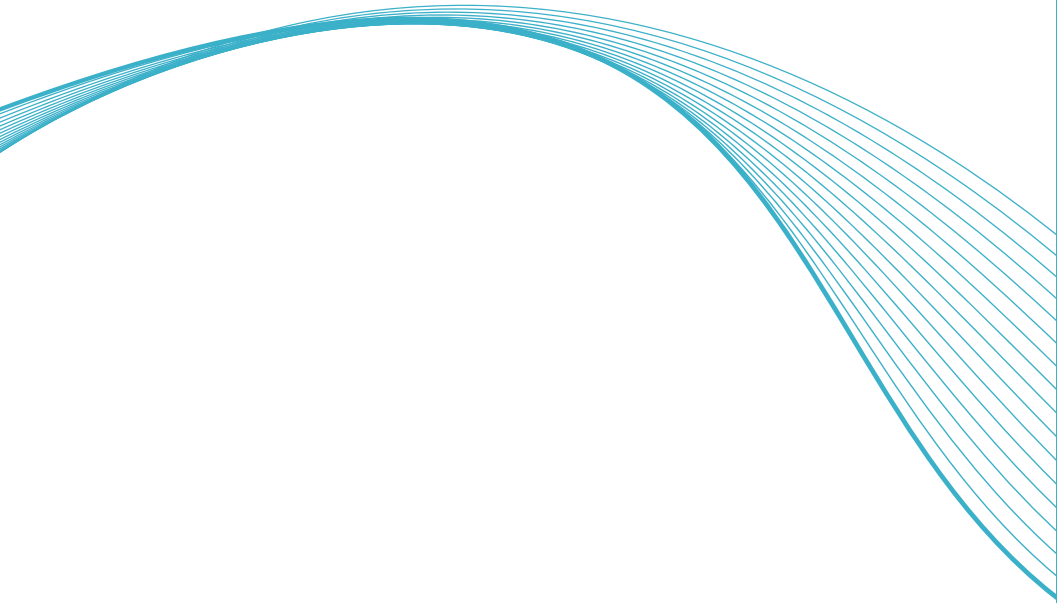
Tabela A.IV.5.
Participação dos Organismos Regionais nos Programas e Projetos de CHSSR.
2013

Tipo	Sub-Região	Mecanismo	Programas	Projetos
Organismo Regional	América Central	SICA	1.1	A.5
	Mesoamérica	SICA	2.1, 2.2, 2.3	
	Andina	CAN	3.1, 3.2	B.2, B.3
	América do Sul	MERCOSUL		C.2, C.3, C.4, C.5
		UNASUL	4.1, 4.3, 4.4, 4.5, 4.7	D.14
	América Latina	Aliança do Pacífico		D.2, D.8, D.9, D.10
	Ibero-América	Conferência Ibero-Americana	6.1, 6.3, 6.6 a 6.14, 6.18, 6.22, 6.24 a 6.26, 6.28, 6.29, 6.31, 6.32	E.1
		COMJIB	6.19, 6.20, 6.30	
		OEI	6.15, 6.21	
		OIJ	6.2, 6.27	
OISS		6.4, 6.23		
	SEGIB	6.5, 6.17		
	Fórmula	Mecanismo	Programas	Projetos
Outras fórmulas	Birregionais	COMJIB-SICA	6.16	
		UE-AL	EUROSOCIAL	D.4, D.5, D.7
	Dependente de um OI*	CRC-OSA	4.2	
		Escritório Regional FAO		A.1, A.2, A.3, A.4
	Outros	BID/OEA	5.2, 5.5	D.6
		Brasil-FAO		D.1, D.11, D.12, D.13
	Setoriais	OTCA		C.1
SICOFAA			D.3	

Acrônimos por ordem alfabética: AL (América Latina); BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); CAN (Comunidade Andina de Nações); COMJIB (Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos); CRC-OSA (Centro Regional do Clima para o Oeste da América do Sul); FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura); MERCOSUL (Mercado Comum do Sul); SICA (Sistema para a Integração Centro-Americana); OEA (Organização dos Estados Americanos); OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura); OI (Organismo Internacional); OIJ (Organização Ibero-Americana de Juventude); OISS (Organização Ibero-Americana de Segurança Social); OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica); SEGIB (Secretaria-Geral Ibero-Americana); SICOFAA (Sistema de Cooperação entre as Forças Armadas Americanas); UE (União Europeia); UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





Bibliografia

Bibliografia

Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) (2015); *Cooperação Triangular do Chile: Quadro conceptual e Experiências*. AGCI, Santiago do Chile

Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2013); *Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe 2013*. CEPAL, Santiago do Chile, 221 pp

Edwards, G. e Roberts, T. (2015); "Latin American Countries at COP20: Reflections and Outlook for 2015" en The Brookings Institution. [On-Line]. Disponível em: <http://www.brookings.edu/research/opinions/2015/01/08-latin-america-cop20-edwards-roberts> [Acedido em 2 de fevereiro de 2015]

Goldin, A. (2007). "Os direitos sociais no âmbito das reformas laborais na América Latina" em Documento de Trabalho nº 173. Instituto Internacional de Estudos Laborais (IIEL), Genebra, 29 pp

Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Alterações Climáticas (IPCC) (2008); *Relatório do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Alterações Climáticas 2007*; PNUMA e OMM; Suécia

Llanes, J., (2010); *Cuba. Os Centros de Gestão para a Redução do Risco; Iniciativa para a Gestão de Riscos no Caribe* – PNUD Cuba; Colômbia; 60 pp

Marín, J.J. (2008). "As análises cluster de tipo hierárquico e os dendrogramas. Uma visão para a triangulação metodológica nos estudos comparativos regionais" em Cairo, Heriberto e de Sierra, Gerónimo (coord.): *América Latina, Uma e Diversa: Teorias e Métodos para a sua Análise*. Editora Alma Mater, San José (Costa Rica), p.249-269

Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (MARN) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2008); "Recompilação Histórica dos Desastres em El Salvador"; MARN/SNT e PNUD; San Salvador; 35pp

Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social (MIMDES) (2010); *Plano Nacional sobre a Violência contra a Mulher 2009-2015*. Versão resumida. MIMDES e AECID. Lima (Peru), 22 pp

Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança (MTEySS) (s/f); "Os direitos laborais das mulheres e dos homens" em Cadernos de Igualdade de Oportunidades nº2. Comissão Tripartida de Igualdade de Tratamento e de Oportunidades entre Homens e Mulheres no Mundo Laboral (CTIO). Buenos Aires (Argentina), 19 pp

Nações Unidas (UN) (2004); "Cuba: A Model in Hurricane Risk Management" en United Nations Meetings Coverage and Press Releases. [On-Line]. Nova Iorque, disponível em: <http://www.un.org/press/en/2004/iha943.doc.htm> [Acedido em 28 de janeiro de 2015]

Natali, Pamela Mariel (s/f); *Análise Cluster: uma aplicação aos departamentos da província de Córdoba*. Buenos Aires (Argentina), 21 pp. [On-Line] Disponível em: <http://www.eco.unrc.edu.ar/wp-content/uploads/2010/04/TRABAJO-N%C2%BA-32.pdf> [Acedido em 17 de novembro de 2015]

Observatório da Igualdade de Género da América Latina e do Caribe (2014); *Relatório 2013-2014. O enfrentamento da violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe*. CEPAL, ONU Mulheres, UNFPA, OPS, OMS, AECID e SEGIB. Santiago do Chile (Chile), 89 pp. [On-Line] Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/observatorio-de-igualdad-de-genero-de-america-latina-y-el-caribe-oig-informe-anual-1> [Acedido em 3 de dezembro de 2015]

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (2013); *Criando Indicadores para a Cooperação Sul-Sul*. Documento de Trabalho N° 4. PIFCSS. Montevideu, 40 pp

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2013); *Relatório do Seminário-Workshop: Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013: Analisando o Tratamento da Cooperação Triangular e Regional*. Realizado em Buenos Aires de 20 a 22 de março de 2013. PIFCSS e SEGIB. Montevideu-Madrid. 34 pp

Schmidt, Mario (2006). «Der von Sankey Einsatz im-Diagrammen Stoffstrommanagement» en Hochschule Pforzheim Beitrage n°124. Pforzheim University, Pforzheim (Alemanha), 60 pp

Schuschny, Andrés e Soto, Humberto (2009); *Guia metodológico: Conceção de indicadores compostos de desenvolvimento sustentável*. Documento de projeto. CEPAL e GTZ. Santiago do Chile, 109 pp

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2014); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014*. SEGIB, PIFCSS e AECID; Madrid; 206 pp

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2012); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012*. SEGIB, PIFCSS e AECID. Madrid, 167 pp

----- (SEGIB) (2010); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madrid, 163 pp

Suárez, M (2013); “Reivindicação do Crioulo”; publicado em 18 de fevereiro de 2013 na Cátedra Unesco de Comunicação, Democracia e Governança. [On-Line]. Disponível em: <http://catunescopucmm.org/web/espacio-didactico/articulos/201-nuevas-miradas/208-reivindicacindelcreole.html> [Acedido em 19 de janeiro de 2015]

Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (2012). *Synthèse Nationale des Résultats du Recensement Général de L'agriculture (RGA) 2008/2009*. 217 pp

Departamento de Cooperação Bilateral Sul-Sul da Direção Geral da Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores de El Salvador (2012); *Relatório de Trabalho: Processo de implementação do Roteiro resultante del Seminário-Workshop: Progressos e desafios para a gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América*. Antigo Cuscatlan, El Salvador, 7pp (não publicado)

Nações Unidas (NU) (s.f); “Definition of key terms used in the UN Treaty Collection” en United Nations Treaty Collection; [On-Line]. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/Overview.aspx?path=overview/definition/page1_en.xml [Acedido em 12 de janeiro de 2015]

UNISDR (2013); “Disaster Impact 2000-2012” en UNISDR Photo Gallery [On-Line] <https://www.flickr.com/photos/isdr/8567182347/> [Acedido em 28 de janeiro de 2015]

Declarações, resoluções e documentos oficiais

Aliança do Pacífico (2014). *Protocolo adicional ao Acordo Quadro da Aliança do Pacífico*. 285 pp

----- (2013). *Declaração de Cali*. Cali ((Colômbia), 23 de maio de 2013, 8pp

----- (2012). *Acordo Quadro da Aliança do Pacífico*. Antofagasta (Chile), 6 de junho de 2012, 9pp

----- (2011a). *Declaração Presidencial sobre a Aliança do Pacífico*. Lima (Peru), 28 de abril de 2011, 3pp

----- (2011b). *Declaração de Mérida sobre a II Cúpula da Aliança do Pacífico*. Mérida (México), 4 de junho de 2011, 4pp

----- (2011c). *Memorando de Entendimento entre o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, o Governo da República da Colômbia, o Governo da República do Chile e o Governo da República do Peru sobre a Plataforma de Cooperação do Pacífico*. Mérida (México), 4 de junho de 2011, 5pp

Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação (COSUCTI) (2011). *Proposta de Programa Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2016*. Brasília (Brasília), 15 de novembro de 2011, 16 pp

Conselho Sul-Americano de Cultura (CSC) (2013a). *Ata da II Reunião de Delegadas e Delegados do Conselho Sul-Americano de Cultura*. Lima (Peru), 24 de junho de 2013, 12 pp

----- (CSC) (2013b). *Estatutos do Conselho Sul-Americano de Cultura*. Lima (Peru), 24 de junho de 2013, 9 pp

Equador (2011). *Lei orgânica para a Regulação e Controle do Tabaco no Equador (RO 497, 22 de julho de 2011)*. Quito (Equador)

Secretaria-Geral da UNASUL (2014b). *Regulamento Geral da UNASUL. Aprovação: UNASUL/CTIRE/Resolução nº16/2012*. Bogotá, 11 de junho de 2012. Ed. Secretaria-Geral da UNASUL, Quito (Equador), 76 pp

Secretaria-Geral da UNASUL (2014b). *Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)*. Entrada em vigor: Quito, Metade do mundo, 11 de março de 2011. Ed. Secretaria-Geral da UNASUL, Quito (Equador), 28 pp

União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (2012). *Regulamento para a Execução do Fundo de Iniciativas Comuns do UNASUL*. UNASUL/CMRE/Resolução nº38/2012. Lima, 29 de junho de 2012, 8 pp

Principais páginas digitais consultadas

Agência Brasileira de Cooperação (ABC): www.abc.gov.br

Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI): www.agci.cl

Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID): <http://www.aecid.es/>

Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID): <http://amexcid.gob.mx/>

Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI): www.apci.gob.pe

Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC): www.apcColombia.gov.co

Agencia Uruguia de Cooperação Internacional (AUCI): www.auci.gub.uy

Banco Mundial: <http://datos.bancomundial.org>

Caribbean Community (CARICOM): <http://www.caricom.org/>

Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (CINTERFOR): <http://www.oitcinterfor.org/>

Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): <http://www.eclac.org>

Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO-AR): <http://www.cancilleria.gov.ar/portal/secin/dgcin/fo-ar.html>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil: <http://www.itamaraty.gov.br/>

Organização Internacional do Trabalho (OIT): <http://www.ilo.org/>

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO): <http://www.fao.org>

Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA): <http://www.pnuma.org/>

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul: www.cooperacionsursur.org

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB): <http://www.segib.org>

Secretaria Técnica para a Cooperação Internacional (SETECI) do Equador: www.seteci.gob.ec/

United States Agency for International Development (USAID): www.usaid.gov

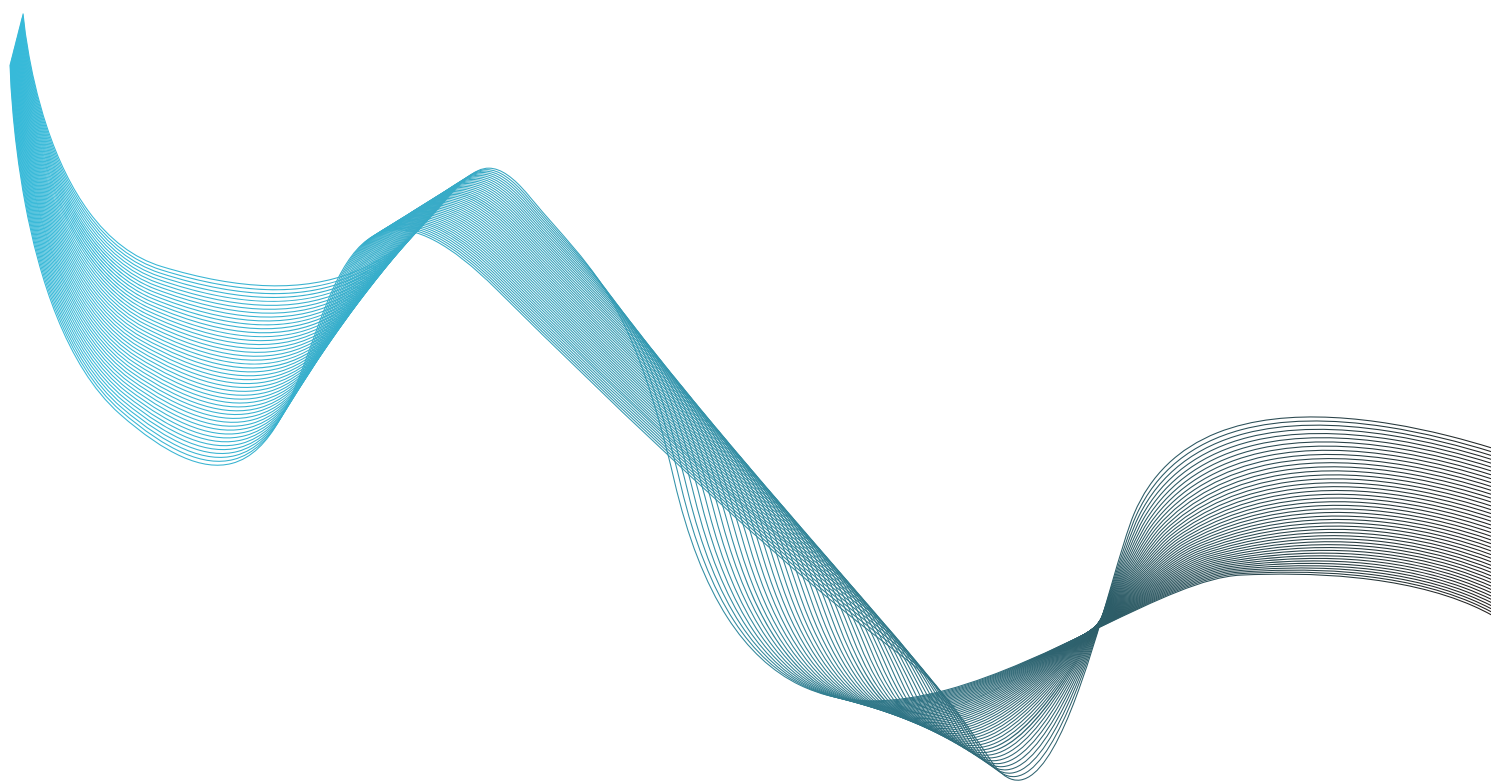
United States Department of State: <http://www.state.gov/>

Vice-Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores de El Salvador: <http://www.rree.gob.sv/index.php/temas/viceministerio-de-cooperacion-para-el-desarrollo>

O *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015* representa o mais completo exercício intergovernamental de sistematização da Cooperação Sul-Sul para uma região em desenvolvimento. Tendo-se tornado numa referência a nível internacional num contexto marcado pela definição da nova Agenda de Cooperação para o Desenvolvimento Pós-2015, este Relatório, na sua oitava edição, é, uma vez mais, um documento imprescindível para entender o papel da nossa região na evolução da Cooperação Sul-Sul.

Andorra :: Argentina :: Bolívia :: Brasil :: Chile :: Colômbia :: Costa Rica :: Cuba :: Equador :: El Salvador :: Espanha
Guatemala :: Honduras :: México :: Nicarágua :: Panamá :: Paraguai :: Peru :: Portugal :: República Dominicana
Uruguai :: Venezuela

www.informesursur.org



www.cooperacionsursur.org



www.aecid.es



www.segib.org